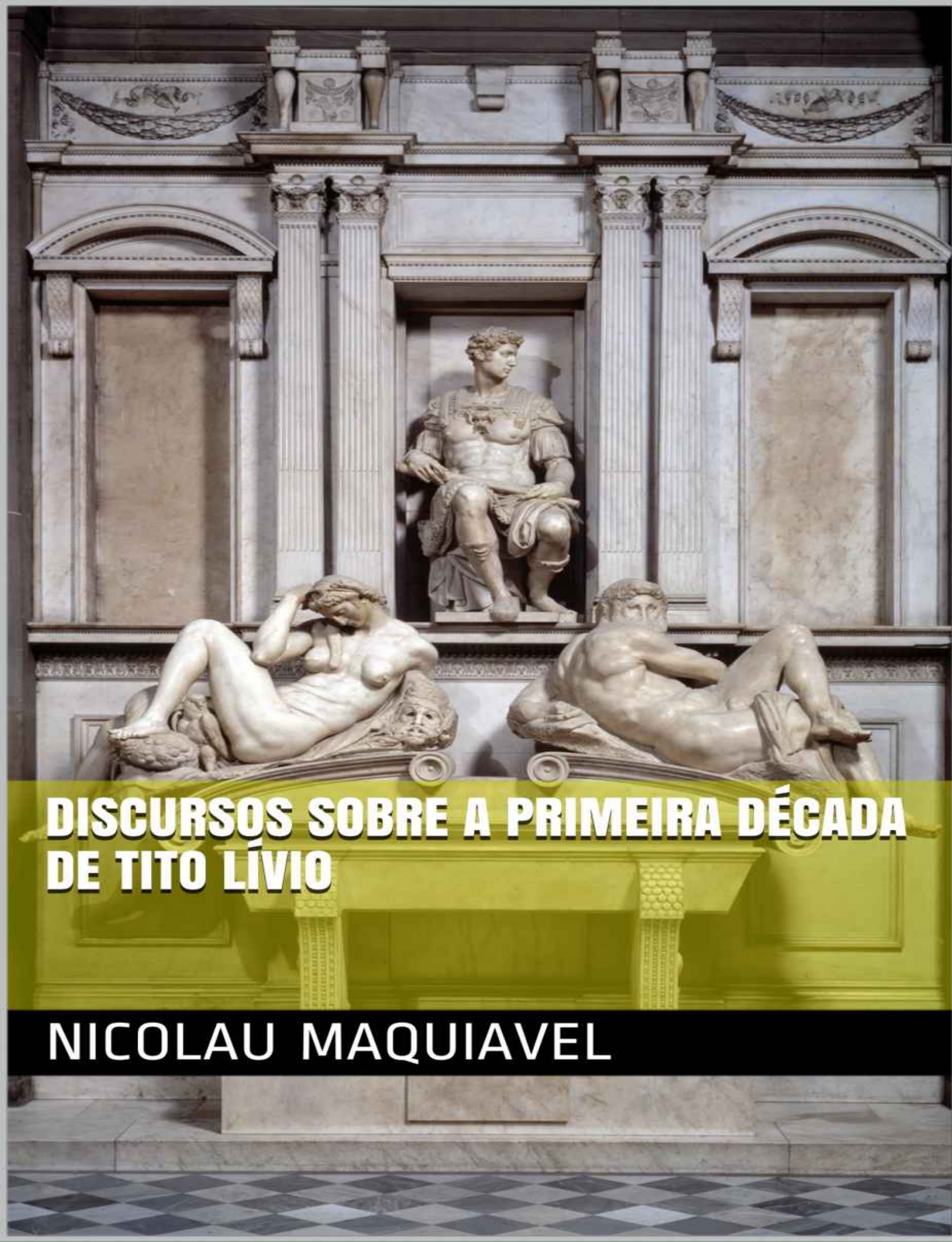




DISCURSOS SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE TITO LÍVIO

NICOLAU MAQUIAVEL

Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio

Autor: Nicolau Maquiavel (1469-
1527)

Tradução do original italiano e notas
de:

Edson Amaro de Souza

Email: plantearvores2@gmail.com

Nicolau Maquiavel

A Zanobi Buondelmonti e Cosimo Rucellai.

Saudações!

Mando-vos um presente que, se não corresponde às obrigações que tenho para convosco, é, sem dúvida, o que Nicolau Maquiavel pôde mandar-vos de mais precioso, porque nele expressei quanto eu sou e quanto aprendi através de uma longa prática e de um contínuo estudo das coisas do mundo. E não podendo nem vós nem outros desejar de mim mais do que isto, não poderíeis sentir-vos ofendidos se não vos dei mais do que isto. Bem podeis perceber a pobreza do meu engenho, quanto são pobres estas minhas narrações e o quanto é falaz o meu juízo quando, em muitas partes, discorrendo, me engano. Assim sendo, não sei qual de nós estará mais obrigado com o outro: se eu para convosco, que me haveis forçado a escrever o que jamais teria escrito por mim mesmo, ou se vós para comigo, quando, escrevendo, vos haja satisfeito. Recebei, portanto, este livro daquela maneira que recebemos tudo dos amigos: considerando mais a intenção de quem manda que a qualidade da coisa mandada. E crede que, se bem que eu tivesse me enganado em muitas circunstâncias, nesta apenas não errei: ao haver eleito a vós, a quem enderecei, antes de todos, os meus discursos: sim, porque, ao fazê-lo, parece-me haver demonstrado alguma gratidão pelos benefícios recebidos; sim, porque isto me parece

estar fora do uso comum dos que escrevem, os quais costumam sempre as suas obras a algum príncipe endereçar e, cegos pela ambição e pela avareza, louvam todas as suas virtudes, quando, por tudo quanto de vituperável, deveriam vaiá-lo, enquanto eu, para não incorrer neste erro, elegi não aqueles que são príncipes, mas aqueles que, pelos inumeráveis predicados o mereciam ser; não aqueles que poderiam de títulos, de honras e de riquezas cumular-me, mas aqueles que, não podendo, desejariam fazê-lo. Porque os homens, querendo julgar corretamente, estimam aqueles que são, não aqueles que podem ser liberais e, assim aqueles que sabem que, sem o saber, podem governar um reino. E os escritores louvam mais Hierão de Siracusa, sendo ele um homem comum, que Perseu da Macedônia, sendo ele rei, porque a Hierão, para ser príncipe, só faltava um principado, enquanto o outro não tinha coisa alguma de rei, a não ser o reino. Gozai, portanto, o bem e o mal que vós mesmos haveis desejado e, se vós estiverdes naquele erro de pensar que estas minhas opiniões aqui expressas são meras gentilezas, mostrarei que estou certo no seguir da história, segundo o que vos prometi no princípio. Saúdo-vos.

LIVRO PRIMEIRO

PROÊMIO

Ainda que, pela invejosa natureza dos homens, sempre tenha sido mais perigoso encontrar modos e sistemas novos do que o seria buscar águas e terras ignotas, por estarem aqueles mais dispostos a vaiar do que a louvar as ações dos outros; apesar disso, movido por aquele natural desejo que sempre tive de meditar sem nenhum temor sobre aqueles assuntos que eu creio trazerem, a qualquer um, um comum benefício, deliberei andar por um caminho que, não sendo ainda trilhado por ninguém, imporá a mim fastio e dificuldades, poderia também me render um prêmio, mediante aqueles que humanamente considerarem o objetivo destas minhas fadigas. E, se o pobre engenho, a pouca experiência das coisas presentes e a escassa notícia das coisas antigas, fizeram inexatas estas minhas tentativas e de não muita utilidade, darão ao menos o caminho para que alguém com mais virtude, melhor estilo e análise, possa satisfazer esta minha intenção: ele, se não me conceder louvores, não deverá proferir-me insultos. Considerando, portanto, quanta honra se atribui à Antiguidade, e como, muitas vezes, deixando de lado outros inumeráveis exemplos, um fragmento de uma antiga estátua seja adquirido por bom preço, só para que

o comprador o tenha consigo, a fim de ornar-lhe a sua casa e para que sirva de modelo aos que se deleitam com aquela arte e como aqueles, depois, com toda indústria se esforçam para imitá-lo em todas as suas obras e vendo, por outro lado, as virtuosíssimas operações que as crônicas nos mostram, que foram feitas por reinos e repúblicas antigas, por reis, capitães, cidadãos, legisladores e outros que se esforçaram por sua pátria, serem muito mais admiradas que imitadas, antes, nem nas mínimas coisas esses modelos são seguidos, porque daquela virtude não nos restou sequer um traço: não posso dizer que isso me espante ou me comova. E, tanto mais quanto vejo, nas inimizades que entre cidadãos, civilmente, nascem, ou nas fraquezas nas quais incorrem os homens, recorrer-se sempre àqueles juízos e àqueles remédios que pelos antigos foram julgados e instituídos (pois as leis civis não são nada mais que sentenças dadas pelos antigos jurisconsultos, as quais, resumidas em ordens, aos nossos modernos jurisconsultos ensinam a julgar. Nem sequer a medicina é outra coisa que experiências feitas pelos antigos médicos, sobre as quais se baseiam os médicos presentes e os seus juízos). Apesar disso, no ordenar a milícia e administrar a guerra, no julgar os súditos, no aumentar o império, não se acha príncipe nem república que aos exemplos dos antigos recorra. Eu creio que isso nasça não tanto da fraqueza à qual a presente religião conduziu o mundo, ou daquele mal que um ambicioso ódio tem feito a muitas províncias e cidades cristãs, quanto de não terem um verdadeiro conhecimento das Histórias, por não extraírem, lendo-as, o seu sentido, nem degustarem aquele sabor que elas trazem em si. Disso resulta que inúmeros que as lêem encontram prazer no ouvir aquela variedade de acidentes que elas contêm sem, enquanto isso, pensarem em imitá-las, julgando a imitação não só difícil mas impossível, como se o Céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado há muito, em ordem e potência, do que eram antigamente. Desejando, portanto, tirar os homens deste erro, julguei necessário escrever, sobre todos aqueles livros de Tito Lívio [\[1\]](#) que pela inclemência dos tempos não foram danificados, aquilo que eu, segundo a cognição das antigas e modernas coisas, julgar necessário para o melhor entendimento desses livros, de modo que aqueles que lerem estas minhas dissertações possam mais facilmente extrair aquela utilidade pela qual se deve buscar a compreensão das histórias. E, se bem que essa empresa seja difícil, apesar disso, ajudado por aqueles que comigo adentram neste

assunto complicado, creio poder tratá-lo de um modo que a um outro será mais breve o caminho que o conduzirá ao lugar desejado.

I

Quais foram, universalmente, os princípios de quaisquer cidades e qual foi o princípio de Roma.

Aqueles que lerem qual foi o princípio de Roma e sobre os legisladores e como a ordenaram não se espantarão que tanta virtude tenha sido por tantos séculos mantida naquela cidade e que depois tenha sido aquele império que àquela república juntou-se. E, querendo discorrer primeiro sobre o nascimento, digo que todas as cidades são edificadas ou por nativos do local onde elas se edificam ou por estrangeiros. O primeiro caso ocorre quando aos habitantes dispersos em muitas e pequenas aglomerações não parece que vivam seguros, não podendo, cada uma por si, ou pelo local impróprio ou pelo número pequeno de defensores, resistirem ao ímpeto de quem os assalte, nem, vindo o inimigo, unir-se a tempo para defenderem-se, ou quando pudessem unir-se a tempo, teriam de deixar abandonados muitos de seus redutos, de modo que tornar-se-iam presa fácil de seus inimigos, de tal maneira que, por evitar tais perigos, espontaneamente ou conduzidos por alguém que, entre eles, tenha maior autoridade, restringem-se a habitarem juntos um local escolhido por eles, com mais comodidades para viver e mais fácil de defender.

Destes, entre muitos outros, foram os casos de Atenas e de Veneza. A primeira, sob a autoridade de Teseu, foi, por razões similares, edificada por habitantes dispersos; a outra, sendo muitos os povos habitando certas ilhotas que ficavam na ponta do Mar Adriático, para fugir daquelas guerras que, todos os dias, por causa da chegada de novos bárbaros após a queda do Império Romano, nasciam na Itália, começaram entre eles, sem que um príncipe em particular o ordenasse, a viver sob aquelas leis que lhes pareciam mais aptas a mantê-los. Foi o que felizmente aconteceu, devido ao longo ócio que aquela posição lhes deu, não tendo saída aquele mar e não tendo aqueles povos que afligiam a Itália navios que a infestassem, de modo que, de tão fracos princípios, puderam chegar à potência em que estão.

O segundo caso, quando por estrangeiros é edificada uma cidade, nasce ou de homens livres ou que dependem de outros, como são as colônias fundadas ou por uma república ou por um príncipe para aliviar as suas terras de um excesso populacional, ou quando se quer defender, de forma segura, um território recentemente conquistado sem despesas para manter

tal ocupação (o povo romano edificou muitas dessas cidades por todo o seu império), ou são edificadas por um príncipe não para habitá-las, mas para a sua glória, como a cidade de Alexandria o foi por Alexandre. E, para que estas cidades não tenham uma origem livre, raras vezes ocorre que lhes façam progressos grandes e as incluam entre as capitais do reino. Como estas foi a edificação de Florença, pois (ou edificada pelos soldados de Silas ou talvez pelos habitantes dos montes de Fiesole, os quais, confiando naquela longa paz que sob Otaviano nasceu no mundo, desceram para habitar a planície sobre o Arno) tendo sido edificada sob o Império Romano, não pôde, em seus princípios, fazer outros incrementos além daqueles que, por cortesia do príncipe, lhe eram concedidos.

São livres os fundadores das cidades quando alguns povos, ou sob um príncipe, ou por si mesmos, são forçados, ou por uma peste, ou por fome, ou por uma guerra, a abandonar a terra pátria e buscar nova sede: estes, ou habitam as cidades que encontram nos países que conquistam, como fez Moisés [2], ou edificam outras novas, como fez Enéas [3]. Neste caso é que se conhece a virtude do edificador e a fortuna do país edificado: esta é mais ou menos maravilhosa, conforme seja mais ou menos virtuoso aquele que lhe deu princípio. Esta virtude se faz conhecida de dois modos: a primeira é a escolha do sítio, o outro é a ordenação das leis. E, como os homens agem ou por necessidade ou por vontade e, como se vê que há maior virtude onde a vontade própria tem menos autoridade, e, considerando se seria melhor eleger para a edificação das cidades lugares estéreis, de modo que os homens, forçados a industrializar-se, menos disponíveis para o ócio, vivam mais unidos, havendo, pela pobreza do lugar menos razões de discórdia, como se dá em Raugia e em muitas outras cidades edificadas em lugares assim, a eleição sem dúvida mais sábia e útil seria aquela onde os homens estivessem contentes vivendo com o que possuíssem e não desejassem comandar os outros. Portanto, não podendo os homens assegurar-se a não ser com a força, é necessário evitar terras estéreis e pôr-se em lugares fertilíssimos onde, podendo, graças à tal uberdade, ampliar-se, possam defender-se de quem os assaltar e oprimir a grandeza que a eles se oponha. E, quanto àquele ócio ao qual os convida o sítio, se deve garantir que a essas necessidades os obriguem as leis quando o lugar não os obrigar e imitar aqueles que se mantiveram seguros habitando países ameníssimos e fertilíssimos, capazes de produzir homens preguiçosos e inábeis para qualquer serviço virtuoso, que, para evitar tais

danos, que pela amenidade do local seriam causados, impuseram uma necessidade de exercício àqueles que se tornariam soldados, de modo que, por tal ordem, tornaram-se melhores soldados que naqueles países que, por natureza, são ásperos e estéreis, entre os quais esteve aquele reino dos egípcios que, não obstante o país seja ameníssimo, tanto pôde aquela necessidade imposta pelas leis que lhes nasceram homens excelentíssimos e, se os seus nomes não tivessem sido apagados pela Antiguidade, se veria como eles mereceriam mais louvores que Alexandre Magno e muitos outros cuja memória é ainda fresca. E quem tivesse considerado o reino do Sudão e a disciplina dos mamelucos e de sua milícia, antes que fosse extinta pelo sultão Selim da Turquia, teria, de fato, conhecido quanto eles temiam o ócio ao qual podia conduzi-los a benignidade do país, se não tivessem se precavido com leis fortíssimas.

Digo, portanto, que é mais prudente escolher uma região fértil quando as leis consigam reduzir aquela fertilidade aos devidos termos. O arquiteto Dinócrates foi até Alexandre Magno, que desejava edificar uma cidade para a sua glória, e mostrou-lhe como poderia fazê-lo sobre o monte Athos, o qual, além de ser forte, poderia ser trabalhado de modo a dar-lhe forma humana, o que seria coisa maravilhosa e rara, digna da sua grandeza. E, perguntando-lhe Alexandre [4] de que viveriam os habitantes, respondeu que não havia pensado nisso: disto riu-se aquele e, deixando estar aquele monte, edificou Alexandria [5], onde os habitantes haveriam de viver voluntariamente, graças à fertilidade do local e às comodidades do mar e do Nilo.

Quem examinar, portanto, a edificação de Roma, se considerar Enéas o seu primeiro progenitor, há de considerá-la entre aquelas edificadas pelos próprios nativos e, de qualquer modo, verá que teve um princípio livre, sem depender de nenhuma outra; verá ainda, como se dirá depois, a quantas necessidades as leis feitas por Rômulo, Numa e os outros a forçaram, de tal maneira que a fertilidade do sítio, a comodidade do mar, as vitórias obtidas, a grandeza do império, não a puderam por muitos séculos corromper, e a mantiveram plena de virtude, mais do que qualquer outra cidade ou república já se ornou.

E, como as coisas feitas por eles e que são celebradas por Tito Lívio são seguidas ou por público ou por privado conselho, dentro ou fora da cidade, começarei a discorrer sobre aquelas coisas ocorridas dentro e por conselho público, e julgarei aquelas que forem dignas de maiores atenções,

acrescentando tudo que lhes for pertinente. Disto este primeiro livro, ou melhor, esta primeira parte, se ocupará.

II

De quantas espécies são as repúblicas e de qual foi a República Romana.

Quero deixar de lado a tarefa de meditar sobre aquelas cidades que tiveram por começo a submissão a outras e falarei daquelas que tiveram sua fundação distante de qualquer servidão externa, mas logo se governaram por seu próprio arbítrio ou como repúblicas ou como principados, os quais tiveram, como diversos princípios, diversas leis e instituições. Porque a algumas, ou no começo ou não muito depois, lhes foram dadas por um só as leis e de uma vez, como aquelas dadas por Licurgo aos espartanos; algumas as receberam ao acaso e por várias vezes conforme os acontecimentos, como foi o caso de Roma. De forma que se pode chamar feliz aquela república que tem a sorte de um legislador tão prudente a ponto de dar-lhe leis ordenadas de tal modo que, sem necessidade de corrigi-las, possa viver seguramente sob elas. E se vê que Esparta as observou por mais de oitocentos anos sem corrompê-las ou sem algum tumulto perigoso; ao contrário, tem algum grau de infelicidade aquela cidade que, topando com um ordenador prudente, necessita reordenar-se por si mesma. E, destas, é mais infeliz ainda aquela que estiver mais afastada das suas instituições e aquela que estiver mais em desalinho com elas estará totalmente fora do reto caminho que poderia conduzi-la a um perfeito e bom termo, porque àquelas que chegaram a tal estado é quase impossível que por qualquer acidente regenerem-se e aquelas que, se não têm uma boa constituição, mantém, embora, os bons princípios e buscam melhorar podem, com a ocorrência de bons acidentes, tornar-se perfeitas. Mas estejais certos de que não se consertarão jamais sem correr perigo, pois os homens não concordam nunca com uma lei que estabeleça uma ordem na cidade se não ficar patente, para eles, a necessidade de mudança; e, não sendo possível que tal necessidade venha sem perigo, é provável que a república arruíne-se antes de atingir a ordem perfeita. Comprova isto o exemplo da república de Florença, que foi reordenada por causa da rebelião de Arezzo em 1502 e desordenada pelo saque dos espanhóis a Prato em 1512. [6]

Desejando, portanto, discorrer sobre quais foram os sistemas de governo da cidade de Roma e quais acontecimentos conduziram-na à perfeição, digo, como alguns que escreveram sobre as repúblicas dizem, haver nelas um dos

três regimes, chamados por eles monarquia, aristocracia e democracia e aqueles que governam uma cidade devem tender para um destes, segundo lhes parecer mais conveniente. Alguns, mais sábios, segundo a opinião de muitos, dizem ser seis os regimes políticos, dos quais três consideram péssimos, sendo os outros três bons por si próprios, mas tão facilmente corrompíveis que também eles vêm a ser perniciosos. Os que são bons são aqueles já mencionados; os que são maus são outros três que daqueles três dependem e cada um deles é de tal modo parecido àquele que lhe corresponde que, facilmente, um se torna o outro, pois a monarquia facilmente se torna tirania; a aristocracia facilmente torna-se oligarquia e a democracia, sem dificuldade, converte-se em libertinagem. Assim, se um legislador organiza em uma cidade um desses três regimes, o faz por pouco tempo, pois nenhum remédio evitará que ele se deteriore em seu contrário, pela semelhança que há neste caso entre a virtude e o vício.

Nasceram estas variações ao acaso entre os homens porque, no princípio do mundo, sendo os habitantes raros, viveram um tempo dispersos à semelhança de bestas; depois, multiplicando-se as gerações, para poderem melhor defender-se, começaram a buscar entre eles aquele que fosse mais robusto e de maior coragem, e fizeram-no cabeça e obedeceram a ele. Disto nasce a cognição das coisas honestas e boas, diferentes das perniciosas e vis: vendo que, se alguém prejudicava seu benfeitor, o resultado era ódio e compaixão entre os homens, maldizendo-se os ingratos e honrando-se os que eram gratos e, pensando ainda que aquelas mesmíssimas injúrias podiam ser feitas a eles, para evitar um mal igual, decidiam fazer leis, para ordenar punições a quem as violasse: donde vem o nascimento da Justiça. Isto fazia com que, tendo depois que se eleger um príncipe, não iam direto ao mais galhardo, mas àquele que fosse mais prudente e mais justo. Mas, como depois se começou a indicar-se o príncipe por sucessão e não por eleição, de súbito, começaram os herdeiros a degenerar em relação aos seus ancestrais e, deixando as obras virtuosas, pensavam que os príncipes não tinham mais que fazer a não ser superar os outros em suntuosidade, em lascívia e em todas as outras formas de licenciosidade: de modo que, começando o príncipe a ser odiado e por tal ódio temer e, passando este do temor às ofensas, nascia-lhes logo uma tirania. Desta nasceram juntos os princípios das ruínas e as conspirações e conjuras contra o príncipe, não feitas pelos que eram tímidos e débeis, mas pelos que, pela generosidade, grandeza de espírito, riqueza e nobilidade excediam os outros: estes os que

não podiam tolerar a desonesta vida daquele príncipe. A multidão, portanto, seguindo a autoridade de tais potentes, se armavam contra o príncipe e, vencido este, os obedecia como a seus libertadores. E eles, tendo ódio à concentração de poder nas mãos de um único chefe, constituíam por si mesmos um governo e, no princípio, tendo presentes na memória os erros da tirania passada, governavam segundo as leis que eles próprios ordenaram e as coisas privadas e públicas, com suma diligência, governavam e conservavam. Passando esta administração aos seus filhos, os quais, não conhecendo as variações da fortuna, não havendo nunca sofrido o mal e não se contentando com a igualdade entre os cidadãos, mas dispostos à avareza, à ambição, à usurpação das mulheres, faziam que um governo de aristocratas se tornasse um governo oligárquico, sem respeitar nenhuma regra social, a tal ponto que, em breve tempo, eram depostos como a um tirano, pois que, enfasiada de seu governo, a multidão fazia-se serva de qualquer um que planejasse de algum modo ofender esses governantes e, assim, seguia-se logo alguém que, com a ajuda da massa, os depunha. E, sendo ainda fresca a memória do príncipe e das injúrias recebidas dele, tendo desfeito o estado oligárquico e não desejando restaurar a monarquia, convertem-se à democracia e ordenam-na de modo que jamais a autoridade fique nas mãos de uns poucos poderosos ou de um príncipe apenas. E, porque todos os regimes, no princípio, têm algum prestígio, essa democracia mantinha-se um pouco mas não muito, no máximo até que fosse extinta aquela geração que a proclamou, porque logo vinha a licenciosidade, onde não se tinha respeito nem pelos homens públicos nem pelos comuns, de modo que, vivendo cada um a seu modo, se faziam muitas injúrias, até que, obrigados pela necessidade ou por sugestão de algum bom homem, ou para livrar-se de tal libertinagem, retornava-se de novo à monarquia e desta, de etapa em etapa, tudo degenerava até ao libertinismo, conforme os modos e as razões já ditas.

E este é o círculo no qual, girando, todas as repúblicas são governadas e se governam, mas raras vezes voltando aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vitalidade para passar muitas vezes por essas mutações e permanecer de pé. Mas pode acontecer que, atormentando-se uma república, faltando-lhe sempre conselho e força, torne-se súdita de um Estado vizinho melhor organizado que ela mas, caso isso não suceda, estaria uma república condenada a revolver-se infinito tempo nestes governos.

Digo, então, que todos os três modos são pestíferos, pela brevidade da vida dos três bons regimes e pela malignidade dos três ruins. De modo que, se tivessem conhecimento deste defeito, aqueles que criaram as leis evitariam todos esses três regimes propriamente ditos e elegeriam um regime que participasse de todos, julgando-o o mais firme e mais estável, porque um vigiaria o outro, havendo numa mesma cidade a monarquia, a aristocracia e a democracia.

Entre os que, por semelhantes constituições, mereceram mais louvores está Licurgo, que ordenou de tal modo as suas leis em Esparta que, estabelecendo as funções do rei, dos aristocratas e do povo, fundou um Estado que durou mais que oitocentos anos, com suma glória sua e quietude da cidade. Ao contrário de Sólon, legislador de Atenas que, por organizar somente a democracia, a fez de vida tão breve que, antes de morrer, viu o nascimento da tirania de Pisístrato e, se bem que, depois de quarenta anos, os seus herdeiros tenham sido derrubados e retornasse a liberdade, pois a restabeleceu o Estado popular segundo as instituições de Sólon, este não a manteve por mais de cem anos, ainda que, para isso, fizesse muitas constituições pelas quais se reprimia a insolência dos grandes e os abusos do vulgo, coisas não consideradas por Sólon: mesmo assim, por não ter mesclado a democracia com a força da monarquia e da aristocracia, a república de Atenas, em relação à de Esparta, viveu brevíssimo tempo.

Mas venhamos a Roma que, não obstante não tenha sido um Licurgo que a ordenasse no princípio, de modo que pudesse viver longo tempo livre, para compensar, foram tantos os acidentes nela sucedidos, pela desunião entre a plebe e o Senado, que o acaso fez o que não fora feito por um legislador, pois, se Roma não teve aquela primeira sorte, teve a segunda sorte: porque, se as suas primeiras instituições foram imperfeitas, ao menos não se desviaram do caminho reto que podia conduzi-las à perfeição, pois Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, ainda conforme o viver livre mas, porque o objetivo deles foi fundar um reino e não uma república, quando aquela cidade tornou-se livre, faltavam muitas coisas que eram necessárias organizar em favor da liberdade, as quais não foram providenciadas por aqueles reis. E, ainda que aqueles seus reis não perdessem o império por razões e modos diversos, nem mesmo aqueles que os derrubaram, instituindo de súbito dois cônsules para substituir o rei, tentaram apagar de Roma o nome nem a potestade régia; tanto que, havendo naquela república os cônsules e o Senado, havia nela a mistura de apenas

duas daquelas qualidades supracitadas, isto é, a principesca e a aristocrática. Faltava apenas abrir espaço para o governo popular, onde, por ter se tornado a nobreza romana insolente pelas razões sobre as quais falaremos depois, o povo levantou-se contra ela, de modo que, para não perder tudo, foi forçada a conceder ao povo a sua parte e, de outra parte, o Senado e os cônsules ficaram com tanta autoridade que podiam manter aquela república de acordo com os seus interesses. E assim nasceu a instituição dos tribunos da plebe, após o quê, tornou-se mais estável o regime daquela república, tendo todas as três qualidades de governo a sua parte. E a fortuna lhe foi tão favorável, se bem que ela passasse do governo real ao aristocrático e ao popular pelas mesmíssimas etapas e pelas mesmíssimas razões das quais se falou, nem assim nunca se tolheu, para dar autoridade aos aristocratas, toda a autoridade régia, nem se diminuiu de todo a autoridade dos aristocratas para dá-la ao povo mas, permanecendo mista, fez-se uma república perfeita: para esta perfeição contribuiu a desunião entre a plebe e o Senado, como nos dois seguintes capítulos largamente demonstrar-se-á.

III

Quais acidentes levaram Roma a criar os tribunos do povo, o que tornou a república mais perfeita.

Como demonstram todos aqueles que meditam sobre a vida civil, e como estão cheios de exemplos todas as histórias, é necessário a quem dispõe uma república e nela ordena as leis, pressupor todos os homens vis e que tenham sempre de usar a malignidade de seu ânimo a qualquer momento em que tenham liberdade para isso e, quando alguma perversidade fica algum tempo oculta, procede de uma razão oculta por não ter sido ainda revelada pela experiência, mas o tempo revela-a depois, por isso dizem ser ele o pai de todas as verdades.

Parece que houve em Roma, entre o povo e o Senado, eliminados os Tarquínios, uma grandíssima união, e que os nobres haviam despido sua soberba e adotado um tal espírito popular que se tornaram suportáveis para qualquer cidadão, ainda que fosse o menor deles. Esteve camuflado este engano, não havendo, enfim, sequer razão para que os Tarquínios o vissem, os quais, temendo a nobreza, e tendo pavor de que a plebe mal tratada não os apoiasse, se portavam humanamente com ela, mas como antes os Tarquínios tinham sido mortos, os nobres perderam o pavor, começaram a cuspir contra o povo o veneno que tinham retido no peito e o ofendiam de todas as formas que podiam. Isto serve de testemunho do que eu já havia

dito, quanto ao fato de que os homens não fazem nunca o bem se não por necessidade mas, onde o livre-arbítrio abunda e se consente certas liberdades, rapidamente transbordam todos os tipos de confusão e desordem. Por isso se diz que a fome e a pobreza tornam os homens industriosos e as leis os fazem bons. E, onde uma coisa, por si mesma e sem a lei, funciona bem, a lei é desnecessária mas, quando aqueles bons hábitos se ausentam, a lei é urgente e necessária. Por isso, ausentes os Tarquínios, cujo pavor mantinha a nobreza com rédeas curtas, convinha pensar em uma nova ordem que fizesse aquele mesmo efeito que faziam os Tarquínios quando estavam vivos. E, por isso, depois de muitas confusões, rumores e perigos de escândalos que nasceram entre a plebe e a nobreza, decidiu-se, por precaução quanto ao povo, instituir os tribunos, que foram nomeados com tanta preeminência e tanta reputação que puderam, a partir de então, ser mediadores entre o povo e o Senado e objetar contra a insolência dos nobres.

IV

De como a desunião entre o povo e o Senado romano tornou livre e poderosa aquela república.

Eu não quero deixar de dissertar sobre estes tumultos que tiveram lugar em Roma desde a morte dos Tarquínios até a criação dos Tribunos e, depois, sobre algumas outras coisas contra a opinião de muitos que dizem ter sido Roma uma república tumultuária e cheia de tanta confusão que, se a boa fortuna e a virtude militar não tivessem compensado os seus defeitos, teria sido inferior a todas as outras.

Eu não posso negar que a fortuna e a milícia favoreceram o império romano, mas parece-me que eles não se deram conta que, para que haja uma boa milícia, convém que haja boa ordem e raras vezes ocorre que não haja então boa sorte. Mas vamos aos outros particulares daquela cidade.

Eu digo que aqueles que criticam os tumultos entre os nobres e o povo me parecem estar maldizendo as causas primeiras de Roma manter-se livre e considerando mais os rumores e os gritos que de tais tumultos nasciam que os benefícios que eles pariam, e não levam em conta que em toda república há dois partidos diversos, o do povo e o dos grandes, nem que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião entre eles, como facilmente se pode comprovar ter se dado em Roma: porque, dos Tarquínios aos Gracos [Z], passaram-se mais de trezentos anos e dos tumultos de Roma raras vezes resultavam exílios e, raríssimas vezes, sangue. Nem se

pode, portanto, julgar nocivos estes tumultos, nem dividida uma república que, durante tanto tempo, não exilou, por causa de suas diferenças, mais que oito ou dez cidadãos, eliminou pouquíssimos e, ainda, multou não muitos. Nem se pode chamar, de maneira alguma, desordenada uma república onde há tantos exemplos de virtude, porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis e as boas leis, daqueles tumultos que muitos condenam irrefletidamente pois, quem examinar a finalidade deles, não dirá que eles tenham produzido algum exílio ou violência em desfavor do bem comum, mas leis e ordens em benefício da liberdade pública. E, se alguém dissesse: “Os modos eram extraordinários e quase perversos, ver o povo gritar contra o Senado, o Senado contra o povo, correrem tumultuariamente pelas estradas, fecharem os comércios, partir-se toda a plebe romana, essas coisas espantam até quem as lê!”, digo que todas as cidades devem ter os seus modos pelos quais o povo possa manifestar os seus desejos e, principalmente, aquelas cidades que, nas coisas importantes, desejam valer-se do povo: Roma está entre as que agiam assim, pois quando o povo queria obter uma lei, ou ele fazia algumas dessas coisas ou recusava-se a se alistar para a guerra, de modo que, para aplacá-lo, era necessário de algum modo satisfazê-lo. E os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, porque nascem ou por estarem oprimidos ou da suspeita de que serão. E, quando estas opiniões são falsas, o remédio que há para essas desavenças é surgir qualquer homem de bem que, discursando, demonstre a eles como se enganaram e os povos, como disse Túlio, embora sejam ignorantes, são capazes de assimilar a verdade e, facilmente, cedem quando, por um homem digno de fé, a verdade é dita.

Deve-se, portanto, criticar menos o governo romano e considerar que tantos bons efeitos oriundos daquela república não eram causados senão por ótimas razões. E, se os tumultos foram razão da instituição dos Tribunos, merecem grandes aplausos, porque foram constituídos não apenas para dar à administração popular a importância que lhes cabia, mas também para guardar a liberdade romana, como se mostrará no capítulo seguinte.

V

A que mãos se pode confiar mais seguramente a guarda da liberdade, se às do povo ou às dos grandes, e quem tem maiores razões para causar tumultos: quem deseja adquirir ou quem deseja manter.

ntre as questões de maior necessidade ordenadas por aqueles que constituíram uma república, está a de constituir uma guarda para a liberdade e, de acordo com a eficácia desta, a liberdade durará mais ou menos. E, porque em todas as repúblicas há homens prestigiados e há os populares, duvidou-se a respeito de em que mãos esta guarda está melhor colocada. E, entre os lacedemônios, e, em nossos tempos, entre os venezianos, ela foi colocada nas mãos da nobreza mas, entre os romanos, ela foi colocada nas mãos da plebe.

Portanto, é necessário examinar qual dessas repúblicas fez a melhor escolha e, se fôssemos direto aos seus motivos, haveria o que dizer de ambas mas, se examinássemos os seus resultados, tomaríamos o partido dos nobres, por ter tido a liberdade em Esparta e em Veneza vida mais longa que em Roma. E, olhando as razões, digo, tomando primeiro a defesa dos romanos, como se deve confiar a guarda de algo àqueles que têm menos apetite de usurpá-lo. E, sem dúvida, se considerarmos os propósitos dos nobres e dos plebeus, veremos naqueles um grande desejo de dominar e, nestes, um grande desejo de não serem dominados e, por conseguinte, maior vontade de viverem em liberdade, donde se pode esperar deles que a vontade que possam ter de usurpá-la seja menor que a dos grandes, de modo que, sendo os homens comuns encarregados de zelar pela liberdade, é razoável que tenham para com ela os maiores cuidados e, não podendo tomá-la para si, não permitem que outros o façam.

De outra parte, quem defende o regime de Esparta e de Veneza diz que aqueles que confiam a guarda nas mãos dos poderosos fazem duas coisas boas: uma é que satisfazem às suas ambições e, tendo maior parte nas coisas da república por ter nas mãos este bastão, sentem-se mais contemplados; a outra é que subtraem uma tal autoridade dos ânimos inquietos da plebe, ansiosa por reduzir a nobreza a alguma desesperação que, com o tempo, terá maus efeitos, e nos dão como exemplo a mesmíssima Roma que, por terem os tribunos da plebe esta autoridade em mãos, não contentaram-se em ter um Cônsul plebeu, a ponto de quererem ambos. A partir daí, quiseram a Censura, o Pretor e todos os outros grandes [cargos] do império da cidade. Nem isto tudo lhes bastou pois, tomados desse mesmíssimo furor, com o tempo, começam a adorar aqueles que achavam estarem dispostos a esmagar a nobreza, donde nasceram a potência de Mário e a ruína de Roma. E, realmente, quem examinasse bem uma e outra opção ficaria em dúvida a respeito de quem escolher para

guardar a liberdade, por não saber qual interesse é mais nocivo a uma república: o de quem deseja manter as honras já adquiridas ou o de quem deseja adquirir o que não tem.

E, por fim, examinado sutilmente tudo, acabaria por chegar a esta conclusão: ou te decides por uma república que deseja criar um império, como Roma, ou por uma que se contente com o manter-se. No primeiro caso, é necessário fazer tudo tal como foi feito em Roma; no segundo, pode-se imitar Veneza e Esparta, pelas razões que veremos no capítulo seguinte.

Mas, continuando a discussão sobre que homens são mais nocivos em uma república, se aqueles que desejam conquistar ou se aqueles que temem perder o que conquistaram, digo que, tendo sido feitos Marco Menêmio ditador e Marco Fúlvio líder da cavalaria, ambos plebeus, para que investigassem certas conjuras que eram feitas em Cápua contra Roma, foi-lhes também dada pelo povo autoridade para investigar quem, em Roma, por ambição e por meios extraordinários, planejassem obter o consulado ou outros cargos honoríficos. E, parecendo à nobreza que tal autoridade estivesse sendo dada ao ditador contra a lei, divulgaram em Roma o boato de que não eram os nobres que buscavam, por ambição e através de meios escusos, as honras, mas sim os plebeus, os quais, não confiando no seu sangue e nas suas virtudes, buscavam por vias ilícitas atingir aquele *status*, e acusavam particularmente o ditador. E esta acusação teve tanto poder que Menêmio fez um discurso, queixando-se de que os nobres o acusassem, deixou a ditadura e submeteu-se ao juízo que dele fizesse o povo e, depois de defendida a sua causa, saiu-se absoluto: daí muito se discutir sobre quem é mais ambicioso, o que deseja manter ou o que deseja conquistar, pois os apetites de um e de outro podem causar tumultos grandiosos. Disto conclui-se que, na maioria das vezes, esses males são causados por quem já possui, pois o temor de perder o que tem gera neles a mesma ânsia presente naqueles que desejam conquistar, pois os homens não acreditam que possuem seguramente aquilo que têm se não conquistarem também o que o outro possui. Tanto é assim que, possuindo muito, podem com maior força e maior rapidez obter mais. E quanto mais têm, mais as suas conquistas e o seu comportamento ambicioso acendem, no peito dos despossuídos, o desejo de possuir, ou para vingar-se deles, espoliando-os, ou para poderem eles também gozar daquelas riquezas e daquele prestígio que vêm serem tão mal usados pelos outros.

VI

Se em Roma era possível um regime que eliminasse as inimizades entre o povo e o Senado.

Já discutimos bastante a respeito dos efeitos produzidos pelas controvérsias entre o povo e o Senado. Ora, tendo elas continuado até a época dos Gracos, o que resultou na ruína da liberdade, alguém poderia desejar que Roma tivesse feito todas as suas grandes obras sem que nela houvesse essa inimizade. Por isso, parece-me um tema digno de consideração examinar se, em Roma, era possível um regime que eliminasse as referidas disputas. E, desejando analisar isto, é necessário recorrer àquelas repúblicas que, sem tantas inimizades e tumultos, viveram livres por longo tempo e ver que regime nelas era exercido, e se seria possível introduzi-lo em Roma.

Um exemplo entre os antigos é Esparta; entre os modernos, Veneza, regimes já mencionados por mim. Esparta instituiu um rei com um pequeno Senado que a governasse. Veneza não dividiu o governo sob nomes diversos, mas todos aqueles que podem governá-la sob uma apelação chamam-se Gentis-Homens. Esse regime foi ditado mais pela prudência que pelas leis pois, tendo uma grande quantidade de homens oriundos de terras vizinhas, das quais tinham sido rechaçados, vindo morar nos escolhos sobre os quais está assentada Veneza, ordenaram um regime político e, reunindo-se frequentemente para discutir os assuntos da cidade, quando lhes pareceu estarem em número suficiente para uma vivência política, impediram a entrada no governo de todos os imigrantes que chegavam a partir de então e, com o passar do tempo, achando-se naquele lugar um número excessivo de habitantes excluídos do governo, para dar reputação àqueles que governavam, chamaram a estes gentis-homens e, aos outros, populares [8] . É possível a este regime manter-se sem tumulto pois, quando foi instituído, todos os que habitavam Veneza foram integrados ao governo, de modo que ninguém podia queixar-se; quanto àqueles que chegaram depois, encontrando o regime já firme e acabado, não tinham motivos nem ambiente para fazer tumulto. Não achavam esses excluídos razão para tanto, já que nada lhes havia sido tirado; também não tinham oportunidade, pois quem governava mantinha-os com rédea curta e não os aproveitava para encargos nos quais pudesse ganhar autoridade. Outra razão disto é que aqueles que emigraram para Veneza não foram muitos nem em tal número a ponto de haver desproporção entre os que governam e os que são

governados, pois o número dos gentis-homens ou é igual a ele ou superior, de modo que, por estas razões, Veneza pôde organizar aquele Estado e mantê-lo unido.

Esparta, como eu disse, era governada por um rei e por um estreito Senado. Assim pôde manter-se longo tempo porque, tendo Esparta poucos habitantes e havendo recebido as leis de Licurgo (cuja observância tirava-lhes todos os motivos para tumultos) puderam viver unidos por muito tempo. Isto porque Licurgo, com suas leis, promoveu em Esparta mais a igualdade de *status*, de modo que lá havia uma modéstia igualitária e os plebeus não tinham ambições, pois as honrarias da cidade se estendiam a poucos cidadãos e os nobres jamais trataram mal o povo pois, assim, o fariam desejar apossar-se delas para si. Isto foi obra dos reis espartanos que, colocados naquele principado e postos em meio àquela nobreza, não tinham melhor remédio para manterem firme a sua dignidade que defender a plebe de todas as injúrias, o que fazia com que o povo não temesse nem desejasse o império e, não havendo império a ser disputado nem temor, eliminava-se a discórdia que esta pudesse ter para com a nobreza e os motivos de tumultos, e puderam viver unidos longo tempo. Mas duas coisas principais causaram esta união: uma foi o fato de serem poucos os habitantes de Esparta e, por isso, puderam ser governados por poucos; outra foi que, não aceitando forasteiro em sua república, não lhes foi possível corromper-se nem crescer de tal modo que o governo se tornasse insuportável àqueles poucos que o tinham em mãos.

Considerando, portanto, todas essas coisas, se vê como aos legisladores de Roma era necessário fazer uma dessas duas coisas para que Roma ficasse quieta como as duas repúblicas supracitadas: ou não aproveitar os plebeus na guerra, como os venezianos, ou não abrir caminho aos estrangeiros, como os espartanos. E eles fizeram uma e outra, o que deu à plebe forças, argumentos e inumeráveis ocasiões para tumultos. Mas, quando conseguia o Estado romano estar mais quieto, se lhe seguia este inconveniente, que era tornar-se mais débil, porque se lhe interrompia o caminho para poder atingir aquela grandeza que alcançou, de modo que, desejando Roma eliminar as razões dos tumultos, eliminava também as razões do ampliar-se. E em todas as coisas humanas observa-se isto que examinaremos bem: não se pode jamais cancelar um inconveniente sem que surja outro. Portanto, se quiseses formar um povo numeroso e armado para poder conquistar um grande império, tu o farás de modo que não poderás,

depois, manejá-lo ao teu bel-prazer; se o mantiveres pequeno e desarmado para manipulá-lo, se conquistares um território, não poderás mantê-lo ou ele se tornará tão vil que serás presa de qualquer um que te assalte. E, por isso, em todas as nossas deliberações devemos considerar onde há menos inconvenientes e escolher o melhor partido, porque num paraíso terrestre jamais repousarás. Roma poderia, portanto, à semelhança de Esparta, instituir um príncipe vitalício e um pequeno Senado mas não podia, como ela, evitar o crescimento da população, já que desejava um grande império: assim, o que o rei vitalício e o pequeno Senado fariam lhe seria de pouca utilidade para mantê-la coesa.

Se alguém desejasse, portanto, fundar uma república nova, teria de examinar se desejaria que ela se ampliasse como Roma em domínio e em potência ou que permanecesse restrita em breves termos. No primeiro caso, é necessário organizá-la como Roma e dar lugar a tumultos e dissensões de todo tipo é o melhor a fazer, pois sem um grande número de homens bem armados jamais uma república poderá crescer ou, se crescer, firmar-se. No segundo caso, poderá ordená-la como Esparta ou Veneza mas, por ser o ampliar-se o veneno dessas repúblicas, quem a governa deve, de todos os modos possíveis, proibir o conquistar, pois tais conquistas fundamentadas sobre uma república débil acabam por ser a sua ruína. Tal qual aconteceu a Esparta e a Veneza, das quais a primeira, havendo submetido toda a Grécia, mostrou em apenas um mínimo acidente quão frágil era sua base, já que, após a rebelião de Tebas causada por Pelópidas, rebelando-se outras cidades, aquela república desmoronou. Do mesmo modo, Veneza, tendo ocupado grande parte da Itália e a maior parte não pela guerra, mas pelo dinheiro e pela astúcia, quando teve de provar as suas forças, perdeu tudo em uma só batalha [9] .

Sabei que, para fazer uma república que dure longo tempo, a maneira de ordená-la internamente é a de Esparta e de Veneza, situando-a em lugar seguro e dando-lhe tal potência que ninguém acredite poder oprimi-la e, por outra parte, não fazê-la tão grande quanto formidável aos olhos dos vizinhos; assim, poder-se-ia viver longamente sob tal estado, pois por duas razões se faz guerra a uma república: uma para dominá-la, outra é por medo de que ela te domine. O método supracitado elimina estas duas razões pois, se ela for inexpugnável, como eu a pressuponho, sendo bem ordenada a defesa, raras vezes ocorrerá ou jamais que alguém planeje conquistá-la. Se ela estiver conforme os seus limites e for visto por

experiência que nela não há ambição, não ocorrerá que alguém, por medo, lhe faça guerra e tanto mais será assim se ela tiver uma constituição ou lei que a proíba de ampliar-se. E, sem dúvida, creio que no manter as coisas equilibradas desse modo é que reside o verdadeiro saber político e a tranquilidade de uma cidade. Mas, estando todas as coisas dos homens em movimento, e não podendo ser estáveis, convém que se elevem ou desmoronem, e a muitas coisas às quais a razão não te induz, a necessidade o faz, de modo que, tendo uma república sido ordenada apta a manter-se sem ampliar-se e a necessidade a conduzisse à ampliação, nós a veríamos desviar-se de seus fundamentos e arruinar-se ainda mais. Assim também da outra parte: quando o Céu lhe fosse tão benigno a ponto de não ter mais de guerrear, nasceria nela um tal ócio que a faria efeminada ou dividida; essas duas coisas juntas, ou cada uma por si, seriam a razão de sua ruína. Portanto, não sendo possível, como eu creio, equilibrar isto nem se manter nesta direção para sempre, é preciso, ao organizar a república, pensar as partes mais honráveis e ordená-las de modo que, todavia, se a necessidade os induzir a ampliação, possam conservar o que tiverem ocupado.

E, voltando ao primeiro raciocínio, creio que seja necessário seguir a ordem romana e não aquela das outras repúblicas, pois não creio que se possa encontrar um meio termo entre uma e outra, e tolerar aquelas inimizades que nascessem entre o povo e o Senado, tomando-as por um inconveniente necessário para impulsionar a romana grandeza pois, de outro modo, às outras razões alegadas, onde se demonstra que a autoridade tribunícia é necessária para guardar a liberdade, se pode facilmente considerar o benefício que nas repúblicas faz a acusação pública, a qual estava entre os outros atributos dos tribunos, como no seguinte capítulo se verá.

VII

De como são as acusações necessárias em uma república para mantê-la em liberdade.

Aqueles que, em uma cidade, são prepostos para guardar sua liberdade, não se pode dar autoridade mais útil e necessária quanto a de denunciar os cidadãos ao povo ou a qualquer magistrado ou conselho, quando pecarem em alguma coisa contra o estado livre. Esta disposição causa dois efeitos utilíssimos a uma república. O primeiro é que os cidadãos, por medo de serem denunciados, não tentam nada contra o Estado, e, tentando-o, são imediatamente e sem cerimônia reprimidos. O

outro é que torna possível o aliviar aqueles humores que crescem nos cidadãos, de qualquer modo, contra algum outro cidadão e, quando essas tensões não têm onde aliviar-se, recorrem a meios extraordinários, que fazem ruir uma república. E, por isso, não há nada que faça tão estável e firme uma república quanto o ordená-la de modo que a alteração desses humores que a agitam tenha uma maneira de desafogar-se pelas leis. O que se pode demonstrar por vários exemplos, especialmente por aquele de Coriolano [10] , mencionado por Tito Lívio, onde diz que, estando a nobreza romana irritada contra a plebe, por parecer-lhes que a plebe tivesse ganhado autoridade demais mediante a criação dos tribunos que a defendiam e estando Roma, como de costume, nessa época, numa grande escassez de víveres e havendo o Senado mandado Coriolano, inimigo da facção popular, buscar trigo na Sicília, decidiu que era chegado o tempo em que podia castigar a plebe e tolher-lhe aquela autoridade que ela conquistara em prejuízo da nobreza, mantendo-a faminta e não distribuindo-lhe o alimento. Esta sentença, chegando aos ouvidos do povo, causou tanta indignação contra Coriolano que, ao sair do Senado, o teriam tumultuariamente morto, se os tribunos não o tivessem intimado a comparecer para defender a sua causa. Sobre este acontecimento se nota aquilo que já foi dito antes: o quanto é útil e necessário que as repúblicas, com suas leis, consintam que se possa liberar a ira que contra um cidadão concebe a coletividade porque, quando estes modos ordinários não existem, recorre-se aos extraordinários e, sem dúvida, estes provocam efeitos muito piores que os causados por aqueles.

Porque, se legalmente um cidadão é punido, ainda que injustamente, a isso não se segue nem pouca nem muita desordem, porque a execução se faz sem forças privadas nem forças estrangeiras, que são aquelas que arruínam o livre viver; mas, se é feito com forças e ordens públicas, que têm seus termos particulares, não incorrem em nada que arruíne a república. E, quanto a corroborar esta opinião com exemplos, desejo que, dos antigos, me baste este de Coriolano sobre o qual alguns consideram quanto mal teria resultado à república romana se tumultuariamente ele tivesse sido morto, pois lhe surgiam ameaças de todos os cidadãos, as quais geram o pavor, o pavor busca defesa, para a defesa providenciam-se defensores, dos defensores nascem as facções nas cidades, destas nasce a ruína daquelas. Mas, sendo a coisa dirigida por quem detenha autoridade, eliminar-se-ão

todos aqueles males que podiam surgir se fosse dirigida pela autoridade privada.

Nós temos visto em nossos dias que novidades resultaram de, na república de Florença, não poder a multidão desafogar sua fúria ordeiramente contra um cidadão seu, como aconteceu nos tempos em que Francesco Valori era como o príncipe da cidade [11] . Este era considerado por muitos um ambicioso que desejava, com a sua audácia e animosidade, transcender o viver civil, e não havia na república um meio para resistir-lhe a não ser um partido contrário ao seu: disso resultou que, não temendo ele senão os recursos ilegais, começou a recrutar fautores que o defendessem; da outra parte, aqueles que se opunham a ele, não tendo meios legais para reprimi-lo, cogitaram os meios ilegais, de modo que se armaram. E onde, quando legalmente se pudesse opor-se-lhe, seria sua autoridade extinta com dano seu unicamente, tendo de extingui-la extraordinariamente, resultou em dano não somente seu mas de muitos outros nobres cidadãos. Podia-se também alegar, reforçando a conclusão acima, o caso sucedido, também em Florença, de Piero Soderini, o qual teve lugar por não haver nessa república modo algum de denunciar a ambição dos cidadãos poderosos. Porque o acusar um poderoso a oito juízes em uma república não basta: é necessário que os juízes sejam muitos, porque os poucos sempre agem com a força de poucos. Tanto, que, se houvesse tais meios, ou os cidadãos teriam acusado, caso ele agisse mal, e por tais meios teriam desafogado a fúria popular, sem precisar da intervenção do exército espanhol, ou não agindo mal, não teriam ousado agir contra ele, por medo de não serem eles acusados e, assim, de ambas as partes teria cessado aquele apetite que foi pedra de escândalo.

De tudo isso, pode-se concluir que todas as vezes que se vêem forças estrangeiras sendo chamadas de alguma parte por homens que vivem em uma cidade, pode-se crer que a razão disso sejam as péssimas instituições desta, por não haver dentro dela uma ordem que permita desafogar, sem recursos extraordinários, os humores malignos que nascem nos homens, e que, pra precaver-se de tudo isso, deve-se autorizar que as acusações sejam feitas a muitos juízes e dar autoridade a estes. Estes meios foram tão bem instituídos em Roma que, em tantas dissensões entre plebe e Senado, nunca o Senado ou o povo ou algum cidadão em particular cogitou valer-se de forças externas pois, tendo o remédio em casa, não tinham necessidade de buscá-lo fora. E, se bem que os exemplos supracitados sejam mais que suficientes para prová-lo, mesmo assim quero adicionar um outro, narrado

por Tito Lívio na sua História: é o que se refere como foi, em Clúsio, cidade naqueles tempos nobilíssima da Toscana, por um tal Lucumone, violada uma irmã de Arunte e, não podendo Arunte vingar-se, por causa do poder do violador, foi aos gauleses que, então, reinavam onde hoje chamamos Lombardia, e os convenceu a irem armados a Clúsio, mostrado-lhes como os seus valentes podiam vingar-lhe a injúria recebida: se fosse possível a Arunte vingar-se com os recursos da cidade, não teria procurado as forças bárbaras.

Mas, do mesmo modo que são úteis as denúncias em uma república, são inúteis e danosas as calúnias, como no capítulo seguinte discorreremos.

VIII

As denúncias são tão úteis a uma república quanto são nocivas as calúnias.

Não obstante a virtude de Fúrio Camilo (pois ele libertara Roma da opressão dos gauleses [\[12\]](#)) tivesse feito com que todos os cidadãos romanos o honrassem sem que, por isso, se sentissem eles próprios diminuídos; mesmo assim Mânlio Capitolino não podia suportar que lhe fossem atribuídas tanta honra e tanta glória, parecendo-lhe quanto à salvação de Roma, por ter salvo o Capitólio, ter merecido tanto quanto Camilo e, quanto a outras condecorações bélicas, não ser inferior a ele. De modo que, possuído pela inveja, não podendo sossegar por causa da glória daquele, e vendo que não podia semear a discórdia entre os patrícios, voltou-se à plebe, semeando várias opiniões sinistras no meio dela. Dizia, entre outras coisas, que o tesouro, recolhido entre eles para ser entregue aos gauleses, não o fora: teria sido usurpado por cidadãos e, quando o recuperassem, poder-se-ia convertê-lo em utilidade pública, aliviando o povo de tributos ou de algum débito particular. Estas palavras conquistaram a multidão de tal forma que deram início a disputas e a se fazer, por causa disso, demasiados tumultos na cidade; isto desagradou o Senado e, parecendo-lhe algo urgente e perigoso, empossou um ditador, Cornélio Cosso, para que ele avaliasse o caso e freasse o ímpeto de Mânlio, de forma que o ditador rapidamente o intimou e o conduziu a público, ao encontro um do outro: o ditador em meio aos nobres e Mânlio em meio à plebe. Foi exigido de Mânlio que ele dissesse logo com quem estava esse tesouro ao qual se referia, pois o Senado estava tão desejoso de sabê-lo quanto a plebe, ao que Mânlio não respondia diretamente mas, blefando, dizia que não era necessário dizer-lhes o que eles já sabiam, de modo que o ditador o encarcerou.

Note-se neste exemplo o quanto são, nas cidades livres e em todos os outros regimes, detestáveis as calúnias e como, para reprimi-las, não se deve perdoar, em hipótese alguma, quem as faça de propósito. Nem pode haver melhor maneira de eliminá-las do que dar lugar às denúncias, pois as denúncias são tão benéficas às repúblicas quanto são nocivas as calúnias e, de uma a outra parte, há esta diferença: as calúnias não têm necessidade nem de testemunho nem de qualquer outra evidência para prová-las, de modo que qualquer um pode caluniar ou ser caluniado, mas não pode ser denunciado, tendo a denúncia necessidade de provas verdadeiras e de circunstâncias que mostrem a sua veracidade. Os homens são acusados perante os magistrados, os povos, os conselhos; são caluniados pelas praças e pelas *logge* [13]. A calúnia é mais usada onde se usa menos a denúncia e onde as cidades são menos preparadas para recebê-las. Por isso, o ordenador de uma república deve providenciar para que nela se possa denunciar qualquer cidadão sem temor ou constrangimento; isto feito e bem observado, deve punir severamente os caluniadores, dos quais não se deve ter dó, tendo os lugares abertos para que sejam ouvidas as acusações daqueles a quem eles caluniaram em encontros particulares. E onde não está bem organizada essa parte, acontecem sempre grandes desordens, pois as calúnias irritam e não corrigem os cidadãos, e os irritados pensam em vingar-se, odiando ainda mais que temendo o que se diga contra eles.

Esta parte, como foi dito, era bem ordenada em Roma e sempre esteve mal ordenada na nossa cidade de Florença. E, como a Roma esta ordem fez muito bem, a Florença esta desordem faz muito mal. E quem ler a história desta cidade verá quantas calúnias foram ditas em todos os tempos sobre os cidadãos que eram consultados em seus assuntos importantes. De um diziam que havia roubado o dinheiro das comunas; de outro que não tinha vencido uma empresa por ter se corrompido e aquele outro, por uma ambição, tinha feito isso e aquilo de inconveniente. O resultado disso era que de todas as partes surgia o ódio, que dava origem às divisões, as divisões aos partidos e os partidos à ruína. Se houvesse em Florença ordem no acusar os cidadãos e punir os caluniadores, não se sucederiam os infinitos escândalos que se seguiram, pois os cidadãos, ou condenados ou absolvidos, não poderiam prejudicar a cidade e teriam sido sempre menos os acusados que os caluniados, não se podendo, como já disse, acusar tal como se calunia [14].

E dentre outras coisas das quais se valeu algum cidadão para alcançar a grandeza pretendida estavam as calúnias que, agindo contra os cidadãos poderosos que se opunham ao seu apetite, funcionavam bem, tomando o partido do povo e sustentando-se na má impressão que este tinha deles, passando-se ele por amigo do povo. E embora se possam adicionar sempre muitos exemplos, quero contentar-me com um só.

Estava o exército florentino lutando em Lucca, comandado pelo senhor Giovanni Guicciardini, seu comissário. Por culpa ou dos seus maus dirigentes ou da má fortuna, a expugnação daquela cidade não aconteceu. Todavia, conforme tenha se dado o caso, culpavam o senhor Giovanni, dizendo ter sido ele corrompido pelos Lucchesi; essa calúnia, sendo favorecida pelos seus inimigos, conduziu o senhor Giovanni quase à última desesperação. E, embora ele quisesse entregar-se nas mãos do capitão para justificar-se, nem assim pôde jamais fazê-lo, por não haver naquela república meio para isso. Disto nasceram ainda mais inimizade entre os amigos do senhor Giovanni, que eram a maior parte dos grandes homens, e entre aqueles que desejavam novidades em Florença. Esta e outras mais foram as causas da ruína daquela república.

Era, portanto, Mânlio Capitolino caluniador e não acusador e os romanos mostraram nesse caso mencionado como se deve punir os caluniadores. Porque se deve fazer deles acusadores e, quando a acusação se provar verdadeira, ou premiá-los ou não puni-los, mas quando ela não se mostrar verdadeira, puni-los como foi punido Mânlio.

IX

De como é necessário estar só quando se quer ordenar uma nova república ou reformá-la quando estiver totalmente afastada das antigas instituições.

Pode parecer a alguém que eu tenha cometido grandes lapsos quanto à história romana, não tendo feito ainda menção alguma dos fundadores daquela república, nem das instituições que diziam respeito à religião e à milícia. E, por isso, não querendo manter por mais tempo suspensos os ânimos daqueles que sobre esta parte desejam entender alguma coisa, digo como muitos por ventura podem ter julgado péssimo o exemplo de um fundador de uma cidade tal como Rômulo que, primeiro, matou seu irmão, depois consentiu na morte de Tito Tázio Sabino, eleito por ele companheiro no reino; deste modo, julgam que os seus cidadãos podiam, com o precedente do príncipe, ofender, por ambição e desejo de comando, aqueles que se opusessem à autoridade deles. Essa opinião seria

verdadeira, caso não se considerasse que objetivo o moveu a cometer tal homicídio.

E deve-se tomar isto por regra geral: nunca ou raramente ocorre que alguma república ou reino seja, a princípio, bem ordenada, ou totalmente renovada, para além das velhas instituições, se não for ordenada por um só; antes, é necessário que seja um só aquele que dita o modo e de cuja mente dependa qualquer ordenação similar. Por isso, um prudente ordenador de uma república que tenha este ânimo de querer ajudar não a si próprio mas ao bem comum, não à sua própria sucessão mas à pátria comum, deve emprenhar-se em exercer sozinho a autoridade; e jamais um intelecto sábio repreenderá alguém por alguma ação extraordinária da qual tenha feito uso para ordenar um reino ou constituir uma república. É conveniente que, acusando o fato, o efeito o desculpe e sempre o desculpará quando for bom como no caso de Rômulo, pois se deve repreender aquele que é violento para destruir, não o que o é para consertar. Deve, no entanto, ser prudente e virtuoso para que aquela autoridade que tomou para si não a deixe por herança a um outro porque, sendo os homens mais dispostos ao mal que ao bem, o seu sucessor poderia usar ambiciosamente os meios que ele usou virtuosamente. Além disso, se um só basta para ordenar, esta ordenação não durará muito se permanecer sobre os ombros de um só, mas sim quando estiver aos cuidados de muitos e que estes muitos desejem mantê-la. Pois assim como não é bom que muitos organizem algo, por não saberem o que é o melhor a fazer, devido às diversas opiniões que há entre eles, é sabido que não concordarão em abster-se. E que Rômulo seja daqueles que, pela morte do irmão e do companheiro, merecem perdão e que aquilo que fez foi pelo bem comum e não por ambição própria, demonstra-o o fato de ter imediatamente instituído um Senado com o qual se reunisse e deliberasse de acordo com as suas decisões. E quem considerar bem a autoridade que Rômulo reservou para si verá que ele não se reservou outra autoridade que não a de comandar os exércitos quando fosse declarada a guerra e a de convocar o Senado. Foi o que se viu quando Roma livrou-se dos Tarquínios, ocasião em que os romanos não inovaram nenhuma instituição antiga, exceto que, em lugar de um rei próprio, houvesse dois cônsules eleitos anualmente, o que testifica que todas as ordens primitivas daquela cidade eram mais adequadas a um viver civil e livre do que a um absolutista e tirânico.

Poder-se-ia citar para sustentar as coisas ditas acima infinitos exemplos, como Moisés, Licurgo, Sólon e outros fundadores de reinos e de repúblicas que puderam, por se terem atribuído autoridade, criar leis a propósito do bem comum, mas prefiro considerar isso como algo já tratado. Citarei somente um, não tão célebre, mas considerável para aqueles que desejem ser bons legisladores: o caso é que, desejando Agildo, rei de Esparta, reduzir os espartanos àqueles termos impostos pelas leis de Licurgo, por lhe parecer que, tendo-se deles desviado, a sua cidade tivesse perdido muito daquela antiga virtude, e, conseqüentemente, da força e do império, foi, nos seus primeiros anos, combatido pelos éforos [15] espartanos como alguém que quisesse ocupar uma tirania. Mas, sendo depois sucedido no reino por Cleómene, e nascendo neste o mesmíssimo desejo, devido aos pensamentos e escritos de Agildo, por ele descobertos, onde se via quais eram suas idéias e intenções, compreendeu que não poderia realizar esta benfeitoria para com a sua pátria se não exercesse sozinho a autoridade, parecendo-lhe, devido à ambição dos homens, não poder ser útil a muitos contra a vontade de poucos e, tendo encontrado ocasião conveniente, eliminou os éforos e quaisquer outros que pudesses opor-se a ele; depois, renovou totalmente as leis de Licurgo. Essa deliberação bastaria para fazer Esparta ressurgir e dar a Cleómene a mesma reputação de Licurgo, se não fossem a potência dos macedônios e a debilidade das outras repúblicas gregas, pois, tendo sido, depois dessas ordens, assaltado pelos macedônios, e não tendo com quê valer-se, foi vencido e ficou aquele seu projeto, embora justo e louvável, imperfeito.

Tendo considerado todas essas coisas, concludo que é necessário estar só para organizar uma república e que Rômulo, pelas mortes de Remo e de Tito Tázio merece perdão e não críticas.

X

O quanto são dignos de louvor os fundadores de uma república ou de um reino, tanto como de vitupério os de uma tirania.

Entre todos os homens louváveis, são louvabilíssimos aqueles que foram cabeças e fundadores das religiões. Logo depois deles, os que fundaram repúblicas ou reinos. Depois destes são célebres aqueles que, comandando exércitos, ampliaram os seus domínios ou os de sua pátria. A estes acrescentam-se os homens de letras e, como estes são muitos, são celebrados cada um segundo o seu valor. A qualquer outro

homem, e o número deles é infinito, se atribui algum reconhecimento, o qual lhe garante a sua arte e o exercício dela.

São, ao contrário, infames e detestáveis os homens destruidores das religiões, dissipadores dos reinos e das repúblicas, inimigos da virtude, das letras e de qualquer outra arte que traga utilidade e honra à humana geração, como o são os ímpios, os violentos, os ignorantes, os estúpidos, os ociosos, os vis. E ninguém, por mais tolo ou sábio, por mais triste ou bom que seja, tendo de escolher entre as duas qualidades de homens, deixará de louvar aquela que deve ser louvada e reprovar a que deve ser reprovada.

Entretanto, quase todos, enganados por um falso benefício ou por uma falsa glória, se deixam levar, ou voluntariamente ou por ignorância, no grupo daqueles que merecem mais vitupério que louvor e, podendo fazer para sua perpétua honra uma república ou um reino, voltam-se para a tirania sem conquistar, com essa decisão, grande fama, glória, honra, estabilidade, quietude e satisfação de ânimo, incorrendo em quanta infâmia, vitupério, desprezo e perigo!

E é impossível que aqueles cidadãos comuns que, vivendo em uma república, dela tornando-se príncipes por fortuna ou por virtude, se lessem as histórias, ou se fizessem das memórias das coisas antigas o seu tesouro, não desejassem esses cidadãos que vivessem em sua pátria muito mais Cipiões do que Césares, e aqueles príncipes, muito mais Agesilaus, Timoleões, Diones que Nabidos, Falaros e Dionísios, porque veriam estes serem sumamente vituperados e aqueles imensamente louvados. Veriam ainda como Timoleão e os outros não tiveram em sua pátria menos autoridade que Dionísio e Falaro, mas veriam que tiveram bem menos segurança.

Nem há quem se engane quanto à glória de César, ouvindo as grandes celebrações que dele fizeram os escritores, pois aqueles que o louvavam foram corrompidos pela sua riqueza e amedrontados pela grandeza do império que, regido sob tal nome, não permitia que os escritores falassem livremente dele. Mas quem quiser saber o que os escritores diriam dele, veja o que disseram de Catilina. E César é tão vituperável quanto mais digno de vitupério é aquele que fez do que aquele que desejou fazer o mal. Veja ainda com quantos louvores eles celebram Brutus, tanto que, não podendo reprovar aquele, devido ao seu poder, eles celebram o seu inimigo. Considere ainda quem se tornou príncipe em uma república quantos louvores, depois que Roma tornou-se Império, mereceram aqueles

imperadores que viveram segundo as leis e como bons príncipes – mais do que aqueles que viveram ao contrário – e verá como a Tito, Nerva, Trajano, Adriano [16] , Antonino [17] e Marco não eram necessários os soldados pretorianos nem a multidão de legiões para defendê-los, porque as suas práticas, a benevolência do povo, o amor do Senado os defendia. Verá ainda como a Calígula [18] , Nero [19] , Vitélio e a tantos outros celerados imperadores não bastaram os exércitos orientais e ocidentais para salvá-los dos inimigos que os seus maus atos, as suas vidas de crueldades lhes geraram. E se a história destes fosse bem considerada, seria até mesmo advertência para qualquer príncipe, mostrando-lhe o caminho da glória e o da reprovação, da segurança e do temor, porque, de vinte e seis imperadores, dez morreram de morte natural e se, entre aqueles que foram mortos, houve algum bom, como Galba [20] e Pertinax [21] , foi morto devido à corrupção que o seu antecessor deixou nos soldados, e se, entre aqueles que morreram naturalmente, houve algum celerado, como Severo, deveu-se a uma grande sorte sua e energia, duas coisas que acompanham a poucos homens. Verá ainda, pela moral desta história, como se pode organizar um bom reino, pois todos os imperadores que chegaram à sucessão por herança, exceto Tito, foram péssimos; aqueles que o conseguiram por adoção foram todos bons, como aqueles cinco de Nerva a Marco, e como o império decaiu com os herdeiros e refez-se com a ruína destes.

Tome, então, um príncipe, os tempos de Nerva a Marco e compare-os com aqueles que antecederam e sucederam esse período e, depois, escolha em qual desses gostaria de ter nascido ou a qual gostaria de suceder. Porque, nesses tempos governados por bons, verá um príncipe seguro em meio aos seus seguros cidadãos e repleto de paz e justiça o mundo. Verá o Senado com a sua autoridade, os magistrados com o seu *status* , gozarem os cidadãos ricos de suas riquezas, a nobreza e a virtude exaltadas, verá toda a quietude e todos os benefícios e, de outra parte, todo rancor, toda licenciosidade, corrupção e ambição extintas: verá os tempos áureos quando qualquer um podia manter e defender a opinião que quisesse. Se considerar depois, atentamente, os tempos dos outros imperadores, há de vê-los atrozes devido às guerras, discórdia, resultantes de sedições, crueldades na paz e na guerra: tantos príncipes mortos com o ferro, tantas guerras civis, tantos extermínios, a Itália aflita e cheia de inéditos infortúnios; arruinadas e saqueadas as suas cidades. Verá Roma queimada, o Capitólio pelos seus

cidadãos desfeito, desolados os antigos templos, corrompidas as cerimônias, as cidades repletas de adultérios: verá o mar repleto de exilados, os escolhos ensanguentados. Verá acontecer em Roma inumeráveis crueldades e a nobreza, as riquezas, as honras passadas e, sobretudo, a virtude serem consideradas pecados capitais. Verá os caluniadores premiados, os servos serem subornados contra seus senhores, os libertos contra o patrão e aqueles a quem faltavam inimigos serem oprimidos pelos amigos. E conhecerá então muito bem quantas dívidas Roma, a Itália e o mundo têm para com César.

E, sem dúvida, caso seja filho de um homem, desistirá de imitar esses tempos maus e inflamar-se-á com um imenso desejo de seguir os bons exemplos. E, buscando realmente um príncipe a glória do mundo, deveria desejar possuir uma cidade corrupta, não para acabar de estragá-la, como fez César, mas para reordená-la, como fez Rômulo. E, realmente, os Céus não podem dar aos homens maior oportunidade de glória, nem os homens podem desejar mais do que isso. E se ao desejo de organizar uma cidade fosse necessário depor o principado, mereceria aquele que não a ordenasse, para não cair do seu posto, alguma desculpa, mas, podendo-se manter o principado e ordená-la, não merece perdão algum. E, em suma, considerem aqueles a quem os Céus dão tal oportunidade que lhes são propostos dois caminhos: um que os faz viver seguros e tornarem-se gloriosos depois da morte; o outro os faz viver em contínuas angústias e, depois da morte, deixar para si uma eterna infâmia.

XI

Da religião romana.

Roma considera Rômulo seu primeiro ordenador e, como filha, credita a ele seu nascimento e educação. Mesmo assim, os Céus, julgando que as instituições de Rômulo não bastassem a tanto império, inspiraram no seio do Senado a eleição de Numa Pompílio para suceder a Rômulo, de modo que as coisas que por ele tivessem ficado inacabadas fossem por Numa ordenadas. Este, encontrando um povo ferocíssimo, e desejando impor a obediência civil com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para manter a civilidade, e a constituiu de modo que, por muitos séculos, não houve jamais tanto temor a Deus quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento que o Senado ou aqueles grandes homens desejassem fazer.

E quem examinar as inumeráveis ações do povo de Roma como um todo ou de muitos cidadãos em particular, verá como aqueles cidadãos temiam muito mais transgredir um juramento que as leis, como se vê explicitamente pelos exemplos de Cipião [22] e de Mânlio Torquato, pois, depois da derrota que Aníbal [23] infringiu aos romanos em Canas [24] , muitos cidadãos reuniram-se e, decepcionados com a pátria, resolveram abandonar a Itália e emigrar para a Sicília. Ouvindo isto, Cipião foi à procura deles e, com a espada desnuda na mão, obrigou-os a jurar que não abandonariam a pátria.

Lúcio Mânlio, pai de Tito Mânlio, que foi depois chamado Torquato, foi acusado por Marco Pompônio, tribuno da plebe e, antes que chegasse o dia do julgamento, Tito foi em busca de Marco e, ameaçando-o se não jurasse retirar a acusação contra seu pai, o obrigou ao juramento e aquele, tendo jurado por medo, retirou a acusação.

E assim aqueles cidadãos, cujo amor à pátria as leis daquela não retinham na Itália, foram retidos por um juramento que foram obrigados a fazer e aquele tribuno pôs de lado o ódio que tinha ao pai de Tito e a injúria que este lhe tinha feito e a sua honra para obedecer ao juramento feito, o que não resulta de outra coisa que não seja a religião que Numa introduzira naquela cidade.

E vê, quem considera bem as histórias romanas, o quanto era útil a religião para comandar os exércitos, para animar o povo e para manter os homens bons e envergonhar os maus. Tanto que, se tivéssemos de decidir a qual príncipe Roma devesse mais, se a Rômulo ou a Numa, creio que, certamente, Numa obteria o primeiro lugar porque, onde há religião, facilmente se pode introduzir as armas e, onde há armas e não há religião, dificilmente se pode introduzir esta. E se vê que Rômulo, para organizar o Senado e para instituir outras ordens civis e militares, não necessitou da autoridade de Deus, mas esta foi bem necessária a Numa, que fingiu ter familiaridade com uma Ninfa, que o aconselhava sobre o que ele tinha de dizer ao povo, e a causa de tudo isso era que ele desejava impor ordens novas e inusitadas naquela cidade e duvidava que a sua autoridade bastasse.

E, realmente, nunca houve um ordenador de leis extraordinárias em um povo que não recorresse a Deus, porque são muitos os benefícios conhecidos por um homem prudente, os quais não têm em si motivos evidentes para que possam persuadir as pessoas. Portanto, os homens sábios que querem eliminar essa dificuldade recorrem a Deus.

Assim fez Licurgo, assim Sólon, assim muitos outros que desejaram o mesmíssimo objetivo deles. O povo romano então, maravilhado pela sua bondade e prudência, cedia a todas as suas deliberações.

É também verdade que eram aqueles tempos repletos de religiosidade e simplórios aqueles homens com os quais ele tinha de lidar, podendo imprimir neles facilmente qualquer forma. E, sem dúvida, quem quisesse, nos tempos atuais, fundar uma república, mais facilidade encontraria nos homens das regiões montanhosas, onde não há nenhum refinamento, que naqueles que estão acostumados a viver nas cidades, onde a civilidade anda corrompida, como um escultor obterá mais facilmente uma bela estátua de um mármore bruto que de um mal utilizado por outro.

Considerando, então, tudo, concluo que a religião introduzida por Numa esteve entre as razões primeiras da felicidade daquela cidade, porque promoveu boas ordens, as boas ordens trouxeram bem-aventuranças, e da bem-aventurança nasceram os felizes resultados dos empreendimentos.

E, como a observância do culto divino é causa da grandeza das repúblicas, assim o desprezá-lo é motivo para a ruína delas porque, onde falta o temor a Deus, convém ou que o reino desmorone ou que seja sustentado pelo temor de um príncipe que supere os defeitos da religião. E, como os príncipes têm vida curta, convém que esse reino desapareça rapidamente, tão logo desapareça a virtude dele. Decorre disso o fato de que os reinos que dependem da virtude de um homem são pouco duráveis, porque aquela virtude se acaba com a vida dele e raras vezes acontece de ela ser revigorada pelos seus sucessores, como Dante disse prudentemente:

Rade volte discende per li rami

l'umana probitate, e questo vuole

quel che la dà, perché da lui si chiami. [25]

A saúde de uma república ou de um reino não consiste em ter um príncipe que, prudentemente, governe enquanto vive, mas um que a ordene de modo que, morrendo, ainda se mantenha. E, se bem que aos homens rudes é mais fácil persuadir quanto a uma ordem nova, não é por isso impossível persuadir também os homens refinados e que presumem não serem grosseiros. O povo de Florença não parece ser nem ignorante nem grosso, mesmo assim foi persuadido por Frei Girolamo Savonarola [26] de que falava com Deus. Eu não quero julgar se ele dizia a verdade ou não, pois de um tal homem se deve falar com reverência, mas eu afirmo que inúmeros acreditavam nele, sem ter visto nada de extraordinário que os fizesse crer,

pois a vida dele, a doutrina e o argumento de suas pregações eram suficientes para fazê-los ter fé.

Ninguém, portanto, desanime por não conseguir o que por outros foi feito, porque aqueles homens, como no nosso prefácio foi dito, nasceram, viveram e morreram, na ordem de sempre [27].

XII

De como é importante ocupar-se da religião e de como a Itália, não tendo feito isso, por culpa da Igreja Romana, está arrasada.

Aqueles principados ou aquelas repúblicas que desejam manter-se incorruptos, têm, acima de qualquer outra coisa, de manter impecáveis as cerimônias de sua religião e assegurar-lhes sempre a sua veneração, porque não se pode dar nenhum indício maior de ruína de uma província que ver desprezado o culto divino [28].

Isto é fácil de entender, conhecido que é o alicerce da religião na qual o homem nasceu, porque toda religião tem por fundamento de sua existência alguma de suas principais instituições. A vida da religião dos pagãos era fundada sobre as respostas dos oráculos e sobre a seita dos adivinhos e dos videntes: as suas cerimônias, sacrifícios e ritos dependiam disto, porque eles acreditavam facilmente que o Deus que podia predizer-te o teu futuro bom ou mau também podia concedê-lo a ti. Disto resultavam os templos, os sacrifícios e todas as outras cerimônias que os veneravam: para que o oráculo de Delfos, o templo de Jove Amon e outros célebres oráculos enchessem o mundo de admiração e devoção. Como eles começaram depois a falar à maneira dos poderosos e tendo sido tal falsidade descoberta pelos povos, os homens tornaram-se incrédulos e dispostos a perturbar toda boa ordem.

Devem, portanto, os príncipes de uma república ou de um reino manter os fundamentos da religião que tiverem e, feito isto, será fácil para eles manter a república religiosa e, por conseguinte, boa e unida. E quanto a todas as coisas que surgirem em favor da religião, ainda que eles as considerem falsas, devem ser por eles favorecidas e exageradas e quanto mais prudentes e conhecedores das coisas naturais eles forem mais devem fazê-lo. E por ter sido este procedimento observado pelos homens sábios é que nasceram as crenças nos milagres que as religiões, ainda que falsas, celebram, pois os prudentes os aumentam, quaisquer que tenham sido os seus princípios, e a autoridade deles faz com que os outros acreditem neles.

Desse tipo de milagres houve muitos em Roma, entre os quais conta-se que, saqueando os soldados romanos a cidade de Veios, alguns deles entraram no templo de Juno e, aproximando-se da imagem desta e dizendo-lhe “*Vis venire Roman?*” [29], pareceu a alguém que ela acenasse, a um outro que ela dissesse que sim, porque, estando os homens repletos de religião (o que demonstra Tito Lívio, pois ao entrar no templo, entraram sem tumulto, todos devotos e cheios de reverência), pareceu-lhes ouvir aquela resposta à pergunta que, por acaso, lhe tinham feito; tal boato e credence foi favorecida e aumentada por Camilo e pelos outros príncipes.

Se tal religiosidade, nos princípios da república cristã, tivesse sido mantida conforme o seu fundador havia ordenado, os Estados e repúblicas cristãos seriam mais unidos e muito mais felizes do que são. Nem se pode fazer maior conjectura do seu declínio quanto o vemos como os povos que estão mais próximos da Igreja Romana, sede de nossa religião, têm menos religião. E quem examinasse os seus fundamentos e visse como as suas práticas presentes são diferentes deles, julgaria estar se avizinando ou a ruína ou o flagelo.

E, porque muitos creem que o bem-estar da Itália se deve à Igreja Romana, quero contra tal opinião discorrer os argumentos que me ocorrem, alegando duas fortíssimas razões que, segundo creio, não entram em contradição.

A primeira é que, pelos maus exemplos da corte romana, esta província [30] perdeu toda a devoção e toda religiosidade, o que resulta em inumeráveis inconvenientes e infundáveis desordens, pois, assim como onde há religião se pressupõe todos os benefícios, assim onde ela falta se pressupõe o contrário.

Nós, italianos, temos, portanto, para com a Igreja e para com os padres essa primeira dívida: graças a ela nos tornamos incrédulos e maus, mas temos também, para com eles, uma dívida ainda maior, que consiste na segunda causa da nossa ruína: a Igreja manteve e mantém esta província desunida.

E, realmente, província nenhuma jamais foi unida ou feliz, a não ser quando toda ela deve obediência a uma república ou a um príncipe, como sucedeu à França e à Espanha. E a razão pela qual a Itália não alcançou esse mesmíssimo termo, nem há nela uma república ou príncipe que a governe, é a Igreja somente, pois, tendo ela conquistado e mantido um império temporal, não tornou-se tão poderosa nem tão virtuosa a ponto de poder ocupar-se dos tiranos da Itália e tornar-se príncipe, e não tornou-se, por outro lado, tão fraca a ponto de, por medo de perder o domínio dos seus

assuntos temporais, não poder convocar um poderoso para defendê-la contra quem, na Itália, se tornasse mais poderoso que ela, como foi visto várias vezes antigamente, quando ela, mediante Carlos Magno [31], expulsou os lombardos, que eram já quase reis de toda a Itália [32] e quando, nos nossos tempos, ela venceu os venezianos com a ajuda da França e depois expulsou os franceses com a ajuda dos suíços [33]. Não sendo, portanto, a Igreja forte o bastante para ocupar a Itália nem tendo permitido que outro a ocupasse, tem dado motivo para que esta não possa submeter-se a um só chefe, mas a muitos príncipes e senhores, dos quais resulta tanta desunião e tanta fraqueza que a têm levado a ser presa não somente de potências bárbaras, mas de qualquer um que a assalte. Isto nós, italianos, devemos à Igreja e a ninguém mais.

E quem quiser fazer a experiência para comprovar a veracidade disto, basta ter poder suficiente para mandar a corte romana, com a autoridade que tem na Itália, viver nas terras dos suíços, os quais são povos que vivem, quanto à religião e às ordens militares, conforme os antigos; verá que, em pouco tempo, os maus costumes daquela corte causariam mais desordens naquela província que qualquer acidente que lhes sobreviesse.

XIII

Como os romanos se serviam da religião para reordenar a cidade, dar prosseguimento às suas empresas e frear os tumultos.

Não me parece fora de propósito acrescentar alguns exemplos de como os romanos se serviam da religião para reordenar a cidade e para dar prosseguimento às suas empresas e, embora haja muitos desses exemplos em Tito Lívio, nem por isso quero limitar-me a eles.

Havendo o povo romano instituído os tribunos com poderes consulares, sendo todos plebeus, exceto um, e tendo ocorrido naquele ano peste, fome e certos prodígios, os nobres aproveitaram-se disso por ocasião da eleição dos tribunos, dizendo que os deuses estavam zangados por Roma ter usado mal a majestade de seu império, e que não havia outro remédio para aplacar os deuses que escolher os tribunos de acordo com a sua posição: o resultado foi que a plebe, desanimada pelos religiosos, elegeu todos os tribunos de entre os nobres.

Vê-se ainda, na expugnação da cidade de Veios, como os capitães dos exércitos valiam-se da religião para mantê-los dispostos a uma empresa: tendo o lago Albano crescido admiravelmente naquele ano e estando os soldados romanos aborrecidos pela longa ociosidade, desejando voltar a

Roma, disseram os romanos que Apolo e outros oráculos prediziam que, naquele ano, a cidade de Veios seria expugnada se as águas do Albano transbordassem, o que fez os soldados suportarem os fastios da ociosidade, presos a essa esperança de expugnar a cidade, e ficaram dispostos a dar prosseguimento à empresa, de modo que Camilo, feito ditador, expugnou a dita cidade depois de a ter assediado por dez anos.

E assim a religião, bem utilizada, contribuiu tanto para a expugnação daquela cidade quanto para restituir o tribunato à nobreza, coisas que dificilmente seriam feitas sem tal meio.

Não quero deixar de acrescentar a este propósito um outro. Havia surgido em Roma tumultos em excesso por causa do tribuno Terêntilo, que queria propor certa lei, por razões que serão ditas a seu tempo e, entre os primeiros remédios que a nobreza usou estava a religião, da qual serviram-se de duas maneiras.

Primeiro, fizeram ver os livros das Sibilas e responder como, mediante a sedição civil, a cidade corria risco de perder a liberdade. Isso, embora fosse desmentido pelos tribunos, infundiu medo nos corações dos plebeus, que desistiram de segui-los.

A segunda maneira foi que, tendo um Ápio Erdônio, com uma multidão de deserdados e servos, em número de quatro mil homens, ocupado o Capitólio, tanto que parecia que os équos [34] e os volscos [35], perpétuos inimigos do nome romano, tinham chegado a Roma, expugnando-a, e, não cessando por causa disso os tribunos de continuar na sua pertinácia de propor a lei de Terêntilo, dizendo que aquela invasão era simulada e não verdadeira, saiu fora do Senado um Públio Rubério, cidadão sério e de autoridade, com palavras em parte amáveis, em parte ameaçadoras, mostrando-lhes os perigos que a cidade corria e a insensatez das suas exigências, tanto que convenceu a plebe a não transgredir a vontade do cônsul, de modo que o povo, obediente, recuperou o Capitólio.

Mas, morrendo em tal expugnação o cônsul Públio Valério, rapidamente foi reeleito cônsul Tito Quínzio que, para não dar descanso ao povo nem tempo para pensar na lei de Terêntilo, ordenou-lhe sair de Roma para combater os volscos, dizendo que eram obrigados, pelo juramento feito de não abandonar o cônsul, a segui-lo; a isto opunham-se os tribunos, dizendo que aquele juramento tinha sido feito ao cônsul morto e não a ele. Assim mesmo, Tito Lívio mostra como a plebe, por temor religioso, preferiu ainda mais obedecer ao cônsul que crer nos tribunos, dizendo em favor da antiga

religião estas palavras: “*Nondum haec, quae nunc tenet saeculum, negligentia Deum venerat, nec interpretenado sibi quisque iusiurandum et leges aptas faciebat*” [36] . Por isso, temendo os tribunos perderem então toda a sua dignidade, fizeram um acordo com o cônsul quanto à obediência a ele e que por um ano a plebe não seria convocada para a guerra. E assim a religião fez o Senado vencer aquelas dificuldades que, sem ela, não teria vencido.

XIV

Os romanos interpretavam os augúrios segundo a necessidade e, prudentemente, observavam a religião – o que não faziam quando forçados – e se alguém, temerariamente, a desprezava, o puniam.

Não somente os augúrios, como já se falou a respeito, eram o fundamento de boa parte da antiga religião dos gentios, mas ainda o era tudo quanto fosse razão do bem-estar da República romana. Assim os romanos tinham para com ela mais respeito que para com qualquer outra instituição e usavam-na nos comícios dos cônsules, ao dar início aos seus empreendimentos, ao convocar os exércitos, nas batalhas e em qualquer outra ação importante, civil ou militar e jamais iam a uma expedição se não tivessem antes persuadido os soldados de que os Deuses prometiam a eles a vitória. E, entre outros auspícios, havia nos exércitos certas ordens de arúspices a que chamavam *pullarii* e, toda vez que lhes era ordenado encontrar-se com o inimigo, eles queriam que os *pullarii* fizessem as suas adivinhações: e, quando os galos deles bicavam, combatiam, confiantes; não bicando, se abstinham da refrega. Mesmo assim quando a razão lhes mostrava que algo devia ser feito, mesmo que os sinais fossem adversos, faziam-no do mesmo jeito, mas os contrariavam com procedimentos e meios tão convincentes que não parecia que o faziam contra a religião.

Este procedimento foi usado pelo cônsul Papírio em uma batalha importantíssima que teve contra os sanitas, depois da qual estes ficaram totalmente fracos e aflitos. Porque, estando Papírio em seu posto contra os sanitas, e, parecendo-lhe ter como certa a vitória na luta e desejando, por isso, fazer a jornada, ordenou aos *pullarii* que fizessem as suas previsões, mas, não bicando os galos, e vendo o principal dos *pullarii* a grande disposição do exército em combater e a confiança que tinham o capitão e todos os soldados na vitória, para não perder a oportunidade de bem servir àquele exército, relatou ao cônsul que os auspícios eram favoráveis, de

modo que Papírio ordenou os esquadrões e, tendo alguns *pullarii* dito a certos soldados que os galos não bicavam, estes contaram-no a Espúrio Papírio, sobrinho do cônsul, e este o contou ao cônsul, que lhe respondeu imediatamente que fizesse bem o seu ofício pois, quanto a ele e seu exército, os augúrios eram bons e, se o *pullario* tinha dito mentiras, elas se voltariam em prejuízo seu. E, para que o efeito correspondesse ao prognóstico, ordenou aos legionários que colocassem os *pullarii* na linha de frente da batalha. O resultado foi que, indo de encontro aos inimigos, tendo sido lançado um dardo contra um soldado romano, acidentalmente atingiu o chefe dos *pullarii*. Quando isto chegou aos ouvidos do cônsul, este disse que tudo procedia bem e com o favor dos Deuses, pois o exército, com a morte daquele mentiroso, purificara-se de toda a culpa e de toda a ira que os Deuses pudessem dirigir contra eles. E assim, sabendo bem acomodar os seus desígnios às previsões, tomou partido em prol do combate, sem que o exército suspeitasse que em algum momento ele houvesse negligenciado as suas instituições religiosas.

Ao contrário agiu Ápio Pulcro na Sicília durante a primeira Guerra Púnica [37] quando, desejando bater-se com o exército cartaginês, consultou os auspícios dos *pullarii* e, dizendo-lhe estes que os galos não bicavam, disse: “Vejam se querem beber!” e lançou-os ao mar. Daí que, combatendo, perdeu a batalha, de modo que foi, em Roma, condenado e Papírio, honrado, não tanto por ter um vencido e o outro sido derrotado, quanto por haver agido prudentemente contra os auspícios e o outro, temerariamente.

Não tinha outro objetivo este modo de adivinhação a não ser o de fazer os soldados irem confiantes para a guerra: desta confiança quase sempre nasce a vitória.

Este procedimento foi usado não somente pelos romanos, mas também pelos estrangeiros. Parece-me que o capítulo seguinte exemplifica isto.

XV

Os sanitas recorreram à religião como remédio extremo para as suas aflições.

Arruinados os sanitas pelos romanos, e tendo sido por último arrasados na Toscana e mortos os seus exércitos e os seus capitães, e tendo sido derrotados os seus aliados, como os toscanos, os gauleses e os umbros, “*nec suis nec externos viribus iam stare poterant; tamen bello non abstinebant, adeo ne infeliciter quidem defensae libertatis*

taedebat, et vinci quam non tentare victoriam malebant” [38] , decidiram fazer a última tentativa: como sabiam que, para vencer, era necessário incutir a obstinação no espírito dos soldados e, para induzi-la, não havia melhor meio que a religião, resolveram repetir um antigo ritual deles, com o auxílio de seu sacerdote Óvio Pácio, a quem ordenaram o seguinte: feito o sacrifício solene e tendo os capitães do exército jurado entre as vítimas mortas e os altares acesos jamais abandonar o campo de batalha, chamaram os soldados um a um e, entre aqueles altares, no meio de muitos centuriões com as espadas nas mãos, faziam-nos jurar que não ririam de nada que vissem ou ouvissem; depois, com maldições e versos espantosos, os faziam prometer aos deuses que estariam dispostos a ir aonde os imperadores os mandassem e não fugir nunca do combate e matar qualquer um que vissem fugindo; não o conseguindo, voltar-se contra o chefe da sua família e da sua estirpe. E, vacilando alguns deles, não querendo jurar, eram prontamente mortos pelos centuriões, de modo que, os que vinham depois deles, apavorados com a ferocidade do espetáculo, juravam tudo. E, para fazer mais magnífica essa assembleia, havendo quarenta mil homens, vestiram metade deles com panos brancos com cristas e penachos sobre os capacetes e, assim ordenados, puseram-se próximos a Aquilônia.

Contra eles veio Papírio que, encorajando os seus soldados, disse: *“Nom enim vulnera facere, et picta atque aurata scuta transire romanum pilum”* [39] . E, para debilitar a superstição dos seus soldados a respeito dos juramentos dos sanitas, disse que era a fraqueza e não a fortaleza deles pois, ao mesmo tempo, temiam os cidadãos, os deuses e os inimigos.

E, ocorrido o conflito, foram derrotados os sanitas, pois a virtude romana e o temor oriundo das derrotas passadas superaram qualquer obstinação que eles pudessem ter adquirido graças à virtude da sua religião e do juramento feito. Mesmo assim, se vê como a eles parecia não haver outro refúgio nem esperança de outro remédio que lhes possibilitasse tentar recuperar a perdida virtude, o que testifica muito bem quanta confiança se pode ter numa religião bem usada.

E, se bem que melhor seria incluir este relato entre os fatos da política externa, não entre os mais importantes da República de Roma, pareceu-me bem tratá-lo neste capítulo para não dividir esta matéria e ter de retomá-la mais vezes.

Um povo acostumado a viver sob um príncipe se, por qualquer motivo, liberta-se, dificilmente mantém a autonomia. [40]

Quantas dificuldades enfrenta um povo, antes acostumado a viver sob um príncipe, para preservar depois a liberdade, se, por algum acaso a conquista, como a conquistou Roma depois da queda dos Tarquínios, o demonstram infinitos exemplos que se leem nas memórias das antigas histórias. E é razoável que haja tal dificuldade, pois esse povo não é nada mais que um animal bruto que, ainda que de natureza feroz e silvestre, foi sempre nutrido no cárcere e na servidão; depois, abandonado à própria sorte em campo aberto, não estando acostumado a prover o próprio alimento nem conhecendo os lugares onde possa refugiar-se, torna-se presa do primeiro que busque reaprisioná-lo.

Isto mesmo acontece a um povo que, acostumado a viver sob outros governos, não sabendo ocupar-se nem das defesas nem dos ofícios públicos, não conhecendo os príncipes nem sendo conhecido por eles, rapidamente volta a estar sob um jugo que, na maioria das vezes, é mais pesado que aquele que pouco antes tinha retirado do pescoço e encontra-se nestas dificuldades, isso quando a matéria não está totalmente corrompida, pois um povo totalmente contaminado pela corrupção não pode viver livre mais do que um curto período, como a respeito se discorrerá e, por isso, os nossos exemplos são daqueles povos onde a corrupção não se ampliou muito e onde há mais do bom que do podre.

Acrescente-se à supracitada dificuldade uma outra, que é o Estado recém-liberto conquistar partidários inimigos e não partidários amigos. Partidários inimigos tornam-se todos aqueles que se prevaleciam do Estado tirânico, usufruindo das riquezas do príncipe, os quais não podem viver contentes uma vez tolhida a possibilidade de valerem-se delas, sendo forçados, cada um deles, a tentar restaurar a tirania para que recuperem a sua autoridade. Não conquista, como eu disse, partidários aliados porque a liberdade exige honras e méritos mediante algumas determinadas e honestas ações e, fora disso, não premia nem honra ninguém; e, quando alguém tem as honras e as vantagens que parece merecer, não reconhece ter obrigações para com aqueles que o remuneraram. Além disso, aquele benefício comum que se obtém da liberdade não é reconhecido por ninguém tanto quanto deveria, consistindo no poder desfrutar livremente das suas posses sem qualquer temor, não recear pela honra das mulheres, nem da dos filhos, não temer por

si, porque ninguém confessará jamais ter obrigações com alguém que não o ameace.

Por isso, como acima se disse, o Estado novo e recém-nato conquista mais adversários que aliados. E, desejando remediar estes inconvenientes e aquelas desordens que as sobrescritas dificuldades lhe arrecadam, não há mais poderoso remédio, nem mais válido, nem mais seguro, nem mais necessário que eliminar a prole de Brutus, os quais, como a História mostra, não foram induzidos, juntamente com outros jovens romanos, a conjurar contra a pátria por outra coisa senão porque não se podiam valer extraordinariamente sob os cônsules como sob o rei, de modo que a liberdade daquele povo parecia que tinha se tornada a servidão deles. E quem toma uma multidão para ser governada, ou por via da liberdade ou por meio de principado, e não se previne contra aqueles que são inimigos da nova ordem terá um governo de pouca duração. A verdade é que eu julgo infelizes aqueles príncipes que, para assegurar o seu Estado, fazem uso de meios extraordinários, tendo por inimigos a multidão, porque aquele que tem por inimigos as minorias facilmente e sem muitos escândalos se assegura, mas quem tem por inimigo o universal não se assegura nunca e quanto mais crueldade usa tanto mais frágil se torna seu principado. Tanto que o maior remédio que há é buscar a amizade do povo.

E, se bem que este discurso seja diverso do sobrescrito, falando aqui de um príncipe e ali de uma república, mesmo assim, para não ter de retornar mais a esta matéria, quero falar sobre isso brevemente. Querendo, portanto, um príncipe ganhar para si um povo que lhe fosse inimigo, falando daqueles príncipes que se tornaram tiranos em sua pátria, digo que ele deve examinar primeiro aquilo que o povo deseja e descobrirá sempre que ele deseja duas coisas: uma, vingar-se contra aqueles que causaram sua servidão; outra, reaver sua liberdade. O primeiro desejo o príncipe pode satisfazer plenamente; o segundo, em parte.

Quanto ao primeiro, há o exemplo seguinte: estando Clearco, tirano de Heracleia, exilado, ocorre uma controvérsia entre o povo e os grandes de Heracleia que, vendo-se em desvantagem, passaram a favorecer Clearco e, conjurados entre si, levaram-no de volta a Heracleia contra a disposição do povo e tolheram a liberdade deste. De modo que, encontrando-se Clearco entre a insolência dos poderosos, os quais não podia, de modo algum, nem contentar nem corrigir, e a fúria dos populares que não podiam suportar a perda da liberdade, deliberou, de uma só vez, livrar-se do assédio dos

grandes e conquistar o povo. E, aproveitando a ocasião conveniente, cortou em pedaços os nobres para extrema satisfação dos populares. E assim ele, desta forma, satisfez a uma das vontades que os povos têm, isto é, de vingança.

Mas, quanto ao outro desejo popular de reaver a sua liberdade, não podendo o príncipe satisfazê-lo, deve examinar que razões são as que os fazem desejar serem livres e descobrirá que uma pequena parte deles deseja ser livre para comandar, mas todos os outros, que são uma infinidade, desejam a liberdade para viver em segurança. Pois, em todas as repúblicas, em qualquer regime, os postos de comando não chegam nunca a quarenta ou cinquenta cidadãos e, porque este número é pequeno, é fácil manter-se, ou livrando-se deles ou partilhando com eles as honrarias, de acordo com as suas posições, contentando-os em boa parte. Aos outros, aos quais basta a segurança, se satisfaz facilmente fazendo decretos e leis que, juntamente com o seu poder, se assegura a segurança universal. E quando um príncipe faz isso e um povo vê que, por nenhum acaso, ele romperá tais leis, começa esse povo, em pouco tempo, a viver seguro e contente.

Um exemplo disso é o reino da França, que vive seguro tão somente por aqueles reis estarem comprometidos com uma infinidade de leis, nas quais está compreendida a segurança de todos os seus súditos. E quem instituiu aquele Estado quis que aqueles reis usassem as armas e o dinheiro a seu modo mas que de todo o resto não pudessem dispor senão quando as leis o ordenassem.

Portanto, àquele príncipe ou àquela república que não se assegura no princípio do seu Estado, convém que se assegure na primeira oportunidade, como fizeram os romanos. Quem a deixa passar se lamenta mais tarde por não ter feito o que devia.

Não tendo ainda o povo romano se corrompido, quando ele recuperou a liberdade, pôde mantê-la, mortos os filhos de Brutus e eliminados os Tarquínios, com todos aqueles modos e ordens dos quais se falou da outra vez. Mas, se aquele povo estivesse corrompido, nem em Roma nem em outro lugar encontrar-se-iam remédios válidos para mantê-la, como no seguinte capítulo se discorrerá.

XVII

Um povo corrupto, liberto, com dificuldade grandíssima pode manter-se livre.

ulgo que era necessário que os reis se extinguíssem em Roma ou Roma em brevíssimo tempo se tornaria débil e sem valor pois, considerando o quanto se corromperam aqueles reis, se duas ou três sucessões se seguissem assim, aquela corrupção começaria a espalhar-se pelos membros e, quando os membros estivessem corrompidos, seria impossível reformá-la. Mas, perdendo a cabeça enquanto o busto estava inteiro, puderam facilmente voltar a viver livres e ordenados.

E deve-se pressupor por coisa verdadeira que uma cidade corrompida que viva sob um príncipe, quando tal príncipe desaparece com toda a sua estirpe, nunca poderá voltar a ser livre; antes, convém que um príncipe extinga outro e, sem a criação de um novo senhor, não se poderá nunca, mesmo que haja boa vontade, juntamente com a virtude, mantê-la livre. Mas esta liberdade durará tanto quanto durar a vida dele, como aconteceu com a Siracusa de Dione e de Timoleão, cuja virtude, em outros tempos, manteve livre aquela cidade enquanto viveram: mortos ambos, retornou à antiga tirania. Mas não se vê exemplo mais forte que aquele de Roma que, eliminados os Tarquínios, pôde rapidamente alcançar e manter sua liberdade mas, morto César, morto Caio Calígula, morto Nero, extinta toda a estirpe cesárea, não pôde jamais não apenas manter, mas nem sequer dar princípio à liberdade. Tanta diferença de situações não nasceu de outra coisa senão de que, nos tempos dos Tarquínios, o povo romano não estava corrompido enquanto que, nestes últimos, estava corrompidíssimo. Pois então, para mantê-lo são e disposto a expulsar os reis, bastou fazê-lo jurar que não consentiria nunca que alguém reinasse em Roma e, nos outros tempos, não foram suficientes a autoridade e severidade de Brutus com todas as legiões orientais para tê-los dispostos a manter aquela liberdade que esse, à semelhança do primeiro Brutus, lhes tinha entregado. Isto resultou daquela corrupção posta no povo pelos partidários de Caio Mário os quais, tendo por líder César, puderam enganar aquela multidão, convencendo-a de que ela não conhecia o julgo que punha no pescoço.

E, se bem que este exemplo de Roma se sobreponha a qualquer outro, nem assim quero deixar de acrescentar a esse propósito o de alguns povos conhecidos dos nossos tempos. Portanto, digo que nenhum acontecimento, ainda que grave e violento, poderia jamais tornar livres Milão e Nápoles, por estarem os seus membros totalmente corrompidos. Foi o que se viu depois da morte de Filippo Visconti que, desejando dar a liberdade a Milão, não pôde e não soube mantê-la. Por isso, foi uma grande felicidade para

Roma que estes reis se tornassem rapidamente corruptos: assim, foram depostos antes que a sua corrupção alcançasse as vísceras daquela cidade; tal integridade foi o motivo pelo qual os infinitos tumultos havidos em Roma, tendo os homens uma boa meta em vista, não prejudicaram e sim rejuvenesceram a República.

E disso pode-se concluir que, onde a matéria não se corrompeu, os tumultos e outros escândalos não fazem mal; onde ela está corrompida, as leis bem ordenadas não vingam se já não são movidas por alguém que, com extrema força, as faça serem observadas até que a matéria se torne boa, o que não sei se alguma vez aconteceu ou se é possível que venha a acontecer, pois o que se vê, como já disse antes, é que uma cidade que decai devido à corrupção da matéria, se alguma vez ocorre que se recupere, recupera-se graças à virtude de um homem que seja vivo então, não por uma virtude que sustente as boas instituições e, tão logo este tal morre, ela retorna ao seu primitivo hábito: como aconteceu em Tebas, que, graças à virtude de Epaminondas, enquanto ele viveu, pôde manter a república e o império mas, morto ele, retornou às suas antigas desordens. A razão é que um homem não pode viver tempo suficiente para corrigir uma cidade por muito tempo mal acostuada. E, se um homem de vida longuíssima ou duas contínuas sucessões virtuosas não a consertarem, com a falta deles, como já foi dito, ela se arruína, caso não a tenham feito renascer a custo de muitos perigos e muito sangue. Pois tal corrupção e tão poucas atitudes pró-liberdade resultam de uma desigualdade que há na tal cidade e, querendo torná-la igualitária, faz-se necessário usar muitíssimos meios excepcionais, os quais poucos sabem ou querem usar, como se dirá mais adiante.

XVIII

De que maneira, nas cidades corrompidas, se pode manter um Estado livre, caso o haja; ou, não o havendo, criá-lo.

Creio que não seja fora de propósito nem desconforme com o sobredito discurso considerar se, em uma cidade corrupta, se pode manter um Estado livre, havendo-o; ou, quando ele não existe, se pode ser ordenado. Sobre isto digo o quanto é difícil fazer uma coisa ou outra e, se bem que seja quase impossível fixar uma regra, pois seria necessário proceder segundo os graus de corrupção, por ser necessário meditar sobre tudo, não quero deixar de tratar disto.

E pressuporei uma cidade corrompidíssima, onde acrescentarei ainda mais essa dificuldade de não se encontrarem nem leis nem instituições capazes

de frear uma corrosão geral. Pois, assim como os bons costumes, para manterem-se, precisam das leis, assim as leis, para serem observadas, têm necessidade de bons costumes. Além disso, as ordens e as leis feitas em uma república por ocasião de seu nascimento, quando os homens eram bons, não funcionam mais depois, quando tornam-se vis. E, se as leis em uma cidade variam segundo os acontecimentos, não variam nunca, ou raras vezes, as suas instituições: o que faz que as novas leis não bastem, pois as instituições, preservadas, as corrompem.

E, para explicar melhor esta parte, digo como era, em Roma, a ordem do governo ou do verdadeiro Estado e as leis com as quais os magistrados freavam os cidadãos depois. A ordem do Estado era a autoridade do povo, do Senado, dos tribunos, dos cônsules, o modo de pedir e de criar os magistrados e o modo de fazer as leis. Estas instituições pouco ou nada variaram com os acontecimentos. Variaram as leis que freavam os cidadãos, como foi a lei dos adultérios, a lei suntuária, a da ambição e muitas outras, conforme um a um os cidadãos se tornavam corruptos. Mas, mantendo-se firmes as instituições do Estado, que, durante a corrupção não mais eram boas, aquelas leis que se renovaram não eram suficientes para manter os homens bons, mas seriam bem ajudadas se, com a inovação das leis, fossem renovadas as instituições.

E a veracidade de que tais instituições na cidade corrupta não eram boas se vê expressamente nos capítulos principais, quanto ao criar os magistrados e as leis. O povo romano não dava o consulado e os outros postos privilegiados da cidade senão a quem os pedia. Esta instituição foi boa no princípio, porque ninguém mais que os cidadãos considerados dignos os pedia e receber uma recusa era ignominioso; assim, para serem considerados dignos, todos agiam bem. Depois, com a cidade corrompida, esta prática tornou-se perniciosíssima, porque as magistraturas eram requeridas não pelos que tinham mais virtudes, mas pelos que tinham mais poder e os que não o tinham, ainda que virtuosos, se abstinham de requerê-las por medo. Chegou-se a este inconveniente não de modo repentino, mas gradualmente, como acontece com todos os outros inconvenientes porque, tendo os romanos dominado a África e sujeitado quase toda a Grécia à sua obediência, ficaram confiantes quanto à sua liberdade, não lhes parecendo ter mais inimigos que os fizessem temer. Esta segurança e essa debilidade dos inimigos fizeram com que o povo romano, ao dar o consulado, não considerasse mais a virtude do que a graça, escolhendo para tal posto

aqueles que melhor sabiam entreter os homens, não aqueles que sabiam melhor vencer os inimigos; depois, em lugar dos que eram mais graciosos, preferiram dá-lo àqueles que tinham mais poder, de modo que os bons, por defeito de tal instituição, ficaram de todo excluídos.

Podia um tribuno e qualquer outro cidadão propor ao povo uma lei, sobre a qual todo cidadão podia falar a favor ou contra, antes que sobre ela se deliberasse. Esta instituição era boa quando os cidadãos eram bons, porque sempre foi bom que alguém que tenciona algo de bom para o público possa propô-lo e é bom que qualquer um que possa dizer sobre isso a sua opinião, de modo que o povo, proposto algo, possa escolher. Mas, tornando-se maus os cidadãos, tornou-se tal instituição péssima, porque somente os poderosos propunham leis, não pela liberdade comum, mas para aumentar o poder deles, e contra eles ninguém podia falar por medo, de modo que o povo vivia enganado ou forçado a deliberar a sua ruína.

Era necessário, portanto, querendo que Roma se mantivesse livre em meio à corrupção que, assim como, no processo de sua vida, tinha feito novas leis, tivesse feito novas instituições e modos de vida, diferentes dos que se usam numa boa, nem pode ser a forma igual em uma matéria totalmente contrária. Mas porque estas instituições, ou se renovam de uma vez, tão logo se descubra que deixaram de ser boas, ou aos poucos, antes que se contaminem mutuamente, digo que uma coisa e outra são quase impossíveis. Pois, querendo-se renová-las aos poucos, convém que haja ocasião para que um homem prudente veja o inconveniente à longa distância e o seu nascimento. Destes, é coisa fácilima que não lhes surja nunca algum, mas, quando eles surgem, não é nunca possível persuadir os outros daquilo que ele próprio entender, pois os homens, acostumados a viver de certo modo, não querem mudá-lo e tanto mais não prevendo o mal avistado, mas tendo este de lhes ser mostrado por conjecturas. Quanto a inovar estas instituições de uma só vez, quando qualquer um reconhece que não são boas, digo que esta nocividade que facilmente se conhece é difícil de corrigir porque, para fazê-lo, não basta usar os meios institucionais – por serem péssimos –, mas é necessário recorrer aos extraordinários, como a violência e as armas, e tornar-se, antes de mais nada, o príncipe da cidade e dispor dela ao seu modo. E, porque o reordenar uma cidade para a vida política pressupõe um homem bom, e o tornar-se príncipe pela violência pressupõe um homem péssimo, por isso raríssimas vezes encontrar-se-á um homem bom que, por métodos ruins, ainda que o seu propósito seja bom,

queira se tornar príncipe e um vil que, tornando-se príncipe, queira atuar bem e esteja motivado a usar bem aquela autoridade que conquistou mal. [41]

De todas as coisas acima mencionadas nasce a dificuldade ou a impossibilidade que há nas cidades corrompidas de manter uma república ou criar uma nova. E, quando ainda se conseguisse criá-la ou mantê-la, seria necessário torná-la um Estado mais régio que popular, de modo que aqueles homens que não podem ser corrigidos pelas leis, devido à sua insolência, sejam reprimidos por uma autoridade quase régia. E, desejando-se fazer por outros meios que se tornem bons, seria uma tentativa cruelíssima ou de todo impossível, como eu disse antes [42] que fez Cleómene que, por si só, eliminou os éforos e, se Rômulo, pelas mesmas razões, matou o irmão e Tito Tázio Sabino e, depois, usaram bem a sua autoridade, nem assim se deve esquecer que um e outro não tiveram de enfrentar a hegemonia da corrupção, sobre a qual refletimos neste capítulo e, por isso, puderam querê-lo e, querendo-o, realizar o desejo deles.

XIX

Depois de um excelente príncipe, se pode manter um príncipe fraco, mas, depois de um fraco, não se pode, com um outro fraco, manter um reino.

Considerando-se as virtudes e as maneiras de proceder de Rômulo, de Numa e de Túlio, os três primeiros reis romanos, se vê o quanto Roma gozou de uma sorte grandíssima, tendo seu primeiro rei sido ferocíssimo e belicoso; o outro, quieto e religioso; o terceiro, semelhante a Rômulo em ferocidade e mais amante da guerra que da paz. Porque Roma necessitava que surgisse, entre seus primeiros príncipes, um ordenador da vida civil, mas era também necessário que os outros retomassem a virtude de Rômulo; caso contrário, aquela cidade tornar-se-ia efeminada e seria presa dos seus vizinhos. Donde se nota que um sucessor que não tenha tanta virtude quanto o seu antecessor pode manter um Estado, graças à virtude daquele que o dirigiu antes, e pode usufruir do resultado de suas fadigas; mas se um dirigente virtuoso demora-se, ou porque o príncipe fraco tem uma vida longa ou porque depois dele não surja um que retome a virtude do primeiro, é necessária a ruína de tal reino [43]. Assim como, ao contrário disso, se dois líderes – um após o outro – são de grande virtude, se vê, com frequência, fazerem coisas grandíssimas e a fama deles tocar o céu.

Davi [44], sem dúvida, foi um homem excelentíssimo, tanto pelas armas quanto pela doutrina e pelos juízos, e a sua virtude foi tanta que, tendo

vencido e liquidado todos os seus vizinhos, deixou ao seu filho Salomão [45] um reino pacífico, que este pôde conservar com a arte da paz e não com a da guerra e pôde, de maneira feliz, desfrutar da virtude de seu pai. Mas já não pôde deixá-lo ao seu filho Roboão que, não sendo semelhante ao avô em virtude, conservou a duras penas a sexta parte do reino herdado. [46]

Bayasud II, sultão da Turquia, como foi mais amante da paz que da guerra, pôde usufruir o resultado das fadigas de Maomé II, seu pai que, tendo, como Davi, fustigado os seus vizinhos, deixou-lhe um reino firme, o qual ele podia conservar facilmente com a arte da paz. Mas, se o seu filho Selim I, presente senhor, tivesse sido semelhante ao pai e não ao avô, aquele reino arruinar-se-ia, mas se vê que ele está para superar a glória do avô.

Digo, portanto, com estes exemplos que, depois de um excelente príncipe, pode-se manter um príncipe fraco, mas, depois de um fraco, não se pode com um outro fraco manter reino algum, caso ele já não fosse como aquele da França, que é mantido pela suas antigas instituições: tão fracos são aqueles príncipes que não estão prontos nem adestrados para a guerra.

Dou, portanto, conclusão a este discurso dizendo que a virtude de Rômulo foi tanta que pôde dar espaço para que Numa Pompílio pudesse reger Roma com a arte da paz, mas, depois, ele foi sucedido por Túlio que, por sua ferocidade, tomou para si a reputação de Rômulo; depois dele veio Anco, a quem a natureza dotou de tal modo que podia usar a paz e suportar a guerra. E, primeiro, buscou conservar o caminho da paz, mas, logo, percebeu que os vizinhos achavam-no efeminado e o estimavam pouco, de modo que decidiu que, para manter Roma, era necessário voltar-se para a guerra e assemelhar-se a Rômulo, não a Numa.

Disto, tiro o exemplo para todos os príncipes que tenham um Estado: quem assemelhar-se a Numa, haverá de mantê-lo ou não de acordo com os tempos ou os giros da roda da fortuna, mas quem assemelhar-se a Rômulo e estiver, como ele, armado de prudência e de armas, haverá de mantê-lo de qualquer forma, a menos que lhe seja tirado por uma força obstinada e excessiva. E, certamente, pode-se dizer que, se Roma tivesse a desventura de um terceiro rei que não soubesse fazer valer sua reputação pelas armas, não teria jamais, ou só com muita dificuldade, mantido-se de pé ou feito os feitos que fez. E assim, enquanto viveu sob os reis, estes perigos impediram-na de arruinar-se sob um rei fraco ou malvado.

Duas contínuas sucessões de príncipes virtuosos trazem grandes benefícios e como as repúblicas bem organizadas têm necessidade de sucessões virtuosas e, por isso, as suas conquistas e os seus acréscimos são grandes.

Depois que eliminou os reis, Roma viu-se livre dos já mencionados riscos que corria, caso tivesse um rei fraco ou perverso, pois a autoridade suprema do império coube aos cônsules, que chegavam àquele posto não por herança nem por enganos ou por ambição violenta, mas por votação livre, e eram sempre homens excelentíssimos: tirando Roma proveito da virtude e da sorte de tais líderes, pôde alcançar aquela última grandeza em tanto tempo quanto esteve sob a autoridade dos reis. Para que se veja como duas contínuas sucessões de príncipes virtuosos são suficientes para conquistar o mundo, como o foram Felipe da Macedônia e Alexandre Magno.

Tanto mais deverá fazer uma república, tendo, pelo modo de elegê-los, não apenas duas sucessões, mas inumeráveis príncipes virtuosíssimos que sejam sucessores um do outro: essa virtuosa sucessão fará com que uma república seja sempre bem governada.

XXI

Quanta reprovação merecem o príncipe e a república aos quais faltam armas próprias. [47]

Os príncipes atuais e as repúblicas modernas que não têm soldados próprios para defesa e o ataque devem envergonhar-se de si mesmos e refletir, com o exemplo de Túlio, em como esse defeito se dá não pela falta de homens aptos para a milícia, mas por culpa deles próprios, que não souberam fazer de seus homens militares. Pois Túlio, tendo Roma estado em paz por quarenta anos, ao receber o reinado, não encontrou um homem sequer que tivesse alguma vez participado de uma guerra; mesmo assim, planejando fazer a guerra, não pensou em valer-se dos sanitas, nem dos toscanos nem de outros que estivessem acostumados a estarem armados, mas decidiu, como homem prudentíssimo, valer-se dos seus. E foi tanta a sua virtude que, rapidamente, o seu governo pôde fazer deles soldados excelentíssimos. E é mais verdadeiro que qualquer outra verdade que, se onde há homens não há soldados, isso se dá por culpa do príncipe e não por defeito do lugar ou da natureza.

Disto há um exemplo fresquíssimo, pois todos sabem como, há pouco tempo [48], o rei da Inglaterra [49] assaltou o reino da França sem tomar outros soldados além dos seus súditos e, por ter estado aquele reino mais de

trinta anos sem guerrear, não havia nem soldado nem capitão que tivesse jamais lutado; mesmo assim, não duvidou em invadir com eles um reino repleto de capitães e soldados que tinham estado continuamente em armas nas guerras da Itália. A razão disso é que aquele rei é um homem prudente e o seu reino bem governado, de modo a não interromper, na paz, a preparação para a guerra.

Os tebanos Pelópidas e Epaminondas, depois de terem libertado Tebas e livrado-a da servidão do império espartano, vendo-se eles em uma cidade acostumada a servir e no meio de povos efeminados, não duvidaram, tanta era a virtude deles, em arregimentá-los às armas e com eles ir ao encontro dos exércitos espartanos na campanha e vencê-los, e quem escreveu isto diz como estes dois em breve tempo mostraram que não somente na Lacedemônia nasciam guerreiros, mas em qualquer outra parte em que nascessem homens, desde que se encontrasse quem soubesse encaminhá-los à milícia, como se vê que Túlio soube encaminhar os romanos. E Virgílio não pôde melhor expressar esta opinião, nem usar outras palavras que mais se aproximassem dela, onde diz:

...Desidesque movebit

Tullus in arma viros. [50]

XXII

O que há de notável no caso dos três Horácios romanos e dos três Curiácios albanos.

Túlio, rei de Roma, e Mézio, rei de Alba, concordaram que seria senhor da outra a nação cujos representantes acima citados vencessem. Foram mortos todos os Curiácios albanos, sobreviveu um dos Horácios romanos e, por isso, Mézio, rei dos albanos, e seu povo tornaram-se servos dos romanos. E, quando aquele Horácio voltava, vitorioso, para Roma, tendo encontrado uma irmã sua que tinha sido casada com um dos três Curiácios mortos, chorando a morte do marido, a matou. Por causa disso, aquele Horácio foi levado a juízo e, depois de muitas discussões, foi libertado mais pelas súplicas do pai que pelos seus méritos. Disso, devem-se notar três coisas: uma é que nunca se deve, com uma parte das suas forças, arriscar toda a sua fortuna; outra é que nunca, em uma cidade bem ordenada, as culpas são compensadas pelos méritos; a terceira é que as decisões nunca são tão seguras que se deva ou se possa descartar a sua inobservância. Pois ser serva incomoda tanto a uma cidade que nunca deveriam ter acreditado que algum daqueles reis ou daqueles súditos

conformar-se-ia que três cidadãos os houvesse submetido, como se viu o que quis fazer Mézio que, embora logo após a vitória dos romanos se confessasse vencido e promettesse a obediência a Túlio, mesmo assim, na primeira expedição que lhe confiaram contra os vênetsos, se viu como ele procurou enganá-lo, como alguém que tardiamente percebeu a temeridade da decisão que tomou.

E, como falamos bastante dessa terceira observação, falaremos apenas das outras duas nos capítulos seguintes.

XXIII

Que não se deve pôr em risco toda a fortuna e não todas as forças e, por isso mesmo, manter as posições é danoso. [51]

Nunca foi considerado uma decisão segura pôr em risco toda a tua fortuna e não todas as forças. Isto se faz de muitas maneiras. Uma é fazendo como Túlio e Mézio, quando confiaram toda a sorte de suas pátrias e a virtude de tantos homens, comandados por um e por outro nos seus exércitos, à virtude e à sorte de três dos seus cidadãos, que constituíam uma mínima parte das forças de cada um deles. Nem consideraram como, por causa dessa decisão, as fadigas que seus antecessores tinham enfrentado ao ordenar a república, com o intuito de fazê-la viver muito tempo livre e tornar os seus cidadãos defensores de sua própria liberdade, quase se tornaram vãs, estando o perdê-la no poder de tão poucos. Isto não poderia merecer pior julgamento por parte daqueles reis.

Cai-se ainda nesse inconveniente quase sempre por causa daqueles que, quando o inimigo vem, desejam preservar os locais difíceis e manter as posições, pois quase sempre essa deliberação será danosa, caso não possas manter todas as tuas forças comodamente lá. Nesse caso, se deve tomar tal decisão, mas, sendo o local áspero e, não sendo possível manter todas as forças, a idéia é danosa. Isto me faz julgar danoso o exemplo daqueles que, assaltados por um inimigo potente e sendo seu território circundado por montes e lugares alpestres, jamais tentaram combater o inimigo nas suas posições e nos seus montes, mas foram encontrá-lo além deles ou, quando não quiseram fazê-lo, esperaram-no em meio a esses montes, em lugares aprazíveis e não alpestres. E o motivo é o já alegado: porque, não se podendo confiar a guarda de lugares alpestres a muitos homens, seja por não se poder viver muito lá, seja por serem os lugares estreitos e acessíveis a poucos, não é possível sustentar um inimigo que venha atacar-te, e é fácil para o inimigo vir em grandes massas, porque sua intenção é passar e não se

fixar, e é impossível para quem o espera fazê-lo em grande número, tendo de alojar-se por mais tempo, não sabendo quando o inimigo desejará passar por sítios, como eu disse, estreitos e estéreis. Perdendo, portanto, aquela posição que tinhas pressuposto manter e no qual confiavam o teu povo e o teu exército, apossa-se de teus súditos e do restante dos teus homens um tal terror que, sem poder experimentar a sua própria virtude, consideram-se derrotados e, assim, sucede que tu percas a tua fortuna com parte das tuas forças.

Todos sabem com quanta dificuldade Aníbal ultrapassou os Alpes que separam a Lombardia da França, e com quanta dificuldade ultrapassou os montes que separam a Lombardia da Toscana; mesmo assim, os romanos o esperaram sobre o Tessino e, depois, na planície de Arezzo e preferiam que o seu exército fosse derrotado pelo inimigo nos lugares onde podia vencer que conduzi-lo pelos Alpes para ser vencido pela malignidade do sítio.

E quem ler, sensatamente, todos os relatos encontrará pouquíssimos capitães virtuosos que tentaram manter semelhantes posições, tanto pelas razões mencionadas como porque não se podem fechar todas, sendo os montes como campinas e havendo não só as vias conhecidas e frequentadas, mas muitas outras que, não sendo notadas pelos forasteiros, são percebidas pelos nativos, com o auxílio dos quais sempre serás conduzido em qualquer lugar contra a vontade de teus opositores.

Um exemplo fresquíssimo disso que se pode acrescentar se deu em 1515. Quando Francisco, rei da França, desejava chegar à Itália para recuperar o território da Lombardia [52], o maior argumento daqueles que se opunham à empreitada era que os suíços o impediriam de ultrapassar seus montes. E como, por experiência, se viu depois, esse argumento resultou vão, pois, tendo aquele rei deixado de lado duas ou três posições vigiadas por eles, veio por uma outra incógnita e chegou à Itália antes que o tivessem pressentido. Tanto assim que eles, desanimados, retiraram-se de Milão e todos os povos da Lombardia aproximaram-se dos franceses, desiludidos daquela opinião que tinham de que os franceses seriam retidos em seus montes.

XXIV

As repúblicas bem ordenadas instituem prêmios e penas para os seus cidadãos e uma coisa não compensa a outra.

Os méritos de Horácio foram grandíssimos, tendo vencido, com sua virtude, os Curiácios; o seu crime foi atroz, tendo matado a irmã.

Tal homicídio desagradou tanto aos romanos que estes até pensaram em condená-lo à morte, não obstante os seus méritos fossem tão grandes quanto recentes. Isto poderia parecer, a quem considerasse o caso superficialmente, um exemplo de ingratidão popular: ao contrário, quem o considerar melhor e com melhores considerações acerca de quais devem ser os regimentos das repúblicas reprovará esse povo mais por tê-lo absolvido que por tê-lo querido condenar. E o motivo é que nenhuma república bem ordenada jamais cancelou as faltas de seus cidadãos com os seus méritos mas, tendo ordenado os prêmios para uma boa ação e as penas para uma má e, tendo premiado alguém por ter agido bem, se este mesmíssimo cidadão vem a agir mal depois, castiga-o sem consideração alguma pelas suas boas ações. E, quando estas ordens são bem observadas, uma cidade vive livre por muito tempo; de outro modo, sempre arruinar-se-á totalmente. Pois, se a um cidadão que fez uma obra egrégia para a cidade acrescentar-se, além da reputação que aquilo lhe acarreta, uma audácia e confiança de que poderá, sem temer qualquer punição, cometer uma ação vil, ele tornar-se-á, em pouco tempo, tão insolente que despir-se-á de toda civilidade.

É muito necessário, caso se queira manter a punição pelas más ações, observar os prêmios para os bons, como vimos que fez Roma. E, embora uma república seja pobre e possa dar pouco, não pode abster-se desse pouco, pois sempre qualquer pequeno prêmio, dado a alguém para recompensar um bem, ainda que este bem prestado seja maior que o prêmio, este será estimado por quem o receber como algo honroso e grandíssimo.

São conhecidíssimas as histórias de Horácio Coclite e a de Múzio Scevola: de como um susteve os inimigos sobre uma ponte até que esta rompesse; o outro queimou a mão que errara quando tentava eliminar Porsena, rei dos toscanos. A cada um deles foram dados pelo povo por feitos tão admiráveis dois alqueires de terra.

É também conhecida a história de Mânlio Capitolino. A este, por haver salvo o Capitólio dos gauleses que o tinham ocupado, foi dada, por aqueles que junto com ele lutaram, uma pequena mistura de farinha. Esse prêmio, de acordo com a situação que Roma então enfrentava, foi grande; e de modo que, movido Mânlio depois pela inveja ou por sua má índole a fazer nascer a sedição em Roma, tentando ganhar o povo para si, foi, sem consideração alguma pelos seus méritos, lançado do alto do Capitólio que, com tanta glória, ele salvara [53] .

XXV

Quem quiser reformar um Estado antiquado em uma cidade livre, mantenha ao menos a aparência das coisas antigas.

A quem planeja ou quer reformar o Estado de uma cidade, se quiser que seja aceito e possa ser mantido com a aprovação de todos, é necessário preservar ao menos a aparência dos modos antigos, de forma que ao povo não pareça que a ordem mudou, ainda que, de fato, as novas instituições estejam totalmente alheias às antigas, pois os homens, em geral, nutrem-se tanto do que parece como do que é: aliás, muitas vezes se movem mais em função das coisas que parecem do que daquelas que são.

Por esta razão, os romanos, conhecendo esta necessidade desde o princípio de sua vida livre, tendo substituído um rei pela criação de dois cônsules, não quiseram que estes tivessem mais que doze litores [54] para que não fosse ultrapassado o número daqueles que permitiam ao rei. Além disso, como se fazia em Roma um sacrifício anual que só podia ser feito pela pessoa do rei e, não querendo os romanos que o povo viesse a desejar, devido à ausência do rei, algumas das coisas antigas, criaram um cargo para o dito sacrifício, ao qual chamaram *Re Sacrificulo*, e subordinaram-no ao sumo sacerdote, de tal modo que o povo satisfizesse quanto a esse sacrifício e não houve nunca uma razão para que, por falta dele, desejasse o retorno do rei.

E isto deve ser observado por todos aqueles que desejarem cancelar um antigo viver de uma cidade e conduzi-la a um viver novo e livre: porque, alterando as coisas novas as mentes dos homens, debes estar seguro de que as alterações retenham o máximo possível das coisas antigas e, se os magistrados variarem quanto ao número e às funções conforme o tempo, que, ao menos, retenham dos antigos o nome.

E isto, como eu disse, deve ser observado por quem desejar ordenar uma vida política ou por via de república ou de reino, mas aquele que desejar criar uma potestade absoluta, do tipo que é chamada tirania pelos autores, deverá renovar tudo, como no capítulo seguinte se dirá.

XXVI

Um príncipe novo, em uma cidade ou província por ele conquistada, deve renovar todas as coisas.

Para alguém que se torna príncipe ou de uma cidade ou de um Estado, e tanto mais quando os seus fundamentos forem débeis, e não deseja a volta à vida civil ou pela via de reino ou de república, o melhor

remédio para manter o principado é, sendo ele um príncipe recente, fazer novas todas as coisas em seu Estado, isto é, instituir nas cidades novos governos com novos nomes, com novas autoridades, com novos homens, tornar os ricos pobres, os pobres ricos, como fez Davi ao tornar-se rei: “*qui esurientes implevit bonis, et divites dimisit inanes*” [55], edificar, além disso, novas cidades, demolir as edificadas, mudar os habitantes de um lugar para outro e, em suma, não deixar coisa alguma intacta naquela província e que não haja nem posição, nem autoridade, nem *status*, nem riqueza cujo possuidor não a atribua a ti, e ter como exemplo Filipe da Macedônia, pai de Alexandre, que, desta maneira, de pequeno rei que era tornou-se príncipe da Grécia. E quem sobre ele escreveu diz que transplantava os homens de província em província, como os pastores transportam os seus rebanhos.

Estes são meios crudelíssimos e inimigos de todo viver não apenas cristão, como também humano, e todos devem evitá-los e preferir ser um civil a tornar-se rei com tanta ruína para os homens; mesmo assim, aquele que não desejar seguir aquele caminho primeiro – o do bem –, quando desejar manter-se no poder, terá de praticar este mal.

Mas os homens escolhem certos caminhos intermediários que são danosíssimos por não saberem ser totalmente maus nem totalmente bons, como, no capítulo seguinte, demonstrar-se-á com um exemplo.

XXVII

Raríssimas vezes os homens sabem ser de todo maus ou de todo bons.

Quando, em 1505, o papa Júlio II [56] foi a Bolonha para depor daquele Estado a casa dos Bentivogli, que por cem anos mantivera o principado daquela cidade, desejava ainda tirar Giovampagolo Baglioni de Perúgia, da qual era tirano, por ter sido o papa que conjurou contra todos os tiranos que ocupavam as terras da Igreja. E, tendo chegado junto a Perúgia com tal ânimo e com tal deliberação conhecidos por todos, não esperou para entrar naquela cidade com o seu exército, que o protegia, mas entrou desarmado, não obstante Giovampagolo estivesse na cidade com muita gente reunida para defendê-lo. Foi assim que, possuído por aquele furor que determinava tudo quanto fazia, o papa, acompanhado apenas de sua guarda pessoal, caiu nas mãos de seu inimigo, que o levou consigo, deixando um governador na cidade para governá-la em nome da Igreja.

Chamaram a atenção dos homens prudentes que estavam com o papa a ousadia deste e a covardia de Giovampagolo, nem conseguiram entender como era possível que ele, com a fama que mantinha, não tivesse eliminado de uma vez seu inimigo, enriquecendo-se com a presa, já que estavam com o papa todos os cardeais, com todas as suas riquezas. Não dava para crer que ele se abstinhasse ou por bondade ou pela consciência que o retivesse porque, no peito de um tal facínora que era amante da própria irmã, que, para reinar, matara os primos e os sobrinhos, não poderia haver qualquer respeito piedoso, mas, conclui-se, acontece que os homens não sabem ser totalmente maus ou perfeitamente bons e, como a maldade traz em si grandeza ou é, em alguma parte, generosa, eles não sabem ser assim.

Assim, Giovampagolo, que não se sentia culpado por ter cometido incesto e público parricídio, não soube ou, melhor dizendo, não ousou, tendo para isso a justa oportunidade, fazer uma empreitada que faria com que todos admirassem sua coragem, deixando de si a memória eterna de ter sido o primeiro a demonstrar aos prelados quão pouca estima se pode ter para com quem vive e reina como eles, e feito algo cuja grandeza superasse qualquer infâmia e qualquer perigo dela resultante.

XXVIII

Por quais razões os romanos foram menos ingratos para com os seus cidadãos que os atenienses.

Quem ler os feitos das repúblicas verá, em todas, alguma espécie de Ingratidão contra os seus cidadãos, mas encontrará isso menos em Roma que em Atenas e talvez em qualquer outra república. E, buscando a razão disso, falando de Roma e de Atenas, creio que tenha sido porque os romanos tinham menos razões para suspeitar de seus cidadãos que os atenienses. Porque Roma, analisando-a desde a queda dos reis até Silas e Mário, jamais teve sua liberdade tolhida por algum cidadão, de modo que, lá, não havia grandes razões para suspeitar deles e, por conseguinte, de ofendê-los de forma precipitada.

Bem ao contrário aconteceu em Atenas pois, tendo Pisístrato lhe tirado a liberdade em sua época mais florida e sob uma aparência de bondade, tão logo recuperou a liberdade, recordando-se das injúrias recebidas e da antiga servidão, se tornou imediatamente vingativa não apenas em relação aos erros, mas também ao espectro dos erros de seus cidadãos. Disto resultou o exílio e a morte de tantos homens excelentes; isso resultou na instituição do ostracismo e em todas as outras violências que contra os seus grandes

homens foram feitas em todas as épocas naquela cidade. E é mais que verdadeiro o que dizem os historiadores da civilização: os povos que recuperaram sua liberdade mordem mais ferozmente que aqueles que a conservaram.

Quem considerar, portanto, o que foi dito, não criticará Atenas nem louvará Roma, mas culpará apenas a necessidade resultante dos acidentes ocorridos nessas cidades. Porque quem considerar as coisas sutilmente verá que, se Roma tivesse perdido sua liberdade, como Atenas perdeu, não teria sido mais justa com os seus do que aquela foi. Disto se pode fazer uma conjectura mais que verdadeira pelo que aconteceu com Colatino e Públio Valério depois da queda dos reis, dos quais o primeiro, mesmo tendo colaborado para libertar Roma, foi mandado para o exílio apenas por ter o nome dos Tarquínios; o outro, cuja única suspeita contra si foi edificar uma casa sobre o monte Célio, foi por isso exilado.

De modo que se pode julgar que, pelo modo que Roma foi suspeitosa e severa com esses dois, teria feito uso da ingratidão como Atenas fez se, pelos seus cidadãos, como aquela, nos primeiros tempos e antes do seu crescimento, tivesse sido injuriada. E para não mais ter de tornar a falar sobre este assunto da ingratidão, relatarei um exemplo disso no próximo capítulo.

XXIX

Quem é mais ingrato: um povo ou um príncipe?

Parece-me útil dizer a respeito desse assunto quem dá maiores exemplos de ingratidão: um povo ou um príncipe. E, para discutir melhor essa questão, digo de que forma este vício da ingratidão nasce da avareza ou da suspeita. Porque, quando um povo ou um príncipe envia um de seus capitães para uma expedição importante, vencendo-a, este capitão conquista grande glória, aquele príncipe ou aquele povo deve ir o seu encontro para premiá-lo: e se, ao invés de premiá-lo, o desonra ou o ofende, movido pela avareza, não querendo agradá-lo, movido por sua cupidez, antes traz sobre si próprio uma infâmia eterna. Todavia, encontram-se muitos príncipes que assim pecam. E Cornélio Tácito diz a razão disso com esta sentença: “*Proclivius est iniuriae, quam beneficio vivem exsolvere, quia gratia oneri, ultio in quaestu habetur* [57] ”.

Mas quando ele não o premia ou, melhor dizendo, o ofende, não movido pela avareza mas pela suspeita, então povo e príncipe merecem desculpa. E, sobre essas ingratidões feitas por tal razão, lê-se bastante. De fato, aquele

capitão que virtuosamente conquistou um império para o seu senhor, superando os inimigos e enchendo a si de glória e aos seus soldados de riquezas, necessariamente adquire, junto aos seus soldados, aos seus inimigos e aos súditos do príncipe, tanta reputação que aquela vitória torna-se amarga para o senhor que o enviou. E, como a natureza dos homens é ambiciosa e desconfiada e não sabe impor limites a nenhuma fortuna que lhe toque, é impossível que aquela suspeita, subitamente nascida no príncipe após a vitória daquele capitão, não seja por aquele mesmo aumentada por qualquer procedimento seu ou expressão usada imprudentemente. De modo que o príncipe não pode pensar em nada mais do que em assegurar-se e, para fazer isto, planeja matá-lo ou tirar-lhe a reputação que ele conquistou junto ao seu exército ou ao seu povo e, com todas as artimanhas, provar que aquela vitória não foi resultado de sua virtude, mas da sorte ou da covardia dos inimigos, ou da prudência dos outros chefes que estiveram com ele em tal missão.

Depois que, estando Vespasiano na Judéia, foi declarado imperador pelo seu exército, Antônio Primo, que se encontrava com um outro exército na Ilíria, aderiu ao seu partido e voltou à Itália contra Vitélio, que reinava em Roma, e virtuosíssimamente venceu dois exércitos vitelianos e ocupou Roma, de modo que Mutiano, mandado por Vespasiano, encontrou, graças à virtude de Antônio, tudo conquistado e vencidas todas as dificuldades. O prêmio que Antônio recebeu foi ter-lhe tolhido Mutiano a obediência do exército e, pouco a pouco, deixou-o sem nenhuma autoridade em Roma, de modo que Antônio foi ao encontro de Vespasiano, que estava na Ásia, e foi de tal modo recebido por ele que, em breve tempo, reduzido a nada, morreu quase desesperado. E de exemplos assim a História está cheia.

Nos nossos tempos, qualquer um que agora vive sabe com quanta indústria e virtude Gonzalo Fernández, lutando no reino de Nápoles contra os franceses, em prol de Fernando, rei de Aragão, conquistou e venceu aquele reino e, como por prêmio de vitória, recebeu a partida de Fernando de Aragão e, chegando este a Nápoles, tirou-lhe a obediência das gentes de armas, depois lhe tirou as fortalezas e levou-o de volta à Espanha, onde morreu desonrado pouco depois.

Portanto, é tão natural essa suspeita nos príncipes que eles não podem evitá-la e é impossível que eles demonstrem gratidão para com aqueles que obtiveram vitórias, fazendo grandes conquistas sob suas insígnias. E, daquilo que um príncipe não se defende, não é milagre nem algo por demais

memorável que um povo não se defenda. Pois, tendo uma cidade que vive livre dois objetivos, um a conquista e outro o manter-se livre, convém que numa ou noutra coisa erre por amá-la em excesso. Quanto aos erros que comete para manter-se livre, entre outros estão o ofender aqueles cidadãos que deveria premiar e o suspeitar daqueles nos quais deveria confiar. E, se bem que estes procedimentos, em uma república que se tornou corrupta, sejam causas de grandes males e que muitas vezes ainda mais a conduzam a tirania, como aconteceu com a Roma de César que, por força, apoderou-se do que a ingratidão lhe negava, mesmo assim, em uma república não-corrompida, são motivos de grandes benefícios e fazem que ela viva livre, por longo tempo mantendo-se, por medo de punições, os homens melhores e menos ambiciosos.

É verdade que, entre todos os povos que já tiveram um império, pelas razões já mencionadas, Roma foi a menos ingrata, porque da sua ingratidão não se pode dizer que haja outro exemplo além do de Cipião, porque Coriolano e Camilo foram exilados devido à injúria que um e outro fizeram à plebe. Mas, se um deles não foi perdoado por ter sempre demonstrado contra o povo disposição inimiga, o outro não apenas foi chamado de volta mas, por todo o tempo em que viveu, adorado como um príncipe. Mas a ingratidão contra Cipião nasceu de uma suspeita que os cidadãos começaram a ter dele, como não tiveram de nenhum outro: as origens dela foram a grandeza do inimigo que Cipião tinha vencido, a reputação que a vitória numa guerra tão longa e perigosa lhe havia rendido, a celeridade dessa reputação, os favores que a juventude, a prudência e as suas memoráveis virtudes lhe deram. Estas coisas importavam tanto que, por nenhum outro motivo, os magistrados de Roma temiam a sua autoridade que desagradava os homens sábios, como coisa inusitada em Roma. E o seu viver parecia tão extraordinário que Catão [\[58\]](#), o Velho, considerado santo, foi o primeiro a fazer-lhe oposição e a dizer que uma cidade não poderia ser chamada livre se nela havia um cidadão temido pelos magistrados. De modo que, se o povo de Roma seguiu, neste caso, a opinião de Catão, merece aquele perdão que eu disse merecerem os povos e os príncipes que, por suspeita, são ingratos.

Concluindo, portanto, este discurso, digo que, usando-se esse defeito da ingratidão ou por avareza ou por suspeita, ver-se-á como os povos jamais a usaram por avareza e, por suspeita, ainda menos que os príncipes, havendo menos razões para suspeitar, como se dirá a respeito.

XXX

Quais devem ser os procedimentos de um príncipe ou de uma república para evitar o pecado da ingratidão e quais os do capitão ou cidadão para não ser vítima dele.

Um príncipe, para evitar essa necessidade de ter que viver suspeitando ou ser ingrato, deve ir pessoalmente às expedições, como faziam, no princípio, aqueles imperadores romanos, como o Turco faz hoje em dia, e como fizeram e fazem os que são virtuosos. Porque, vencendo, a glória e a conquista são todas deles e, quando eles não o fazem, pertencendo a glória a outros, não lhes parece possível usar aquela conquista sem que se tenha apagado nos outros a glória que eles próprios não souberam ganhar e tornam-se ingratos e injustos e, sem dúvida, perdem com isso mais do que ganham. Mas, quando, por negligência ou por pouca prudência, eles se deixam ficar em casa, ociosos, e enviam um capitão, não tenho outro preceito a lhes dar além do que eles sabem por si próprios.

Quanto ao capitão, que acredito não poder evitar as mordidas da ingratidão, recomendo que faça uma dessas duas coisas: ou deixe os exércitos logo após a vitória e entregue-se nas mãos do seu príncipe, evitando qualquer ato insolente ou ambicioso, até que ele, despojado de qualquer suspeita, tenha motivo ou para premiá-lo ou para não ofendê-lo; ou, quando isso não lhe parecer possível, tome, corajosamente, a parte contrária e tenha todas as atitudes de quem sabe ter aquela conquista sido mérito seu e não de seu príncipe, fazendo-se benévolo para com os soldados e para com os súditos, e faça novas amizades com os vizinhos, ocupe com seus homens as fortalezas, corrompa os chefes de seu exército e acautele-se contra os que não conseguir corromper e, com esses procedimentos, busque punir o seu senhor por qualquer ingratidão que ele lhe faça. Outros meios não há, mas, como já disse antes, os homens não sabem ser totalmente bons nem totalmente maus. E sempre acontece que, logo após a vitória, não queiram deixar o exército, não possam portar-se modestamente, não saibam fazer uso de gestos violentos que imponham temor, de modo que, estando indecisos, entre essa demora e essa ambiguidade, os príncipes os oprimem.

Quanto a uma república, caso queira evitar esse defeito da ingratidão, não poderá usar o mesmo remédio do príncipe, isto é, ir pessoalmente, ao invés de enviar alguém, pois tem necessidade de mandar um cidadão. Convém, portanto, que eu lhe receite como remédio proceder como a República romana, que foi menos ingrata que as outras, graças ao seu modo de

governar-se, pois, ao empregar toda a cidade, tanto nobres como plebeus, na guerra, sempre surgia em Roma, em todas as épocas, tantos homens virtuosos e ornados de várias vitórias que o povo não tinha razão de duvidar de nenhum deles, sendo muitos e um vigiando o outro. E tão íntegros se mantinham e cautelosos, a ponto de não dar sinal de ambição alguma, que, quando alguém se tornava ditador, mais glória tinha quanto mais dela se despia. E assim, não podendo semelhantes atitudes gerar suspeitas, não geravam ingratidão. De modo que uma república que não deseje ter razões para ser ingrata deve governar-se como Roma e um cidadão que queira evitar os golpes da ingratidão deve observar as atitudes dos cidadãos romanos.

XXXI

Os capitães romanos não foram jamais punidos de forma extraordinária e também não foram punidos quando, devido à ignorância deles ou por causa de decisões infelizes por eles tomadas, sucederam-se danos à república.

Os romanos não só foram os menos ingratos entre as demais repúblicas, como dissemos antes, como também foram mais pios e respeitosos que qualquer outra república ao punir os capitães de seus exércitos pois, quando eles erravam por maldade, castigavam-nos dignamente; se erravam por ignorância, ao invés de puni-los, eram premiados e honrados.

Tal procedimento era muito considerado por eles, pois eles achavam que, para os que governavam os seus exércitos, fosse de tal importância terem o espírito livre e apto para tomarem decisões sem interferências extrínsecas, que não queriam acrescentar a uma coisa, por si mesma difícil e perigosa, achando que, se tal acrescentassem, não haveria mais ninguém que agisse virtuosamente. Por exemplo, mandava-se um exército à Grécia contra Filipe da Macedônia ou à Itália contra Aníbal ou contra aqueles povos que tinham sido anteriormente dominados. O capitão designado para tais expedições angustiava-se com todos aqueles cuidados exigidos por tais empreendimentos graves e importantes. Ora, se a tais preocupações os romanos tivessem acrescentado outras, caso eles crucificassem ou mesmo matassem os que perdiam as batalhas, seria impossível que aquele capitão, entre tantos temores, pudesse deliberar corretamente. Por isso, julgando que, para ele, já fosse a derrota em si mesma uma pena por demais ignominiosa, não queriam atormentá-lo com outra maior.

Há um exemplo quanto ao erro cometido não por ignorância. Estavam Sérgio e Virgínio em campanha em Veios, cada um designado para uma parte do exército, dos quais Sérgio estava onde poderia enfrentar os toscanos e Virgínio do outro lado. Ocorreu que Sérgio foi atacado pelos feliscos e outros povos e preferiu ser derrotado e fugir a pedir ajuda a Virgínio. E, da outra parte, Virgínio, esperando que o outro se humilhasse, preferiu ver a desonra da pátria e a ruína daquele exército que socorrê-lo. Caso realmente perverso e digno de ser notado e de fazer não boa figura da República romana, caso ambos não houvessem sido castigados. É verdade que, enquanto uma outra república tê-los-ia punido com a pena capital, aquela os puniu em denários. A causa disso não foi os romanos não acharem que as faltas deles mereciam punição maior, mas porque queriam manter, neste caso, os costumes antigos.

E, quanto aos erros por ignorância, não há melhor exemplo que o de Varrão, por cuja temeridade os romanos foram derrotados por Aníbal em Canas, onde aquela república viu sua liberdade em perigo. Mesmo assim, por ter havido ignorância e não malícia, não apenas deixaram de castigá-lo, mas o honraram e todos os senadores foram ao seu encontro quando voltou a Roma e, não podendo congratulá-lo pela vitória, felicitaram-no por ter voltado a Roma e não ter desistido dos assuntos da República romana.

Quando Papírio Cursor desejava a pena de morte para Fábio, por ter ele combatido os sanitas sem o seu consentimento, entre as razões usadas pelo pai de Fábio contra a obstinação do ditador, estava a de que o povo romano, em nenhuma derrota dos seus capitães, tinha feito o que Papírio desejava fazer a um vitorioso.

XXXII

Uma república ou um príncipe não deve abster-se de ajudar os homens nas suas dificuldades.

Ainda que, felizmente, acontecesse serem os romanos liberais para com o povo quando sobrevinha o perigo, como quando Porsena decidiu atacar Roma para restituir o poder aos Tarquínios, e o Senado, temendo que o povo preferisse aceitar os reis de volta que enfrentar uma guerra, para assegurar-se, isentou-o do imposto do sal e de outros tributos, argumentando que os pobres já agiam em benefício público nutrindo os seus filhos e que, por este benefício, o povo se disporia a suportar o assédio, a fome e a guerra, que ninguém, confiando neste exemplo, decida, nas situações de perigo, conquistar a simpatia do povo,

pois jamais lhe acontecerá o que aconteceu aos romanos. Porque o populacho julgará que o benefício não veio de ti, mas dos teus adversários e, temendo que, passada a necessidade, tu tires dele o que tinhas dado forçadamente, não terá consideração alguma para contigo. E a razão pela qual os romanos se beneficiaram desta decisão foi porque o Estado era novo e ainda não estava firme e o povo tinha visto que, antes, haviam feito leis em seu benefício, como aquela da apelação para a plebe, de modo que pôde convencer-se que aquele benefício que lhe tinham feito não foi tanto devido à chegada dos inimigos, mas devido à disposição do Senado em ajudá-los. Além disso, a memória dos reis, dos quais o povo tinha recebido vilipêndios e injúrias, estava fresca.

Por isso, qualquer um que detenha o poder, seja numa república ou num principiado, deve considerar antes que dificuldades poderá enfrentar e de que homens poderá ter necessidade nos tempos adversos, e depois viver com eles de modo que julguem, sobrevivendo qualquer adversidade, que sejam necessário para eles. E aquele que age de outro modo, príncipe ou república, mas principalmente príncipe, e depois acredita, quando o perigo sobrevém, que com os benefícios seduz os homens, engana-se, pois não apenas não se assegura como acelera a sua ruína.

XXXIII

Quando um inconveniente cresce num Estado ou contra um Estado, dar tempo ao tempo é a decisão mais salutar.

Crescendo a República romana em prestígio, força e império, os vizinhos, que não tinham pensado antes quanto aquela nova república poderia fazer-lhes dano, começaram, mais tarde, a perceber o seu erro e, desejando remediar o que não tinham tratado antes, uniram-se pelo menos uns quarenta povos contra Roma, de forma que os romanos, entre outros remédios encontrados por eles para enfrentar esses perigos urgentes, decidiram criar o cargo de ditador, isto é, dar autoridade a um homem para que ele pudesse deliberar sem qualquer consulta e executar as suas deliberações sem qualquer apelação. Este remédio não só foi útil então, e foi razão para que vencessem os perigos iminentes, como também foi utilíssimo em todos aqueles acidentes que, em qualquer época, surgiam contra a República durante o crescimento do seu império.

Baseado neste acontecimento, quero explicar, primeiro, como, quando um inconveniente surgido ou em uma república ou contra ela, causado por uma razão intrínseca ou extrínseca, torna-se tão grande que começa a aterrorizar

a todos, é mais seguro contemporizar do que tentar extingui-lo. Porque quase sempre aqueles que tentam eliminá-lo fazem aumentar as suas forças e aceleram os males dos quais se suspeitava. E acidentes desse tipo ocorrem nas repúblicas mais frequentemente por motivos intrínsecos que extrínsecos: muitas vezes permite-se que um cidadão conquiste mais poder que o razoável ou se começa a violar uma lei que é o nervo e o sustentáculo da liberdade e deixa-se esse erro transcorrer a tal ponto que se torna mais perigoso querer remediá-lo que deixá-lo prosseguir. E é tão difícil identificar o nascimento desses inconvenientes quanto parece muito natural aos homens favorecer sempre as causas que lhes dão origem, e tais favores têm mais sucesso que qualquer outra coisa, de modo que aparentam ter em si alguma virtude e ser obra de jovens. Pois, se, em uma república, se vê surgir um jovem nobre, que tenha em si virtude extraordinária, todos os olhos dos cidadãos começam a voltar-se para ele e a honrá-lo sem nenhuma cautela, de modo que, se houver nele ambição, misturada aos favores que a natureza e este acontecimento lhe concederam, rapidamente ocupa uma posição tal que, quando os cidadãos se apercebem do erro que cometeram, há poucos remédios aos quais recorrer e, desejando os cidadãos que estes façam efeito, tudo o que fazem é aumentar o poder deles.

Há muitos exemplos assim, mas em quero dar apenas um, passado em nossa cidade. Cosimo de Medici [\[59\]](#), que deu princípio à grandeza da casa Medici em nossa cidade, obteve tanta reputação com os favores obtidos graças à sua prudência e à ignorância dos demais cidadãos, que o Estado começou a temê-lo, de modo que os outros cidadãos julgavam perigoso ofendê-lo e perigosíssimo deixá-lo assim. Mas, vivendo naqueles tempos Nicolau da Uzzano, que era considerado um homem sapientíssimo quanto aos assuntos civis, tendo cometido os cidadãos o erro inicial de não identificar os perigos que poderiam resultar do prestígio de Cosimo, ainda assim, Nicolau não queria jamais que cometessem o segundo, isto é, que tentassem eliminá-lo, julgando ele que tal tentativa resultaria na ruína do Estado, como de fato se viu depois da sua morte. Os cidadãos, porém, não observando os seus conselhos, uniram-se contra Cosimo e o expulsaram de Florença. O resultado foi que seus partidários, ressentidos por essa injúria, pouco depois o chamaram de volta e o fizeram príncipe da cidade, posto ao qual jamais ascenderia se não tivesse havido aquela manifesta oposição.

A mesmíssima coisa aconteceu na Roma de César, cuja coragem, favorecida por Pompeu e tantos outros, converteu em medo tal apoio,

conforme o testemunho de Cícero [60] , que diz ter Pompeu começado tardiamente a temer César. Tal temor os fez pensar nos remédios e os remédios usados aceleraram a ruína da República.

Digo, portanto, que, sendo difícil reconhecer tais males quando eles surgem, dificuldade esta causada pela aparência enganadora que as coisas têm em princípio, depois que os males se dão a conhecer, temporizá-los é uma decisão mais sábia que a de combatê-los pois, temporizando-os, ou por si mesmos desaparecem ou ao menos se distinguem ao longo do tempo. E em tudo os príncipes devem estar atentos desde o princípio, caso desejem cancelar certos males ou opor-se às suas forças e ao seu ímpeto, não lhes dar espaço algum para crescerem e devem acautelar-se para não atrair os males acreditando afastá-los ou regar as ervas daninhas crendo afogá-las. Mas é preciso considerar bem as forças do mal e, quando fores suficiente para erradicá-lo, combate-o sem tréguas; caso contrário, deixe-o estar e não tente nada contra ele, pois aconteceria, como já foi dito antes, como aconteceu aos vizinhos de Roma, para os quais, depois de ter esta crescido em potência, seria mais saudável buscar aplacá-la com métodos pacíficos e mantê-la onde estava, pois a sua conjura contra ela não fez mais do que unir ainda mais os romanos, torná-los mais galhardos e fazê-los pensar em novas maneiras mediante as quais em breve tempo ampliaram o seu poderio, entre as quais estava a instituição do ditador, através do qual não apenas superaram os perigos iminentes, mas foi a solução com a qual combateram infinitos males, nos quais a república incorreria se não houvesse tal remédio.

XXXIV

De como a autoridade ditatorial fez bem e não dano à República romana e de como a autoridade que os cidadãos atribuem a si mesmos, ao contrário daquelas conferidas pelos sufrágios livres, são perniciosas à vida política.

Os romanos que decidiram criar o cargo de ditador têm sido criticados por alguns historiadores que alegam que, tendo o primeiro tirano daquela cidade comandado-a sob este título, se não tivesse havido tal título, César não teria podido justificar a sua tirania. Tal tese não foi bem examinada por quem tem tal opinião e quem crê nela o faz sem razão. Porque não foi o nome nem o cargo de ditador que reduziu Roma à servidão, mas foi a autoridade subtraída dos cidadãos para prolongar o seu mandato e, se em Roma não houvesse o nome de ditador, teriam usado um outro, porque são as forças que, facilmente, conquistam os nomes, não os

nomes as forças. E se vê que o ditador, enquanto foi ordenado segundo as vontades públicas e não por autoridade própria, fez sempre o bem para a cidade. Porque quem prejudica as repúblicas são os que fazem a si mesmos magistrados e as autoridades que se auto-elegem por vias extraordinárias, como se vê que aconteceu em Roma durante tanto tempo, de modo que jamais um ditador fez senão bem à república.

Há razões evidentíssimas para isso. Primeiro, porque, para que um cidadão possa ser nocivo à república e acumular para si uma autoridade extraordinária, faz-se necessário que ele tenha qualidades inexistentes numa república que não se corrompeu, pois é preciso que seja riquíssimo e tenha muitos aderentes e partidários, coisas impossíveis onde as leis são observadas. Além disso, a ditadura era provisória e não perpétua e era criada somente para remediar o problema para cuja solução fora criada e a autoridade do ditador consistia em poder deliberar por si mesmo a respeito do remédio para aquele perigo iminente, fazendo tudo sem consulta e punindo qualquer um sem apelação, mas não podia fazer nada que prejudicasse o Estado, como tolher a autoridade do Senado ou do povo, desfazer as velhas instituições da cidade e fazer outras novas. De modo que, juntando o breve tempo da sua ditadura, a autoridade limitada que tinha e o povo romano incorrupto, era impossível para o ditador extrapolar os limites que lhe impunham e prejudicar a cidade, e a experiência mostra que nenhum deles se beneficiou do cargo.

E, realmente, entre as demais instituições romanas, esta é uma que merece ser considerada e numerada entre aquelas que causaram tanta grandeza e tanto império, pois, sem uma instituição similar, as cidades dificilmente superam os acidentes extraordinários. Por terem as instituições das repúblicas um ritmo geralmente lento (não podendo nenhum conselho nem magistrado algum por si mesmo fazer tudo; ao invés disso, em muitos casos, eles necessitam um do outro e, portanto, se requer tempo para que enfeixem todos esses interesses) são os remédios que estas oferecem perigosíssimos quando há necessidade de curar um mal que não pode esperar. E, por isso, as repúblicas devem ter entre as suas instituições uma similar: e a República de Veneza, que, entre as modernas, é excelente, reservou autoridade a uns poucos cidadãos para que, nas necessidades urgentes, sem maiores consultas, possam deliberar. Pois, quando em uma república falta um recurso similar, ou ela necessariamente arruína-se, observando as instituições, ou rompe com elas para não se arruinar. E, em

uma república, não se deseja jamais que ela venha a ser governada por meios extraordinários porque, ainda que tais meios a beneficiem a princípio, mesmo assim, o exemplo é nocivo pois, se é introduzida a prática de romper com as instituições para o bem, mais tarde, sob este pretexto, romper-se-á com elas para o mal [61] ; desse modo, jamais será perfeita uma república cujas leis não prevenirem tudo, receitando, para cada acidente, o remédio e o modo de governar.

E, por isso, digo, concluindo, que aquelas repúblicas que não tiverem, diante dos perigos urgentes, refúgio em um ditador ou em autoridades similares, arruinar-se-ão.

Note-se, nesta nova ordenação, o modo de elegê-lo, conforme foi sabiamente previsto pelos romanos. Pois, uma vez que a criação de um ditador implique em um rebaixamento dos cônsules por terem eles que, de chefes da cidade, descerem ao mesmo nível de obediência que os outros, e, pressupondo que disso pudesse nascer o desdém entre os cidadãos, decidiram que a autoridade para elegê-lo coubesse aos cônsules, considerando que, quando sobreviesse a Roma um acidente que fizesse necessária tal potestade régia, eles decidissem instituí-la voluntariamente e, fazendo-a eles, doer-lhes-ia menos, pois as feridas e outros males que os homens fazem a si mesmos, espontaneamente ou por eleição, doem-lhes menos que as que lhes são feitas por outros. Ainda assim, nos últimos tempos, os romanos decidiram, em lugar de um ditador, dar tal autoridade a um cônsul, com estas palavras: “*Videat Consul, ne Respublica quid detriment capiat* [62] ”.

E, para concluir a nossa matéria, digo que os vizinhos de Roma, buscando oprimi-la, a fizeram organizar-se de modo a não somente poder defender-se como também de modo a poder, com mais força, mais prudência e mais autoridade, oprimi-los.

XXXV

A razão pela qual a criação, em Roma, do Decenvirato foi nociva à liberdade daquela República, não obstante tenha sido criado por sufrágios públicos e livres.

A eleição dos dez cidadãos feita pelo povo para que elaborassem as leis em Roma, cidadãos esses que se tornaram, com o tempo, tiranos e, sem respeito algum à liberdade, ocuparam tais cargos, parece contradizer o que dissemos acima (que nociva às repúblicas é a autoridade alcançada pela violência, não a que é concedida por sufrágios).

Por isso, devemos considerar a maneira de dar a autoridade e o tempo pelo qual ela é dada.

Quando se dá livre autoridade por um longo tempo, seja esse tempo longo um ano ou mais, sempre será perigosa e terá efeitos bons ou ruins conforme sejam bons ou ruins aqueles para quem ela é dada. E, se considerarmos a autoridade que tiveram os Dez e aquela que os ditadores tinham, veremos que a dos Dez era incomparavelmente maior. Porque, criado um ditador, restavam os tribunos, os cônsules, o Senado com suas respectivas autoridades, e o ditador não podia tolhê-los e, se ele podia destituir um cônsul, um senador, não podia anular a instituição do Senado e fazer novas leis. De modo que o Senado, os cônsules, os tribunos, conservando as suas autoridades, vinham a ser como uma guarda que o impediam de abandonar o caminho correto.

Mas, na criação do Decenvirato, ocorreu tudo ao contrário, porque anularam os cônsules e os tribunos e deram-lhes autoridade para fazerem leis e qualquer coisa em lugar do povo romano. De modo que, encontrando-se a sós, sem cônsules, sem tribunos, sem apelações populares e, por isso, não havendo quem os vigiasse, eles puderam, no segundo ano, movidos pela ambição de Ápio, tornar-se insolentes. E, por isso, se deve notar que, quando se diz que uma autoridade instituída por sufrágios livres não prejudica jamais uma república, se pressupõe que um povo não se comporta nunca de um modo a dar tal autoridade, senão nas devidas circunstâncias e no devido tempo, mas quando, ou por ter sido enganado ou por qualquer outra razão que o cegasse, ele se conduz de modo a dá-la imprudentemente e da maneira que o povo romano a deu ao Dez, suceder-lhe-á sempre como sucedeu àquele. Isto se prova facilmente, considerando quais motivos mantiveram os ditadores bons e quais tornaram os Dez ruins e considerando ainda como agiram aquelas repúblicas que foram bem organizadas ao dar a autoridade por longo tempo a alguém, como davam os espartanos aos seus reis e como a dão os venezianos aos seus doges, pois se vê, num e noutro caso, como eles puseram guardas para impedi-los de usar mal o seu poder. Neste caso, o fato de a matéria não ter se corrompido não ajuda, porque uma autoridade absoluta em pouquíssimo tempo corrompe a matéria e faz surgir amigos e inimigos. Nem a impede o ser pobre ou o não ter parentes importantes, porque as riquezas e todo o tipo de favores rapidamente vão ao seu encontro, como particularmente fizeram na criação dos Dez.

Os cidadãos que tiveram as maiores honras não devem desprezar os menores.

Os romanos tinham eleito Marco Fábio e G. Manílio cônsules e vencido um gloriosíssimo combate contra os veientes e os etruscos no qual morreu Quinto Fábio, irmão do cônsul do ano anterior. De onde se deve considerar quanto as ordens daquela cidade estavam aptas a torná-la grande e quanto as outras repúblicas que discordam desses procedimentos se enganam. Pois, ainda que os romanos fossem grandes amantes da glória, mesmo assim não consideravam como algo desonroso obedecer agora a quem antes comandaram e encontrar-se servindo no exército do qual haviam sido líderes.

Esse costume é contrário à opinião, às ordens e aos modos dos cidadãos dos nossos tempos e, em Veneza, há ainda esse erro de que um cidadão que ocupa um alto posto se envergonhe de aceitar um menor e a cidade consente que ele possa recusá-lo. Isso, se traz honra para a vida privada, é totalmente inútil para a vida pública, porque uma república deve ter mais esperança e mais confiança em um cidadão que, de um alto posto, desce ao ponto de assumir um menor, que naquele que, de um posto menor, eleva-se para um maior, pois neste não se pode confiar razoavelmente, a não ser que, ao redor dele, haja homens de tanta reverência ou de tanta virtude que a inexperiência dele em tal cargo possa ser moderada com o conselho e a autoridade deles. E se, em Roma, houvesse o consenso que há em Veneza de que quem havia sido cônsul não quisesse jamais servir aos exércitos senão como cônsul, disso resultariam infinitos males em desfavor da liberdade e, devido aos erros cometidos pelos novatos e à ambição que eles poderiam melhor satisfazer, caso não houvesse, ao redor, homens em cujo conceito eles temessem cair, eles teriam, nesse caso, se tornado ainda mais irresponsáveis, o que resultaria em detrimento público.

XXXVII

Quais escândalos foram gerados pela lei agrária e de como fazer numa república uma lei retroativa que seja contra um consenso antigo é escandalosíssimo.

Dizem os antigos escritores que os homens costumam afligir-se com o mal e enfastiar-se com o bem, e de uma e outra dessas paixões nascem os mesmíssimos efeitos. Porque, todas as vezes em que os homens não têm necessidade de combater, combatem por ambição e esta é tão poderosa nos corações humanos que, por mais que eles subam, nunca os

abandona. O motivo disto é que a natureza criou os homens sendo capazes de desejar tudo mas não podendo obter tudo o que desejam, de modo que, sendo sempre maior o desejo que a possibilidade de obtê-lo, resulta disso a insatisfação daquele que possui e o seu pouco contentar-se com isso. Esta é a razão pela qual a sua fortuna varia, pois, uma vez que parte dos homens deseja ter e outra parte teme perder o que conquistou, sucede-lhes a inimizade e a guerra, que proporcionam a ruína de uma província e a exaltação de outra.

Eu disse isso porque à plebe romana não bastou proteger-se dos nobres pela criação dos tribunos, desejo este que lhes foi imposto pela necessidade: a plebe, logo após tê-lo conseguido, começou a combater por ambição e a desejar dividir com a nobreza as honrarias e as riquezas, pois isto é o que os homens mais estimam. Foi esta a origem da peste que pariu a concessão da lei agrária que, por fim, causou a destruição da República. E, como as repúblicas bem organizadas têm de manter o coletivo rico e os indivíduos pobres, aconteceu de haver em Roma um defeito nessa lei que, ou por não ter sido feita desde o princípio de modo que não se tivesse de voltar a ela todos os dias, ou por ter sido adiada tantas vezes a ponto de se tornar escandaloso dar-lhe efeito retroativo ou, tendo sido bem feita no começo, depois se corrompeu, o fato é que, de qualquer maneira, nunca se falou desta lei em Roma sem que a cidade estremecesse.

Esta lei tinha dois pontos principais. Um dispunha que um cidadão não poderia possuir mais do que tantos alqueires de terra; o outro mandava que os campos conquistados dos inimigos fossem divididos entre o povo romano. O resultado, portanto, ofendia aos nobres de duas maneiras: uma era que os que possuíam mais bens do que a lei permitia (que eram a maior parte dos nobres) tinham de ser privados deles; e, dividindo-se entre a plebe os bens dos inimigos, tolhia-se-lhes a oportunidade de enriquecerem ainda mais. Assim, atingiu essas ofensas a homens poderosos a quem parecia estarem servindo ao bem público opondo-se a tal lei. Todas as vezes, como foi dito, que ela era renovada, a cidade toda virava do avesso e os nobres, com paciência e indústria, a temporizavam, ou colocando em campo um exército ou opondo ao tribuno que as propunha um outro tribuno. Às vezes, cediam em parte ou instituíam uma colônia no território que devia ser distribuído, como aconteceu no condado de Ântio, por cuja posse surgiu uma disputa devido à lei agrária, de modo que para lá se enviou uma colônia para que administrasse o condado. É onde Tito Lívio usa uma

expressão notável, dizendo que, com dificuldade, se encontrava alguém que se alistasse para ir a esta colônia, tanto estava a plebe mais disposta a continuar desejando em Roma que possuir em Ântio. Os humores desta lei andaram atormentando um tempo, até que os romanos começaram a conduzir as suas armas às partes extremas da Itália ou fora dela, parecendo terem cessado após esse tempo. Isso aconteceu porque, estando os campos que os inimigos de Roma possuíam distantes dos olhos da plebe e em lugares onde não era fácil cultivá-los, tornavam-se menos desejáveis para eles, e os romanos poucas vezes puniam os seus inimigos desse modo e, todavia, quando espoliavam alguma terra de seu condado, a distribuía em colônias. Tanto que, por tais razões, esta lei esteve como que adormecida até o tempo dos Gracos, os quais, despertando-a, arruinaram completamente a liberdade romana, pois ela encontrou redobrada a potência dos seus adversários e, por isso, se acendeu tanto o ódio entre a plebe e o Senado que o que se viu foram armas e sangue, fora de qualquer regra e costume civil. De tal forma que, não podendo remediá-los os magistrados públicos nem se podendo esperar coisa alguma das facções rivais, recorreu-se às soluções particulares e cada uma das artes pensou em criar um chefe que a defendesse. Neste escândalo e nesta desordem entra a plebe, que colocou sua confiança em Mário, tanto assim que ela o fez quatro vezes cônsul e ainda renovou com poucos intervalos o seu consulado, de modo que podia, por si mesmo, fazer-se cônsul outras vezes. Não tendo a nobreza outro remédio contra tal peste, decidiu apoiar Silas e, tendo-o feito chefe do seu partido, vieram as guerras civis e, depois de muito sangue e variações de fortuna, a nobreza venceu. Esses humores depois ressuscitaram ao tempo de César e Pompeu [63], pois, assumindo César a liderança do partido de Mário e Pompeu a do partido de Silas, César levou a melhor: tornou-se o primeiro tirano de Roma, de modo que aquela cidade nunca mais foi livre. Este foi, portanto, o princípio e o fim da lei agrária. E, se bem que nós tenhamos mostrado em outra parte como as inimizades entre o Senado e a plebe de Roma mantiveram-na livre por terem essas inimizades resultado em leis a favor da liberdade e, por isso, pareça contradizer a esta conclusão o resultado da lei agrária, digo por qual motivo não mudo de opinião: é tanta a ambição dos grandes que, se por várias vias e de várias maneiras, ela não for abatida em uma cidade, logo conduzirá tal cidade à ruína. De modo que, se a instituição da lei agrária levou trezentos anos para tornar Roma serva, ela ter-se-ia conduzido a uma escravidão ainda pior caso a plebe, com

esta lei e outras tantas reivindicações suas, não tivesse freado sempre a ambição dos nobres. Vemos ainda como os homens estimam mais a riqueza do que a honra. Pois a nobreza romana sempre cedeu à plebe quanto às honrarias sem escândalos extraordinários, mas, quando se tratava de riquezas, foi tanta a sua obstinação em defendê-las que a plebe recorreu às vias extraordinárias para satisfazer seu apetite. Os causadores dessas desordens foram os Gracos, de quem se deve louvar mais as intenções que a prudência pois, querer acabar com uma desordem que cresceu em uma república e, para isto, fazer leis com efeito retroativo é uma decisão mal tomada e, como falei largamente acima [64], isto não faz mais do que acelerar o mal ao qual aquela desordem te conduz, mas, temporizando-o, ou o mal vem mais tarde, ou por si mesmo com o tempo se extingue, antes de concretizar-se.

XXXVIII

As repúblicas débeis são indecisas e não sabem deliberar e, se tomam algum partido, é mais por necessidade que por opção.

Havendo em Roma uma grande pestilência e parecendo aos volscos e aos équos que tivesse chegado o tempo de poderem oprimi-la, estes dois povos uniram-se num fortíssimo exército, assaltaram os latinos e os hérnicos e, destruindo o país deles, obrigaram latinos e hérnicos a comunicá-lo a Roma e pedir-lhe ajuda; os romanos, afligidos pelo morbo, responderam que pegassem as armas para defenderem-se a si mesmos, porque eles não poderiam defendê-los. Disto se conhece a generosidade e prudência daquele Senado que, como sempre aconteceu em todos os casos, quis ser o primeiro nas deliberações que os seus tivessem de tomar e não se envergonhou nunca de deliberar uma coisa que fosse contrária ao seu modo de viver ou a outra deliberação feita por ele, quando a necessidade o exigia. Digo isto porque outras vezes o mesmíssimo Senado havia vetado aos ditos povos o armar-se e o defender-se, de modo que um Senado menos prudente que este considerar-se-ia rebaixado ao considerar tal decisão. Mas este sempre julgou as coisas como devem ser julgadas e sempre tomou por melhor a opção menos ruim, pois se lhe desagradava que eles se armassem sem ele, pelas razões ditas e por muitas outras que se deduzem; mesmo assim, sabendo que a necessidade os faria se armarem de qualquer maneira, tendo o inimigo às portas, tomou a decisão honrosa e desejou que aquilo que haveriam de fazer o fizessem com a sua licença, de forma que, havendo desobedecido por necessidade, não tivessem de desobedecer por opção.

E, embora isto pareça um partido que devesse ser tomado por qualquer república, mesmo assim as repúblicas fracas e mal aconselhadas não o sabem tomar, nem sabem reconhecer necessidades semelhantes. Tinha o duque Valentino [65] capturado Faenza e submetido Bolonha às suas exigências. Depois, desejando retornar a Roma pela Toscana, enviou a Florença um dos seus homens para pedir passagem para ele e para seu exército. Discutiu-se em Florença como se haveria de responder ao pedido e não houve quem aconselhasse que se lhe concedesse passagem. Nisto não se seguiu o modo romano pois, estando o duque armadíssimo e os florentinos de tal modo desarmados que não poderiam vetar-lhe os passos, era muito mais honroso para eles que parecesse que passasse com o seu consentimento e não à força, porque esse enorme vitupério pelo qual passaram teria sido menor se tivessem decidido de outro modo. Mas o pior defeito das repúblicas fracas é serem indecisas, de modo que todas as decisões que tomam tomam-nas à força e, se algum bem lhes é feito, é feito forçado e não pela prudência delas.

Quero dar dois exemplos, ocorridos nos nossos tempos, no âmbito da nossa cidade.

Em 1500, depois que o rei da França Luís XII recuperou Milão, desejoso de que Pisa se rendesse para que ele obtivesse os cinquenta mil ducados que lhe haviam sido prometidos pelos florentinos após tal restituição, mandou seus exércitos contra Pisa, capitaneados por Monsenhor de Beaumonte que, embora francês, era um homem no qual os florentinos confiavam. Conduzidos exército e capitão entre Cascina e Pisa para irem combater as muralhas, onde, demorando um dia para ordenar a expugnação, vieram oradores pisanos a Beaumonte e ofereceram-lhe entregar a cidade ao exército com esta condição: que, sob a fé do rei, promettesse não a entregar nas mãos dos florentinos antes de quatro meses. Esta proposta foi totalmente recusada pelos florentinos, de modo que se seguiu o irem à luta e dela partirem envergonhados. A proposta não foi recusada por outra razão além da desconfiança na fé do rei, em cujas mãos tiveram de abandonar-se, devido à tibieza dos seus próprios conselhos, e, de outra parte, não confiavam nisso nem viam o quanto era melhor que o rei pudesse entregar-lhes Pisa tendo nela entrado (ou mesmo não a entregando, revelando, assim, o seu caráter) e sendo eles forçados a cumprir sua parte na promessa. De modo que muito mais útil teria sido consentir que Beaumonte a tivesse sob qualquer promessa feita, como se viu na experiência posterior em 1502,

quando, estando Arezzo rebelada, Monsenhor Imbalt veio em socorro dos florentinos, mandado pelo rei da França com gente francesa; este, estando bem próximo a Arezzo, pouco tempo depois, começou a fazer acordos com os aretinos, os quais, sob certas palavras, queriam entregar a terra de maneira semelhante à dos pisanos. Tal conselho foi rejeitado em Florença. Monsenhor Imbalt, vendo isso e parecendo-lhe que os florentinos pouco entendessem disso, começou a pôr em prática o acordo, sem a participação dos comissários, de modo que ele o concluiu a seu modo e, de acordo com ele, entrou em Arezzo com a sua gente, mostrando aos florentinos quão loucos eles eram e que não entendiam nada das coisas do mundo, portanto, se quisessem Arezzo, que o dissessem ao rei, que podia dar a eles muito mais tendo a sua gente dentro daquela cidade do que fora. Não paravam, em Florença, de criticar e xingar o dito Imbalt, nem se cansavam nunca de fazê-lo, até que se entendeu que, se Beaumonte tivesse sido igual a Imbalt, Pisa teria sido como Arezzo.

E assim, para voltar ao assunto, as repúblicas irresolutas não escolhem nunca bons partidos a não ser pela força, pois a fraqueza delas não as deixa nunca deliberar onde há alguma dúvida e, se a dúvida não for cancelada por uma violência que a suspenda, tais repúblicas estarão sempre indecisas.

XXXIX

Em diversos povos se veem os mesmíssimos acontecimentos.

E facilmente sabido por quem considera as coisas presentes e as antigas que, em todas as cidades e em todos os povos, há aqueles mesmíssimos desejos e aqueles mesmíssimos humores, tal como sempre os houve. De modo que é fácil para quem examina com diligência as coisas passadas prever, em cada república, as coisas futuras e preparar para elas aqueles remédios usados pelos antigos, ou, não encontrando estes, pensar em novos, de acordo com a semelhança dos acontecimentos. Mas porque estas considerações sejam negligenciadas ou não entendidas por quem as lê ou, se entendidas, não conhecidas por quem governa, disso resulta que sempre surgem os mesmíssimos escândalos em todos os tempos. Tendo a cidade de Florença, após o ano de 1494, perdido parte de seu império, como Pisa e outras terras, foi necessário que fizesse guerra àqueles que as ocupavam e, como quem as ocupava era poderoso, resultou que gastava demais na guerra sem lucro algum: do gastar demais resultava-lhe prejuízos; dos prejuízos, infinitas querelas populares; e, porque esta guerra era administrada por uma magistratura de dez cidadãos que se chamavam os

Dez da Guerra [66] , o universal começou a tratá-la com despeito, como se ela fosse a razão da guerra e de suas despesas, e começou a persuadir-se que, se acabassem com a dita magistratura, acabariam com a guerra, tanto que, precisando refazê-la, não quiseram votar, e, deixando que a magistratura expirasse, deixaram suas tarefas para a Senhoria. Tal deliberação foi tão prejudicial que não apenas não acabou com a guerra, como esperava o universal, como também expulsou aqueles homens que a administravam, ao que se seguiu tal desordem que, além de Pisa, perdeu-se Arezzo e muitos outros territórios; de modo que, arrependido o povo de seu erro e, como a causa do mal era a febre e não o médico, refez-se a magistratura dos Dez.

Este mesmíssimo humor teve lugar em Roma contra o cargo dos cônsules porque, vendo aquele povo uma guerra nascer da outra, de forma a nunca lhe darem sossego, quando deviam pensar que elas nascessem da ambição dos vizinhos que queriam oprimi-los, pensaram que resultassem da ambição dos nobres que, não podendo, dentro de Roma, fustigar a plebe defendida pelo poder dos tribunos, queriam conduzi-la para fora da cidade sob o comando dos cônsules, para oprimi-la onde não haveria socorro algum. E acharam, por isso, que fosse necessário ou expulsar os cônsules ou regular de tal modo o poder deles que estes não tivessem autoridade sobre o povo nem fora nem dentro de casa.

O primeiro a tentar essa lei foi um tribuno chamado Terêntilo, que propunha que se deveria criar cinco homens que considerariam o poder dos cônsules e limitá-lo-iam. Isto deixou alterada a nobreza, parecendo a ela que a majestade do império tivesse decaído de vez, de modo que à nobreza não restasse mais nenhum posto naquela república. Mesmo assim, foi tanta a obstinação dos tribunos que a instituição dos cônsules extinguiu-se e contentaram-se, enfim, após várias outras medidas, em criar tribunos com poderes de cônsules ao invés de cônsules, pois tinham mais ódio ao título dos cônsules que à autoridade deles. E assim continuaram por muito tempo até que, reconhecendo o erro cometido, como os florentinos voltaram aos Dez, assim eles reinstituíram os cônsules.

XL

A criação do Decenvirato em Roma e o que há nela de notável: onde se considera, entre muitas outras coisas, como acontecimentos semelhantes podem salvar uma república ou conduzi-la à opressão.

uerendo discorrer particularmente sobre os incidentes da criação do Decenvirato em Roma, não me parece supérfluo narrar primeiro tudo aquilo que sucedeu para tal criação e depois debater aquelas partes notáveis nessas ações, as quais são muitas e muito consideráveis, tanto para aqueles que desejam manter uma república livre como para os que desejam submetê-la. Pois neste discurso ver-se-ão muitos erros cometidos pelo Senado e pela plebe em desfavor da liberdade, e muitos erros cometidos por Ápio, chefe do Decenvirato, em desfavor daquela tirania que ele decidira estabelecer em Roma.

Depois de muitas disputas e contendas ocorridas entre o povo e a nobreza para firmar novas leis em Roma, pelas quais ficasse mais estabelecida a liberdade daquele estado, concordaram em enviar Espúrio Póstumo com dois outros cidadãos a Atenas, por causa dos exemplos daquelas leis que Sólon deu àquela cidade, como se sobre elas pudessem fundar as leis romanas. Foram e, quando voltaram, deu-se a eleição dos homens que haveriam de examinar e firmar as ditas leis e elegeram dez cidadãos com um mandato de um ano, entre os quais foi eleito Ápio Cláudio, homem sagaz e inquieto. E, para que eles pudessem, sem qualquer receio, instituir tais leis, tirou-se de Roma os outros magistrados e, em particular, os tribunos e os cônsules e suspendeu-se o direito à apelação, de modo que tal magistrado vinha a ser, por fim, príncipe em Roma.

Junto a Ápio, reduziu-se toda a autoridade dos seus companheiros, devido ao apoio que ele obtinha do povo, pois ele se havia feito tão popular com suas atitudes que parecia incrível que ele tivesse adquirido assim uma nova natureza e um novo talento, tendo sido antes dessa época um cruel perseguidor do povo.

Estes dez comportaram-se assaz civilmente, não tendo mais que doze litores, que os precediam. E, embora tivessem autoridade absoluta, mesmo assim, tendo de punir um cidadão romano por homicídio, citaram-no na presença do povo e fizeram que por este fosse julgado. Escreveram as suas leis em dez tábuas e, antes de confirmá-las, expuseram-nas ao público, de modo que qualquer um pudesse lê-las e discuti-las para que, se descobrisse nelas algum defeito, eles pudessem corrigi-lo antes de confirmá-las.

Ápio, então, fez correr em Roma um boato de que, se a estas dez tábuas fossem acrescentadas outras duas, se daria a elas a perfeição, de modo que esta opinião dava ao povo motivo para reeleger os dez por mais um ano.

O povo concordou com isso voluntariamente, fosse para que os cônsules não retornassem, fosse porque achavam que poderiam ficar sem os seus tribunos, sendo eles mesmos os juízes das causas, como acima se disse. Tomada essa decisão, toda a nobreza moveu-se em busca destas honras e, entre os primeiros, estava Ápio, usando tanta cordialidade em campanha junto à plebe, que os seus companheiros começaram a suspeitar: “*credebant enim haud gratuitam in tanta superbia comitatem fore*” [67] . E, evitando se oporem a ele diretamente, decidiram fazê-lo com arte e, embora ele fosse de todos o mais jovem, deram a ele autoridade de propor os futuros Dez ao povo, acreditando que ele observasse os escrúpulos dos outros em não proporem a si mesmos, coisa inusitada e ignominiosa em Roma. “*Ille vero impedimentum pro occasione arripuit*” [68] e nomeou-se entre os primeiros, para assombro e desagrado de todos os nobres. Nomeou depois outros nove conforme lhe convinham. Feita essa nova eleição para mais um ano, começou a mostrar ao povo e à nobreza o erro que tinham cometido. Porque, rapidamente, “*Appius finem fecit ferendae alienae personae*” [69] e começou a mostrar a sua inata soberba e, em poucos dias, transmitiu aos seus companheiros os seus hábitos. E, para desânimo do povo e do Senado, ao invés de doze litores, escolheu cento e vinte.

O medo foi igual todos os dias, mas depois começaram os Decênviros a alarmar o Senado e surrar a plebe e, se algum dos surrados por um deles apelava a outro, era, na apelação, tratado pior que na primeira sentença. De modo que a plebe, conhecendo o seu erro, começou, cheia de aflições, a ter de novo em vista os nobres, “*et inde libertatis captare auram, unde servitutem timendo, in eum statum rempublicam adduxerunt*” [70] .

Vieram os dias que finalizavam o ano: as duas tábuas das leis estavam prontas mas não publicadas. Os Dez se aproveitaram disso para continuar na magistratura e aproveitaram para manter com violência o regime e fazerem-se satélites da juventude nobre, a qual davam os bens daqueles que condenavam [71] . “*Quibus donis iuventus corrumpebatur, et malebat licentiam suam quam omnium libertatem*” [72] .

O resultado disso foi que, quando os sabinos e os volscos moveram guerra aos romanos, o medo destes fez com que os Dez comessem a ver a fraqueza do seu regime, porque, sem o Senado, não podiam ordenar a guerra, e, restabelecendo o Senado, parecia-lhes que pediam o poder. Porém, necessitados, tomaram este último partido e, reunidos os senadores todos, muito deles falaram contra a soberba dos Dez e, em particular,

Valério e Horácio e a autoridade deles teria sido totalmente extinta, mas o Senado, por temor da plebe, preferiu não mostrar a sua autoridade, pensando que, se os Dez abandonassem a magistratura voluntariamente, os tribunos da plebe não se refariam.

Deliberou-se, portanto, a guerra; saíram fora dois exércitos guiados pelos ditos Dez e Ápio ficou a governar a cidade. O resultado foi que ele se enamorou de Virgínia e, querendo tomá-la à força, o pai, Virgínio, para impedi-lo, a matou; daí seguiram-se os tumultos de Roma e dos exércitos, os quais, reunindo-se aos remanescentes da plebe romana, foram ao Monte Sagrado, onde ficaram tanto tempo que os Dez renunciaram à magistratura e foram instituídos os tribunos e os cônsules, e Roma voltou ao regime de sua antiga liberdade.

Conclui-se, portanto, deste texto, que a criação desta inconveniente tirania teve por origem as mesmas causas das quais resultam a maior parte das tiranias nas cidades: o grande anseio do povo por liberdade e o imenso desejo da nobreza de dominar. E quando eles não concordam em fazer uma lei a favor da liberdade e um dos partidos decide-se a favorecer um cidadão, então, subitamente, a tirania surge.

O povo e os nobres de Roma concordaram em instituir os Dez, e o fizeram com tanta autoridade, devido ao desejo de cada partido: um queria extinguir o cargo de cônsul; outro, o de tribuno. Uma vez eleitos, parecendo ao povo que Ápio se tornasse popular e combatesse a nobreza, decidiu apoiá-lo. E quando um povo comete esse erro de confiar em alguém a fim de que este combata aqueles a quem a plebe odeia e este alguém é astucioso, o resultado será que esta pessoa não deixará de se tornar um tirano em sua cidade, pois ele servir-se-á do apoio popular para destruir a nobreza e não procurará jamais oprimir o povo, senão quando ela tiver sido eliminada; só então, quando o povo se descobrir oprimido, não terá a quem recorrer. Desta maneira, agiram todos aqueles que instituíram tiranias nas repúblicas. E, se Ápio tivesse agido assim, sua tirania teria durado mais e não acabaria tão rapidamente, mas ele fez tudo ao contrário, de modo que não se poderia agir mais imprudentemente, pois, para manter a tirania, ele se fez inimigo dos que lhe haviam dado e que poderiam mantê-la, perdendo aqueles que eram seus aliados e tentando fazer aliados aqueles que não podiam ser seus amigos. Pois, ainda que os nobres desejem fazer-se tiranos, aquela parte da nobreza que se encontra excluída da tirania é sempre inimiga do tirano: este não pode nem conquistá-la totalmente, devido à sua grande ambição e

avareza, nem disporá de tantas riquezas e honrarias a ponto de satisfazer a todos. E assim, Ápio, abandonando o povo e aproximando-se da nobreza, cometeu um erro evidentíssimo, pelas razões ditas acima e porque, quando se quer algo através da violência, é preciso que quem força tenha mais força de quem é forçado.

Disso resulta que aqueles tiranos que têm por amigos a maioria e por inimigos os grandes estão mais seguros, por ser a sua violência sustentada por forças maiores que aquela dos que têm por inimigo o povo e por amiga a nobreza. Pois o apoio do povo basta para se conservarem, como bastou a Nábis, tirano de Esparta, quando toda a Grécia e o povo romano o atacaram: este, apoiado por poucos nobres, tendo o povo por amigo, defendeu-se com ele, o que não poderia ter feito se o houvesse por inimigo.

Por outro lado, quando se tem poucos amigos, as forças internas não bastam e é necessário procurar ajuda externa. E estas são de três sortes: uma são os satélites estrangeiros que guardem tua pessoa; outra, armar os camponeses para que façam o que a plebe deveria fazer; a terceira, aliar-se com vizinhos poderosos que te defendam. Quem seguir estes conselhos e os observar bem poderá salvar-se, ainda que tenha o povo por inimigo. Mas Ápio não podia contar com os camponeses, uma vez que o campo e Roma eram a mesmíssima coisa e o que podia ter feito não o soube fazer, de modo que se arruinou logo no começo.

O Senado e o povo cometeram um grande erro ao criar o Decenvirato e, embora se tenha dito acima, naquele capítulo sobre o ditador [73], que os magistrados que se fazem por si, e não os que são instituídos pelo povo, põem em perigo a liberdade, mesmo assim o povo deve, ao instituir os magistrados, fazê-lo de modo que estes tenham certo receio de se tornarem corruptos. E, onde se deve impor uma vigilância para mantê-los incorruptíveis, os romanos não o fizeram, fazendo-o o único magistrado em Roma e anulando todos os outros, devido àquele desejo excessivo (como já dissemos acima) que o Senado tinha de eliminar os tribunos e a plebe de derrubar os cônsules: tais desejos os cegaram a ponto de chegarem a tal desordem. É que os homens, como diria o rei Fernando, amiúde fazem como certas pequenas aves de rapina que, de tanto desejarem uma certa presa que a natureza lhes incita, não percebem a aproximação de um pássaro maior que se atira ao mesmo tempo sobre elas para despedaçá-las.

Vê-se, portanto, neste discurso, como propus no princípio, o erro cometido pelo povo romano querendo salvar a sua liberdade e os erros de Ápio,

querendo manter a tirania.

XLI

Mudar da humildade para a soberba, da piedade para a crueldade, sem os devidos meios, é algo imprudente e inútil.

Entre outros métodos mal usados por Ápio para manter a tirania, não é digno de nota o mudar rapidamente de uma qualidade para outra. Pois a sua astúcia ao enganar a plebe, fingindo ser um homem popular, foi bem usada; foram ainda bem usados os termos que utilizou para que os Dez fossem reeleitos; foi ainda bem empregada aquela audácia de escolher a si mesmo contra a vontade da nobreza; foi bem feito eleger companheiros conforme seu propósito; mas, segundo o que eu disse acima, já não foi uma boa atitude a que ele tomou quando, de amigo, mostrou-se inimigo da plebe; de humano, soberbo; de fácil, difícil; e o fez com tanta rapidez que, sem desculpa nenhuma, todos vieram a conhecer a falácia do seu caráter. Pois quem aparentou ser bom e deseja, espontaneamente, tornar-se mau deve fazê-lo pelos devidos meios e de modo conveniente com as ocasiões para que, antes que esta diversa personalidade ponha a perder teus velhos privilégios, ela te conceda tantos favores novos de modo que a tua autoridade não venha a ser diminuída; de outra forma, encontrando-te desprotegido e sem amigos, arruinar-te-ás.

XLII

De como os homens se corrompem facilmente.

Nota-se, ainda, nesta matéria do Decenvirato, quão facilmente os homens se corrompem e se inverte o caráter deles, ainda que bons e educados, considerando quanto aquela juventude que Ápio escolheu para junto de si começou a ser amiga da tirania em troca de umas poucas regalias que dele conseguia; e como Quinto Fábio, um entre o número do segundo Decenvirato, sendo um homem ótimo, cego por um pouco de ambição e persuadido pela malignidade de Ápio, trocou os seus bons costumes por péssimos e tornou-se semelhante a ele. Isto bem examinado fará ainda mais determinados os legisladores das repúblicas e dos reinos a frear os apetites humanos e tolher-lhes qualquer esperança de poderem errar impunemente.

XLIII

Aqueles que combatem pela própria glória são bons e fiéis soldados.

Considera-se, ainda, pelo que foi anteriormente tratado, quanta diferença há entre um exército contente que combate pela sua glória

e um outro mal disposto que combate pela ambição alheia. Pois onde os exércitos romanos costumavam vencer sempre sob a liderança dos cônsules, sob os decênviros perderam sempre.

Deste exemplo pode-se compreender, em parte, algumas razões da inutilidade de soldados mercenários, os quais não têm outro motivo que os mantenha firmes além do pouco estipêndio que pagas a eles. Este motivo não é nem pode ser suficiente para fazê-los fiéis nem a tal ponto amigos que se disponham a morrerem por ti. Pois, naqueles exércitos nos quais não há uma afeição por aquele por quem combatem, de modo a fazê-los seus partidários, jamais poderá haver virtude suficiente para resistir a um inimigo um pouco virtuoso. E, não podendo este amor e esta dedicação nascerem senão de súditos teus, é necessário, querendo conservar um Estado, manter uma república ou um reino, armar-se de súditos próprios, como se vê que fizeram todos aqueles que com os exércitos tiveram grandes proveitos.

Os exércitos romanos sob os Dez tinham a costumeira virtude, mas, por não haver neles a costumeira disposição, não conseguiam eles os costumeiros resultados. Mas, tão logo o mandado dos Dez foi extinto, eles começaram a militar como homens livres, recuperaram o mesmíssimo ânimo e, conseqüentemente, as suas empresas tiveram finais felizes, como antigamente.

XLIV

Uma multidão sem líder é inútil; e de como não se deve ameaçar primeiro e recorrer à autoridade depois.

Devido ao caso de Virgínia, a plebe romana reuniu-se armada no Monte Sagrado. Enviou o Senado seus embaixadores para perguntar-lhes por ordem de quem tinham abandonado os seus capitães e se reunido no monte. E a autoridade do Senado era tão estimada que, não tendo a multidão um chefe em seu meio, ninguém se atrevia a responder. E Tito Lívio diz que não lhes faltava argumentos com os quais responder-lhes, mas lhes faltava quem formulasse a resposta. Isto demonstra perfeitamente a inutilidade de uma multidão sem líder. Tal desordem chegou ao conhecimento de Virgínio e, por ordem sua, foram eleitos vinte tribunos militares para que os liderassem, respondendo e dialogando com o Senado. E, tendo pedido a plebe que se lhes enviassem Valério e Horácio, aos quais diriam qual a sua vontade, não quiseram retirar-se antes que os Dez depusessem sua magistratura e, quando

chegaram ao monte onde estava a plebe, esta pediu-lhes que se instituíssem os tribunos da plebe e que todos os magistrados tivessem que apelar ao povo e que todos os Dez lhes fossem entregues, pois queriam queimá-los vivos. Valério e Horácio louvaram as primeiras reivindicações, reprovaram a última como ímpia, dizendo “*Crudelitatem damnatis, in crudelitatem ruitis*” [74] e os aconselharam a não fazer menção aos Dez e procurarem recuperar a autoridade e o poder que tinham, pois depois não lhes faltaria um modo de satisfazerem-se.

Disso claramente se aprende quanta estupidez e pouca prudência há em reivindicar uma coisa e dizer logo “Quero com isto fazer o mal”, pois não se deve mostrar a disposição que se tem, mas é preciso tentar obter aquele objetivo de qualquer modo, pois basta pedir as armas a alguém sem dizer “Eu as quero para te matar”, podendo, depois que tiveres as armas nas mãos, satisfazer o teu apetite.

XLV

É um mau exemplo não observar uma lei feita, especialmente quando se é o autor da lei, e renovar todos os dias as injúrias feitas a uma cidade é danosíssimo para quem a governa.

Feito o acordo e tendo Roma retornado ao seu antigo regime, Virgínio intimou Ápio a defender a sua causa perante o povo. Ele compareceu acompanhado de muitos nobres e Virgínio ordenou que o metessem na prisão. Ápio começou a gritar e a apelar ao povo. Virgínio respondia que ele não era digno do direito à apelação, pois ele o destruía, nem de ter por defensor aquele povo a quem ele havia ofendido. Ápio replicava que eles não deviam violar aquele direito à apelação que ele, com tanta ânsia, requisitara [75]. Ele foi, portanto, encarcerado e, antes do dia do julgamento, matou-se. E, se bem que a vida celerada de Ápio merecesse qualquer suplício, mesmo assim foi algo pouco civil, pois eu não acho que haja pior exemplo em uma república que fazer uma lei e não a observar, ainda mais quando ela não é observada por quem a fez.

Tendo sido a legislação de Florença reordenada depois de 1484 com a ajuda de frei Girolamo Savonarola, cujos escritos expõem a doutrina, a prudência e a virtude do seu caráter, e, tendo, entre outras medidas para proteger os cidadãos, feito promulgar uma lei pela qual se podia apelar ao povo quanto às sentenças que, por razões de Estado, os Oito e a Senhoria dessem (tal lei foi defendida por muito tempo e, com grandíssima dificuldade, promulgada), aconteceu que, pouco depois de sua promulgação, foram

condenados à morte pela Senhoria, por razões de Estado, cinco cidadãos e, querendo eles apelar, não lhes foi permitido, e a lei não foi observada. Isto, mais que qualquer outro incidente, prejudicou a reputação do frade, pois, se aquela apelação era útil, ele deveria fazê-la observar; se não era, não devia tê-la aprovado. E foi tão notado este incidente que o frade, em muitos sermões que fez após ter sido violada esta lei, nunca condenou nem desculpou quem a tinha violado, pois ele não queria condenar algo que lhe foi benéfico, mas também não podia justificá-lo.

Ofende ainda um Estado inflamar todos os dias no espírito dos cidadãos novos humores com novas injúrias que a este ou àquele sejam feitas, como aconteceu em Roma durante o Decenvirato. Pois todos os Dez e outros cidadãos foram, em tempos diversos, acusados e condenados, de modo que isto era um grandíssimo espanto para toda a nobreza, julgando esta que não poriam termo a essas condenações enquanto toda a nobreza não fosse destruída. E isto teria gerado naquela cidade um grande tumulto se o tribuno Marco Duélio não tivesse tomado uma providência: este decretou que, por um ano, não fosse lícito a ninguém intimar ou acusar qualquer cidadão romano, o que acalmou toda a nobreza.

Disto se vê o quanto é maléfico a uma república ou a um príncipe manter, com contínuas penas e ofensas, suspensos e amedrontados os corações dos súditos. E, sem dúvida, não se pode manter um regime de modo mais pernicioso, pois os homens que começam a desconfiar de que as coisas vão mal de todos os modos se precaveem e acabam por se tornarem mais audazes e menos receosos quanto a tentar coisas novas. Porém, é necessário ou não ofender jamais a ninguém ou fazer as ofensas de uma só vez e, depois, acalmar os homens e dar-lhes razões para aquietarem-se e controlarem os espíritos. [76]

XLVI

Os homens saltam de uma ambição a outra e de como primeiro se procura não ser ofendido; depois, ofende-se outros.

Tendo o povo romano recuperado a liberdade e retornado ao seu primitivo estado e tanto mais quanto tinham sido feitas muitas leis novas em conformidade com o seu poder, parecia razoável que Roma se aquietasse um pouco. Mesmo assim, a experiência mostrou o contrário. E, porque Tito Lívio prudentissimamente mostra a razão disto, não me parece fora de propósito mencionar as suas palavras, quando diz que sempre ou o povo ou a nobreza se ensoberbava quando o outro se

humilhava e, estando a plebe quieta no seu lugar, começaram os jovens nobres a injuriá-la e os tribunos pouco podiam fazer em seu socorro, porque também eles eram ofendidos. A nobreza, por outro lado, ainda que reconhecesse que a sua juventude era muito agressiva, mesmo assim não se dava conta que quem passava dos limites eram os seus e não a plebe. E, assim, o desejo de defender a liberdade fazia com que cada um se prevalecesse tanto que oprimia o outro. E a lógica desses acontecimentos é que, enquanto os homens buscam não ter medo, começam a amedrontar os outros e aquela injúria que eles não aceitam sobre si, a infligem a outro, como se fosse necessário ofender para não ser ofendido. Vê-se, assim, de que maneira as repúblicas se destroem e de que modo os homens saltam de uma ambição a outra e de que modo aquela sentença de Salústio, na boca de César, é mais que verdadeira: “*Quod omnia mala exempla bonis initiis orta sunt*” [77].

Aqueles cidadãos que vivem ambiciosamente em uma república buscam, primeiramente, não ser ofendidos, não apenas pelos cidadãos comuns, mas, também pelos magistrados; buscam, para consegui-lo, amizades, e as conquistam por vias aparentemente honestas ou com presentes em dinheiro ou proteção contra os poderosos e, como isto parece virtuoso, engana facilmente a todos e, para isso, não há remédios e de tanto que ele prossegue, sem obstáculos, chega a um ponto em que os cidadãos comuns têm medo dele e os magistrados o respeitam. E quando ele ascende a um grau sem que se tenha feito objeções à sua grandeza, sucede que tentar contrariá-lo é perigosíssimo, pelos motivos sobre os quais falei anteriormente, quando falei do perigo que é combater um inconveniente que já se alastrou pela cidade [78], tanto assim que a coisa resume-se nos seguintes termos: é necessário tentar eliminá-lo, arriscando-se a uma súbita ruína, ou deixá-lo agir, aderindo a uma servidão declarada, caso a morte ou algum acontecimento não te libertar. Porque, chegando-se à situação mencionada, na qual os cidadãos e as autoridades tenham medo de ofender a ele ou aos seus amigos, não vai demorar muito para que eles julguem e ofendam ao seu modo. Daí que uma república, entre seus estatutos, deve ter o de vigiar para que os seus cidadãos, sob a aparência do bem, não possam fazer mal e para que eles tenham um prestígio que favoreça e não prejudique a liberdade, como a seu tempo nós discutiremos.

XLVII

De como os homens se enganam no geral, mas não nos particulares.

Tendo o povo romano, como já se disse antes, aversão aos cônsules, e desejando que homens plebeus pudessem ser eleitos cônsules, ou que fosse diminuída a sua autoridade, a nobreza, para não macular a autoridade dos cônsules nem de um jeito nem de outro, escolheu uma via intermediária e contentou-se em criar quatro tribunos com poderes consulares, os quais podiam ser tanto plebeus como nobres. Contentou-se a plebe, parecendo-lhe, eliminado o consulado, ter sido plenamente atendido o seu desejo. Disto resultou um caso notável: uma vez instituídos esses tribunos e, podendo-se elegê-los todos plebeus, o povo elegeu todos eles da nobreza. Onde Tito Lívio diz estas palavras: “*Quorum comitiorum eventus docuit, alios ânimos in contentione libertatis est honoris, alios secundum deposita certamina in incorrupto iudicio esse*”. [79] E, examinando de onde possa proceder isto, creio que seja porque os homens se enganam frequentemente quanto às coisas gerais; quanto às particulares, não tanto. Geralmente, parecia à plebe romana que ela merecia o Consulado por ser maioria na cidade, por estar mais exposta aos perigos nas guerras, por ser ela cujos braços mantinham Roma livre e a faziam potente. E, parecendo-lhe, como foi dito, razoável este seu desejo, quis obter tal autoridade de qualquer modo. Mas, como teve de avaliar os seus homens em particular, reconheceu a fraqueza deles e julgou que nenhum deles merecia o que todos juntos lhe pareciam merecer. De modo que, envergonhada deles, recorreu àqueles que a mereciam. Maravilhando-se desta meritória deliberação, Tito Lívio disse estas palavras: “*Hanc modestiam aequitatemque et altitudinem animi, ubi nunc in uno inveneris, quae tunc populi universi fuit?*” [80] .

Confirmando isto, pode-se acrescentar um outro notável exemplo sucedido em Cápua, depois que Aníbal derrotou os romanos em Canas, derrota esta que sublevou toda a Itália, enquanto Cápua estava agitada pelo ódio que havia entre o povo e o Senado e, sendo naquele tempo, Pacóvio Calano o supremo magistrado e, sabendo do perigo de sublevar-se a cidade, planejou, com sua autoridade, conciliar a plebe e a nobreza e, tendo decidido isto, reuniu o Senado e falou-lhes do ódio que o povo nutria contra eles e o perigo que corriam de serem por ele mortos e a cidade entregue a Aníbal por estarem as coisas ruins para os romanos; depois, acrescentou que, se deixassem que ele cuidasse disso, daria um jeito para que ambos se unissem, mas desejava prendê-los dentro do palácio e, assegurando ao povo que os castigaria, salvá-los. Os senadores aceitaram o conselho e ele chamou o povo para um concílio, tendo posto o Senado recluso no palácio,

e disse que era chegado o tempo em que poderiam domar a soberba da nobreza e vingar-se das injúrias que ela lhes havia feito, uma vez que os tinha reclusos sob a sua custódia; mas, por acreditar que eles não desejassem que a sua cidade ficasse sem governo, era necessário, caso se quisesse eliminar os velhos senadores, eleger novos e, portanto, havia posto todos os nomes dos senadores em uma bolsa e começaria a trazê-los à sua presença e os faria morrer um a um, tão logo eles tivessem escolhido seu sucessor. E, tendo sorteado um, o nome dele levantou um enorme rumor, acusando-o de soberbo, cruel e arrogante e, pedindo Pacóvio que fizessem a substituição, o concílio silenciou e, quando depois de algum tempo, foi nomeado alguém da plebe, o nome dele fez com que se começasse a assobiar daqui, a rir dali, ali criticavam-no de um modo e acolá de outro e, continuando assim, um a um, todos os que foram nomeados eram considerados indignos do título de senador. De modo que Pacóvio aproveitou a oportunidade e disse: “Já que vós julgais que esta cidade está mal sem o Senado e não entraís em acordo quanto a como substituí-lo, penso que será melhor que vós vos reconcilieis, pois este pavor que tomou conta dos senadores fará com que eles percam, de tal modo, a altivez que aquela humanidade que procuráveis alhures encontrá-la-eis neles”. E, uma vez de acordo, uniram-se desta forma e aquele erro no qual o povo se encontrava foi descoberto quando foram convidados a examinar os particulares. Além disso, o povo geralmente se engana ao julgar as coisas e os acontecimentos em conjunto, mas, examinando-os em particular, fazem-no corretamente.

Depois de 1494, tendo os príncipes sido eliminados de Florença, e não havendo nenhum governo instituído, mas sim uma licenciosidade que favorecia aos ambiciosos, e andando as coisas públicas de mal a pior, muitos populares, vendo a ruína da cidade, não encontrando outra razão, acusavam a ambição de alguns poderosos que manteriam a desordem para que pudessem criar um Estado segundo a sua vontade e tolher a liberdade, e andavam os tais cidadãos pelas *logge* [\[81\]](#) e em praças públicas falando mal de muitos cidadãos e ameaçando revelarem seus enganos e dizendo que os castigariam caso fossem um dia senhores. Acontecia, com frequência, que um deles chegasse a supremo magistrado e, quando ele ia ao local e via as coisas de perto, conhecia as desordens das quais nasciam os perigos abundantes e as dificuldades de resolvê-los. E, tendo visto como os tempos e não os homens causavam a desordem, mudava subitamente de humor e de

modos, pois a cognição das coisas particulares tolhia-lhe aquele engano que a consideração das generalidades o fizera pressupor. De modo que aqueles que o tinham ouvido falar antes, quando era um cidadão comum e depois o viam, como magistrado supremo, taciturno, acreditavam que isto se dava não devido a uma melhor compreensão das coisas, mas porque tivesse sido cooptado e corrompido pelos grandes. E como isto aconteceu a muitos homens muitas vezes, surgiu entre eles um provérbio que dizia: aqueles agem de um jeito na praça e de outro no palácio.

Considerando, portanto, tudo o que foi dito, se vê como se pode abrir os olhos do povo: encontrando como fazê-lo descer aos particulares, vendo que o geral o engana, como fizeram Pacóvio e o Senado em Roma. Creio ainda que se possa concluir que nunca um homem prudente deva menosprezar a opinião popular nas coisas particulares sobre distribuições dos títulos e das dignidades, pois somente nisto o povo não se engana e se se enganar alguma vez, será tão raro que enganar-se-iam mais vezes os poucos homens que tivessem de fazer semelhantes distribuições.

Não me parece supérfluo demonstrar, no seguinte capítulo, a práxis que o Senado mantinha para enganar o povo nas suas distribuições.

XLVIII

Quem quiser que uma magistratura não seja dada a alguém vil ou perverso consulte alguém muito ruim e perverso ou alguém muito nobre e bondoso.

Quando o Senado temia que os tribunos com poderes de cônsules fossem eleitos entre os plebeus, matinha um dos dois expedientes: ou consultava os mais reputados homens de Roma ou, pelos devidos meios, corrompia realmente alguns plebeus vis e ignobilíssimos que, misturados com os plebeus de melhores qualidades que requeriam o cargo, também o requeriam para si. Este último expediente fazia com que a plebe se envergonhasse de concedê-lo; aquele primeiro fazia com que ela se envergonhasse de negá-lo. Tudo isto ratifica o discurso precedente, onde se mostra que o povo, se erra quanto ao geral, não se engana quanto aos particulares.

XLIX

Se é difícil para aquelas repúblicas que foram fundadas em liberdade encontrar leis que as mantenham livres, para aquelas que foram servis desde a fundação isto é quase uma impossibilidade.

Quão difícil é, ao ordenar uma república, prover todas aquelas leis que a manterão livre está bem demonstrado pelo processo da República

romana onde, não obstante fossem feitas muitas leis, primeiro por Rômulo, depois por Numa, por Túlio Hostílio e Sêrvio e, por último, pelos dez cidadãos eleitos para tal tarefa, mesmo assim, sempre, ao governar aquela cidade, descobriam-se novas necessidades e era necessário criar novas instituições, como sucedeu quando criaram os censores, procedimento este que esteve entre aqueles que ajudaram a manter Roma livre durante algum tempo, pois, sendo eles árbitros dos costumes de Roma, foram forte razão para que os romanos evitassem corromper-se. Embora tenham cometido um erro, instituindo-os por cinco anos, depois de não muito tempo, tal erro foi corrigido pela prudência do ditador Mamerco que, através de uma nova lei, reduziu tal mandato para dezoito meses, o que ofendeu os vigilantes consulares a ponto de deporem Mamerco do Senado, fato bastante reprovado pela plebe e pelos patrícios. E, como a história não diz que Mamerco pudesse defender-se, significa isto ou que o historiador foi reticente ou que as instituições romanas, neste ponto, deixavam a desejar, pois não se pode dizer que uma república esteja bem organizada se um cidadão, por promulgar uma lei que promova a liberdade, possa por isso ser atacado sem que se possa defender-se.

Mas, voltando ao início deste discurso, digo que se deve, para a criação de uma autoridade, considerar que, se aquelas cidades que foram fundadas em liberdade e que por si mesmas guiaram-se, como Roma, têm uma grande dificuldade para encontrar leis que as conservem livres, não é de admirar-se que aquelas cidades que foram fundadas para a imediata servidão sintam não apenas a dificuldade, mas a impossibilidade de organizar-se de modo que possam viver livremente e em paz, como se vê pelo que aconteceu em Florença que, por ter sido fundada sob o domínio do Império Romano, e tendo vivido sempre sob o governo de outros, esteve um tempo alienada e sem pensar em si mesma; depois, quando pôde respirar, começou a criar suas instituições que, por estarem misturadas às antigas, que eram ruins, não podiam ser boas e, assim, prosseguiu regulando-se por duzentos anos, tal como foi documentado, sem ter jamais tido um Estado que se possa realmente chamar de república. E estas dificuldades que ela sentiu são sentidas por todas as cidades que tiveram um princípio semelhante ao dela. E, embora muitas vezes, por meio de sufrágios gerais e livres se tenha dado ampla autoridade para que alguns cidadãos pudessem reformá-la, nem por isso o fizeram tendo em vista o bem comum, mas sempre visaram as suas

conveniências, o que resultou não em ordem, mas em maior desordem na cidade.

E, para tomarmos um exemplo específico, digo como, entre tantas coisas que o organizador de uma república deve considerar, está o examinar em que mãos entregará o poder de derramar o sangue de seus cidadãos. Isto estava bem organizado em Roma, porque sempre era possível apelar ao povo e se, todavia, tivesse ocorrido algo sério, de modo que adiar a execução fosse perigoso, havia o auxílio do ditador, que a realizava imediatamente, auxílio este ao qual não apelava senão por necessidade. Mas Florença e as outras cidades que surgiram daquele modo, submissas, tinham tal autoridade entregue às mãos de um estrangeiro, que exercia tal ofício sob as ordens do príncipe. Quando tornaram-se livres, mantiveram esta autoridade nas mãos de um forasteiro, ao qual chamavam “capitão”, o que era algo muito pernicioso, pois podia ser corrompido por cidadãos poderosos. Mas, depois, modificando-se esta instituição devido às variações próprias dos Estados, instituíram-se oito cidadãos que desempenhavam o papel daquele capitão, instituição esta que, de ruim que era, tornou-se péssima pelas razões já mencionadas, pois estes poucos sempre foram ministros de uns poucos poderosos. Disto livrou-se a cidade de Veneza, que tem dez cidadãos que, sem apelação, podem punir qualquer cidadão. E, como eles não bastariam para punir os poderosos, ainda que para tanto tivessem autoridade, constituiu-se o Conselho dos Quarenta e desejaram, além disso, que o Conselho dos *Pregai*, que é o Conselho Maior, pudesse castigá-los, de modo que, não faltando quem acuse, não faltará o juiz que ponha um freio nos poderosos. Não é, portanto, para admirar-se que, vendo-se, em Roma, criada por si mesma e por tantos homens prudentes, surgirem a cada dia novas razões pelas quais se faziam necessárias novas providências em favor da liberdade, surjam nas outras cidades, que tiveram um princípio mais desordenado, tantas dificuldades a ponto de não poderem jamais se organizar.

L

Um conselho ou um magistrado não deve poder interromper as ações de uma cidade.

Eram cônsules em Roma Tito Quíncio Cincinato e Gneo Júlio Mento que, desunidos, tinham paralisado todas as ações daquela república. O Senado, vendo isto, desejava instituir um ditador para que este fizesse o que as discórdias deles não permitiam que se fizesse. Mas os

cônsules, discordando quanto a tudo o mais, só estavam de acordo quanto a não eleger um ditador. Tanto que o Senado não teve outro remédio além de recorrer à ajuda dos tribunos que, com a autoridade do Senado, forçaram os cônsules a obedecer.

Disto, deve-se notar, em primeiro lugar, a utilidade do tribunato, que não servia só para frear a ambição com a qual os poderosos investiam contra a plebe, mas também aquela com a qual investiam contra seus iguais; outra coisa é que nunca se deve permitir que, em uma cidade, uns poucos posam tomar quaisquer decisões necessárias à manutenção da república.

Assim, por exemplo, se tu dás poder a um concílio de distribuir honrarias e graças, ou confias a um magistrado a execução de uma tarefa, convém ou impor-lhe uma urgência para que ele a cumpra de qualquer jeito ou providenciar para que outro possa e deva cumpri-la, caso ele não a queira cumprir; caso contrário, a instituição estaria defeituosa e vulnerável, como se via que Roma estaria se a autoridade dos tribunos não tivesse podido opor-se à obstinação daqueles cônsules.

Na República veneziana, o Conselho Maior distribui as honras e os cargos. Acontecia às vezes que a Assembleia Geral, por desdenho ou por alguma falsa persuasão, não elegia os sucessores dos magistrados da cidade e daqueles que, externamente, administravam o seu império. O resultado era uma desordem grandíssima, pois, de uma só vez, as terras súditas e a própria cidade ficavam sem seus legítimos juízes e nada podia ser feito se a Assembleia Geral não fosse satisfeita ou convencida de seu engano. E este inconveniente teria levado aquela cidade à ruína se não fosse a providência dos cidadãos prudentes que, aproveitando uma oportunidade conveniente, fizeram uma lei para que nenhum dos magistrados que houvesse dentro ou fora da cidade deixasse o seu cargo até que fossem eleitos os seus sucessores. E, assim, foi tolhida a comodidade do conselho de poder frear as atividades públicas de modo a pôr em risco a república.

LI

Uma república ou um príncipe deve demonstrar que faz por liberalidade aquilo a que a necessidade o coage.

Os homens prudentes sempre se gabam de tudo quanto fazem, ainda que a necessidade os obrigue a não deixar de fazê-lo. Esta prudência foi bem usada pelo Senado romano, quando deliberou que os cofres públicos pagassem o soldo dos homens que guerreavam, pois antes o faziam às próprias custas. Mas, vendo o Senado que, daquele jeito,

não se poderia ir à guerra por muito tempo e, por isso, não poderiam nem assediar outras terras nem conduzir os exércitos para muito longe, e, julgando ser necessário fazer uma coisa e outra, determinou que se dessem os tais estipêndios, mas o fizeram de modo que parecesse que faziam de bom grado o que a necessidade os obrigava. E foi tão bem aceita pela plebe esta dádiva, que Roma transbordou de alegria, parecendo-lhe um grande benefício, tal como nunca esperavam ter e que nunca teriam buscado por eles mesmos. E se bem que os tribunos se esforçassem por cancelar esta decisão, mostrando como ela agravava, ao invés de ajudar a plebe, sendo necessário impor tributos para que o soldo fosse pago, não puderam fazer mais porque a plebe não o aceitaria, tendo sido ainda aumentado pelo Senado pelo modo que distribuía os tributos, porque os mais pesados e maiores eram os que couberam à nobreza, e os primeiros a serem pagos.

LII

Não há modo mais seguro e menos escandaloso de reprimir a insolência de quem se tornou poderoso numa república que lhe bloquear os meios pelos quais chegou ao poder.

Vê-se, pelo já exposto, quanto crédito a nobreza adquiriu junto à plebe, pelas demonstrações feitas em benefício desta, tanto em relação ao soldo instituído como também quanto ao modo de dispor os tributos. Se a nobreza prosseguisse com essa atitude, teria extinguido todos os tumultos naquela cidade e teria tirado aos tribunos o prestígio que eles tinham junto ao povo e, conseqüentemente, a sua autoridade. E, verdadeiramente, não se pode, em uma república, ainda mais naquelas que estão corrompidas, opor-se à ambição de um cidadão, de modo melhor, mais fácil e menos escandaloso, que lhe bloqueando as vias pelas quais se vê que ele caminha para chegar à posição que deseja.

Se tal expediente tivesse sido usado contra Cosimo de' Medici, teria sido, para os seus adversários, um recurso melhor do que expulsá-lo de Florença, pois, se aqueles cidadãos que disputavam com ele tivessem seguido o seu estilo de apoiar o povo, teriam conseguido, sem tumulto e sem violência, privá-lo das armas das quais se valia.

Piero Soderini [82] conquistou a reputação em Florença apenas favorecendo o populacho, que lhe atribuía a fama de amante da liberdade civil. E, realmente, àqueles cidadãos que invejavam sua grandeza seria coisa muito mais honesta, menos perigosa e menos danosa para a república fazer uso dos meios pelos quais ele se tornava grande, que desejar contraporem-se a

ele de tal modo que, com a sua ruína, se arruinasse todo o restante da república. Pois, se o tivessem privado das armas com as quais fazia-se popular (o que poderiam ter feito facilmente), teriam podido fazer-lhe oposição sem suspeita nem temor algum.

E, se alguém replicasse que, se os cidadãos que odiavam Piero erraram ao não lhe bloquearem os meios pelos quais ganhava prestígio junto ao povo, Piero também errou ao não lhes bloquear os meios que os seus adversários usavam para ameaçá-lo, digo que Piero merece ser desculpado por isso, pois era difícil para ele fazê-lo, pois não lhe convinha, até porque acusavam-no de favorecer os Medici, com cujos favores eles o combatiam, até que o arruinaram. Não podia, portanto, Piero tomar este caminho honestamente, para não destruir aquela liberdade da qual era considerado defensor; depois, não podendo estes favores serem prestados secretamente e de uma só vez, eram, para Piero, algo perigosíssimo, porque, se descobrissem que ele era aliado dos Medici, teria se tornado objeto de suspeita e do ódio popular. O resultado disso foi não haver um modo mais cômodo para que os seus inimigos o ofendessem.

Devem, portanto, os homens considerar, em cada decisão a ser tomada, os defeitos e perigos envolvidos, e não abraçar uma que comporte mais perigos que proveitos, mesmo que ela tenha sido decidida conforme as suas deliberações. Pois, agindo de outro modo, suceder-lhes-á o que sucedeu a Túlio que, desejando privar Marco Antônio dos apoios que tinha, acrescentou-lhes outros mais, pois, tendo Marco Antônio sido declarado inimigo do Senado e, estando seu exército já a postos e sendo composto, em grande parte, por soldados que haviam seguido a Júlio César, Túlio, para tirar-lhe aqueles soldados, aconselhou o Senado a entregar o comando das suas forças a Otaviano e enviá-lo com os cônsules Hírzio e Pansa contra Marco Antônio, alegando que, tão logo os soldados que seguiam Marco Antônio ouvissem o nome de Otaviano, sobrinho de César e que se intitulava César, deixá-lo-iam e se aliariam a este, e, assim, ficando Marco Antônio desprovido de apoio, seria fácil derrotá-lo. O resultado foi totalmente o oposto, pois Marco Antônio conquistou Otaviano que, deixando Túlio e o Senado, aliou-se a ele, o que resultou na ruína do partido aristocrata. O que era fácil de ser previsto: nem se devia crer no que Túlio afirmava, mas ter sempre em conta o nome daquele que, com tanta glória, havia vencido seus inimigos e conquistado o principado em Roma, nem se devia crer que seus herdeiros ou seus fautores favorecessem a liberdade.

LIII

O povo muitas vezes deseja a sua ruína, enganado por alguma espécie de falsos benefícios e como as grandes esperanças e as galhardas promessas facilmente o movem.

Uma vez expugnada a cidade dos veienses, correu entre o povo romano a crença de que seria bom para a cidade de Roma que a metade dos romanos fosse morar em Veios e argumentavam que, por ser aquela cidade rica em terras, por estar cheia de edifícios e localizar-se próxima a Roma, metade dos cidadãos poderia enriquecer e, dada a pouca distância entre as duas cidades, sem perturbar os negócios públicos. Ao Senado e aos mais sábios entre os romanos, isso pareceu tão danoso a ponto de eles dizerem explicitamente que, a dar tal consentimento, preferiam a morte. De modo que, tornando-se uma polêmica, a plebe enfureceu-se tanto contra o Senado que teriam pegado em armas e derramado sangue, se o Senado não tivesse se valido de alguns respeitáveis anciãos, cuja reverência freou a plebe, que não foi avante com a sua insistência.

Aqui temos duas coisas notáveis. A primeira é que o povo, muitas vezes enganado por uma falsa imagem de bem, deseja a sua ruína e, se alguém em quem confia não lhes mostra a diferença entre o bem e o mal, infinitos perigos e danos têm lugar na república. E, quando a sorte não faz com que o povo confie em alguém, como algumas vezes acontece, por já ter sido antes enganado pelos homens ou pelos fatos, a ruína é inevitável. E Dante fala disso no seu livro *Da Monarquia*, quando o povo muitas vezes grita: “Viva a morte! Morra a vida!” [83]. O resultado dessa descrença é que, às vezes, as repúblicas não ousam tomar um bom partido, como foi dito anteriormente sobre os venezianos: quando assaltados por vários inimigos, não puderam tomar a decisão de ganhar alguns deles através da restituição das coisas que haviam tirado de outros (pelas quais a guerra havia sido declarada e feita a conjura [84] dos príncipes contra eles), antes que a ruína viesse.

Portanto, considerando o que é fácil e o que é difícil de convencer um povo, pode-se fazer esta distinção: em primeiro lugar, se o que tens de persuadi-lo a respeito representa para ele perda ou ganho, um gesto honroso ou vil. E quando, nas coisas que são propostas ao povo, se vê ganho, ainda que esconda uma perda, e quando lhe parece algo honroso, ainda que oculte a ruína da república, sempre será fácil persuadir a multidão; e assim será

sempre difícil convencê-los a decisões que aparentem desonra ou prejuízo, ainda que ocultem salvação e lucro. Isto que eu disse é confirmado por infinitos exemplos romanos e estrangeiros, antigos e modernos.

Disto resultou a opinião negativa que surgiu em Roma contra Fábio Máximo, o qual não podia persuadir o povo romano de que fosse bom para aquela República temporizar durante a guerra, opor-se ao ímpeto de Aníbal sem lhe dar batalha, pois o povo julgava tal conduta vil e não via a vantagem que ela continha, nem Fábio tinha argumentos suficientes para demonstrá-la e, são tantos os povos que se deixaram cegar por essas atitudes de valentia, que, embora o povo romano tivesse cometido o erro de permitir que o comandante de cavalaria de Fábio combatesse, ainda que não o quisesse Fábio e o exército romano quase tivesse sido arruinado se Fábio não interviesse com sua prudência, tal experiência não lhe bastou, de modo que Varro foi eleito cônsul, não devido a qualquer outro mérito além de ter prometido por todas as praças e lugares públicos de Roma derrotar Aníbal tão logo lhe dessem autoridade para tanto. O resultado foi a barafunda e a derrota de Canas e a quase ruína de Roma.

Quero acrescentar a este propósito ainda um outro exemplo. Aníbal tinha estado oito ou dez anos na Itália, durante os quais as matanças de romanos que promovia encheram toda a província, quando se dirigiu ao Senado Marco Centênio Pênula, homem vilíssimo (embora tenha tido certo destaque na milícia) para oferecer-se, dizendo que, se lhe dessem autoridade para constituir um exército de voluntários em qualquer lugar da Itália, ele traria em brevíssimo tempo Aníbal vivo ou morto. Tal demanda pareceu ao Senado temerária; mesmo assim, temendo que, se lha negassem e o povo tomasse conhecimento disso, surgisse algum tumulto, motivado por inveja ou por despreço pelo senado, consentiram, preferindo pôr em perigo todos aqueles que o seguissem que fazer surgirem novos queixumes entre o povo, sabendo como tal partido era fácil de ser aceito e quanto seria difícil dissuadi-lo. Foi, portanto, Centênio acompanhado de uma multidão desordenada e descomposta ao encontro de Aníbal e, tão logo deu-se o encontro, foram ele e todos que o seguiam vencidos e mortos.

Na Grécia, na cidade de Atenas, Nícias, homem grave e prudentíssimo, nunca pôde persuadir aquele povo de que não era bom ir à Sicília assaltá-la, de modo que, tomada essa decisão contra a vontade dos sábios, resultou disso a ruína de Atenas. Cipião, que desejava a província da África, prometendo de todos os modos a ruína de Cartago, com a qual não

concordava o Senado e sim com os argumentos de Fábio Máximo, quando elegeu-se cônsul, ameaçou propô-la ao povo, uma vez que ele sabia muito bem como semelhantes propostas agradavam às massas.

A este respeito, poder-se-ia dar exemplos de nossa cidade, como quando o senhor Ercole Bentivogli, governador dos florentinos, juntamente com Antonio Giacomini, depois de terem derrotado Bartolommeo d'Alviano em S. Vincenzo [85], dirigiram-se a Pisa, empreitada esta desejada pelo povo, devido às promessas do senhor Ercole, embora criticada pelos mais sábios cidadãos. Mesmo assim não houve jeito, estando a vontade popular entusiasmada pelas galhardas promessas do governador.

Digo, portanto, que não há maneira mais fácil de arruinar uma república na qual o povo tenha autoridade que envolvê-la em empresas guerreiras porque, onde quer que o povo tenha voz ativa, sempre elas serão aceitas, não podendo convencê-lo do contrário quem pensar diferente. Mas, se disto resulta a ruína da cidade, resulta também, e com mais frequência, a ruína particular dos cidadãos que lideram semelhantes empresas pois, havendo o povo pressuposto a vitória, quando lhe sobrevém a derrota, não culpa nem o destino nem a impossibilidade de quem o liderou, mas acusa a sua vileza e a sua ignorância e, na maioria das vezes, o trucidada, o aprisiona ou o exila, como sucedeu àqueles capitães cartagineses e a muitos atenienses, não lhes valendo nenhuma vitória anterior, pois a derrota presente as anula, como aconteceu ao nosso Antonio Giacomini que, não tendo expugnado Pisa, como havia prometido e o povo pressuposto, caiu em desgraça junto o povo que, não obstante as suas incontáveis boas realizações no passado, escapou da morte mais pela humanidade dos que tinham o poder que por alguma razão pela qual o povo o defendesse.

LIV

Quanta autoridade um homem grave deve ter para frear uma multidão animosa.

O segundo ponto notável alegado no capítulo anterior é que nada é mais adequado para frear uma multidão animosa quanto a reverência por algum homem grave cuja autoridade os interpele. Não sem razão diz Virgílio:

*“Tum pietate gravem ac meritis si forte virum quem
conspexere, silent, arrectisque auribus adstant.”* [86]

Portanto, aquele que estiver liderando um exército ou encontrar-se em uma cidade ao surgir um tumulto deve apresentar-se da maneira mais grave e

honorável que puder, ostentando as insígnias da posição que ocupa a fim de parecer mais venerável.

Há poucos anos, Florença estava dividida em duas facções que intitulavam-se os Fradescos e os Indignados [87] e, pegando elas em armas e sendo vencidos os Fradescos, entre os quais estava Pagolantonio Soderini, naquele tempo cidadão respeitado, e, naquele tumulto, tendo o povo armado se dirigido à sua casa para saqueá-la, seu irmão, o senhor Francesco, então bispo de Volterra e hoje cardeal, por sorte estava em casa e, tendo ouvido o rumor e visto a turba, vestiu as suas mais honoráveis vestes e, por cima, o roquete episcopal, foi ao encontro dos revoltosos e, com a sua presença e as suas palavras, dissuadiu-os, sendo tal fato por muitos dias comentado e celebrado na cidade. Concluo, portanto, que não há mais seguro nem mais necessário recurso para frear uma multidão animosa que a presença de um homem que seja e pareça respeitável.

Vê-se, portanto, para voltar ao tema do qual tratávamos, como a plebe romana aceitava o partido de emigrar para Veios com tanta obstinação quanto era a sua ignorância do dano que isso traria e como, nascendo por isso tumultos, resultariam revoltas, se o Senado não tivesse, com homens graves e reverenciáveis, freado o furor popular.

LV

Como se conduzem facilmente as coisas em uma cidade cujas massas não estão corrompidas e como, onde não há igualdade, não se pode estabelecer um principado e, onde não há, não se pode estabelecer uma república.

Ainda que se tenha discutido bastante sobre o que há para se temer ou para se esperar das cidades corrompidas, mesmo assim, não me parece fora de propósito considerar uma deliberação do Senado, acerca do voto que Camilo tinha feito de dar a décima parte ao deus Apolo dos despojos dos veienses que, uma vez caindo nas mãos dos romanos, não se podendo dar conta deles ou reavê-los de outra forma, o Senado fez um édito obrigando cada um a entregar ao erário público a décima parte do que havia predado. E, se bem que tal deliberação não surtisse efeito, tendo, depois, o Senado tomado outro caminho e, por outra via, satisfeito a Apolo satisfazendo a plebe, mesmo assim se vê, por tal deliberação, quanto o Senado se fiava na bondade daquela e como ele julgava que ninguém deixaria de dar corretamente aquilo que o édito ordenara. E, de outra parte, se vê como a plebe não pensou em fraudar em parte o édito, dando menos

do que devia, mas em livrar-se da obrigação, demonstrando-se abertamente indignada.

Este exemplo, como muitos outros, mostra quanta honestidade e quanta religião havia naquele povo e quanto de bom se podia esperar dele. E, realmente, onde não há tal bondade, não se pode esperar nada de bom, como não se pode esperar das províncias que, em nosso tempo, corromperam-se, tal como as províncias italianas acima de todas as outras e, ainda, a França e a Espanha, que de tal corrupção participam.

E, nas províncias em que não se veem tantas desordens quantas as que têm lugar na Itália hoje, isto deriva não tanto da bondade dos povos, que em boa parte lhes falta, quanto da existência de um rei que os mantém unidos, não somente pela virtude sua, mas pelas instituições daqueles reinos que ainda não estão podres.

Vê-se bem na província da Alemanha esta bondade e esta religião que ainda são grandes entre aqueles povos, de modo que muitas repúblicas vivam livres e de tal modo as suas leis são obedecidas que ninguém de fora ousa ocupá-las. E, de como é verdadeiro que entre eles reine boa parte daquela primitiva bondade, eu vos quero dar um exemplo parecido àquele mencionado sobre o Senado e a plebe romana.

Costumam naquelas repúblicas, quando lhes acontece precisar gastar alguma quantidade de dinheiro público, os magistrados ou conselheiros, que para tanto têm autoridade, cobrar de todos os cidadãos da cidade um ou dois por cento da renda de cada um. E feita tal deliberação segundo as formalidades da terra, cada um apresenta-se diante dos recolhedores de tal imposto e, jurando antes pagar a soma convencionada, deposita no cofre para isso destinado aquilo que a sua consciência diz que deve pagar, pagamento este do qual não há nenhum testemunho a não ser o do próprio pagante. De onde se pode conjeturar quanta bondade e quanta religião haja naqueles homens. E deve-se presumir que todos pagam a soma estipulada porque, se ela não fosse paga, o total do dinheiro lançado não atingiria a soma estipulada e, desse modo, se reconheceria a fraude e, reconhecendo-a, teria sido adotado um outro procedimento. Tal bondade é tão admirável nestes tempos quanto mais rara é, de modo que a vemos restrita a essa província.

Isto se dá por dois motivos: uma é o não haverem mantido muitas relações com os vizinhos, não indo estes à casa deles nem eles à dos outros, pois se contentam com os seus próprios bens, os víveres e a lã que lhes dá seu país:

isto elimina a razão de quaisquer transações e a semente de toda corrupção, pois não puderam contaminar-se com os costumes dos franceses, espanhóis ou italianos, nações estas que, juntas, são a corruptela do mundo.

A outra razão é que aquelas repúblicas, cuja vivência manteve-se democrática e incorrupta, não admitem que qualquer um dos seus cidadãos declare-se ou viva como nobre: ao invés, é mantida entre eles a mesma igualdade e aqueles senhores e gentis-homens que surgem naquela província são considerados inimigos e se, por acaso, alguns caem nas mãos deles, são eliminados, como sementes da corrupção e causa de todos os escândalos. E, para deixar claro o que se deve entender por gentis-homens, digo que são assim chamados aqueles que, ociosos, vivem da renda de suas propriedades prodigamente, sem terem ocupação alguma com a agricultura ou qualquer outro negócio necessário. Estes tais são perniciosos em qualquer república e em qualquer província, porém mais perniciosos são aqueles outros que, além dos já referidos privilégios, comandam um castelo e têm súditos que obedecem a eles.

Destas duas espécies de homens estão cheios o reino de Nápoles, o território de Roma, a Romanha e a Lombardia. O resultado é que nunca surgiu nenhuma república ou regime democrático naquelas províncias, pois tais espécies de homens são totalmente inimigos de qualquer civilidade. E é impossível instaurar uma república em províncias como essas, mas, se alguém quisesse reformá-las, tornando-se seu árbitro, não haveria outro jeito senão transformá-las em reino. Isto porque, onde a matéria está tão corrompida que as leis não bastem para domá-la, faz-se necessário instaurar, juntamente com as leis, uma força maior que é a mão real, cuja potência absoluta e excessiva freie a corrupção e a ganância desregrada dos poderosos.

Isto se verifica no exemplo da Toscana, onde se vê num pequeno espaço três repúblicas que se têm mantido longamente, Florença, Siena e Lucca, e as outras cidades da província, que não foram servas, que vemos com coragem e ordem manterem ou tentarem manter a sua liberdade. Tudo isto por não haver na província nenhum castelão e nenhum ou quase nenhum gentil-homem e haver tanta igualdade que facilmente seria instaurado um regime democrático por um homem prudente que conhecesse a civilidade dos antigos, mas seu infortúnio tem sido tão grande que até agora não surgiu homem algum que o pudesse ou soubesse fazer.

Portanto, deste discurso tira-se esta conclusão: aquele que quiser fundar uma república onde houver muitos nobres, não poderá fazê-lo sem antes tê-los eliminado; e aquele que quiser fundar um reino ou um principado onde houver muita igualdade entre os cidadãos não poderá fazê-lo se antes não destacar dessa igualdade muitos de caráter ambicioso e inquieto e, entre eles, gentis-homens de fato e não de direito, dando a eles castelos e possessões e muitos servos à sua disposição, de modo que, postando-se em meio a eles, mediante tudo isto, ostente o seu poder e mediante este sustente a sua ambição, de modo que os outros sejam obrigados a aguentar esse jugo que a força e nada mais lhes impõe. E, estando dessa forma proporcionados quem força e quem é forçado, os homens terão de ficar cada um em seu lugar. E, por ser a tarefa de transformar em república uma província apta para ser um reino ou em reino uma apta a ser república é tarefa para um tipo de homem raro quanto a talento e autoridade, foram muitos os que o quiseram fazer e poucos os que o souberam fazer, porque a grandiosidade da tarefa, por uma parte, desencoraja os homens; por outra, os embaraça de tal modo que eles falham logo no começo.

Creio que a esta minha opinião de que, onde haja gentis-homens, não se pode instituir uma república, parecerá contrária a experiência da república de Veneza, na qual apenas os nobres podem exercer funções governamentais. A isto eu respondo que este exemplo não representa uma objeção, porque os nobres daquela república o são mais de nome que de fato, pois eles não têm grandes possessões, sendo as suas riquezas fundamentadas em mercadorias e outros objetos e, além do mais, nenhum deles possui um castelo ou jurisdição sobre os homens, mas, para eles, o título de nobreza representa dignidade e prestígio, sem que se baseie sobre qualquer daquelas coisas sobre as quais em outras cidades dá-se o nome de nobreza. E, como as outras repúblicas têm vários nomes para os seus escalões, assim Veneza se divide entre nobres e populares e se quer que aqueles tenham ou possam ter todas as honrarias, das quais os outros estão totalmente excluídos, o que, porém, não causa desordens naquela terra, pelas razões ditas anteriormente [\[88\]](#).

Constitua-se, então, uma república onde houver grande igualdade e, ao contrário disto, um principado onde houver desigualdade. Caso contrário, se fará algo desproporcional e pouco durável.

Antes que os grandes acontecimentos tenham lugar numa cidade ou província, surgem grandes sinais que os prognosticam ou homens que os predizem.

O motivo eu não sei, mas se vê por exemplos antigos e modernos que nunca ocorre algum grande acontecimento em uma cidade ou província sem ser antes, ou por adivinhos, ou premonições, ou prodígios ou por outros sinais celestes, previsto. E, para não me afastar muito de casa ao falar disto, todos sabem que o frei Girolamo Savonarola previu a chegada de Carlos VIII da França à Itália [89] e que, além disto, por toda a Toscana as pessoas disseram ter visto e ouvido o barulho de homens armados lutando em Arezzo.

Todos sabem, além disso, como, antes da morte de Lorenzo de Medici, o velho, a parte mais alta da catedral foi atingida por um raio, que causou grandíssimos danos ao edifício.

Todos sabem ainda que, pouco antes de Piero Soderini, eleito para um cargo vitalício pelos *gonfalonieri* [90] de Florença, ser cassado e privado de tal cargo, o palácio foi igualmente atingido por um raio.

Poder-se-ia acrescentar a estes outros exemplos mais, o que não farei para não ser tedioso. Narrarei somente aquele que Tito Lívio conta ter ocorrido antes da chegada dos gauleses a Roma, isto é, como um plebeu de nome Marco Cedício relatou ao Senado ter ouvido à meia-noite, quando passava pela Via Nova, uma voz sobre-humana que o mandava alertar o Senado que os gauleses estavam a caminho de Roma.

A razão disso, eu creio que só pode ser discutida e interpretada por homens que tenham conhecimentos das coisas naturais e sobrenaturais – o que não é o nosso caso. Talvez seja possível que o ar, como querem alguns filósofos, seja dotado de inteligência e que, por virtude natural, preveja as coisas futuras e tenha compaixão dos homens, de modo que, para que eles possam preparar-se para defenderem-se, os adverte com sinais desse tipo. Bem, seja como for, se vê que isto é verdade e que, depois desses acontecimentos, sucedem sempre coisas extraordinárias e inéditas nas províncias.

LVII

O povo unido é forte; desunido, fraco.

Tendo a invasão dos gauleses arruinado a sua pátria, muitos romanos foram morar em Veios, contra as leis e o decreto contrário do Senado que, para remediar essa desordem, ordenou, através de éditos públicos, que todo cidadão até certo tempo voltasse a Roma ou sofreria

certas penas. No início, aqueles a quem os éditos visavam não fizeram caso deles; depois, quando se aproximou o prazo para que obedecessem, todos o fizeram. E Tito Lívio diz estas palavras: “*Ex ferocibus universis singuli metu suo obedientes fuere*” [91].

E, realmente, quanto a isso não se pode demonstrar melhor a atitude da multidão que com este exemplo, pois a multidão, muitas vezes, é audaz no falar contra as deliberações de um príncipe; depois, quando a punição é avistada, um não confiando no outro, acabam por obedecer. De modo que não se deve levar muito em conta o que um povo diga sobre a sua boa ou má disposição, cabendo a ti, quando ele estiver bem disposto, mantê-lo assim e, estando mal disposto, providenciar para que ele não te ofenda. Entenda-se por isto aquela má disposição que têm os povos, oriunda de alguma outra razão que não ter perdido a sua liberdade ou um príncipe que tenha sido amado por eles e que esteja ainda vivo, pois as más disposições que originam-se destas razões são acima de tudo formidáveis e, para controlá-las, são necessários grandes remédios; as indisposições de outro tipo serão fáceis de solucionar desde que eles não tenham cabeça a quem recorrer, porque não há nada mais formidável que uma multidão solta e sem um líder e, ao mesmo tempo, não há nada mais fraco, pois, embora ela tenha as armas nas mãos, será fácil contê-la, desde que tenhas um reduto para que te protejas do primeiro ímpeto, uma vez que, quando os ânimos esfriam e cada um vê a necessidade de voltar para sua casa, começam a duvidar de si mesmos e a pensar na sua segurança, fugindo ou concordando. Porém, uma multidão convicta que deseje evitar essas armadilhas deve eleger, rapidamente, entre seus membros, um chefe que a lidere, a mantenha unida e pense na sua defesa, como o fez a plebe romana quando, depois da morte de Virgínia, saiu de Roma e, para salvar-se, elegeu entre eles vinte tribunos [92]; se não o faz, sempre acontece o que Tito Lívio diz nas palavras supracitadas: todos são valentes unidos mas, quando cada um começa a pensar nos perigos que corre, torna-se medroso e fraco.

LVIII

A multidão é mais sábia e constante que um príncipe.

Nada é mais fútil nem mais inconstante que a multidão: assim o afirma nosso Tito Lívio, como todos os outros historiadores, pois frequentemente acontece que, quando se narram as ações dos homens, vemos a multidão condenar alguém à morte e essa mesmíssima pessoa ser depois pranteada e elogiada, como vimos ter feito o povo romano

com Mânlio Capitolino que, após ter sido condenado à morte, depois foi sumamente elogiado. E as palavras do autor são estas: “*Populum brevi, posteaquam ab eo periculum nullum erat, desiderium eius tenuit*” [93] . E, em outro lugar, quando conta os acontecimentos que sucederam à morte de Jerônimo, neto de Hierão, em Siracusa, diz: “*Haec natura multitudinis est: aut superbe dominatur*” [94] .

Não sei se tomarei uma vereda pedregosa e cheia de tantas dificuldades a ponto de ser mais conveniente abandoná-la para minha vergonha, ou segui-la a duras penas, querendo defender uma causa a qual, como já disse, todos os escritores se opõem. Mas, seja como for, eu não julgo nem julgarei jamais ser errado defender alguma ideia com argumentos, sem querer usar a autoridade ou a força. Digo, portanto, que poderiam acusar desse defeito do qual acusam o povo todos os homens em particular e, principalmente, os príncipes, porque qualquer um que não fosse regulado pelas leis cometeria os mesmíssimos erros que a multidão desenfreada comete. E isto pode ser visto facilmente porque houve e há muitos príncipes, mas bons e sábios houve poucos. Falo de príncipes que conseguiram romper aqueles freios que os moderam, entre os quais não incluo aqueles reis egípcios, quando, naquela remotíssima antiguidade, aquela província era governada por leis, nem os espartanos, nem os franceses do nosso tempo, cujo reino é mais moderado pelas leis que qualquer outro reino do qual se tenha notícia em nosso tempo. Estes reis que nasceram sob tais constituições não devem ser incluídos neste elenco, no qual se tem de considerar o caráter de cada um em particular e ver se ele é igual à multidão – só se podendo comparar a estes últimos uma multidão regulada por leis da mesma forma que eles. Ver-se-á que na multidão encontra-se aquela mesma bondade que nós vemos nos príncipes e se verá que a multidão nem domina soberbamente, nem serve humildemente, tal como o povo romano que, enquanto durou a incorruptibilidade da República, não se submeteu humildemente nem governou arrogantemente; antes, através das suas instituições e dos seus magistrados, manteve honradamente a sua posição. E, quando era necessário organizar-se contra um poderoso, fazia-o, como vimos contra Mânlio, o Decenvirato e outros que tentaram oprimi-lo e, quando era necessário obedecer a ditadores e a cônsules pelo bem público, fazia-o. E, se o povo de Roma lamentava a morte de Mânlio Capitolino, não é nenhuma maravilha, pois ele lamentava as suas virtudes, as quais eram tão grandes que a memória delas causava compaixão em todos e teria causado o

mesmíssimo efeito em um príncipe, pois é uma máxima comum a todos os escritores a de que a virtude deve ser louvada e admirada até nos inimigos e, se Mânlio, em meio a tantas lamentações, tivesse ressuscitado, o povo de Roma ter-lhe-ia feito o mesmo que lhe fez: lançado-o na prisão e, pouco depois, condenado-o à morte. Não obstante, se vê que príncipes considerados sábios condenaram à morte algumas pessoas que eles, depois, lamentaram profundamente, como Alexandre, que condenou Clito e outros amigos seus, e Herodes, que condenou Mariana [95] .

Mas o que o nosso historiador diz do caráter da multidão não se refere àquela regulada pelas leis, como era o povo romano, mas àquela desregulada, como a siracusana, que cometeu erros iguais àqueles cometidos por homens furiosos e arrebatados, como Alexandre e Herodes nos casos mencionados. Porém não se deve culpar mais o caráter da multidão que o dos príncipes, porque todos igualmente erram, pois todos, sem freios, podem errar. Além dos que já mencionei, há muitos exemplos disso entre os imperadores romanos e entre tiranos e príncipes, de onde se vê tanta inconstância e tanta variação de proceder quantos jamais houve em multidão alguma.

Concluo, portanto, contra a opinião comum segundo a qual os povos, quando detêm o poder, são frívolos, mutáveis e ingratos, afirmando que neles, entretanto, não há estes pecados que se apresentam nos príncipes. E, acusando alguém os povos e os príncipes igualmente, talvez acerte, mas, poupando os príncipes, engana-se, porque um povo que comande e seja bem regulado será tão estável, prudente e grato quanto um príncipe ou mais do que um príncipe ainda que sendo ele considerado sábio e, por outro lado, um príncipe livre das leis será mais ingrato, volúvel e imprudente que um povo. E a variação quanto ao procedimento deles não se origina de terem naturezas diferentes porque esta é igual em todos (e, se alguém tem nisso alguma vantagem para o bem, esse alguém é o povo), mas do maior ou menor respeito pelas leis sob as quais vivem um e outro. E quem considerar o povo romano verá ter ele sido inimigo dos reis por quatrocentos anos e amante da glória e do bem comum de sua pátria e verá muitos exemplos dados por ele que testemunham uma coisa e outra. E, se alguém me alegasse contra isso a ingratidão dele para com Cipião, eu responderia aquilo que já tinha dito antes longamente sobre tal matéria, onde demonstrei serem os povos menos ingratos que os príncipes [96] .

Mas quanto à prudência e à constância, digo como um povo é mais prudente, mais constante e mais ajuizado que um príncipe. E não é sem razão que a voz de um povo se assemelha à voz de Deus, pois se vê a opinião universal efetuar tantas maravilhas em seus prognósticos de tal modo que parece que, por um poder oculto, ele prevê o que lhe fará bem ou mal. Quanto ao julgar as coisas, se vê que raríssimas vezes, quando ele ouve dois oradores, iguais em talento, que divergem em diversas partes, ele deixa de optar pela melhor opinião e não reconhece a verdade ao ouvi-la. E, se nas coisas de valentia ou nas que pareçam úteis, como já se disse [97], ele erra, muitas vezes erra também um príncipe nas suas próprias paixões que são em muito maior número que as dos povos. Vê-se ainda que, ao eleger os magistrados, de longe o povo faz escolhas melhores que as de um príncipe e jamais se persuadirá um povo de que ele faz bem em conceder dignidades a um homem infame e habituado à corrupção, enquanto os príncipes são facilmente e por mil maneiras persuadidos disso. Vê-se que um povo, quando começa a ter horror a alguma coisa, mantém essa opinião por séculos, o que não se vê em um príncipe. E espero que me baste como testemunho das duas coisas o povo romano que, em tantas centenas de anos, em tantas eleições de cônsules e tribunos, não teve quatro eleições das quais arrepender-se. E, como disse, odiou tanto a monarquia que nenhum cidadão que quis fazer-se rei escapou de ser punido por isso, não obstante seus méritos. Vê-se, além disso, que as cidades nas quais o povo tem o poder, este promove grandes progressos, muito mais que naquelas que sempre estiveram sob um príncipe, como em Roma depois de eliminados os reis e em Atenas, depois de ficar livre de Pisístrato. Isto não pode ter outro motivo além do fato de que os governos populares são melhores que os dos príncipes. Não quero que se oponha a esta minha opinião tudo aquilo que nosso relato diz no capítulo anterior ou em qualquer outro porque, se enumerarmos todas as desordens dos povos e todas as desordens dos príncipes, ver-se-á que, em bondade e em glória, os povos são em muito superiores aos príncipes. E, se os príncipes são superiores aos povos no fazer as leis, formar as instituições civis, ordenar estatutos e novas ordens, os povos são melhores que eles quanto a manter as coisas em ordem, dessa forma contribuindo, sem dúvida, para a glória daqueles que as ordenaram. E, em suma, para concluir esta matéria, digo que os estados principescos duraram tanto quanto os estados republicanos e tanto uns como outros tiveram de ser regulados por leis, pois um príncipe que pode fazer tudo o

que quiser é um celerado e um povo que pode fazer o que quiser não é sábio. Se, portanto, refletirmos sobre um príncipe a quem a lei impõe obrigações e sobre um povo por elas reprimido, veremos mais virtude no povo que no príncipe; se refletirmos sobre um e outro em total liberdade, veremos menos erros no povo que no príncipe e os erros do povo serão menores e, por isso, remediáveis. Porém, a um povo licencioso e tumultuário, um homem sábio pode falar e facilmente conduzi-lo a um bom caminho; a um mau príncipe, não há ninguém que lhe possa falar, nem há outro remédio além da espada. Disto, podemos refletir sobre quão grande é a ruindade de um e de outro pois, se para curar a maldade de um povo bastam as palavras e, para aquela do príncipe, faz-se necessário o ferro, não haverá ninguém que não ache que onde faz-se necessário maior empenho são maiores os erros.

LIX

Em qual aliança ou liga se pode confiar: naquela feita com uma república ou naquela feita com um príncipe.

Como todos os dias acontece de um príncipe com outro ou uma república com outra fazerem alianças e amizades e ainda, da mesma forma, entre uma república e um príncipe são feitas confederações, resolvi examinar qual palavra é mais estável e em qual se deve confiar mais, se na palavra de uma república ou na de um príncipe.

Eu, examinado tudo, creio que, em muitos casos, ambos sejam iguais e, em alguns, haja quaisquer diferenças. Creio, portanto, que os acordos que fizeres forçadamente não te serão nem por um príncipe nem por uma república observados: creio que, quando sobrevier um perigo para o Estado, tanto uma quanto outro, para não perder o poder, romperá a palavra dada e usará de ingratidão para contigo. Demétrio, aquele que foi chamado de “expugnador das cidades”, havia feito infinitos benefícios aos atenienses. Aconteceu que, tendo sido derrotado pelos seus inimigos e refugiando-se em Atenas como em uma cidade amiga e grata, não foi por ela recebido, o que lhe doeu ainda mais que a perda de sua gente e do seu exército. Pompeu, vencido que foi por César em Tessália, refugiou-se no Egito de Ptolomeu, a quem havia justamente devolvido o reinado, e foi morto por ele [98]. Vemos que estas coisas se deram pelas mesmíssimas razões e, mesmo assim, a república não usou de mais humanidade que o príncipe.

E, quanto ao príncipe, pode muito bem acontecer de ele ser amigo de um príncipe poderoso que, embora não tenha tido ainda oportunidade de

defendê-lo, seja de esperar-se que, tendo-o seguido como partidário, aquele não queira ter fé nem acordos para com os inimigos deste. Esta sorte tiveram aqueles príncipes do reino de Nápoles que seguiram os franceses [99] .

E, quanto às repúblicas, teve esta sorte Sagunto, na Espanha, que esperou a ruína para seguir os romanos e também Florença, para seguir os franceses em 1512. E, creio, tudo computado, que, nestes casos, nos quais o perigo é iminente, encontrar-se-á alguma estabilidade mais nas repúblicas que nos príncipes, pois, embora as repúblicas tenham o mesmíssimo ânimo e o mesmíssimo voluntarismo de um príncipe, o seu demorar-se em tomar decisões fará com que se demore mais a resolver-se do que um príncipe demoraria e, por isso, vacilará mais antes de romper a palavra dada.

E poder-se-ia acrescentar exemplos nos quais um pequeno benefício foi suficiente para que um príncipe rompesse com a palavra dada e outros em que um grande benefício não bastou para que uma república fizesse o mesmo, como o exemplo da proposta feita por Temístocles aos atenienses, aos quais disse, em assembleia, que tinha um parecer que traria grande utilidade para a pátria deles, mas não o podia dizer então para que não fosse descoberto porque, se fosse revelado, perderiam a oportunidade de praticá-lo. O povo de Atenas, então, escolheu Aristides, ao qual seria revelada a ideia e, depois, fariam o que melhor lhe parecesse. Temístocles mostrou a ele como a armada de toda a Grécia, embora estivesse sob sua confiança, encontrava-se de tal modo que facilmente poder-se-ia tomá-la ou destruí-la, o que faria dos atenienses os senhores daquela província. Daí Aristides informou ao povo que a proposta de Temístocles era utilíssima mas desonestíssima, razão pela qual o povo a recusou unanimemente. O que não seria feito por Filipe da Macedônia e os outros príncipes, que acharam mais útil e rentável quebrar a palavra do que agir de outro modo.

Quanto a romper os acordos por alguma razão de inobservância, disto eu não falo, pois é algo comum, mas falo daqueles que os rompem por razões extraordinárias, e, quanto a isso, eu creio, pelo que foi dito, que o povo comete erros menores que o príncipe e, por isso, se pode confiar mais naquele do que neste.

LX

Como o consulado e qualquer outra magistratura em Roma eram concedidas sem levar em conta a idade.

ê-se, pela sucessão dos acontecimentos históricos, como a República Romana, depois que o consulado foi concedido a plebeus, o concedia aos cidadãos sem levar em conta a idade e a genealogia, ainda mais nunca se levou, em Roma, a idade em consideração; ao contrário disso, o talento sempre foi procurado tanto no jovem quanto no velho. Vê-se disto um exemplo em Valério Corvino, eleito cônsul aos vinte e três anos e Valério, falando aos seus soldados, disse que o consulado era “*praemium virtutis, non sanguinis*” [100] . Se este costume era bom ou não, teremos muito o que discutir depois. E quanto ao não considerar-se o sangue, tiveram de fazer essa concessão por necessidade e tal necessidade há de surgir em toda cidade que desejar conquistar tanto quanto Roma, como já foi dito antes [101] , pois não se pode dar aos homens deságios sem compensações, nem se pode, sem correr perigo, tirar deles a esperança de conseguir um prêmio. E, por isso, em boa hora concedeu-se que a plebe pudesse ter esperança de alcançar o consulado e, sem tê-lo, ela nutriu-se desta esperança por um tempo; depois, a esperança não bastou mais, de modo que conveio a sua realização.

A cidade que não emprega a sua gente em alguma empresa gloriosa pode tratá-los ao seu modo, como já foi dito anteriormente, mas aquela que quiser fazer o que Roma fez não pode fazer distinções. E, sendo assim, a distinção da experiência não admite réplicas: antes, é necessária porque, ao eleger-se um jovem para um cargo que exija a prudência de um velho, convém, tendo-o eleito a multidão, que a eleição tenha sido precedida por alguma notabilíssima ação sua. E, quando um jovem tem tanto mérito a ponto de se ter feito conhecer por alguma coisa notável, seria danosíssimo se a cidade não se pudesse valer dele ainda, tendo que esperar que envelheça, conservando com ele tal vigor de espírito e aquela prontidão da qual a pátria poderia valer-se já na sua idade, como valeu-se Roma de Valério Corvino, de Cipião, de Pompeu de tantos outros que triunfaram muito jovens.

LIVRO SEGUNDO

PROÊMIO

Os homens louvam sempre, mas não sempre razoavelmente, os tempos antigos e reprovam o presente e de tal modo são partidários das coisas passadas que não apenas celebram aquelas épocas conhecidas por eles pela memória que os escritores deixaram delas, mas

também aquelas que, sendo já velhos, se recordam de terem visto na sua juventude. E quando a opinião deles é falsa, como na maioria das vezes é, persuado-me de que sejam várias as razões que os conduzem a tal engano. A primeira delas é que, das coisas antigas, não se entenda toda a verdade e que delas, na maioria das vezes, escondem-se aqueles fatos que, naqueles tempos, significariam infâmia e aquelas que podem promover a sua glória são ampliadas e magnificadas, pois a maioria dos historiadores, em conformidade com a fortuna dos vencedores, procedem de modo a, para fazer suas vitórias gloriosas, não somente exagerar aquilo que eles virtuosamente fizeram, mas ainda enfeitar as ações dos inimigos, de modo que, qualquer um nascido depois em qualquer das duas províncias, ou na vitoriosa ou na vencida, tem motivo para maravilhar-se daqueles homens e daqueles tempos e é forçado a louvá-los e amá-los sumamente.

Além disso, odiando os homens as coisas [do presente] ou por temor ou por inveja, desaparecem, nas coisas passadas, duas fortíssimas razões para o ódio, não podendo elas ofenderem-te nem te dando razões para invejá-las. Mas, ao contrário, acontece de as coisas que se manejam e se veem, cujo inteiro conhecimento não te sendo em parte alguma oculto e, conhecendo nelas, juntamente com o bem, outras coisas que te desagradam, és forçado a julgá-las muito inferiores às coisas antigas ainda que, em verdade, as presentes mereçam muito mais glória e fama: considerando-se não as coisas pertinentes às artes, as quais têm tanta clareza em si que os tempos podem tolher-lhes a glória ou dar-lhes pouco mais que a que elas merecem por si próprias, mas falando das coisas pertinentes à vida e costumes dos homens, das quais não se veem claros testemunhos.

Replico, portanto, ser verdadeira a consuetude de louvar e criticar, mas já não é sempre verdadeiro que se erre ao fazê-lo, pois algumas vezes é necessário que julguemos a verdade pois, estando as coisas humanas sempre em movimento, ou ascendem ou decaem. E vê-se uma cidade ou uma província ter sua vida política ordenada por algum homem excelente e, a um tempo, pela virtude desse ordenador, sempre progredir e melhorar. Quem nasce, portanto, em tal estado, e louva mais os antigos que os modernos se engana e o seu engano é causado por aquelas coisas referidas acima. Mas aqueles que nascem depois nessa cidade ou província, quando é chegado o tempo em que ela desce rumo à decadência, não se enganam então. E, meditando eu sobre de onde estas coisas procedem, julgo que o mundo sempre esteve do mesmíssimo jeito, nele havendo tanto de bom

quanto de ruim, mas estas coisas boas e ruins variam de uma província para outra, como se vê pelo que se tem notícia daqueles antigos reinos, que variavam de um para outro dada a variação dos costumes, mas o mundo continuava o mesmo. A única diferença que havia era que onde aquele [mundo] expandiu a sua virtude à Assíria, colocou-a na Média, depois na Pérsia, até que chegou à Itália e a Roma e se, depois do Império Romano, não seguiu-se um Império tão duradouro no qual o mundo retivesse, unido, a sua virtude, se vê, contudo, estar ela esparsa por muitas nações onde se vivia virtuosamente, como eram o reino dos francos, o reino dos turcos, o do Sultão e, hoje, os povos da Magna e, antes deles, aquela seita sarracena, que fez tão grandes coisas e ocupou tanto mundo, depois de ter destruído o Império Romano Oriental. Em todas estas províncias, portanto, depois da ruína dos romanos, e em todas estas seitas, houve aquela virtude e há ainda em alguma parte delas, a qual se deseja e com verdadeiros louvores se louva. E quem nelas nasceu e louva os tempos passados mais que os presentes pode enganar-se, mas os que nasceram na Itália ou na Grécia e não estiveram na Itália Ultramontana ou na Grécia Turca tem razão em reprovar a sua época e louvar as outras porque naquelas há muitas coisas que os maravilham; nesta, não há coisa alguma que os resgate de toda miséria extrema, infâmia e vitupério: não há a observância da religião, nem das leis, nem da milícia, mas há máculas de toda espécie de barbárie. E estes vícios são tanto mais detestáveis quanto estão presentes nos magistrados que a todos comandam e querem ser adorados.

Mas, voltando à nossa reflexão, se o julgamento dos homens erra ao julgar qual é a melhor era, se a presente ou a antiga, naquelas coisas cujo conhecimento não o têm, dada a sua antiguidade, não deveriam errar também os velhos ao compararem os tempos de sua juventude e da sua velhice, tendo-os eles igualmente visto e conhecido. Isto seria válido se os homens tivessem, por todo o tempo de suas vidas, o mesmo modo de pensar e os mesmos apetites, mas, variando eles, ainda que os tempos não variem, não podem parecer aos homens serem os mesmos, tendo outros apetites, outros desejos, outras considerações na velhice, diversas daquelas da juventude, porque, faltando aos homens, quando envelhecem, forças e crescendo em juízo e em prudência, é necessário que aquelas coisas que, na juventude, lhes pareciam suportáveis e boas, ao envelhecerem, tornem-se para eles insuportáveis e más e, por isso, onde deveriam acusar o seu próprio juízo, acusam os tempos. Sendo, além disso, os apetites humanos

insaciáveis, pois tendo-lhes dado a natureza o poder e o querer desejar todas as coisas e tendo-lhes dado a fortuna o conseguir poucas, disso resulta um não contentar-se nas mentes humanas e um tédio das coisas que possuem que os faz criticar os tempos presentes, louvar os passados e desejar os futuros, ainda que não os mova a isso um motivo racional.

Não sei, portanto, se merecerei ser incluído entre os que se enganam se em meus discursos louvar demais os tempos dos antigos romanos e criticar os nossos. E, realmente, se a virtude que então reinava e o vício que agora reina não fossem mais claros que o sol, eu falaria de forma mais moderada, temendo não incorrer no erro do qual acuso alguns. Mas, estando a coisa tão explícita que todo mundo a vê, estarei disposto a dizer claramente o que bem entender daqueles e destes tempos, de modo que os espíritos dos jovens que lerem estes meus escritos possam evitar estes e preparar-se para imitar aqueles, toda vez que a fortuna lhes dê tal oportunidade, pois é o dever dos homens bons ensinar aos outros a fazer o bem que a malignidade dos tempos e da fortuna não lhes permitiu fazer, de modo que, sendo muitos deles capazes disso, algum deles, pelo Céu mais amado, possa fazê-lo.

E, tendo, no livro precedente, falado das deliberações dos romanos pertinentes aos assuntos internos da sua cidade, neste falaremos do que o povo romano fez pertinente ao aumento do seu império.

I

O que mais contribuiu para que os romanos conquistassem seu império, a virtude ou a fortuna.

Muitos, entre os quais Plutarco, escritor respeitabilíssimo, são de opinião segundo a qual o povo romano, ao conquistar seu império, tivesse sido ajudado mais pela fortuna que pela virtude. E, entre outros argumentos dos quais se valem, dizem que isso é demonstrado pela confissão desse povo que teria atribuído à sorte todas as suas vitórias, tendo ele edificado mais templos à Fortuna que a qualquer outro deus. E parece que Lívio concorda com esta tese, porque são raras as vezes em que dá a palavra a um romano que, ao falar da virtude, a ela não acrescente a sorte.

Tal coisa eu não admito de modo algum, nem creio que se possa sustentar, porque, se nunca se encontrou república que tenha feito as conquistas que Roma fez, nota-se que nunca encontrou-se república que tivesse se organizado para a conquista como Roma organizou-se. Porque a virtude dos exércitos fez com que ela conquistasse o império e a ordem do seu proceder

e a sua maneira própria, encontrados pelo seu primeiro legislador, a fizeram manter o que tinha sido conquistado, como a respeito largamente se narrará nestes discursos.

Dizem aqueles que o não ter nunca combatido em duas grandes guerras ao mesmo tempo foi sorte e não virtude do povo romano, pois eles não fizeram guerra contra os latinos senão depois de haver vencido os sanitas, pois os romanos deram guerra a estes em defesa daqueles; não combateram os toscanos sem antes terem subjugado os latinos e enervado quase totalmente os sanitas com sucessivas derrotas, pois se duas potências tivessem, logo no início, lutado juntas, pode-se conjecturar, facilmente, que a isso se seguiria a ruína da romana República. Mas, para que isso não acontecesse, nunca se deu que eles fizessem duas grandes guerras ao mesmo tempo: antes, parece que, ao nascer uma, a outra se extinguísse ou ao extinguir-se uma a outra nascesse.

Isto pode ser facilmente visto pela ordem das guerras feitas por eles, pois, deixando estar aquelas que fizeram antes de Roma tornar-se presa dos gauleses, se vê que, enquanto combateram com os équos e os volscos, nunca, enquanto esses povos eram poderosos, desceram contra eles outros povos. Domados estes, nasceu a guerra contra os sanitas e, se bem que, antes que findasse tal guerra os povos latinos se rebelassem contra os romanos, mesmo assim, quando tal rebelião se deu, os sanitas eram aliados de Roma e, com o seu exército, ajudaram os romanos a domar a insolência dos latinos. Domados estes, retomaram a guerra do Sânio [102]. Vencidos os sanitas por muitas derrotas infligidas às suas falanges, veio a guerra contra os toscanos; finda esta, rebelaram-se de novo os sanitas, quando da passagem de Pirro [103] pela Itália. Derrotado este e mandado de volta a Grécia, empreenderam a primeira guerra contra os cartagineses e, antes que tal guerra acabasse, todos os gauleses de além e aquém Alpes mancomunaram-se contra os romanos, tanto que, entre Popolônia e Pisa, onde hoje há a torre de São Vicente, foram com enormes danos batidos. Finda esta guerra, por um espaço de vinte anos, tiveram guerras de não muita importância, pois não lutaram com ninguém mais além dos ligúrios e com os remanescentes dos gauleses que estavam na Lombardia. E assim ficaram até a segunda guerra cartaginesa que, por dezesseis anos, ocupou a Itália. Terminada esta com máxima glória, veio a guerra macedônica, à qual seguiram-se a de Antíoco [104] e a da Ásia. Depois destas vitórias não

restou, em todo o mundo, nem príncipe nem república que, por si só ou aliando-se a todos os outros, pudesse opor-se às forças romanas.

Mas, antes daquela última vitória, quem considerar bem a ordem destas guerras e os procedimentos deles, verá, em meio àquela fortuna, misturadas virtude e uma grandíssima prudência. De modo que, quem examinasse a razão de tal fortuna, descobri-la-ia facilmente, pois, se é coisa certíssima que um príncipe e um povo adquiriram tanta reputação que todos os príncipes e povos vizinhos tenham, por si mesmos, medo de assaltá-los e os temam, sempre acontecerá que nenhum deles os assalte senão por necessidade, de modo que caberá àquele potente decidir com qual dos seus vizinhos fará guerra e aquietar os outros com a sua força, os quais, em parte temendo o seu poder, em parte enganados pelos métodos que ele usará para aliciá-los, aquietar-se-ão facilmente. Quanto aos outros poderosos que estiverem distantes e que com ele não tenham comércio, considerarão isso como um assunto distante que não lhes diz respeito. Neste erro permanecerão até que o incêndio venha sobre eles, não tendo como enfrentá-lo senão com as próprias forças, as quais não bastarão, tendo ele se tornado fortíssimo.

Quero deixar de lado como os sanitas presenciaram a vitória do povo romano sobre os volscos e os équos e, para não ser prolixo, tratarei dos cartagineses, os quais tinham grande poder e estima, quando os romanos combatiam os sanitas e os toscanos, pois já dominavam toda a África, a Sardenha, a Sicília e parte da Espanha. Tal poder, juntamente com a distância a separá-los das fronteiras do povo romano, fez com que não pensassem jamais em assaltá-lo nem em socorrer os sanitas e os toscanos, antes, agiram em favor dos romanos, com eles coligando-se e buscando a amizade deles. Não se deram conta do erro cometido senão quando os romanos, domados todos os povos que os separavam dos cartagineses, começaram a combater pelo império da Sicília e da Espanha. Isto aconteceu tanto com os gauleses quanto com os cartagineses e também com Filipe, rei dos macedônios, e com Antíoco, crendo todos eles que, estando o povo romano ocupado com o outro, fosse por ele superado, dando tempo para que eles se defendessem com a paz ou com a guerra. De modo que eu creio que a sorte que os romanos tiveram nesta parte terão todos aqueles príncipes que procederem como os romanos e sejam tão virtuosos quanto eles.

A este respeito, seria bom mostrar a maneira como procediam os romanos ao entrar nos territórios alheios, se já não tivéssemos falado longamente no *Príncipe* [105] , pois lá esta matéria é profundamente discutida. Apenas direi rapidamente que eles sempre planejaram ter, nas províncias novas, um amigo que lhes servisse de escada ou porta para dela descerem ou nela entrarem ou de meio para tomarem-na, como se vê que, por meio dos Cápuas, entraram em Sânio; dos Camertini, na Toscana; dos Mamertini, na Sicília; dos Saguntini, na Espanha; de Massinisa, na África; dos Massiliensi e dos Éduos na Gália. E, assim, nunca lhes faltou semelhantes apoios para facilitar-lhes os seus empreendimentos e para conquistar as províncias e mantê-las.

Os povos que observarem isto precisarão menos da sorte que aqueles que não o observarem. E, para que todos possam ver melhor quanto a virtude deles pôde mais do que a sorte ao conquistarem o seu império, nós discorreremos, no capítulo seguinte, de que qualidade eram os povos com os quais eles tiveram de combater e o quanto eram obstinados ao defender a liberdade deles.

II

Contra quais povos os romanos tiveram de combater e quão obstinadamente aqueles defenderam a sua liberdade.

Nada tornou tão difícil para os romanos vencer os povos circunvizinhos e das províncias distantes quanto o amor que, naqueles tempos, muitos povos tinham à liberdade, a qual defendiam tão obstinadamente a ponto de não poderem jamais ser vencidos, a não ser por uma virtude extraordinária, pois por muitos exemplos se sabe a quantos perigos se arriscaram para mantê-la ou recuperá-la e que vinganças maquinavam contra aqueles que os dominassem. Conhecem-se, ainda, pelas lições da História, quantos danos os povos e as cidades sofrem na servidão.

E se, nestes tempos, há uma só província [106] da qual se pode dizer que comporte cidades livres, nos tempos antigos em todas as províncias havia vários povos mais que livres. Vê-se como, naqueles tempos dos quais falamos até o presente, na Itália, desde os Alpes, que separam hoje a Toscana da Lombardia, até os confins da Itália, todos os povos eram livres, como o eram os toscanos, os romanos, os sanitas e muitos outros povos que no resto da Itália habitavam. Nem se especula que jamais tenha havido reis

além daqueles que reinavam em Roma e de Pórsena, rei da Toscana, cuja estirpe parece ter se extinguido, pois dela não fala a História.

Mas se vê bem o quanto a Toscana era livre naqueles tempos em que os romanos foram lutar em Veios e de quanta liberdade gozava e quanto odiava o título de príncipe que, tendo os veientes instituído, em Veios, um rei que os defendesse e pedido ajuda aos toscanos contra os romanos, depois de fazerem muitas consultas, decidiram não ajudar os veientes enquanto estes vivessem sob um rei, julgando não ser bom defenderem a pátria daqueles que já a tinham submetido a outrem.

E é fácil saber de onde vem esta afeição dos povos à liberdade, pois se vê por experiência que as cidades nunca cresceram em domínio nem em riqueza senão quando estiveram em liberdade. E é, realmente, maravilhoso considerar quanta riqueza Atenas obteve no espaço de cem anos por se ter libertado da tirania de Pisístrato. Mas, acima de tudo o mais, é mais que maravilhoso considerar quanta grandeza conquistou Roma depois de ter se livrado dos reis.

A razão disso é fácil de entender, pois não é o bem particular, mas o bem comum que engrandece uma cidade. E, sem dúvida, este bem comum não é promovido a não ser nas repúblicas, pois tudo que se faz a esse propósito é apoiado e, embora este prejudique esse ou aquele interesse privado, são tantos aqueles para quem tal bem é feito que se pode, portanto, argumentar isso contra a disposição daqueles poucos a quem isto prejudica.

Ao contrário se dá quando há um príncipe, onde, na maioria das vezes, o que ele faz por si próprio ofende a cidade e o que se faz pela cidade ofende a ele. De modo que, tão logo uma tirania surja sobre um viver livre, dos males o menor que pode resultar para aquela cidade é não progredir mais, nem crescer mais em poder ou em riqueza, mas o que acontece na maioria das vezes é ela regredir.

E se o acaso fizesse surgir um tirano virtuoso que, por coragem e virtude bélica, ampliasse o seu domínio, disso não resultaria nenhum benefício para aquela sociedade, mas para ele mesmo, pois ele não pode honrar nenhum daqueles cidadãos valentes e bons a quem ele tiraniza, preferindo não tê-los a ter que precaver-se quanto a eles. Ele não pode, ainda, submeter as cidades que conquistar ou fazê-las tributárias da cidade da qual é tirano, pois não lhe interessa fazê-la poderosa, mas interessa-lhe manter o Estado atrofiado para que todas as terras e províncias reconheçam a ele, de modo que só ele tire proveito das suas aquisições e não a sua pátria, e quem quiser

confirmar esta opinião com infinitas outras razões, leia o tratado de Xenofonte sobre *As Tirantias* .

Não é de admirar-se que os povos antigos com tanto ódio perseguissem os tiranos e amassem a liberdade e que a palavra liberdade fosse tão estimada por eles, como aconteceu quando Girolamo, neto de Hierão de Siracusa, foi morto em Siracusa e, chegando a notícia de sua morte ao seu exército, que não estava longe de Siracusa, este começou a fazer tumulto e tomar as armas contra os seus assassinos, mas, quando ouviram que, em Siracusa, gritava-se “Liberdade!”, alentado por esta palavra todo ele aquietou-se, esqueceu a ira contra os tiranicidas e pensou em como ordenar, naquela cidade, o viver livre.

Não é de admirar-se, ainda, que os povos preparem vinganças extraordinárias contra aqueles que lhes tiraram a liberdade. Há vários exemplos disto, dos quais pretendo referir apenas aquele ocorrido em Corcira, cidade da Grécia, nos tempos da Guerra do Peloponeso, onde, sendo aquela província dividida em duas partes, das quais uma seguia os atenienses e outra os espartanos, resultava que, em muitas cidades que estavam entre elas divididas, uma parte seguia os aliados de Esparta, outra seguia os de Atenas e, tendo acontecido de, na dita cidade, prevalecerem os nobres e estes tolhessem a liberdade do povo, os populares, aliando-se aos atenienses, refizeram suas forças e, pondo as mãos sobre os nobres, os prenderam numa prisão capaz de comportar todos eles, de onde tiravam oito ou dez deles a cada vez, dizendo que iriam mandá-los, exilados, para diversos lugares, e deles faziam exemplo, matando-os cruelmente. Sabendo disso os que restavam, deliberaram quais eram as suas possibilidades de escaparem daquela morte ignominiosa e, armando-se como podiam, lutando contra os que queriam entrar, defendiam a entrada da prisão, de modo que o povo foi atraído por aquele rumor, descobriu a parte superior daquele lugar e terminou de matá-los. Seguiram-se, ainda, naquela província, muitos outros casos igualmente horríveis e notáveis, de modo que se vê ser verdade que com maior ímpeto vinga-se uma liberdade tirada que a que se quis tirar. Pensando, portanto, de onde resulte que, naqueles tempos antigos, os povos fossem mais amantes da liberdade que nestes, creio que resulte da mesma razão que fazem os homens de hoje menos fortes, que eu creio seja a diferença entre a nossa educação e a dos antigos, fundamentada na diferença entre a nossa religião e a antiga. Porque, tendo a nossa religião nos mostrado a verdade e o caminho verdadeiro, nos faz estimar menos as

honras do mundo, enquanto os gentios, estimando-os bastante e considerando-os o sumo bem, eram em suas ações mais ferozes, o que pode considerar-se a partir de muitos dos seus costumes, começando pela magnificência dos seus sacrifícios, que contrastam com a humildade dos nossos, onde há alguma pompa mais delicada que magnífica, mas nenhuma ação feroz ou galharda. Lá não faltava a pompa nem a grandiosidade das cerimônias, mas a elas acrescentava-se a ação dos sacrifícios repletos de sangue e ferocidade, matando-se multidões de animais, espetáculo este que, por ser terrível, deixava os homens semelhantes a ele.

A religião antiga, além disso, não beatificava senão homens repletos de mundana glória, como o eram os capitães dos exércitos e os príncipes das repúblicas. A nossa religião tem glorificado mais os homens humildes e contemplativos que os ativos. Depois, apontou como bem supremo a humildade, a abnegação e o desprezo pelas coisas humanas; a outra indicava a grandeza de espírito, a fortaleza do corpo e todas as outras coisas capazes de tornar os homens fortíssimos. E, se a nossa religião requer que sejas forte, quer que estejas mais disposto a sofrer que a usar a força.

Portanto, parece que este estilo de vida tornou o mundo débil e o entregou aos celerados, os quais o manipulam tranquilamente, vendo que a universalidade dos homens, para ir ao Paraíso, pensa mais em suportar as suas ofensas que em vingá-las.

E, se bem que o mundo pareça estar efeminado e o Céu desarmado, isto resulta, sem dúvida, mais da vileza dos homens, que interpretaram a nossa religião em favor do ócio e não da virtude, porque, se considerassem que ela nos permite a exaltação e a defesa da pátria, veriam como ela quer que nós amemos a pátria e a honremos e nos preparemos para defendê-la.

Assim, o resultado desta educação e de tão falsa interpretação [107] é que não se vejam hoje tantas repúblicas quantas se viam antigamente e, consequentemente, não se vê nos povos tanto amor à liberdade quanto então, ainda que eu creia que isso se deva mais ao fato de ter o Império Romano, com as suas armas e a sua grandeza, extinguido todas as repúblicas e as democracias. E, se bem que, depois, tal Império tenha se desfeito, não puderam as cidades reunirem-se nem reordenar a sua vida civil, senão em pouquíssimos locais daquele Império. De qualquer forma, os romanos, em cada mínima parte do mundo, encontraram uma conjura de repúblicas armadíssimas e obstinadíssimas na defesa de sua liberdade, o que

mostra que o povo romano, sem uma virtude extremada, nunca poderia tê-las vencido.

E, para dar um exemplo de um deles, quero que me baste o exemplo dos sanitas, os quais, confessa-o Tito Lívio, parecia um milagre que fossem tão potentes e as suas armadas hostes tão valorosas que pudessem, até o tempo do cônsul Papírio Cursor, filho do primeiro Papírio, resistir aos romanos (por um espaço de quarenta e seis anos), depois de tantas derrotas, terras arruinadas e tantos estragos recebidos em seu país, ainda mais que agora se vê aquele país onde havia tantas cidades e tantos homens estar quase desabitado e então havia tanta ordem e tanta força que seria insuperável se não tivesse sido assaltado pela virtude romana. E é fácil considerar de onde vinha aquela ordem e de onde procede esta desordem, porque tudo resultava da liberdade de então e a desordem de agora, da servidão.

Pois todas as terras e províncias que vivem em liberdade em toda parte, como já disse antes, fazem progressos grandíssimos. Porque onde se vê maiores populações, por serem os cônjuges livres, elas são mais desejáveis para os homens, porque todos procriam voluntariamente aqueles filhos que acreditam poder nutrir, não temendo que seu patrimônio lhes seja tirado e sabendo que eles nascerão livres e não escravos mas podendo, através da virtude deles, tornarem-se príncipes [\[108\]](#). Veem-se as riquezas multiplicarem-se em maior número, tanto aquelas oriundas do cultivo quanto as provenientes das artes, pois todos, voluntariamente, multiplicam e buscam adquirir os bens que acreditam poder usufruir, de onde resulta que os homens livres pensem nos interesses públicos e privados e tanto uns quanto outros crescem maravilhosamente.

O contrário de tudo isso ocorre nos países que vivem em servidão e tanto mais descuidam do bem comum quanto mais dura é a servidão.

E, de todas as servidões que existem, a mais dura é a servidão a uma república. Primeiro porque as repúblicas são duráveis e não se pode esperar uma saída; segundo porque o objetivo da república é enervar e enfraquecer todos os outros corpos para aumentar o seu. O que não faz um príncipe que te submeta, desde que ele não seja algum príncipe bárbaro, destruidor de países e dissipador do civismo dos homens, como o são os príncipes orientais. Mas, se ele traz em si princípios humanos e ordeiros, a mais das vezes ama as cidades submetidas tanto quanto a sua, de modo que, se elas não podem crescer livres, não são arruinadas como escravas, entendendo-se

por servidão o servir uma cidade a um forasteiro, porque a respeito da servidão a um cidadão já falei a respeito.

Quem considerar, portanto, tudo aquilo que foi dito, não se maravilhará com a potência que os sanitas tinham quando livres e com a fraqueza deles sendo servos, da qual Tito Lívio dá fé em vários pontos, principalmente na guerra de Aníbal, onde conta que, sendo os sanitas oprimidos por uma legião romana que estava em Nola, enviaram oradores a Aníbal para pedir que lhes socorresse, os quais disseram-lhes que haviam, por cem anos, combatido os romanos com seus próprios soldados e capitães e muitas vezes tinham enfrentado dois exércitos consulares e dois cônsules e que, então, a tanta baixeza tinham sido reduzidos que não podiam nem ao menos se defenderem de uma pequena legião romana que estava em Nola.

III

Roma tornou-se uma grande cidade arruinando as cidades circunvizinhas e concedendo facilmente honrarias aos forasteiros.

“**C**rescit interea Roma Albae ruinis [109]”. Aqueles que desejam que uma cidade conquiste um grande império devem, com muita indústria, fazê-la encher-se de habitantes porque, sem esta abundância de homens não conseguirão fazer grande uma cidade. Isto se faz de duas maneiras: por amor e por força. Por amor, mantendo as vias abertas e seguras para os forasteiros que desejem vir a habitá-la, de modo que todos a habitem voluntariamente; por força, destruindo as cidades vizinhas e mandando que os habitantes delas habitem tua cidade. Isto foi tão observado em Roma que, no tempo do sexto rei, habitavam em Roma oitenta mil homens que portavam armas, pois os romanos quiseram fazer como o bom agricultor que, para que uma planta engrosse e possa produzir e maturar os seus frutos, corta-lhes os primeiros ramos que ela põe, de modo que, permanecendo aquela força no pé da planta, com o tempo possam nascer-lhe mais verdes e mais frutíferos.

E que este método usado para ampliar e conquistar um império fosse necessário e útil demonstra-o o exemplo de Esparta e de Atenas que, sendo duas repúblicas armadíssimas e ordenadas por leis ótimas, mesmo assim não foram conduzidas à grandeza do Império Romano e Roma parecia mais tumultuária e não tão bem organizada quanto aquelas. A isto não se pode atribuir outra razão além da pré-alegada: porque Roma, por ter engrossado por estas duas maneiras o corpo da cidade, pôde logo armar duzentos e oitenta mil homens, e Esparta e Atenas não passaram nunca de vinte mil

cada uma. Isto resultou não de ser a localização de Roma mais benigna que a daquelas, mas somente do diverso modo de proceder, pois Licurgo, fundador da república espartana, por achar que nada poderia mais facilmente auxiliar as suas leis que a rejeição de novos habitantes, fez de tudo para que os forasteiros não mantivessem relações com a cidade, além de não serem recebidos em matrimônio nem terem direitos civis e outras formalidades que fazem com que os homens se integrem e ordenou que, naquela república, se usassem moedas de cobre para desestimular em todos o desejo de lá ir levando mercadorias ou alguma arte, de modo que aquela cidade não pôde jamais engrossar em habitantes.

E, porque todas as nossas ações imitam a natureza, não é possível nem natural que um arrimo fino sustenha um ramo grosso. Por isso, uma república pequena não pode ocupar cidade ou reino que sejam mais fortes nem mais numerosos que ela e se, ainda assim, o ocupa, acontece a ela como àquela árvore que tiver mais grossa a frente que a base, de modo que, sustentando-a faticosamente, qualquer brisa a derruba, como se vê que aconteceu a Esparta que, tendo ocupado toda a Grécia, tão logo Tebas rebelou-se contra ela, todas as outras cidades se rebelaram e ficou o tronco só e sem os ramos. Isto não podia acontecer a Roma, tendo ela a base tão grossa que podia facilmente sustentar qualquer ramo. Portanto, este modo de proceder, juntamente com outros sobre os quais se falará, fez Roma grande e potentíssima, o que Tito Lívio demonstra em duas palavras quando diz: “*Crescit interea Roma Albae ruinis*”.

IV

As repúblicas ampliaram-se de três maneiras.

Quem observou as histórias antigas sabe que as repúblicas procederam de três maneiras para ampliarem-se. Um foi aquele observado pelos antigos toscanos: formar uma liga com a união de várias repúblicas, onde não haja nenhuma que supere a outra nem em autoridade nem em posição e, ao conquistarem, fazerem das outras cidades companheiras, de modo semelhante ao que fazem, neste tempo, os suíços e como, nos tempos antigos, fizeram na Grécia os aqueus e os etólios. E, porque os romanos fizeram várias guerras contra os toscanos, para melhor mostrar as qualidades deste primeiro método, estender-me-ei dando notícias deles particularmente.

Na Itália, antes do Império Romano, foram os toscanos, por mar e por terra, potentíssimos e, se bem que dos seus assuntos não haja uma história em

particular, há, porém, algum resquício de memória e alguns sinais de grandeza deles e se sabe de como eles comandaram uma colônia em meio ao mar a qual chamaram Ádria, que foi tão nobre que deu nome aquele mar que os latinos ainda chamam Adriático. Entende-se, ainda, que as suas armas foram obedecidas desde o Tevere até a base dos Alpes que ora cingem o grosso da Itália, porém duzentos anos antes de os romanos aumentarem em muito as suas forças, os toscanos perderam o império daquele país que hoje se chama Lombardia, província esta que foi ocupada pelos francos [110] que, movidos ou pela necessidade ou pela doçura dos frutos e, principalmente, do vinho, chegaram à Itália sob o seu líder Belloveso e, vencidos e eliminados os nativos, assentaram-se naquele lugar onde edificaram muitas cidades e aquela província que chamaram Gália, devido ao nome que eles usavam então, a qual mantiveram até que pelos romanos fossem dominados.

Viviam, portanto, os toscanos naquela igualdade e procediam, quanto à sua ampliação, conforme o primeiro modo já referido e tinham doze cidades, entre as quais Chiusi, Veio, Arezzo, Fiesole, Volterra e outras que, por meio de uma liga, governavam o seu império. Não puderam eles deixar a Itália com as suas aquisições e daquelas cidades resta, ainda, grande parte intacta pelos motivos sobre os quais se falará.

O segundo modo é tornarem-se aliados mas não a tal ponto que não retenhas o posto de comando, a sede do império e a iniciativa das operações, como fizeram os espartanos e os atenienses. De todos os três modos este é o mais inútil, como se vê que o foi nas sobresscritas duas repúblicas, as quais não arruinaram-se por outro motivo senão por terem conquistado um domínio que elas não podiam manter. Porque tomar para si a tarefa de governar, através da violência, cidades, especialmente aquelas que estavam acostumadas a viver livres, é algo difícil e cansativo. E se não estás muito bem armado não as podes comandar nem reger. E, querendo que assim seja feito, é necessário fazer aliados que te ajudem e engrossar a população de tua cidade. E porque Roma, que serve de exemplo do segundo método, fez uma coisa e outra, por isso alcançou tão excelso poder. E porque só ela viveu assim, só ela, até hoje, conquistou tanto poder pois, tendo ela feito vários aliados por toda a Itália, os quais, em muitas coisas, com leis iguais viviam entre si e, por outro lado, como acima foi dito, reservando sempre para si a sede do Império e o privilégio de comandar, estes seus aliados acabavam, embora não o percebessem, por subjugar a si

mesmos com seu sangue e suas fadigas. Porque, como eles começavam a sair com os exércitos da Itália e reduzir os reinos a províncias e a sujeitar aqueles que, por serem constrangidos a viver sob um rei, não se importavam de serem sujeitados e, tendo governadores romanos e tendo sido vencidos por exércitos intitulados romanos, não reconheciam nenhum superior além de Roma. De modo que aqueles aliados de Roma que havia na Itália encontraram-se, de repente, cercados por súditos de Roma e oprimidos por uma fortíssima cidade como era Roma e, quando se deram conta do engano sob o qual tinham vivido, não tiveram tempo para remediá-lo, tanta autoridade tinha Roma obtido com as províncias externas e tanta força tinha em seu seio, sendo a sua cidade grandíssima e armadíssima. E, se bem que aqueles seus aliados, para vingarem-se das injúrias, conjurassem contra ela, em pouco tempo perderam a guerra, piorando suas condições pois, de aliados que eram, ainda tornaram-se súditos. Este modo de proceder, como foi dito, foi observado somente pelos romanos, nem poderia proceder de outro modo uma república que queira ampliar-se, pois a experiência ainda não mostrou nenhum mais certo ou mais confiável.

O modo já discutido das ligas, como viveram os toscanos, os aqueus e os etólios e como, hoje, vivem os suíços, é, depois daquele dos romanos, o melhor, pois, não sendo possível, com ele, ampliar-se demais, seguem-se dois benefícios: um é que facilmente não haja guerra contra ti; o outro é que o tanto que pilhares o manterás facilmente. A razão do não poder ampliar-se é ser uma república fracionada e feita em várias sedes, o que faz com que, dificilmente, estas possam consultar-se e deliberarem. Faz ainda com que não tenham desejos de dominar, porque, havendo muitas comunidades para compartilharem o domínio, não estimam tanto tal conquista quanto o faz uma república só que espera usufruí-la totalmente. Governando-se, além disto, por concílio, acontece de tardarem mais em suas deliberações que aqueles que habitam em um mesmo círculo. Vê-se, ainda, por experiência, que um semelhante modo de proceder tem um termo fixo, do qual não há exemplo que mostre que tenha sido ultrapassado e este compreende doze ou quatorze comunidades. Depois, não tentes ir avante, pois, unindo-se a tal ponto de parecer-lhes que podem defender-se de qualquer um, não buscam um domínio maior, seja porque a necessidade não os incita a terem maior poder, seja por não ver nas conquistas benefícios, pelas razões ditas anteriormente. Porque teriam de fazer uma das duas coisas: ou seguir fazendo aliados e o grande número deles traria confusão, ou teria de fazê-

los súditos e, por verem nisto uma dificuldade e não muito benefício o mantê-los, não estimam fazê-lo. Por isso, quando eles chegam a um tal número que lhes parece estarem seguros, voltam-se para duas coisas: uma é o receber recomendados e protegê-los e, por estes meios, obter dinheiro de toda parte, o qual, facilmente, pode ser distribuído entre eles: a outra é combater por outros e tomar dinheiro deste e daquele príncipe que os contrata para suas empresas, como se vê fazerem hoje os suíços e como se lê que faziam os já mencionados. Disto nos dá testemunho Tito Lívio, onde diz que, indo Filipe da Macedônia parlamentar com Tito Quíncio Flamínio e, estando de acordo com a presença de um pretor dos etólios e atendendo o dito pretor às palavras de Filipe, foi por aquele repreendido por sua avareza e infidelidade, dizendo que os etólios não se envergonhavam de lutar ao lado de alguém e, depois, enviar seus homens para servir ao inimigo; de modo que, muitas vezes, em dois exércitos opostos se viam as insígnias da Etólia.

Conhece-se, portanto, como este modo de proceder das ligas foi sempre igual e resultou em efeito semelhantes. Vê-se, ainda, que aquele método de fazer súditos foi sempre frágil e trouxe poucos proveitos e, todavia, quando eles o deixaram, arruinaram-se. E, se este método de fazer súditos é inútil nas repúblicas armadas, naquelas que estão desarmadas é inutilíssimo, como estiveram, nos nossos tempos, as repúblicas da Itália. Conhece-se, portanto, ser verdadeiro o método usado pelos romanos, o qual é tão mais admirável quanto dele não havia exemplo antes de Roma e, depois de Roma, não houve Estado algum que o tenha imitado. E, quanto ao método das ligas, encontram-se apenas os suíços e a liga da Suécia que o imitam. E, como no fim desta matéria se dirá, tantos procedimentos observados por Roma, tão pertinentes aos assuntos internos quanto aos externos, na nossa presente época, não só deixam de ser imitados, mas nem sequer são levados em conta, julgando-os alguns inverídicos, alguns impossíveis, alguns fora de propósito e inúteis, de modo que, por estarmos nesta ignorância, somos presa de qualquer um que tenha querido percorrer esta província. E, quando a imitação dos romanos parecesse difícil, não o deveria parecer assim a os antigos toscanos, especialmente aos presentes toscanos. Porque, se aqueles não puderam, pelas razões ditas, fazer um Império igual ao de Roma, puderam conquistar na Itália aquele poder que aquele modo de proceder lhes concedeu e que esteve, por um grande tempo, seguro, com suma glória do império e das armas e, principalmente, louvores para os costumes e a

religião. Tal potência e glória foi, primeiro, reduzida pelos gauleses e, depois, extinta pelos romanos: e foi de tal modo extinta que, embora o poder dos toscanos fosse grande há dois mil anos, no presente quase não há memória disso. Isto me fez pensar de onde nasça tal esquecimento dos fatos, como no capítulo seguinte discutir-se-á.

V

De como a variação das seitas e das línguas, juntamente com o sucesso dos dilúvios ou da peste, extingue a memória das coisas.

Aqueles filósofos que pretenderam que o mundo fosse eterno, creio que poder-se-ia replicar que, se tanta antiguidade fosse vera, seria razoável que houvesse memória de mais do que cinquenta mil anos; quando tal não se vê, as memórias de tais tempos por diversas razões se apagam, das quais uma parte cabe aos homens; outra parte, ao Céu.

As que procedem dos homens são a variação das seitas e das línguas. Porque, quando surge uma seita nova, o seu primeiro intuito é, para conquistar reputação, extinguir a anterior e, quando acontece de os ordenadores de uma nova seita falarem uma língua diversa, a extinguem facilmente. Isto compreendemos considerando os procedimentos da seita cristã contra a dos gentios, a qual cancelou todas as instituições, todas as cerimônias daquela e extinguiu toda memória da antiga teologia. É verdade que não conseguiu apagar totalmente a memória das coisas feitas pelos homens excelentes daquela outra, o que se deu por ter ela mantido a língua latina, o que fizeram forçadamente, tendo de escrever esta nova lei na antiga língua. Pois, se tivessem podido escrevê-la em uma nova língua, consideradas as outras perseguições que lhes moveram, não haveria recordação alguma das coisas passadas. E quem ler sobre os procedimentos de São Gregório Magno [111] e dos outros líderes da religião cristã verá com quanta obstinação eles perseguiram as antigas cerimônias, queimando as obras dos poetas e dos historiadores, destruindo as imagens e arruinando tudo o mais que representasse alguma lembrança da antiguidade [112]. De modo que, se a esta perseguição, eles tivessem acrescentado uma nova língua, ter-se-ia visto, em brevíssimo tempo, tudo cair no esquecimento. É passível de crença que, o que a seita cristã quis fazer contra a seita gentia, a gentia tenha feito contra a que a antecedeu. E, porque estas seitas, em cinco ou seis mil anos, variam duas ou três vezes, se perde a memória das coisas feitas antes daquele tempo e se, todavia, resta algum sinal, é considerado como algo fabuloso e não lhe dão fé [113], como acontece com a história

de Deodoro Sículo que, embora dê conta de quarenta ou cinquenta mil anos, mesmo assim é considerado, como eu creio que o seja, coisa mendaz.

Quanto às causas que provêm do Céu, são aquelas que extinguem a humana geração e a reduzem a poucos habitantes de parte do mundo. E isto se dá ou por peste ou por fome ou por uma inundação de água e a mais importante é esta última, seja por ser universal, seja porque os que se salvam sejam todos homens montanheses e rudes, os quais, não tendo notícia de qualquer antiguidade, não podem deixá-la aos pósteros. E, se entre eles se salva algum que delas tenha notícia, para manter reputação e nome, a esconde e perverte a seu modo, de maneira que só resta dela aos sucessores o que ele quis narrar e nada mais. E que estas inundações, peste e fome ocorram, não creio que haja dúvidas, seja porque delas estão cheias todas as histórias, seja porque se vê este efeito do esquecimento das coisas, seja porque parece razoável que elas existam: porque a natureza, como nos corpos simples, quando se lhes acrescentou muita matéria supérflua, move-se por si mesma muitas vezes e faz uma purgação da qual resulta a saúde do corpo, assim acontece neste corpo misto da humana geração, que, quando todas as províncias estão repletas de habitantes, de modo que não podem viver neles nem podem ir para outro lugar por estarem todos ocupados e repletos, e quando a astúcia e a malignidade chega até onde não deve chegar, convém necessariamente que o mundo se purgue através de uma das três maneiras: de modo que os homens, sendo abatidos e tornando-se poucos, vivam mais comodamente e tornem-se melhores.

A Toscana, como já foi dito, já foi poderosa, plena de religião e de virtude, tinha os seus costumes e a sua língua pátria, tendo sido tudo extinto pelo poder romano. De modo que, como foi dito, dela só resta a memória do nome.

VI

Como os romanos procediam quanto ao guerrear.

Tendo tratado de como os romanos procediam por sua ampliação, discorreremos agora sobre como eles procediam ao fazer a guerra e em todas as suas ações se verá com quanta prudência eles se desviaram da maneira universal dos outros povos para tornar mais fácil para eles o caminho da suprema grandeza.

A intenção de quem faz a guerra por opção ou mesmo por ambição é conquistar e manter o conquistado e proceder de modo que ela o enriqueça e não empobreça seu país e sua pátria. É necessário, portanto, no conquistar

e no manter, pensar de maneira não dispendiosa: antes, fazer tudo com benefício para o seu povo. A quem quisesse fazer todas estas coisas, convém adotar o estilo e o proceder romano, o qual foi, em matéria de guerras, como dizem os franceses, curtos e grossos; pois, saindo em campanha com grandes exércitos, todas as guerras que tiveram com os latinos, sanitas e toscanos foram resolvidas em brevíssimo tempo. E, se notarmos todas as que fizeram do princípio de Roma até o assédio de Veios, veremos que todas foram resolvidas umas em seis, outras em dez, outras em vinte dias. Porque o uso deles era este: tão logo declarada a guerra, saíam com seus exércitos ao encontro do inimigo e, rapidamente, faziam o combate. Vencido este, os inimigos, para que não perdessem o seu território, iam às negociações e os romanos lhes confiscavam as terras, que eram convertidas em propriedades privadas ou entregues a uma colônia que, localizada nas suas fronteiras, tornava-se guarda dos limites romanos, beneficiando os colonos que possuíam aqueles campos e beneficiando o povo de Roma que, sem despesa, mantinha aquela sentinela. [114] Nem podia este procedimento ser mais seguro, ou mais forte ou mais útil, pois, enquanto os inimigos não saíssem em batalha, aquela sentinela bastava; quando eles saíam em grande número para oprimir aquela colônia, também os romanos saíam em grande número em batalha contra eles e, feito e vencido o combate, impondo-lhes mais graves condições, voltavam para casa. Assim, iam conquistando, gradualmente, reputação sobre eles e, talvez, entre si mesmos. E esta tática foi mantida até que mudaram o modo de proceder nas guerras, o que se deu depois do assédio aos veientes onde, para que pudessem fazer a guerra longamente, ordenaram que se pagasse aos soldados aos quais, antes, por não ser necessário, uma vez que as guerras eram breves, não pagavam [115]. E, embora os romanos dessem o soldo e, graças a ele, fosse possível fazer guerras mais longas e, para fazê-las mais distantes, a necessidade os mantivesse mais tempo nos acampamentos, mesmo assim não mudaram nunca a ordem primitiva de findá-las rapidamente, conforme o local e o tempo, nem mudaram nunca quanto estabelecer as colônias. Porque a primeira ordem eles mantiveram, sobre fazer as guerras brevemente; além desse seu costume natural, havia a ambição dos cônsules, os quais, tendo um mandato de um ano e, deste ano, seis meses passavam nos acampamentos, queriam terminar a guerra para triunfar. Estabelecendo as colônias, disso resultava-lhes grande benefício e comodidade. Mudaram bastante quanto aos despojos, não sendo tão liberais

quanto tinham sido antes, fosse porque eles não lhes pareciam tão necessários, uma vez que os soldados tinham o estipêndio, fosse porque, sendo os despojos maiores, desejavam abastecerem-se com eles, de modo que o público não fosse obrigado a fazer os empreendimentos onerando a cidade, procedimento este que, em pouco tempo, fez o seu erário riquíssimo. Portanto, estes procedimentos a respeito da distribuição dos despojos e o estabelecimento de colônias fizeram com que as guerras enriquecessem Roma, enquanto empobreciam outros príncipes e repúblicas não sábios. E a coisa chegou a um termo em que um cônsul não parecia ter triunfado se não trazia, com o seu triunfo, bastante ouro e prata e toda sorte de despojos ao erário. Assim, os romanos, com os procedimentos acima mencionados e com o acabar rapidamente as guerras, sendo valentes quando demoravam-se a esgotar os inimigos com ruínas e correrias e com acordos vantajosos para si mesmos, tornaram-se sempre mais ricos e poderosos.

VII

De quanta terra os romanos davam por colono.

Creio que seja difícil precisar ao certo quanta terra os romanos distribuía por colono, pois creio que dessem mais ou menos conforme os lugares onde estabeleciam as colônias. Supõe-se que, de toda forma e em todos os lugares, a distribuição fosse parca: primeiro para que pudessem mandar mais homens, sendo eles responsáveis pela guarda daquela cidade; depois porque, vivendo eles parcamente em casa, não seria razoável que quisessem que os seus homens se dispersassem muito lá fora. E Tito Lívio narra como, tomada Veios, eles estabeleceram uma colônia e concederam a cada um três jeiras e sete onças de terra que, nas nossas medidas, correspondem a dois acres, pois, além do que já foi dito, eles julgavam que não tanto a terra mas o benefício cultivado bastasse. É necessário apenas que toda a colônia tenha campinas públicas onde todos pastoreiem suas reses e selvas onde buscar lenha que se queimará, sem os quais não pode uma colônia ordenar-se.

VIII

A razão pela qual os povos partem dos seus lugares de nascença e inundam o país alheio.

Depois de ter considerado acima o modo de proceder observado pelos romanos na guerra e como os toscanos foram assaltados pelos

gauleses, não me parece fora de propósito discorrer sobre como são duas as origens das guerras.

Uma é a ambição dos príncipes ou das repúblicas que buscam propagar o seu império, como foram as guerras feitas por Alexandre Magno e aquelas feitas pelos romanos e as que as potências fazem uma com a outra. Tais guerras são danosas mas não eliminam totalmente os habitantes de uma província, pois basta ao vencedor tão-só a obediência dos povos e, na maioria das vezes, os deixa viver com as próprias leis e sempre com as próprias casas e nas suas propriedades.

A outra espécie de guerra se dá quando um povo inteiro, com todas as suas famílias, abandona um lugar, necessitado ou por causa da fome ou da guerra, e vai em busca de uma nova sede e de uma nova província, não para comandá-la, como aqueles acima mencionados, mas para possuírem-na em particular, e expulsar ou massacrar os antigos habitantes dela. Esta guerra é cruelíssima e atemorizantíssima. E sobre esta guerra pondera Salústio no final do livro *A Guerra Iugurtina*, quando conta que, vencido Iugurta, soube-se o motivo dos gauleses virem à Itália, onde ele diz que o povo romano, como todos os outros povos, combateu somente por quem devesse comandar, mas que eles combateram sempre pela salvação de cada um. Porque, a um príncipe ou a uma república que assalta uma província, basta eliminar apenas aqueles que comandam mas, a estas populações, convém eliminar todos, porque querem viver do que os outros viviam.

Os romanos tiveram três dessas guerras violentíssimas. A primeira foi aquela na qual Roma foi vencida e ocupada por aqueles gauleses que haviam roubado, como acima se disse, a Lombardia dos toscanos e dela fizeram sua capital, da qual Tito Lívio alega duas razões: a primeira, como acima se disse, foi terem sido seduzidos pela doçura das frutas e do vinho da Itália, como não havia na Gália; a segunda foi que, tendo a população do reino gaulês se multiplicado tanto que os homens não podiam mais nutrir-se lá, julgaram os príncipes daqueles lugares ser necessário que uma parte deles fosse em busca de terras novas e, tomada tal decisão, elegeram para capitães daqueles que partiam Beloveso e Sicoveso, dois reis gauleses, dos quais Beloveso veio para a Itália e Sicoveso seguiu para a Espanha. Da passagem do tal Beloveso resultou a ocupação da Lombardia e, por conseguinte, a primeira guerra que os gauleses fizeram contra Roma. Depois desta, houve aquela que eles fizeram depois da primeira guerra cartaginense, quando, entre Piombino e Pisa, massacraram mais de

duzentos mil gauleses. A terceira foi quando os teutônios e os cimbrios vieram à Itália, os quais, tendo vencido muitos exércitos romanos, foram vencidos por Mário [116] . Venceram, portanto, os romanos estas três guerras perigosíssimas. E não era possível vencê-las com menos virtude pois, como se viu depois, quando a virtude romana ausentou-se e as suas armas perderam o seu antigo valor, aquele império foi destruído por povos afins, a saber, os godos, os vândalos e similares, que ocuparam todo o Império Ocidental.

Saem tais povos dos seus países, como acima se disse, expulsos pela necessidade nascida da fome ou da guerra e da opressão que têm lugar nos seus próprios países, de modo que são constrangidos a buscar novas terras. Sendo eles numerosos, entram, então, violentamente, nos países alheios, massacram os habitantes, apropriam-se dos seus bens, estabelecem um novo reino e mudam o nome da província, como fez Moisés e como fizeram aqueles povos que ocuparam o Império Romano. Pois estes nomes novos que há na Itália e nas outras províncias não resultam de outra coisa senão de terem sido assim nomeadas pelos novos ocupantes, como a Lombardia, que se chamava Gália Cisalpina; a França se chamava Gália Transalpina e, agora é chamada França porque francos se chamavam aqueles povos que a ocuparam; a Saxônia se chamava Ilíria; a Hungria, Panônia; a Inglaterra, Britânia e muitas outras províncias que mudaram de nome, as quais seria tedioso listar. Moisés também chamou Judeia aquela parte de Palestina ocupada por ele.

E, como eu disse acima que, várias vezes, tais povos são expulsos da própria sede por uma guerra, devido à qual são obrigados a buscar novas terras, quero mencionar o exemplo dos mauritanos, povos que, antigamente, habitavam a Palestina, os quais, sentindo a aproximação dos povos hebreus e julgando não poderem resistir-lhes, acharam que era melhor salvarem-se a si mesmos e deixar o próprio país ao invés de, querendo mantê-lo, perderem-se a si mesmos e, levando as suas famílias, chegaram à África, onde estabeleceram sua sede, expulsando os habitantes que em tais lugares encontraram. E Procópio, que narra a guerra que Belisário fez contra os vândalos que ocupavam a África, diz ter lido cartas escritas em certas colônias, nos lugares que os mauritanos habitavam, que diziam: “*Nos Maurisii, qui fugimus a facie Iesu latronis filu Navae* [117] ”, onde aparece a razão da partida deles da Palestina.

São, portanto, estes povos, formidabilíssimos, uma vez expulsos por uma necessidade última e, se não se deparam com bons exércitos, nunca serão detidos. Mas, quando aqueles que são forçados a abandonar a sua pátria não são muitos, não são tão perigosos como aqueles dos quais já falamos, pois não podem usar tanta violência, mas convém-lhes ocupar, com cautela, algum sítio e ocupá-lo estabelecendo relações de amizade e confederações, como se vê que fizeram Enéas, Dido [\[118\]](#), os marselhenses e outros, todos eles por consentimento dos vizinhos, junto dos quais puderam estabelecer-se.

Saem os povos numerosos, e quase todos saíram, dos países celtas, lugares frios e pobres onde, por haver mais homens do que os países podem nutrir, são forçados a sair, havendo muitos fatores que os expulsem e nenhum que os retenha. E, se de quinhentos anos para cá, não aconteceu que alguns desses povos tenham inundado algum país, isso se deu por muitas razões. A primeira foi a grande evacuação que aquela região fez quando do declínio do Império, quando de lá saíram mais de trinta povos. A segunda é que a Magna e a Hungria, por onde ainda saíam alguns destes povos, agora tiveram seus territórios beneficiados, de modo que não precisam mais viver agitados, de modo que não precisam emigrar logo. Por outra parte, sendo os seus homens belicosíssimos, são como um bastião que contém os celtas que com eles fazem fronteira e não presumem poderem vencê-los ou ultrapassá-los. E várias vezes ocorrem migrações grandíssimas dos tártaros que, depois, são detidas pelos hungros e poloneses e estes muitas vezes gabam-se que, se não fossem as suas armas, a Itália e a Igreja teriam, várias vezes, sentido o peso dos exércitos tártaros. E espero que isto baste aos referidos povos.

IX

Que razões comumente fazem nascer as guerras entre os poderosos.

A razão que provocou a guerra entre os romanos e os sanitas que, por muito tempo, foram aliados, foi uma causa que, comumente, nasce entre todos os principados poderosos. Tal razão surge casualmente ou é provocada por aquele que deseja mover a guerra. A que surgiu entre os romanos e os sanitas foi ao acaso, pois a intenção dos sanitas não era, movendo guerra aos sidicinos e, depois, aos campânios, movê-la aos romanos. Mas, sendo os campânios oprimidos, e recorrendo a Roma contra o desejo dos romanos e dos sanitas, foram aqueles forçados, dando-se os campânios com os romanos, a defendê-los como um dever seu, assumindo

aquela guerra, não lhes parecendo poder evitá-la honrosamente. Porque aos romanos parecia bem razoável não poderem defender os campânios como aliados contra os seus aliados sanitas, mas também lhes parecia vergonhoso não defendê-los como súditos ou mesmo protegidos, julgando, caso não se dispusessem a tal defesa, fechar o caminho para todos aqueles que desejassem colocar-se sob sua proteção. Pois, tendo Roma por objetivo o império e a glória e não a passividade, não podia recusar tal empresa.

Esta mesma razão deu início à guerra contra os cartagineses, por terem os romanos tomado para si a defesa dos messineses na Sicília, a qual se deu também por acaso. Mas não foi por acaso que, depois, começou a segunda guerra entre eles, pois Aníbal, capitão cartaginês, atacou os saguntinos, aliados de Roma na Espanha, não para ofendê-los, mas para mover as armas romanas e ter oportunidade de combatê-las e passar à Itália.

Este modo de provocar novas guerras foi sempre utilizado entre os poderosos que têm, para com a sua palavra e a de outro, algum respeito. Porque, se eu quero fazer guerra a um príncipe, e entre nós há certos acordos firmados e respeitados por um grande tempo, com outra justificativa e com outra atitude, assaltarei um aliado seu e não ele próprio, sabendo muito bem que, atacando o aliado ou ele se ressentirá, e eu terei conseguido o meu intento de lhe fazer guerra ou, não se ressentindo, ficará patente a sua fraqueza ou a sua infidelidade, não defendendo um protegido seu. E uma e outra dessas duas coisas prejudicam a sua reputação e tornam mais fáceis os meus desígnios.

Deve-se notar, portanto, pela determinação dos campânios quanto ao mover guerra, quanto acima foi dito e de quantos remédios haja em uma cidade que não possa defender-se de qualquer forma de quem a assalta, o melhor é entregar-se incondicionalmente àquele que tu desejas que te defenda, como fizeram os capuanos com os romanos e os florentinos com o rei Roberto, de Nápoles [\[119\]](#) , que, não querendo defendê-los como amigos, os defendeu depois como súditos contra as forças de Castruccio de Lucca [\[120\]](#) , que os oprimia.

X

O dinheiro não é o nervo da guerra, conforme o senso comum.

Porque qualquer um pode começar uma guerra às suas expensas mas não terminá-la, deve um príncipe, antes de tomar uma decisão, avaliar as suas forças e governar-se de acordo com elas. Mas deve usar de muita prudência para que não se engane quanto a elas, e enganar-se-

á todas as vezes que avaliá-las pelo dinheiro, ou pelo lugar ou pela benevolência dos homens, esquecendo-se, por outro lado, as próprias armas. Porque as coisas mencionadas aumentam bastante as tuas forças, mas não tas dão e, por si mesmas, nada valem e não trazem vantagem alguma se não tens exércitos fiéis, pois a riqueza não te bastará sem elas, não te ajudará a segurança do país e a palavra dos homens não dura, pois eles não poderão ser-te fiéis se não puderes tu defendê-los. Todo monte, todo lago, todo lugar inacessível se torna planície quando te faltam fortes defensores. Também o dinheiro não só não te defende, mas faz com que te predem mais depressa. Nem pode ser mais falso o senso comum que diz que o dinheiro é o nervo da guerra.

Tal máxima foi dita por Quinto Cúrcio na guerra entre Antípatro da Macedônia e o rei de Esparta, onde narra que, por falta de dinheiro, o rei de Esparta precisou engalfinhar-se e foi derrotado, sendo que, se ele tivesse adiado a refrega por poucos dias, teria chegado à Grécia a notícia da morte de Alexandre e ele sairia vencedor sem combater mas, faltando-lhe o dinheiro e temendo que o seu exército o abandonasse por falta dele, foi obrigado a tentar a sorte no combate, de modo que Quinto Cúrcio, por esta razão, afirma que o dinheiro é o nervo da guerra.

Tal sentença é repetida todos os dias e seguida por príncipes não tão prudentes quanto bastaria pois, fundamentados nela, pensam que, para vencerem, basta-lhes terem muitos tesouros e não pensam que, se o tesouro bastasse para a vitória, Dario teria vencido Alexandre, os gregos teriam vencido os romanos e, na nossa época, o duque Carlos teria vencido os suíços e, poucos dias atrás, o papa [\[121\]](#) e os florentinos unidos não teriam tido dificuldade em vencer Francesco Maria, sobrinho do papa Júlio II [\[122\]](#), na guerra de Urbino. Mas todos os acima citados foram vencidos por aqueles que consideram os bons soldados e não o dinheiro o nervo da guerra.

Entre outras coisas que Cresos, rei dos lídios, mostrou ao ateniense Sólon estava um tesouro incalculável e, perguntando-lhe o que achava de seu poderio, respondeu-lhe Sólon que aquilo não o fazia mais poderoso, pois a guerra se fazia com o ferro e não com o ouro, e que poderia vir alguém que tivesse mais ferro que ele e roubá-lo.

Além disso, quando, depois da morte de Alexandre Magno, uma multidão de gauleses passou pela Grécia e, depois, pela Ásia, e, enviando os gauleses oradores ao rei da Macedônia para tratar de certo acordo, aquele

rei, para mostrar-lhes o seu poder e desanimá-los, mostrou-lhes quanto ouro e prata tinha; daí, os gauleses, que já consideravam firmada a paz, romperam-na, tanto foi o desejo neles criado de tirar-lhe aquele ouro e, assim, foi aquele rei espoliado devido àquilo que ele tinha acumulado para defender-se.

Os venezianos, poucos anos atrás [123], tendo ainda o seu erário cheio de um grande tesouro, perderam todo o seu Estado, sem poderem ser defendidos por ele.

Digo, portanto, que não é o ouro, como grita o senso comum, o nervo da guerra, mas os bons soldados, porque o ouro não basta para encontrar bons soldados, mas os bons soldados são mais que suficientes para encontrar o ouro [124]. Aos romanos, se eles tivessem querido fazer a guerra mais com o ouro que com o ferro, não teria bastado todo o tesouro do mundo, considerando-se as grandes empresas que fizeram e as dificuldades que elas lhes trouxeram. Mas, fazendo as suas guerras com o ferro, não padeceram nunca a falta de ouro, porque os que os temiam lhes entregavam ouro até nos acampamentos. E, se aquele rei espartano, por carestia de dinheiro, teve de tentar a sorte do combate, aconteceu a ele o que, por causa do dinheiro, muitas vezes aconteceu por outras razões, pois se tem visto que, faltando a um exército os víveres e, tendo eles de optar entre morrer de fome ou combater, escolhe-se o partido de combater sempre, por ser mais honroso e por poder a sorte, de alguma forma, te favorecer. Também aconteceu muitas vezes que, vendo um capitão vir socorro para o exército inimigo, lhe convém enfrentá-lo e tentar a sorte do combate ou, esperando reforço, combater de todo modo com mil desvantagens. Também se viu (como aconteceu a Asdrúbal quando, em Marca, foi assaltado por Cláudio Nero, juntamente com outro cônsul) um capitão, precisando fugir ou combater, eleger sempre o combate, parecendo-lhe, com esta decisão, ainda que duvidosíssima, poder vencer e, com aquela outra, perder de todas as formas.

Há, portanto, muitas necessidades que fazem com que um capitão, contra a sua vontade, decida por combater, entre as quais, algumas vezes, pode estar a falta de dinheiro; nem por isso se deve julgar ser o dinheiro o nervo da guerra, mais do que as outras coisas que induzem os homens a uma necessidade similar. Não é, portanto, replicando novamente, o ouro o nervo da guerra, mas os bons soldados. O dinheiro é muito necessário em segundo lugar, mas é uma necessidade que os bons soldados por si mesmos

vencem, pois é impossível que aos bons soldados falte dinheiro, pois os bons soldados por si encontram o dinheiro.

Muitas histórias de muitos lugares mostram ser verdade o que dizemos, não obstante Péricles aconselhasse os atenienses a fazerem guerra contra todo o Peloponeso para mostrar que eles podiam vencer a guerra com a indústria e com a força do dinheiro. E, se bem que, em tal guerra, os atenienses prosperassem algumas vezes, por último a perderam e valeram mais a sabedoria e os bons soldados de Esparta que a indústria e o dinheiro de Atenas. Mas o testemunho de Tito Lívio comprova esta tese mais que qualquer outro quando, discorrendo se Alexandre Magno tivesse vindo à Itália, se ele teria vencido os romanos, mostra serem necessárias três coisas na guerra: muitos e bons soldados, capitães prudentes e boa sorte e, examinando quem prevalecia quanto a estas coisas, os romanos ou Alexandre, faz, depois, a sua conclusão sem levar em conta o dinheiro.

Os capuanos, quando os sidicinos lhes pediram que pegassem em armas por eles, deveriam ter avaliado o seu poderio pelo dinheiro e não pelos soldados porque, tendo decidido ajudá-los, depois de duas derrotas, foram obrigados a pagar tributos aos romanos, se quisessem salvar-se.

XI

Não é prudente fazer amizade com um príncipe que tenha mais fama que força.

Tito Lívio, desejando mostrar o equívoco dos sidicinos em confiar na ajuda dos campânios e o erro dos campânios em crer que podiam defendê-los, não poderia dizer com mais claras palavras que ao dizer: *Campani magis nomes in auxilium Sidicinorum, quam vires ad praesidium attulerunt* [125] ”. De onde se deve notar que as alianças feitas com os príncipes que não têm condições para ajudar-te, dada a distância do lugar, ou forças, para fazê-lo, devido à desordem ou outra razão, oferecem mais fama que ajuda aos que neles se fiam, como aconteceu nos nossos dias aos florentinos quando, em 1479, o papa [126] e o rei de Nápoles [127] os assaltaram. Sendo amigos do rei da França, tiraram dessa amizade “ *magis nomes, quam praesidium* ”, como aconteceria também àquele príncipe que, confiando no imperador Maximiliano [128], fizesse qualquer empresa, pois está é uma daquelas alianças que arrecadaria para quem a fizesse “ *magis nomes, quam praesidium* ”, como se diz nesse texto que resultou a dos capuanos aos sidicinos. Erraram, portanto, nesta parte os capuanos, por lhes fazer crer que tinham mais forças do que tinham.

E assim opera a pouca prudência dos homens algumas vezes que, não sabendo nem podendo defender a si mesmos, querem encarregar-se de defender os outros, como fizeram ainda os tarentinos que, indo os exércitos romanos ao encontro do exército sanita, mandaram embaixadores ao cônsul romano para comunicar-lhe que eles desejavam a paz entre aqueles dois povos e que se dispunham a fazer guerra contra aquele que da paz se afastasse; de modo que o cônsul, rindo-se da proposta, na presença dos dois embaixadores fez soar a batalha e ordenou ao seu exército que fosse ao encontro do inimigo, mostrando aos tarentinos com ação e não com palavras que resposta eles mereciam.

E, tendo, no presente capítulo, tratado das decisões tomadas pelos príncipes para defender os outros, quero, no capítulo seguinte, ao contrário, falar das decisões que tomam para a própria defesa.

XII

Se, temendo ser assaltado, é melhor atacar ou esperar a guerra.

Eu ouvi homens com muita experiência nos assuntos bélicos discutirem algumas vezes se, havendo dois príncipes quase iguais em forças e, tendo o mais galhardo ameaçado a guerra contra o outro, qual seria o melhor partido para este outro, esperar o inimigo dentro de suas fronteiras ou ir encontrá-lo em casa e assaltá-lo, e ouvi exporem argumentos em favor de cada alternativa.

E quem defende o ir assaltar o outro, alega o conselho que Creso deu a Ciro quando, chegado às fronteiras dos massageus para dar-lhes guerra, a rainha deles, Tamíris, mandou dizer-lhe que escolhesse qual dos dois partidos preferia: ou entrar no seu reino, onde ela o esperaria, ou se preferia que ela fosse encontrá-lo. E, tendo a coisa sido discutida, Creso, contra a opinião dos outros, disse que ele fosse ao encontro dela, alegando que, se ele a vencesse distante de seu reino, não tirar-lhe-ia o reino, pois ela teria tempo para refazer-se, mas, se a vencesse dentro dos seus domínios, poderia segui-la na fuga e, não dando espaço para refazer-se, tirar-lhe o Estado.

Alegam ainda o conselho que deu Aníbal a Antíoco, quando aquele rei planejava fazer guerra aos romanos, onde ele mostra como os romanos não podiam ser vencidos, exceto na Itália pois, naquele lugar, outro alguém podia valer-se das armas e das riquezas dos amigos deles mas, quem os combatia fora da Itália e deixava a Itália livre para eles, deixava para eles uma fonte da qual nunca faltaria vida para fornecer-lhes forças onde lhes

faltasse e concluiu que, se podia tirar Roma antes que o império e a Itália antes que as outras províncias.

Alega também Agátocles que, não podendo suportar a guerra em casa, assaltou os cartagineses que lha faziam e os forçou a pedirem paz.

Alega Cipião que, para tirar a guerra da Itália, assaltou a África.

Quem fala o contrário diz que quem desejar prejudicar o inimigo deve afastá-lo de casa. Citam os atenienses que, enquanto fizeram a guerra junto às suas casas, mantiveram-se superiores e, quando se afastaram e foram com seus exércitos à Sicília, perderam a liberdade.

Alega as fábulas poéticas onde se conta que Anteu, rei da Líbia, assaltado por Hércules Egípcio, foi insuperável enquanto o esperou dentro dos limites do seu reino mas, como deles se afastou por astúcia de Hércules, perdeu o trono e a vida. Daí veio a fábula de que Anteu, estando na terra, recobrava as forças que lhe dava sua mãe, que era a Terra e que Hércules, sabendo disso, o ergueu alto e o distanciou da Terra.

Alegam ainda os juízos modernos. Todos sabem como Fernando [129] , rei de Nápoles, foi, em sua época, considerado um príncipe sapientíssimo e, chegando o boato, dois anos antes de sua morte, de que o rei da França, Carlos VIII, desejava assaltá-lo, após tomar muitas providências, adoeceu e, chegando a morte, entre outras recomendações que deixou ao seu filho Afonso, estava a de que esperasse o inimigo dentro de seu reino e, por coisa nenhuma deste mundo, conduzisse as forças para fora do seu país, mas o esperasse com todas elas dentro dos seus limites, o que não foi observado por ele mas, enviado um exército à Romanha, o perdeu sem que combatesse.

Entre outras coisas, as razões de que cada parte se vale são: que quem assalta vem com mais ânimo que quem espera, o que faz o exército mais confiante; tolhe, além disso, ao inimigo muitas vantagens em poder valer-se das suas coisas, não podendo valer-se daqueles súditos que são saqueados e, por ter o inimigo em casa, o senhor é constrangido a ter mais cautela ao tirar deles dinheiro e explorá-los, de modo que acabe por secar aquela fonte, como disse Aníbal, que faz com que ele possa manter a guerra. Além disso, os seus soldados, por encontrarem-se em país alheio, têm mais necessidade de combater e tal necessidade produz virtude, como muitas vezes dissemos.

Da outra parte se diz que, esperando o inimigo, espera-se com muita vantagem porque, sem perda alguma, tu podes causar a ele muitas perdas

em víveres e em tudo o mais de que precise um exército: podes melhor impedir-lhes os seus intentos, por conheceres o país mais do que ele; podes, com mais forças, encará-lo, por poder facilmente juntar todas as suas, mas já não poderás afastá-los todos de tua casa; podes, sendo vencido, refazer-te facilmente, seja porque salvar-se-ão muitos de teu exército por terem refúgios propínquos, seja porque o reforço não terá de vir de longe, tanto que, ficando, arriskas todas as tuas forças e não toda a sorte e, distanciando-te, arriskas toda a sorte e não todas as forças [130] . E houve alguns que, para melhor enfraquecer o inimigo, deixaram-no entrar durante vários dias em seu país e pilhar muitas terras, de modo que, deixando totalmente as bases, enfraqueça o seu exército, podendo combatê-lo mais facilmente [131] .

Mas, para dizer agora o que eu penso, eu creio ser bom fazer esta distinção: ou eu tenho o meu país armado, como os romanos ou como os suíços o têm, ou eu o tenho desarmado, como o tinham os cartagineses ou como o têm o rei da França e os italianos. Neste caso, se deve manter o inimigo longe de casa porque, sendo o teu forte o dinheiro e não os homens, se alguma vez este caminho te é impedido, estás em apuros e nada te prejudicará mais que a guerra em casa. Exemplo disto são os cartagineses que, enquanto tiveram a sua casa livre, puderam, com seu dinheiro, fazer guerra aos romanos e, quando ela foi assaltada, não puderam resistir a Agátocles.

Os florentinos não tinham remédio algum contra Castruccio, senhor de Lucca, porque ele lhes fazia guerra em casa, tanto que tiveram de entregar-se ao rei Roberto, de Nápoles, para serem defendidos. Mas, morto Castruccio, aqueles mesmos florentinos ousaram assaltar o duque de Milão em casa e conseguiram tomar-lhe o reino: quanta virtude mostraram nas guerras longínquas e quanta vileza nas propínquas!

Mas, quando os reinos estão armados como estava Roma e como estão os suíços, são mais difíceis de vencer quanto mais te aproximas deles, pois esses batalhões podem unir-se a mais forças para resistir a uma investida do que poderiam ao assaltar alguém.

Não me impressiona neste caso a autoridade de Aníbal, pois a sua impetuosidade e o seu valor o faziam falar assim a Antíoco. Porque, se os romanos tivessem sofrido na Gália três derrotas [132] no espaço de tempo que as sofreram, na Itália, de Aníbal, sem dúvida, seriam dispersados, porque não teriam se valido dos sobreviventes dos exércitos como se

valeram na Itália; não teriam tido, para se refazerem-se, tanta facilidade, nem poderiam, com aquelas forças, resistir ao inimigo como puderam. Não há registro que, para assaltar uma província, eles enviassem alguma vez exércitos que ultrapassassem cinquenta mil pessoas mas, para defender a sua casa contra os gauleses, depois da Primeira Guerra Púnica, colocaram em armas dezoito centenas de milhares. Nem poderiam ter vencido na Lombardia como venceram na Toscana porque, contra tal número de inimigos, não poderiam ter conduzido tantas forças tão longe, nem combatê-las facilmente. Os cimbros [133] venceram um exército romano na Magna e os romanos não puderam evitá-lo. Mas, quando eles chegaram à Itália, e eles puderam juntar todas as suas forças, os dispersaram.

É fácil vencer os suíços fora de casa, aonde eles não podem enviar mais que trinta ou quarenta mil homens, mas, vencê-los em casa, onde eles podem reunir cem mil, é difícilimo.

Concluo, portanto, que o príncipe que tiver os seus povos armados e organizados para a guerra, deve esperar sempre em casa uma guerra potente e perigosa e não deve ir ao seu encontro. Mas aquele que tiver os seus súditos desarmados e em um território em que jamais se guerreou, deve afastar as suas forças de casa o mais que puder. E, assim, tanto um quanto outro, cada um conforme sua situação, defender-se-á melhor.

XIII

Mais com a fraude que com a força se passa da má para a boa sorte.

Eu acho que é coisa mais que verdadeira que raramente ou nunca acontece que homens de pouca fortuna alcancem altas posições sem usar a força e a fraude, quando aquela posição pela qual os outros porfiam não lhes é doada ou deixada por herança. Nem creio que seja possível que a força baste sozinha, mas é preciso que a fraude somente baste, como claramente verá quem ler a vida de Filipe da Macedônia, a do siciliano Agátocles e de muitos outros similares que, de uma fortuna ínfima ou mesmo baixa, atingiram ou um reino ou impérios grandiosos. Xenofonte mostra, na *Ciropédia*, esta necessidade de enganar: considerando que a primeira expedição que Ciro moveu contra o rei da Armênia estava cheia de fraude e como, com engano e não com força, o fez ocupar o seu reino, não conclui outra coisa com tais ações se não que, a um príncipe que deseje fazer grandes coisas, é necessário aprender a enganar. Enganou, além disto, seu tio materno, Ciassar, rei dos medos, de muitos modos, fraude sem a

qual ele mostra que Ciro não poderia alcançar a grandeza que teve. Nem creio que se encontre jamais alguém oriundo de baixa fortuna que tenha conquistado um grande império só com a força, aberta e ingenuamente, mas sim só com a fraude, com fez Giovan Galeazzo para tirar o trono da Lombardia de seu tio Bernabò.

E o que os príncipes precisaram fazer nos inícios de suas conquistas, também as repúblicas precisaram fazer, até se tornarem poderosas a ponto de a força somente bastar-lhes. E porque Roma usou em todas as partes, ou por acaso ou por escolha, todos os procedimentos necessários para se obter grandeza, também não se absteve da fraude. Nem se pode usar, no princípio, maior engano que utilizar o método do qual falamos acima de fazer aliados [134], pois sob este nome os fez servos, como o foram os latinos e outros povos das circunvizinhanças. Porque, primeiro, valeu-se das armas deles para domar os povos convizinhos e tirar-lhes a reputação de Estado; depois, tendo-os dominado, cresceu tanto que podia bater todos eles. E os latinos jamais se deram conta de que eram, em tudo, servos, senão depois de infringirem duas derrotas aos sanitas e constrangê-los a um acordo. Essa vitória trouxe grande reputação aos romanos junto aos príncipes longínquos que, mediante ela, ouviram o nome romano e não as armas; assim, geraram a inveja e a suspeita naqueles que viam e sentiam as armas, entre os quais estavam os latinos. E tanto pôde esta inveja e este temor que não apenas os latinos mas as colônias que eles tinham no Lácio, juntamente com os estados dos campônios pouco antes defendidos, conjuraram contra a nação romana. E moveram os latinos esta guerra da maneira que se diz acima que se move a maior parte das guerras [135], não assaltando os romanos, mas defendendo os sidicianos contra os sanitas, os quais faziam a guerra com a licença dos romanos. E que seja verdade que os latinos se agitaram por terem descoberto tal engano, demonstra-o Tito Lívio pela boca de Ânio Setino, pretor latino, que, no concílio deles, disse estas palavras: “*Nam si etiam nunc sub umbra foederis aequi servitutem pati possumus* [136], etc”.

Vê-se, portanto, que aos romanos, em suas primeiras conquistas, não faltou nem mesmo a fraude, cujo uso foi sempre necessário àqueles que, de princípios modestos, quiseram ascender a posições sublimes; fraude esta que é, quanto mais encoberta, menos vituperável, como foi esta dos romanos.

Os homens enganam-se muitas vezes, crendo, com a humildade, vencer a soberba.

Vê-se muitas vezes como a humildade não apenas não beneficia como prejudica, principalmente usando-a com os homens insolentes que, ou por inveja ou por outro motivo, te tem ódio. Disto nos dá fé o nosso historiador neste assunto da guerra entre romanos e sanitas. Pois, queixando-se os sanitas com os romanos que os latinos os tinham assaltado, os romanos não queriam proibir aos latinos tal guerra, desejando não irritá-los, o que não somente os irritou, como também os fez tornarem-se mais animosos contra eles, e se mostraram, rapidamente, inimigos. Disto fazem fé as palavras usadas por Ânio, pretor latino eleito, no mesmo concílio, onde diz: *“Tentatis patientiam negando militem: quis dubitat exarsisse eos? Pertulerunt tamem hunc dolorem. Exercitus nos parare adversum Sannites foederatos suos audierunt, nec moverunt se ab urbe. Unde haec illis tanta modéstia, nisi conscientia virium, et nostrarum et suarum?”* [137]

Conhece-se, portanto, clarissimamente, por este texto, quanto a paciência dos romanos contribuiu para aumentar a arrogância dos latinos. E, por isso, jamais um príncipe deve querer faltar à sua posição e não deve deixar jamais alguma coisa combinada, se deseja deixá-la honradamente, se não quando ele pode ou crê que pode mantê-la, porque é melhor para ele quase sempre, tendo sido a coisa conduzida em termos que tu não a possas deixar do modo como foi dito, deixar que ela seja pilhada com as forças que com o medo das forças. Porque, se tu a deixas pilhar pelo medo, o fazes para evitar a guerra e, na maioria das vezes, não evitas, porque aquele a quem terás concedido aquilo com uma covardia manifesta não ficará satisfeito mas quererá tirar-te outras coisas e promover-se-á mais do que tu, estimando-te menos e, por outra parte, encontrarás os defensores mais frios em teu favor, parecendo a eles que tu sejas fraco ou covarde, mas se tu, rapidamente, descoberto o desejo do adversário, preparas as forças, ainda que sejam inferiores as dele, ele começará a estimar-te, estimar-te-ão os príncipes do entorno e a tais virá o desejo de ajudar-te, estando tu armado, tanto quanto quereriam não ajudar-te se te rendesses.

Isto se entende quando tendes um único inimigo, mas, quando tiveres mais, entregar algumas das coisas que tu possuas a algum deles para ganhá-lo para ti, ainda que a guerra já tenha sido declarada, para separá-lo dos outros confederados, será sempre o partido mais prudente.

Os Estados fracos sempre serão indecisos ao tomar decisões e as deliberações lentas são sempre nocivas.

Nesta mesma matéria e nestas mesmas causas da guerra entre os latinos e os romanos, se pode notar como, em cada consulta, é bom comunicar ao cidadão como se deliberará e não usar sempre para com ele ambiguidades, deixando-o incerto sobre o assunto. O que se vê claramente na consulta que fizeram aos latinos quando eles pensavam separar-se dos romanos. Porque, tendo os romanos pressentido esta má disposição que se possuía os latinos, para certificarem-se da coisa e para verem se podiam, sem pegar em armas, ganhar novamente aqueles povos, os convenceram a enviarem a Roma oito cidadãos, para que se consultassem com eles. Os latinos, tendo decidido isso, e tendo consciência das muitas coisas feitas contra a vontade dos romanos, fizeram um concílio para eleger quem deveria ir a Roma e informá-los daquilo que eles teriam a dizer. E, estando o concílio nesta disputa, Ânio, pretor deles, disse estas palavras: *“Ad summam rerum nostrarum pertinere arbitrator, ut cogitetis magis quid agendum nobis, quam quid loquendum sit. Facile erit explicatis consiliis, accomodare rebus verba”* [138] Estas palavras são veríssimas e devem ser consideradas por todos os príncipes e todas as repúblicas, porque, na ambiguidade e na incerteza daquilo que outros queiram fazer, não se sabe como acomodar as palavras; mas, uma vez firmada a disposição e deliberado o que há de seguir-se, é fácil encontrar as palavras. Notei isto tão naturalmente quanto mais vi tantas vezes tal ambiguidade prejudicar as ações políticas, com dano e vergonha para a nossa república. E sempre acontecerá, nas decisões difíceis e onde for necessário audácia para deliberá-las, de haver tal ambiguidade quando tiverem de ser discutidas e decididas por homens fracos.

As deliberações lentas e tardias não são menos nocivas que as ambíguas, especialmente aquelas que devem ser tomadas em favor de algum amigo, pois quem demora assim não ajuda a ninguém e prejudica a si próprio. Estas deliberações tão mal feitas resultam ou da fraqueza de ânimo e de forças ou da malignidade daqueles que deliberam, os quais, movidos pela própria ânsia de arruinar o Estado ou de realizar algum outro desejo, não deixam que a deliberação prossiga, mas a impedem e a empatam. Porque os bons cidadãos, ainda que vejam o arrebatamento popular favorecer uma decisão perniciosa, nunca impedirão as deliberações, principalmente aquelas coisas que podem esperar.

Quando Hierão, tirano de Siracusa, foi morto, sendo grande a guerra entre cartagineses e romanos, os siracusanos começaram a discutir se deviam seguir a aliança dos romanos ou dos cartagineses. E tal era o ardor das partes que a coisa estava incerta e nada se decidia, até que Apolônio, um dos primeiros de Siracusa, com um discurso cheio de prudência, mostrou como não havia porque criticar quem mantinha a opinião de que aderissem aos romanos, nem aqueles que queriam seguir o partido cartaginês, mas era bem detestável aquela incerteza e aquela demora em tomar um partido, pois ele via claramente, naquela indecisão, a ruína da república, mas, uma vez tomado um partido, qualquer que fosse, se podia esperar algum benefício.

Tito Lívio não poderia mostrar, melhor que nesta parte, o dano resultante da indecisão de um Estado. Demonstra-o, ainda, neste caso dos latinos, os quais, tendo os lavínios pedido a eles auxílio contra os romanos, deferiram tanto a deliberação que, quando, enfim, saíram porta afora com seus homens para socorrê-los, lhes veio a notícia de que os latinos tinham sido vencidos. Onde Miliônio, seu pretor, disse: “Os romanos nos farão pagar caro por esta indecisão”. Porque, se eles tivessem decidido antes ajudar ou não os latinos, não os ajudando não irritavam os romanos; ajudando-os, sendo o auxílio em tempo, poderiam, com a aliança das suas forças, vencê-los; mas, deferindo, só tinham a perder de todas as formas, como lhes aconteceu.

E, se os florentinos tivessem dado razão a esse texto, não teriam tido tantos prejuízos nem tantos aborrecimentos com os franceses quando tiveram na investida que Luís XII da França fez, na Itália, contra Ludovico [139], duque de Milão. Porque, tratando o rei de tal investida, consultou os florentinos quanto a isso e os oradores que estavam junto ao rei concordaram com ele em ficarem neutros e que o rei, chegando à Itália, reconheceria sua liberdade e os receberia como protegidos, e pediram que se desse à cidade o prazo de um mês para ratificar o acordo. Tal ratificação foi deferida por quem, de modo pouco prudente, favorecia a Ludovico, embora o rei já estivesse certo da vitória e os florentinos desejassem a ratificação. Esta não foi aceita, pois quem conhece os florentinos sabe que eles sempre fazem alianças de modo forçado e não voluntário. Isso custou à cidade de Florença muito dinheiro e esteve por perder a liberdade, como depois veio a acontecer [140], por razões semelhantes. E foi tão danosa esta decisão, porque nem sequer serviu ao duque Ludovico que, se tivesse vencido, teria dado mais mostras de inimizade para com os florentinos que

as mostradas pelo rei. E, se bem que do mal oriundo de tal fraqueza já se tenha falado em outro capítulo [\[141\]](#) , mesmo assim, tendo um novo acidente me dado uma nova oportunidade de fazê-lo, quis replicar, parecendo-me importantíssimo que tal matéria seja notada pelas repúblicas iguais à nossa.

XVI

O quanto os soldados dos nossos tempos se desviam das antigas ordens.

A mais importante batalha já travada em qualquer guerra com o povo romano foi a que este fez com os povos latinos durante o consulado de Torquato e de Décio. Porque tudo indica que, como os latinos, por a terem perdido, tornaram-se servos, assim tornar-se-iam os romanos caso não a houvessem vencido. E esta é a opinião de Tito Lívio porque, em todos os aspectos, os exércitos eram iguais: assim quanto à ordem, à virtude, à obstinação e ao número; a única diferença foi que os chefes do exército romano foram mais virtuosos que os do exército latino. Vê-se ainda como, no decorrer desta batalha originaram-se dois acidentes inéditos até então e que, depois, raramente se repetiram: dos dois cônsules, para que os ânimos dos soldados fossem mantidos firmes e obedientes aos seus comandos e dispostos ao combate, um matou a si mesmo e o outro o filho. A paridade que Tito Lívio disse haver entre estes exércitos era que, por haverem militado muito tempo juntos, eram pares na língua, na ordem e nas armas porque, ao ordenar a refrega, procediam de um mesmo modo e as funções e os chefes das funções tinham o mesmo nome. Era, portanto, necessário, sendo iguais em força e em virtude, que surgisse alguma coisa extraordinária que firmasse e fizesse mais obstinados os ânimos de um sobre os do outro; é nessa obstinação que consiste a vitória, como já foi dito outras vezes, pois, enquanto ela resiste nos peitos dos que combatem, os exércitos jamais recuam. E, porque ela durasse mais nos peitos dos romanos que nos dos latinos, em parte a sorte, em parte a virtude dos cônsules fez com que Torquato matasse seu filho e Décio a si mesmo. Mostra Tito Lívio, ao mostrar esta paridade de forças, toda a ordem que mantinham os romanos nos exércitos e nas lutas. Tendo ele explicado tal ordem largamente, não o farei novamente, mas apenas discutirei aquilo que julgo importante para vós e aquilo que, por ter sido negligenciado por todos os capitães da nossa época, provocou muita desordem nos exércitos e nas lutas.

Digo, portanto, que, pelo texto de Tito Lívio, entende-se como o exército romano tinha três divisões principais, que podem ser chamadas toscamente de três brigadas e a primeira era nomeada a “dos lanceiros”; a segunda, a “principal” e, a terceira, a “dos triários”, e cada uma delas tinha os seus cavaleiros. Ao organizar a batalha, eles colocavam os lanceiros na vanguarda; em segundo lugar, logo após, na retaguarda deles, colocavam a principal; em terceiro lugar, mas na mesma direção, colocavam os triários. Os cavaleiros de todas estas três ordens eram postos à direita e à esquerda destes três batalhões. As brigadas dos cavaleiros, devido à forma e ao lugar delas, eram chamadas de *alae* [142], porque pareciam como duas asas daquele corpo. Ordenavam a primeira brigada, a dos lanceiros, que era a vanguarda, tão cerrada que pudesse resistir ao inimigo e sustê-lo. A segunda brigada, por não ser a primeira a combater, cabendo a ela, por isso, socorrer a primeira caso fosse vencida e repelida, faziam-na estreita, mas mantinham em suas fileiras intervalos, de modo que pudesse incorporar, sem desordenar-se, a primeira, sempre que esta, repelida pelo inimigo, tivesse de recuar. A terceira brigada, a dos triários, tinha, nas suas fileiras, ainda mais intervalos que a segunda, para poder incorporar a si as duas primeiras brigadas, se houvesse necessidade.

Organizadas, portanto, estas brigadas desta forma, entregavam-se ao combate e, se os lanceiros fossem sujeitados ou vencidos, retiravam-se para as vagas nas fileiras da principal e, ambas unidas, fazendo de duas brigadas um só corpo, retomavam o combate. Se estes também eram rechaçados, retiravam-se todos para os intervalos das fileiras dos triários e todas as três brigadas, tornadas um só corpo, renovavam o combate no qual, sendo superados, por não terem mais como se refazerem, perdiam a batalha. E, porque todas as vezes que esta última brigada, a dos triários, era empregada, o exército estava em perigo, nasceu aquele provérbio: “*Res redacta est ad triarios*”, que os toscanos usam para dizer: “Fizemos nossa última aposta”. Os capitães dos nossos tempos, assim como abandonaram este sistema que não é de pouca importância, pois quem se organiza para poder, numa batalha, refazer-se três vezes, para que perca será preciso que a Sorte lhe seja três vezes inimiga ou terá de vir de encontro a ele uma virtude apta a vencê-lo três vezes. Mas quem não se prepara senão para a primeira investida, como o fazem todos os exércitos cristãos de hoje, pode perder facilmente porque qualquer desordem, qualquer mediana virtude pode tirá-lhes a vitória. O que faz com que os nossos exércitos não possam refazer-se

três vezes é o haverem perdido a habilidade de receber uma brigada na outra. Isto se dá porque, hoje em dia, se ordenam as batalhas por meio de uma dessas duas desordens: ou eles colocam as brigadas paralelas uma a outra e vão à guerra com uma vanguarda extensa e curta em profundidade – o que a torna fraca por ter pouca gente do peito às costas – ou quando, ao invés disso, para fazê-la mais forte, reúnem-nas para trás, como os romanos, se a primeira parte é vencida, não havendo organização para que a segunda a incorpore, todos se atrapalham juntamente e derrotam a si mesmos, pois, se a primeira é repelida, recorrem à segunda; se a segunda quer avançar, é impedida pela primeira, de modo que, se a primeira recua para a segunda e a segunda para a terceira, disso resulta tanta confusão que qualquer mínimo acidente arruína um exército.

Os exércitos espanhóis e franceses, na batalha de Ravena, onde morreu o Monsenhor de Foix, capitão dos soldados franceses (batalha esta que, segundo os usos dos nossos tempos, foi muito bem travada), organizaram-se usando uma das maneiras supracitadas, isto é: um e outro exército estavam com todos os seus soldados ordenados em fileiras, de modo que nem um nem outro tinha algo mais que uma frente e havia mais gente no sentido da extensão que no sentido da profundidade. E isto acontece sempre que estão diante de um campo extenso como o tinham em Ravena pois, conhecendo a desordem que fazem ao se retirarem, pondo-se em fila, evitam-na fazendo uma frente larga, como eu disse; mas, quando o lugar os estreita, caem na mesma desordem e para tal não veem remédio.

Com a mesma desordem, cavalgam pelo país inimigo, seja para pilhá-lo ou pra outras operações de guerra. E em San Regolo e adjacências, onde os florentinos foram derrotados pelos pisanos, nos tempos da guerra entre os florentinos e aquela cidade, por causa de sua rebelião, após a passagem do rei Carlos da França pela Itália, tal ruína não foi culpa de ninguém mais senão da cavalaria aliada que, tendo avançado e sido repelida pelos inimigos, bateu em retirada para junto da infantaria florentina e esta se rompeu; daí, todo o resto do pessoal recuou. E o senhor Ciríaco dal Borgo, antigo chefe da infantaria florentina, afirmou muitas vezes em minha presença não ter sido jamais derrotado a não ser pela cavalaria aliada. Os suíços, que são os mestres da guerra moderna, quando militam com os franceses, acima de tudo tratam de ficar nos flancos para que a cavalaria francesa, se posta em retirada, não avance sobre eles.

E, se bem que estas coisas pareçam fáceis de serem entendidas e fáclimas de serem feitas, mesmo assim não se vê nenhum dos nossos capitães contemporâneos que imite as ordens antigas e corrija as modernas. E, embora eles tenham também tripartido o exército, chamando uma parte de vanguarda, outra de corpo de batalha e a outra de retaguarda, isto não serve para outra coisa senão para comandá-los nos alojamentos, mas, na prática, raras vezes, como acima foi dito, acontece de estes três corpos não compartilharem a mesma sorte.

E, porque alguns, para desculpar sua ignorância, alegam que a violência das artilharias não permite que hoje em dia sejam utilizados os métodos dos antigos, quero discutir este assunto no capítulo seguinte, e examinarei se as artilharias impedem que se faça uso da virtude dos antigos.

XVII

O quanto devem os exércitos atuais estimar as artilharias e se a opinião da maioria é verdadeira.

Considerando, não somente as coisas já mencionadas, quantas batalhas campais (chamadas, nos nossos tempos, pelo francesismo “jornadas” e pelos italianos “feitos de armas”) tiveram os romanos em tempos diversos, me veio em consideração a opinião corrente de uma maioria que pretende que, se naqueles tempos, existissem as artilharias, não teria sido possível aos romanos, nem tão fácil, conquistar as províncias e impor tributos aos seus habitantes, como eles fizeram, nem teriam, de algum modo, feito tão galhardas conquistas. Dizem, ainda que, por causa de tais armas de fogo, os homens não podem praticar nem mostrar a sua virtude como antigamente. E acrescentam uma terceira coisa: que hoje se luta com mais dificuldade que então, não sendo possível manter as disposições usadas naqueles tempos, de modo que, com o tempo, a guerra limitar-se-á às artilharias. E, julgando não estar fora de propósito discutir se tais opiniões são verdadeiras e quanto as artilharias aumentaram ou reduziram as forças dos exércitos e se tolhem ou dão oportunidade aos bons capitães de agir virtuosamente, começarei a falar a respeito da primeira opinião citada, segundo a qual os antigos exércitos romanos não teriam feito as conquistas que fizeram se houvesse artilharias.

Respondendo a isto, digo que a guerra é feita ou para defender-se ou para ofender; por isso, é preciso examinar a qual destes dois tipos de guerra elas trazem mais proveito ou dano. E, se bem que ambas as partes tenham o que argumentar, mesmo assim creio que, sem dúvida, elas prejudicam mais a

quem se defende que a quem ofende. O argumento que eu cito é que aquele que se defende ou está dentro de sua cidade ou entrincheirado num acampamento. Se está dentro de uma cidade, ou esta é pequena, como o são a maior parte das fortalezas, ou é grande: no primeiro caso, quem se defende está totalmente perdido, porque o ímpeto das artilharias é tal que não encontra muro, por mais grosso que seja, que ela não faça desmoronar em poucos dias e quem estiver dentro dela, se não tiver um bom espaço para onde retirar-se, e com fossos e com refúgios, estará perdido; e nem poderá sustentar o ímpeto do inimigo que quiser depois entrar pelo rombo do muro, nem lhe valerá a artilharia que tiver, porque é regra geral que, onde os homens podem entrar em bando e avançar impetuosamente, não há artilharia que os sustenha. Por isso, os furores ultramontanos não foram detidos na defesa das terras. Os assaltos italianos é que são sustidos, pois eles não andam em massa, mas se conduzem dispersos para as batalhas, às quais eles muito propriamente chamam escaramuças. E estes que vão em tal desordem e com tal tibieza em direção à brecha de um muro onde estão as artilharias vão de encontro à morte certa e contra eles as artilharias funcionam, mas, quanto àqueles que vão condensados numa massa, na qual um impele o outro, em direção a uma brecha, se não forem detidos por fossas ou por defesas, entram em qualquer lugar e as artilharias não os retêm e se matam alguns, não serão tantos a ponto de impedir a vitória.

A veracidade disto é mostrada em muitas expugnações feitas pelos ultramontanos na Itália e, especialmente, na expugnação de Bréscia, pois, tendo aquela cidade se rebelado contra os franceses, mantendo ainda o rei da França uma fortaleza ali, os venezianos, para sustentar o ímpeto com o qual esta pudesse atacar a cidade, muniram de artilharias a estrada que descia da fortaleza à cidade, postando-as à frente, nos flancos e em todos os lugares oportunos. Monsenhor de Fois não deu a elas importância: antes, desceu a pé com o seu esquadrão, passando em meio a elas e ocupou a cidade e não se ouviu falar que ele tenha sofrido algum dano memorável.

De modo que quem se defende em uma pequena cidade, como foi dito, e tem seus muros derrubados, não tendo espaço para retirar-se com os reforços e através de fossos, tendo de confiar nas artilharias, perde-se rapidamente. Se defendes uma grande cidade, a qual te oferece comodidades para que te retires, as artilharias são, mesmo assim e sem comparação alguma, mais úteis a quem está de fora do que a quem está dentro. Primeiro porque, para que uma artilharia prejudique aos que estão

de fora, precisas estar com ela acima do plano da cidade pois, estando na planície, qualquer obstáculo que o inimigo faça ou qualquer escudo o põe em segurança e tu não o podes prejudicar. Tanto que, se tiveres de levantar e passar pelo corredor entre os muros ou, de qualquer modo, subir pela cidade, terás de enfrentar duas dificuldades: a primeira é que não poderás conduzir através deles artilharias tão grandes nem tão poderosas quanto a que podem portar os que estão de fora, uma vez que, nos pequenos espaços, não se pode manejar coisas grandes; a outra é que, mesmo que tu possas conduzi-la, não poderás providenciar defesas confiáveis e seguras para proteger-te da dita artilharia, como o podem os que estão de fora, estando em campo aberto e tendo a comodidade e o espaço de que precisam, de modo que é impossível a quem defende uma cidade manter as artilharias nos lugares altos, quando os que estão de fora tiverem as maiores e mais potentes; e, se a artilharia é posta em lugares baixos, ela se torna, em boa parte, inútil, como já se disse. Dessa forma, a defesa da cidade tem de reduzir-se em defendê-la com os braços, como se fazia antigamente, e com reduzida artilharia. Desta, se se obtém alguma vantagem, o incômodo contrapesa tal vantagem pois, de acordo com ela, reduzem-se os muros da cidade, baixos e quase soterrados nos fossos, de modo que acaba-se por se fazer a batalha no braço, ou por se desmoronarem os muros ou por estarem cheias as trincheiras, tendo, quem está dentro, mais desvantagens do que tinha até então. E, por isso, como acima se disse, favorecem estes instrumentos muito mais a quem ataca que a quem é atacado.

Quanto à terceira causa, que é resistir num campo dentro de uma paliçada para não ter de fazer uma investida, a não ser quando te for cômodo ou vantajoso, digo que, neste caso, não tens, ordinariamente, outro remédio que te defenda de combater que o proceder dos antigos e, às vezes, por causa das artilharias, tens maiores desvantagens. Porque, se o inimigo te surpreende e o território dá a ele um pouco de vantagem, como pode, facilmente, acontecer, encontrando num posto mais alto que o teu, ou, se quando ele chegar tu não tenhas ainda preparado muito bem tuas coberturas e proteções, desaloja-te ele sem que tenhas alternativa e és obrigado a fugir de tua fortaleza e ir à luta. Foi o que aconteceu aos espanhóis na batalha de Ravena, os quais, estando entrincheirados entre o Rio del Ronco e um escudo, por não o terem erguido alto o suficiente e porque o terreno dava uma certa vantagem aos franceses, foram obrigados pelas artilharias a sair da sua fortificação e ir à luta.

Mas dado, como na maioria das vezes deve ser, que o lugar que conseguiste para as tuas tropas seja mais alto que os outros ao redor, e que os escudos sejam bons e seguros, de modo que, devido ao local e aos teus outros preparos o inimigo não ouse te atacar, usar-se-ão neste caso aqueles métodos que eram utilizados na antiguidade quando alguém estava numa posição em que não podia ser atacado, a saber: percorrer o país, pilhar ou sitiar as terras que são tuas aliadas, interceptar os víveres, de modo que serás forçado, por alguma necessidade, a abandonar o teu posto e ir à luta, onde as artilharias, como adiante se dirá, não funcionam bem.

Considerando, portanto, por quais razões os romanos guerreavam e vendo que eles fizeram quase todas as suas guerras para atacar os outros e não para se defenderem, se verá como verdadeiras as coisas ditas acima, como eles teriam tido mais vantagens e mais rapidamente teriam feito suas conquistas, se, naqueles tempos, houvesse artilharias.

Quanto ao segundo argumento, de que os homens não podem demonstrar sua virtude como podiam antigamente, devido à artilharia, digo que é verdadeiro, onde os homens se mostram dispersamente, que eles corram mais perigos do que corriam antes, tendo de fazer escaladas ou assaltos semelhantes, onde os homens que não estejam agrupados, mas afastados um dos outros tenham de comparecer. É verdade também que os capitães e os chefes dos exércitos estão mais expostos aos perigos mortais que então, podendo serem alcançados pelas artilharias em qualquer posição, não lhes valendo nada estarem posicionados nas últimas fileiras e protegidos por homens fortíssimos. Mesmo assim, se vê que um e outro destes dois perigos raras vezes causa danos extraordinários, pois não se escalam as terras bem protegidas, nem são assaltadas com débeis investidas, mas, querendo-se expugná-las, a coisa se reduz a um assédio, como antigamente se fazia. E quanto àquelas que, mesmo assim são expugnadas num assalto, não são muito maiores os perigos que antigamente, pois não faltavam, a quem defendia as terras, armas que lançavam projéteis que, se não eram tão temíveis, faziam, quanto ao eliminar os homens, o mesmo efeito.

Quanto à morte de capitães e líderes, nas guerras que tiveram lugar na Itália nos últimos vinte e quatro anos [\[143\]](#) , houve menos dessas baixas que em dez anos na antiguidade, pois, desde o conde Ludovico della Mirandola, que morreu em Ferrara quando, poucos anos atrás [\[144\]](#) , os venezianos assaltaram aquele Estado e o Duque de Nemors, que morreu em

Cirignuola, para cá, não aconteceu de as artilharias terem matado mais algum, já que Monsenhor de Fois foi morto, em Ravena, pelo ferro e não pelo fogo. De modo que, se os homens não mais demonstram, particularmente, a sua coragem, a culpa não é das artilharias, mas das péssimas ordens e da fraqueza dos exércitos que, sendo totalmente desprovidos de virtude, não a podem demonstrar em parte alguma.

Quanto à terceira coisa dita por eles, que um dia não se poderá lutar corpo a corpo e que a guerra consistirá tão somente nas artilharias, digo que esta opinião é totalmente falsa e como tal sempre será considerada por aqueles que querem conduzir os seus exércitos segundo a virtude dos antigos. Pois, quem quiser constituir um bom exército, convém que, com exercícios simulados ou reais, acostume os seus homens a aproximar-se do inimigo e a enfrentá-lo com o manejar da espada e a combatê-lo corpo a corpo, e apóie-se mais na infantaria que na cavalaria, pelas razões que, adiante, serão ditas. E, ao apoiar-se nas infantarias e nos métodos já referidos, as artilharias se tornam totalmente inúteis, pois, com maior facilidade, as infantarias, ao se aproximarem do inimigo, podem evitar o fogo das artilharias como podiam, antigamente, escapar do ímpeto dos elefantes, dos carros com lâminas e outros obstáculos constantes que as infantarias romanas encontravam, contra os quais sempre encontraram defesa; e tanto mais facilmente defender-se-ão das artilharias quanto mais breve é o tempo que estas têm para te prejudicarem, menor que o tempo que os elefantes e os carros tinham, pois se eles, no meio da batalha, te desordenavam, as artilharias te detém tão só antes do combate, obstáculo este que as infantarias facilmente evitam, ou avançando cobertas pela vegetação ou abaixando-se sobre a terra quando contra elas disparam, o que, por experiência, se tem demonstrado não ser necessário, especialmente para defenderem-se das artilharias pesadas, as quais não conseguem atirar com precisão, de modo que, ou os tiros passam por alto e não te acertam ou são tão baixos que não te atingem.

Está claro como a luz que, lutando dois exércitos corpo a corpo, nem a artilharia pesada nem a de pequeno calibre te podem ofender pois, se o que possui a artilharia está na vanguarda, se torna teu prisioneiro; se está na retaguarda, para ferir-te, tem de ferir seus aliados; se está nos flancos, não te poderá ferir sem que tu possas ir ao encontro dele e a isso seguir-se-á o que já se sabe.

Quanto a isto, não há muito o que se discutir, pois já se viu disto o exemplo dos suíços, que, em 1513, em Novara, sem artilharia nem cavalaria, foram de encontro ao exército francês dentro das fortalezas destes e as romperam sem que as artilharias pudessem impedi-los. E a razão disso é, além das coisas ditas anteriormente, que as artilharias precisam ser protegidas por quem as quiser usar, ou por muros, fossos ou escudos e, quando não houver nenhuma destas proteções, elas se tornam inúteis ou presa do inimigo, como acontece quando ela tem de ser defendida pelos soldados, o que se dá nas jornadas e batalhas campais.

Nos flancos, elas não podem ser utilizadas a não ser da maneira que os antigos usavam as máquinas que lançavam projéteis, as quais eram postas fora dos esquadrões para que participassem do combate fora das formações e, toda vez que eram repelidas pela cavalaria ou por outras divisões, o refúgio delas era atrás dos legionários. Quem faz diferente não entendeu bem isto e se fia em algo que facilmente o decepcionará.

E, se o turco, mediante a artilharia obteve a vitória contra o xá e o sultão, tal não se deu por outra virtude que a do barulho desta assustar a cavalaria deles [145] .

Concluo, portanto, finalizando este discurso, ser a artilharia útil em um exército quando aliada à antiga virtude; mas, sem esta, é mais que inútil contra um exército virtuoso.

XVIII

Por que, de acordo com a autoridade dos romanos e o exemplo da antiga milícia, se deve estimar mais a infantaria que a cavalaria.

Pode-se, por muitas razões e por muitos exemplos, demonstrar claramente quanto os romanos estimavam mais a milícia pedestre que a cavalaria, e sobre aquela baseavam todo o ordenamento das suas forças, como se vê por muitos exemplos e, entre outros, quando combatiam os latinos junto ao lago Regillo onde, estando o exército romano já inclinado a socorrer os seus, fizeram os cavaleiros apearem; prosseguindo desta maneira a batalha, venceram-na. De onde se vê que os romanos, manifestamente, confiavam mais nos seus soldados a pé que a cavalo. Terminaram assim muitas outras batalhas e este sempre foi um ótimo remédio contra os perigos.

Não se oponha a isto a opinião de Aníbal que, vendo, na batalha de Canas, que os cônsules tinham apeado os seus cavaleiros, fazendo pouco de tal decisão, disse: “*Quam mallem victor mihi traderent equites!*” , isto é,

“acharia melhor que mos dessem amarrados”. Tal opinião, embora dita pela boca de um homem excelentíssimo, antes de se levar em conta a sua autoridade, é preciso apostar na República romana e em tantos capitães excelentíssimos que nela houve, ao invés de em um só Aníbal. Até porque, além da autoridade, há razões claras para isso: pois o homem a pé pode ir a muitos lugares onde não poderia ir a cavalo; pode-se ensinar aos soldados a conservar a ordem e, desfeita esta, como refazê-la – aos cavalos é difícil ensinar a observar a ordem e, impossível, uma vez perturbada, reordená-los. Além disso, encontram-se, como entre os homens, cavalos que têm pouco ânimo e os que o têm demais, e muitas vezes acontece de um cavalo impetuoso ser cavalgado por um homem vil e um cavalo vil por um homem corajoso e, de qualquer forma que se dê esta disparidade, resulta em inutilidade e desordem. Podem as infantarias facilmente desfazer a cavalaria e, dificilmente, serem desfeitas por esta. Tal opinião é corroborada não só por muitos exemplos antigos e modernos, como pela autoridade daqueles que falam das regras das coisas civis, pois eles mostram que, no princípio, começou-se a guerrear com cavalos porque não havia ainda sido instituída a infantaria, mas, quando esta foi organizada, viu-se, de imediato, o quanto esta era mais útil que a cavalaria. Não é por isso, porém, que os cavalos não serão necessários nos exércitos e, para fazer incursões, para correr e saquear os países, para perseguir os inimigos quando fugirem e também para serem, em parte, uma oposição aos cavalos dos adversários, mas o fundamento e o nervo do exército e aquilo que se deve estimar mais devem ser as infantarias.

E entre os pecados dos príncipes italianos, que tornaram a Itália serva dos forasteiros, não há maior do que terem dado pouca importância a este sistema e terem voltado todas as suas atenções para a milícia montada. Tal desordem nasceu da malignidade dos chefes e da ignorância dos líderes. Pois, tendo-se, há vinte e cinco anos, reduzido a milícia italiana a homens que não tinham pátria mas eram capitães de aventureiros, pensaram imediatamente como poderiam manter a sua reputação, estando eles armados e desarmados os príncipes. E, porque um grande número de infantes não podia ser permanentemente mantido por eles, e não havendo súditos dos quais pudessem valer-se, e como um pequeno número de homens não lhes dava reputação, voltaram-se para a cavalaria, pois duzentos ou trezentos cavaleiros pagos a um desses mercenários os mantinham prestigiados, e o pagamento não era tal que parecesse pesado

aos estadistas. E, como isto fosse mais fácil e para aumentar seu prestígio, diminuíram toda a estima e o prestígio da infantaria e as deram à cavalaria e tal desordem foi tão acreditada que até os maiores exércitos tinham uma infantaria mínima. Tal usança, juntamente com muitas outras desordens que a esta se juntaram, enfraqueceu de tal modo a milícia italiana, que esta província foi facilmente pisoteada por todos os povos ultramontanos.

Um outro exemplo romano mostra melhor que é um erro estimar mais as cavalarias que as infantarias. Estavam os romanos acampados em Sora e, tendo saído da cidade uma turma de cavalarianos para atacar o acampamento, foi-lhes ao encontro o chefe dos cavaleiros romanos com a sua cavalaria, e, batendo-se frontalmente, quis a sorte que, no primeiro choque, morresse os chefes de um e de outro exército, e ficando os outros sem governo e a luta continuando mesmo assim, os romanos, para superarem mais facilmente o inimigo, apearam e obrigaram os cavaleiros adversários a fazerem o mesmo, se quisessem defender-se, e, com tudo isto, os romanos obtiveram a vitória. Não pode haver melhor exemplo para demonstrar como há mais virtude na infantaria que na cavalaria porque, se, das outras vezes, os cônsules faziam os cavaleiros apearem para socorrerem os infantes que padeciam e precisavam de ajuda, desta vez eles apearam não para socorrerem os infantes nem para combaterem inimigos a pé, mas, combatendo, montados, os cavaleiros, julgaram, não podendo derrotá-los assim, poderem, apeando, vencê-los mais facilmente. Eu quero, portanto, concluir que uma infantaria organizada não pode, sem grande dificuldade, ser vencida, a não ser por uma outra infantaria.

Crasso e Marco Antônio, romanos, correram muitos dias pelos domínios dos partas com pouquíssimos cavaleiros e uma grande infantaria e, contra eles, havia inumeráveis cavalarias partas. Crasso foi, com uma parte do exército, morto; Marco Antônio, virtuosamente, se salvou. Mesmo nestas aflições romanas se vê quanto as infantarias prevaleciam sobre as cavalarias pois, estando num país vasto, onde os montes são raros, os rios raríssimos, os mares longínquos e sofrendo todos os incômodos, mesmo assim, Marco Antônio, ao contrário do que esperavam os próprios partas, se salvou e nem toda a cavalaria dos partas ousou enfrentar as brigadas do seu exército. Se Crasso pereceu, quem ler atentamente os relatos de suas ações verá que ele foi antes enganado que vencido e jamais, nem nas maiores desordens, os partas ousaram atacá-lo; antes, sempre a fustigá-lo pelos

flancos, interceptando-lhe os víveres e prometendo sem cumprir, o levaram à miséria extrema.

Eu creio que seria necessário um grande esforço para provar o quanto a virtude das infantarias pode mais que a das cavalaria se não houvesse tantos exemplos modernos que nos dão disso amplíssimo testemunho. Como vimos nove mil suíços em Novara, como já dissemos antes, irem afrontar dez mil cavaleiros e um outro tanto de infantes e vencê-los, porque os cavaleiros não podiam ofendê-los. Os infantes, por serem gente, em boa parte, gascã e mal-disciplinada, valiam pouco. Viu-se, depois, vinte seis mil suíços irem de encontro a Francisco I, rei da França, perto de Milão, trazendo este consigo vinte mil cavaleiros, quarenta mil infantes e cem canhões, e, se não venceram a batalha, como em Novara, eles combateram virtuosamente por dois dias e depois, vencidos que foram, a metade deles se salvou.

Presumia Marco Régulo Atília suster, tão só com a infantaria, não apenas as cavalaria como também os elefantes e, se não conseguiu tal intento, nem por isso a virtude da sua infantaria não seria tão pequena a ponto de ele não poder crer que ela superasse tal dificuldade.

Repito, portanto, que, para superar os infantes organizados, é necessário opor a eles infantes melhor organizados que eles; de outra forma, caminha-se para uma grande derrota.

Nos tempos de Filippo Visconti, duque de Milão, quando dezesseis mil suíços desceram para a Lombardia, o duque, tendo por capitão o Carmingnuola, o enviou com cerca de mil cavaleiros e poucos infantes ao encontro deles. Ele, não sabendo a maneira dos adversários combaterem, foi ao encontro deles com os seus cavaleiros, presumindo poder vencê-los. Mas, achando-os irredutíveis e tendo perdido muitos dos seus homens, retirou-se, e, sendo um homem valentíssimo, e sabendo tirar proveito dos acidentes, reuniu mais gente, foi ao encontro dos inimigos e, ao enfrentá-los, fez com que todos os seus guerreiros apeassem e, tendo feito das alas de seus infantes vanguarda, investiu contra os suíços, os quais não tiveram como defender-se pois, estando os soldados do Carmingnuola a pé e bem armados, puderam eles facilmente penetrar entre as brigadas dos suíços sem sofrerem qualquer lesão e, uma vez entre eles, puderam facilmente atacá-los, de modo que, daquele total de suíços, a humanidade do Carmingnuola conservou uma parte.

Creio eu que muitos saibam o quanto um e outro método são diferentes em virtude, mas é tanta a infelicidade destes tempos que nem os exemplos antigos, nem os modernos, nem a confissão do erro são suficientes para fazer com que os modernos príncipes se corrijam e vejam que, se quiserem prestigiar a milícia de uma província ou de um estado, será preciso ressuscitar aqueles procedimentos, observá-los à risca, dar a eles sua reputação e sua vida para que eles lhes rendam vida e reputação. E, como eles se desviam destes preceitos, assim desviam-se dos outros procedimentos já mencionados: disto resulta que as conquistas causem danos e não grandeza de um estado, como a seguir se dirá.

XIX

De como, nas repúblicas que não são bem ordenadas e que não procedem de acordo com a romana virtude, as conquistas são motivo de ruína e não de exaltação.

Estas opiniões contrários à verdade, fundadas sobre os maus exemplos que foram introduzidos por estes nossos séculos de corrupção, fazem com que os homens não queiram desviar-se dos seus modos consuetos. Nestes últimos trinta anos, quando se poderia convencer um italiano que dez mil infantes poderiam assaltar em uma planície dez mil cavaleiros e igual número de infantes e não somente combatê-los, mas vencê-los, como se viu no exemplo, várias vezes por nós mencionado, de Novara? E, mesmo estando os relatos cheios de exemplos assim, mesmo assim não nos teriam prestado fé e, se nos tivessem prestado, teriam dito que, hoje em dia, se arma melhor e que uma tropa de homens armados estaria apta a atacar não só uma infantaria, mas um esquadrão e, assim, com estas falsas desculpas, corrompiam o próprio juízo, nem teriam levado em conta que Lúculo, com poucos infantes, venceu cento e cinquenta mil cavaleiros de Tigrane e que, entre aqueles cavaleiros, havia um tipo de cavalaria em tudo similar aos nossos homens d'armas e tal falácia foi desmentida pelo exemplo dos povos ultramontanos. E, como se vê, por este exemplo, ser verdadeiro quanto à infantaria aquilo que nas histórias se narra, assim deveriam considerar verdadeiros e úteis todos os outros procedimentos dos antigos. E, se isto fosse aceito, as repúblicas e os príncipes errariam menos, seriam mais fortes ao oporem-se ao ímpeto de quem contra eles viesse, não desesperariam na fuga e, aqueles que tivessem nas mãos a condução de uma república sabê-la-iam melhor conduzir, fazer aliados e não súditos, enviar colonos para manter os países conquistados,

fazer capital dos despojos, domar o inimigo com as invasões e, com as batalhas e os assédios, manter rico o erário público, pobre o privado, manter, com muita competência os exércitos, sendo esta a verdadeira via para fazer grande uma república e conquistar um império. E, se não lhe agradasse essa maneira de ampliar-se, julgaria que as conquistas, feitas por qualquer outra via, são a ruína das repúblicas, e poria freio a qualquer ambição, regulando bem a sua cidade conforme as leis e os costumes, proibindo o conquistar e somente pensando em defender-se e em manter bem ordenadas as defesas, como fazem as repúblicas da Magna, que destes modos vivem e viveram livres um tempo.

Mesmo assim, como, em outro lugar, falei quando discorri sobre a diferença que havia entre organizar-se para conquistar e organizar-se para manter-se [146], é impossível que a uma república satisfaça o estar quieta e gozar sua liberdade e os seus estreitos confins porque, se ela não molesta os outros, será ela molestada e do ser molestada nascerá a vontade e a necessidade do conquistar e, quando não houver o inimigo externo, encontrá-lo-á em casa, como parece necessário que aconteça a todas as grandes cidades. E, se as repúblicas da Magna podem viver daquele modo e puderam durar certo tempo, isto resulta de certas condições existentes naquela região que não existem alhures, sem as quais não poderiam manter semelhante estilo de vida.

A parte da Magna da qual eu falo ficava submissa ao Império Romano como a França e a Espanha; mas, entrando, depois, em decadência e reduzindo-se tal império naquela província, aquelas cidades mais poderosas começaram, conforme a vileza ou a deficiência dos imperadores, a tornarem-se independentes, resgatando-se do Império através da realização de um pequeno censo anuário, de modo que, pouco a pouco, todas aquelas cidades que eram diretamente submissas ao imperador e não eram sujeitas a príncipe algum foram de igual modo recuperadas. Ocorreu, nestes mesmos tempos nos quais estas cidades se resgataavam, que certas comunidades submissas ao duque da Áustria se rebelaram contra ele, entre as quais Friburgo, os suíços e similares que, prosperando em princípio, pouco a pouco cresceram tanto que, embora estivessem sob o jugo da Áustria, atemorizavam a todos os vizinhos e estes últimos são os que se chamam suíços. A província dos suíços era, além disso, repartida entre repúblicas – que são chamadas de terras livres –, príncipes e o imperador. E a razão pela qual, em meio de tanta diversidade, não nasçam, ou, se nascem, não durem

muito, as guerras entre eles, é o signo do imperador que, embora não tenha forças, mesmo assim tem, entre eles, tanta reputação a ponto de lhes servir de conciliador e, com a sua autoridade interpondo-se como mediadora, apagou rapidamente qualquer escândalo. E as maiores e mais longas guerras que houve foram aquelas que se seguiram entre os suíços e o duque da Áustria e, embora há muitos anos o imperador e o duque da Áustria sejam uma mesma coisa, nem assim foi jamais possível superar a audácia dos suíços, para os quais jamais houve modo algum de acordo senão a força. Nem o resto da Magna forneceu [ao imperador] muitos reforços, fosse porque as comunidades não soubessem combater quem deseja viver livres como elas, fosse porque parte daqueles príncipes não o podiam por serem pobres, parte por não o desejarem, sendo o seu poder invejado. Aquelas comunidades podem, portanto, viver contentes com o seu pequeno domínio, por não terem motivo, em relação ao poder imperial, para desejá-lo maior. Podem viver unidas dentro de seus muros, por terem o inimigo próximo a eles, disposto a ocupá-las se alguma vez surgisse a discórdia entre elas. Mas, se aquela província estivesse de outra forma organizada, convir-lhes-ia tentar expandirem-se e quebrar essa sua quietude. E, como tais condições não existem em outro lugar, não se pode seguir esse modo de vida e faz-se necessário ou expandir-se por meio das alianças ou ampliar-se como os romanos o fizeram.

E quem se governa de outro modo vai em busca não da sua vida mas da sua própria morte e ruína, pois de mil maneiras e por muitas razões as conquistas lhes são danosas, pois lhe é muito fácil conquistar império e não forças e quem conquista um império e não conquista forças juntamente acaba por arruinar-se. Não pode adquirir forças quem se empobrece nas guerras, ainda que seja vitorioso, uma vez que investe mais do que lucra com as conquistas, tal como fizeram os venezianos e os florentinos, que ficaram muito mais fracos quando um conquistou a Lombardia e o outro a Toscana do que quando o primeiro contentava-se com o mar e o outro com as suas seis milhas de extensão. Porque tudo resultou do terem querido conquistar não sabendo como fazê-lo e tanto mais merecem censura quanto menos merecem perdão, tendo em vista o modo usado pelos romanos e podendo terem seguido o seu exemplo, enquanto os romanos, sem exemplo algum, descobriram como fazê-lo graças tão-só à sua prudência.

Além disso, as conquistas fazem, algumas vezes, danos consideráveis a qualquer república bem ordenada, quando esta conquista uma cidade ou

província repleta de delícias, onde seja possível deixar-se contaminar pelas relações que com ela se tenha, como aconteceu com Roma antes da conquista de Cápuia, e, depois, a Aníbal. E se Cápuia fosse tão distante de Roma de modo que o desvio dos soldados não pudesse ser corrigido ou se Roma tivesse sido parcialmente corrompida, sem dúvida aquela conquista teria sido a ruína da república romana. E Tito Lívio dá fé disto com estas palavras: “*Iam tunc minime salubris militari disciplinae Capua, instrumentum omnium voluptatum, delinitas militum ânimos avertit a memória patriae* [147]”. E, realmente, semelhantes cidades ou províncias vingam-se dos seus vencedores sem distúrbios e sem sangue porque, integrando-os aos seus tristes costumes, os expõem a serem vencidos por quem quer que os assalte. E Juvenal não poderia ter melhor considerado em suas *Sátiras* este episódio ao dizer que, nos peitos romanos, por conquistarem terras bárbaras, tinham entrado os costumes bárbaros e, em troca da parcimônia e de outras excelentíssimas virtudes, “*gula et luxuria incubuit, victunque ulciscitur orbem* [148]”.

Se, portanto, o conquistar foi, por si mesmo, pernicioso aos romanos nos tempos em que eles, com tanta prudência e tanta virtude procediam, que será, então, para aqueles que procedem de modo diverso deles? E que, além de outros tantos erros que cometem, dos quais falei bastante acima, se valem de soldados mercenários ou auxiliares? Disso resultam-lhes frequentemente aqueles danos que no capítulo seguinte mencionarei.

XX

A que perigo expõe-se o príncipe ou a república que se vale da milícia auxiliar ou mercenária.

Se eu já não houvesse tratado n’ *O Príncipe* [149] de quanto é inútil a milícia mercenária e quanto é útil a própria, eu me estenderia neste assunto bem mais do que farei, mas, já tendo falado disto longamente, serei, aqui, breve, nem me agrada omitir este tema, tendo encontrado, em Tito Lívio, um bem largo exemplo.

Os soldados auxiliares são aqueles que um príncipe ou uma república envia, capitaneados e pagos por ela, em teu auxílio. E, consultando o texto de Tito Lívio, digo que, tendo os romanos, em duas ocasiões diversas, vencido dois exércitos sanitas com os seus exércitos que tinham sido enviados em socorro dos capuanos – e por isso livraram os capuanos daquela guerra que os sanitas lhes faziam – quiseram voltar a Roma mas, para que os capuanos – despojados de milícia – não se tornassem, novamente, presa dos sanitas,

deixaram duas legiões na cidade de Cápua para que a defendessem. Tais legiões, deixadas no ócio, começaram a deleitar-se com isso: tanto que, esquecida a pátria e o respeito pelo Senado, decidiram pegar em armas e assenhorear-se daquela cidade que eles, com tanta virtude, haviam defendido, julgando que seus habitantes não eram dignos de possuir aqueles bens que não sabiam defender. Quando os romanos pressentiram tal intento, reprimiram-no e o corrigiram: sobre a maneira como o fizeram nós falaremos largamente quando discorrermos sobre as conjuras [\[150\]](#) .

Portanto, digo novamente que, de todos os tipos de soldados, os auxiliares são os mais danosos, porque sobre esses o príncipe ou a república que os utiliza em seu socorro não tem autoridade alguma, pois só quem a tem é quem os envia. Porque os soldados auxiliares são aqueles que te são enviados por um príncipe, como eu disse, submetidos aos capitães dele, sob as suas insígnias e por ele pagos, como o foi o exército que os romanos enviaram a Cápua. Tais soldados, uma vez vencedores, na maioria das vezes predam tanto os que o requisitaram quanto aqueles contra os quais foram requisitados e o fazem ou por malícia do príncipe que os envia ou pela própria ambição. E, embora a intenção dos romanos não fosse romper o acordo e as convenções que tinham feito com os capuanos, mesmo assim, a facilidade de oprimi-los foi tão clara aos soldados que pôde persuadi-los a pensar em tirar dos capuanos a terra e o estado. Poder-se-ia dar disto vários exemplos, mas quero que me bastem este e o do povo de Régio, que perdeu a vida e a terra para os romanos aos quais as tinha confiado.

Deve, portanto, um príncipe ou uma república tomar qualquer outro partido antes de recorrer a conduzir para defender seu estado tropas auxiliares, tendo de nelas fiar-se totalmente, porque qualquer pacto, qualquer convenção que tiver de firmar com o inimigo, por mais duro que for, ser-lhe-á mais leve que um tal partido. E, se lermos bem os fatos passados e examinarmos os presentes, encontraremos, para cada um que tenha se dado bem assim, inúmeros que foram enganados. E um príncipe ou uma república ambiciosa não pode ter melhor oportunidade para ocupar uma cidade ou província que um pedido para que envie seus exércitos para defendê-la.

Portanto, aquele que é tão ambicioso a ponto de, não somente para defender-se, como também para atacar, chamar semelhantes reforços, busca conquistar o que não poderá manter e que lhe pode ser facilmente tirado por quem o conquistou para ele. Mas a ambição dos homens é tão grande que,

para atenderem a um desejo momentâneo, não pensam no mal que brevemente isso lhes resultará. Nem os movem os antigos exemplos, tanto neste ponto quanto nos outros já discutidos, pois, se eles os seguissem, veriam como quanto mais se mostra liberalidade para com os vizinhos e finge-se não pensar em ocupá-los, tanto mais se lhes lançam ao pescoço, como adiante, com o exemplo dos capuanos, se verá.

XXI

Cápua foi o primeiro lugar ao qual os romanos enviaram um pretor, quatrocentos anos depois de começarem a guerrear.

De quanto o procedimento dos romanos em suas conquistas difere daquele dos que, nos presentes tempos, ampliam as suas jurisdições, já falamos bastante; e de como eles deixavam que as terras, que não desfaziam, vivessem com as próprias leis, excetuando-se aquelas que eles arrendavam não como aliadas mas como submissas; e de como nelas não deixavam qualquer símbolo de império do povo romano, mas as obrigavam a algumas condições, mantendo o seu estado e a dignidade quando as observavam. E se sabe que estes procedimentos foram observados até que eles deixaram a Itália e que começaram a reduzir os reinos e os estados em províncias.

Claro exemplo disso é o fato de que foi a Cápua o primeiro pretor que eles enviaram a algum lugar, tendo sido enviado não por causa da ambição deles, mas porque lhes havia sido requerido pelos capuanos que, estando em discórdia, julgaram ser necessário ter dentro da cidade um cidadão romano que os reordenasse e reunisse. Por causa deste exemplo, os de Ânzio, movidos e obrigados pela mesma necessidade, requisitaram-lhes um prefeito e Tito Lívio, a respeito deste acontecimento e deste modo novo de imperar, diz: “ *Quod iam non solum arma, sed iura romana pollebant* [151]”. Vê-se, portanto, quanto este proceder facilitou o crescimento romano. Porque aquela cidade, embora acostumada a viver livremente e a ser governada pelos seus próprios cidadãos, dá-se por satisfeita sob um domínio do qual não vê, ainda que nele haja alguma autoridade, pois, se estivesse sob um governo que pudesse ser visto todos os dias, parecer-lhes-ia que todos os dias seria posta à prova sua virtude. Junto a isso, resulta um outro benefício para o príncipe: não estando nas mãos dos seus ministros os juízes e magistrados que, civil ou criminosamente, conferem juízo nas cidades, não poderá jamais surgir uma sentença com culpa ou infâmia para o príncipe e, por este motivo, vem a haver uma ausência de calúnias e de

ódios contra ele. E, para mostrar que isto é verdade, além dos antigos exemplos que poderíamos mencionar, temos um recente na Itália.

Como todos sabem, tendo Gênova sido muitas vezes ocupada pelos franceses, o rei da França sempre, ao contrário dos nossos dias, mandava um governador francês que a governasse em seu nome. Só agora, não por decisão própria mas porque assim o ordenou a necessidade, deixou que aquela cidade se governasse por si própria e por um governador genovês. E, sem dúvida, quem pesquisasse qual desses dois procedimentos provê maior segurança ao rei quanto ao poder sobre essa cidade e mais contentamento aos cidadãos, sem dúvida, aprovaria este último. Além disso, os homens te abraçam tanto mais quanto tu te mostras despreocupado em comandá-los e tanto menos desconfiam de ti quanto à liberdade deles quanto mais tu fores humano e afável para com eles.

Essa gentileza e liberdade fizeram com que os capuanos corressem a pedir um pretor aos romanos, pois se os romanos tivessem demonstrado uma mínima vontade de enviar-lhes um, imediatamente desconfiariam e se afastariam deles.

Mas que necessidade há de ir a Cápua e a Roma em busca de exemplos se os temos em Florença e na Toscana? Todos sabem há quanto tempo a cidade de Pistoia está, voluntariamente, sob o domínio florentino. Todos sabem quanta inimizade houve entre florentinos e pisanos, luquenses e saneses e essa diferença de ânimos não se dá porque os pistoianos não prezem a liberdade como os outros e não se julguem iguais aos outros, mas por terem os florentinos se portado como irmãos para com eles e como inimigos para com os outros. Isso fez com que os pistoianos corressem voluntariamente para estarem sob o império deles: os outros fizeram e fazem toda a força para não se entregarem. E, sem dúvida, se os florentinos, através de leis ou de auxílios, tivessem domesticado ao invés de enfurecido os seus vizinhos, a esta hora, sem dúvida, seriam senhores da Toscana. Não é por isso que eu julgue que não se devam empregar as armas e as tropas mas estas devem ser reservadas como último recurso, onde e quando os outros meios não bastarem.

XXII

Como são muitas vezes falsas as opiniões dos homens ao julgarem as grandes questões.

O quanto são falsas muitas vezes as opiniões dos homens viram e veem aqueles dos quais se encontram testemunhos das suas

deliberações, os quais, muitas vezes, senão são deliberadas por homens excelentes, são contrárias à toda razão. E, como os homens excelentes, nas repúblicas corruptas, especialmente nos tempos de paz, são hostilizados devido à inveja e outras razões ambiciosas, recorre-se àquele considerado bom por um engano comum ou a homens que desejam tanto os privilégios que deixam de lado o bem da coletividade. Tal engano depois é descoberto nos tempos adversos e, por necessidade, se recorre àqueles que, nos tempos bons, estavam como esquecidos, como sobre isso se discorrerá nesta obra a seu tempo [\[152\]](#) . Nasce então certos acidentes nos quais facilmente são enganados os homens que não têm grande experiência das coisas, tendo tal acidente em si muitos pontos tão verossímeis a ponto de fazer crível aquilo que os homens se persuadem a ver sobre ele.

Estas coisas são ditas devido ao que o pretor Numício, depois que os latinos foram derrotados pelos romanos, os fez crer, e devido ao que, há poucos anos atrás, muitos acreditavam, quando Francisco I, rei da França, veio à conquista de Milão, que era defendida pelos suíços.

Digo, portanto, que, tendo morrido Luís XII, e tendo sido sucedido no trono da França por Francisco d'Angoulême, e, desejando este restituir ao reino o ducado de Milão, poucos anos antes ocupado pelos suíços mediante o apoio do papa Júlio II, desejava ter na Itália aliados que lhe facilitassem a empresa; e, além dos venezianos, que Luís havia reconquistado para si, tentava os florentinos e o papa Leão X [\[153\]](#) , parecendo-lhe que a sua empresa seria mais fácil, uma vez que tivesse se aliado a esses, já que havia gente do rei da Espanha na Lombardia e também forças do imperador em Verona. Não cedeu o papa Leão às vontades do rei, mas foi persuadido por aqueles que o aconselhavam (segundo se disse) para que ficasse neutro, mostrando-lhe que nisto consistia a vitória certa, pois, para a Igreja não era conveniente que o rei ou os suíços se tornassem fortes na Itália, mas, desejando trazê-la de volta à sua antiga liberdade, era necessário livrá-la de ter de servir qualquer dos dois lados. E, sendo impossível vencer um ou outro individualmente ou os dois ao mesmo tempo, convinha que um derrotasse o outro e que a Igreja, com os seus aliados, vencesse, depois, o que saísse vencedor. E era impossível encontrar ocasião melhor que a presente, estando um e outro em seus respectivos campos e tendo o papa as suas forças de modo a poder mostrar-se nos os confins da Lombardia, e junto a um e outro exército, sob o pretexto de querer proteger as suas posses, e lá ficar até o fim da batalha; esta, como era de se esperar, sendo

tanto um quanto outro exército virtuosos, deveria ser cruel para ambas as partes e deixar de tal modo debilitado o vencedor que seria fácil para o papa assaltá-lo e vencê-lo e, assim, esta opinião se viu com o desenrolar da coisa, pois, sendo derrotados os suíços após uma longa escaramuça, as tropas do papa, ao invés de se prepararem para atacar os vencedores, prepararam-se para a fuga, na qual não teriam tido sucesso, não fosse a humanidade do rei, que não buscou a segunda vitória, mas lhe bastou fazer acordo com a Igreja. Esta opinião tem argumentos que, de longe, parecem verdadeiros, mas estão totalmente alheios da verdade. Porque raras vezes acontece que o vencedor perca a maioria de seus soldados, porque os vencedores morrem na batalha e não na fuga e, no ardor dos combates, quando os homens miram nos olhos uns dos outros, poucos caem, principalmente porque, na maioria das vezes, [os combates] duram pouco; e quando duram mais tempo e morrem mais do lado dos vencedores, a reputação que se tira da vitória e o terror que [o vencedor] porta consigo são tão grandes que, de longe, superam o dano sofrido com a perda dos seus soldados. De modo que um exército, baseando-se no preconceito segundo o qual o vencedor estivesse debilitado, saísse para enfrentá-lo, descobriria estar enganado se já não fosse o exército tal que, em qualquer tempo, antes ou depois da vitória, pudesse combatê-lo. Neste caso, este exército poderia, conforme sua ventura e sua virtude, vencer ou perder, mas aquele que tivesse guerreado antes e houvesse vencido teria muito mais vantagem que o outro. Isto sabemos pela experiência dos latinos e pela falácia com a qual enganou-se o pretor Numício e pelo dano que esta causou a todos os povos que nele acreditaram: ele, tendo os romanos vencido os latinos, gritava por toda a região do Lácio que aquele era o momento de atacar os romanos, debilitados pela luta empreendida contra eles, e que aos romanos só havia restado o nome de vencedores tendo, porém, sofrido todos os outros danos, como se tivessem sido vencidos, e que qualquer pequena força que os assaltasse em seguida poderia dissolvê-los. Assim aqueles povos acreditaram nele e constituíram um novo exército e foram rapidamente derrotados e sofreram o dano que sofrerão sempre os que tiverem semelhante opinião.

XXIII

Os romanos, ao julgarem os súditos por algum acidente que de tal juízo necessitasse, evitavam o caminho do meio.

“*Itam Latio is status erat rerum, ut neque pacem neque bellum pati possent*” [154] . De todas as situações infelizes é infelicíssima aquela

de um príncipe ou de uma república reduzida a tal ponto que não pode nem receber a paz nem sustentar a guerra, situação à qual são reduzidos aqueles que são demasiado ofendidos pelas condições para a paz e, por outro lado, desejando fazer a guerra, precisam sair à caça de quem lhes ajude ou tornam-se presa do inimigo. E a todos esses termos se chega por maus conselhos e más decisões e por não ter medido bem suas forças, como se disse antes. Pois a república ou o príncipe que as medisse bem dificilmente chegaria ao fim ao qual chegaram os latinos, os quais fizeram acordo com os romanos quando não deveriam e, quando não deviam fazer-lhes guerra, fizeram-na, e souberam portar-se de tal modo que tanto a inimizade quanto a amizade dos romanos lhes foi igualmente danosa.

Estavam, portanto, vencidos os latinos e totalmente oprimidos, primeiro por Torquato e, depois, por Camilo, tendo este os obrigado a se renderem e se entregarem nas mãos dos romanos e, tendo posto a tropa por todas as terras do Lácio e vencido todos os obstáculos, tornou a Roma e relatou ao Senado como todo o Lácio estava nas mãos do povo romano. E, por ser este juízo notável e digno de ser observado para que se possa imitá-lo quando os príncipes se virem diante de situações semelhantes, quero citar as palavras de Lívio postas na boca de Camilo, as quais testemunham o modo pelo qual os romanos ampliaram seus domínios e como, nas decisões de Estado, sempre evitaram o caminho do meio e se voltaram para os extremos. Porque governar não é outra coisa que manter de tal modo os súditos que eles não te possam nem devam ofender: isto se faz ou assegurando tudo, tirando-lhes qualquer meio de prejudicar-te ou beneficiando-os de modo que não seja razoável que eles desejem mudar a própria sorte. Tudo isso se compreende, primeiro, pela proposta de Camilo e, depois, pela decisão tomada pelo Senado a respeito dela. Suas palavras foram as seguintes: “*Dii immortales ita vos potentes huius consilli fecerunt, ut, sit Latium, na non sit, in vestra manu posuerint. Itaque pacem vobis, quod ad Latinos attinet, parare in perpetuum, vel saeviendo vel ignoscendo potestis. Vultis crudele consulere in deditos victosque? licet delere omne Latium. Vultis exemplo majorum augere rem romanam, victos in civitatem accipiendo? materia crescendi per summam gloriam suppeditat. Certe id firmissimum imperium est, quo obedientes guadent. Illorum igitur anims, dum expectatione stupent, seu poena, seu beneficio praeoccupari oportet.*” [155] ” A esta proposta seguiu-

se a decisão do Senado, que, segundo as palavras do Cônsul, foi que fossem eliminados todos aqueles que detinham o poder ou que foram os beneficiados ou sustentados, fazendo-se exceções e privilégios, dando aos beneficiados a cidadania romana e dando-lhes total proteção; dos outros dividiram as terras, nelas fundaram colônias, levaram-nos a Roma, impuseram-lhes tal diáspora que não poderiam mais fazer dano algum nem com armas nem por conjuras.

Os romanos também jamais trataram com neutralidade, como eu já disse, os que detinham o poder. Este princípio os príncipes devem imitar. Nele deviam ter se baseado os florentinos quando, em 1502, Arezzo e todo o Vale de Chiana se rebelaram: se o tivessem feito, teriam assegurado o seu poderio e tornado grandiosa a cidade de Florença e dado a ela aqueles campos que tanta falta lhe fazem. Mas eles preferiram o caminho do meio, que é danosíssimo quando se trata de julgar os homens, e encarceraram uma parte dos aretinos, outra parte executaram, a todos tiraram as honrarias e os seus antigos postos na cidade e a deixaram inteira. E se, nas discussões, algum cidadão opinava para que Arezzo fosse destruída, diziam-lhe que seria pouco honrável para a república arrasá-la, pois daria a impressão de que Florença não tivesse forças para controlá-la. Tais argumentos são daquele tipo que parece verdadeiro sem o ser, pois isso seria razão para que um príncipe não eliminasse um parricida, um celerado ou um escandaloso, para que não pensassem que ele não dispunha de forças para dominar um único homem, o que seria uma vergonha. E não veem esses que defendem tais opiniões que tanto os homens individualmente como o coletivo de uma cidade às vezes pecam de tal forma contra um Estado, que o príncipe, para sua própria segurança e para que sirva de exemplo para os outros, não tem outro remédio senão eliminá-lo. E a honra consiste, então, em poder e saber castigar a cidade e não em poder, enfrentando mil perigos, mantê-la, pois o príncipe que não castiga quem erra, de modo que não possa mais errar, é considerado ignorante ou covarde.

O quanto é necessária esta lição dada pelos romanos é confirmado ainda pela sentença que deram aos privernenses. Segundo o texto de Tito Lívio, dela se devem notar duas coisas: uma, o que acima se disse: que aos súditos se deve beneficiar ou destruir; a outra, quanto a grandeza de espírito e o falar a verdade são benéficos, quando esta é dita em meio a homens prudentes.

Estava reunido o Senado romano para julgar os privernenses que, tendo se revoltado, depois viram-se forçados a novamente obedecer aos romanos. O povo de Priverno enviou muitos cidadãos para impetrar perdão ao Senado e, estando eles em meio àquele, um senador perguntou a um deles: *“Quam poenam méritos Privernates censeret?”* [156] A isso respondeu um privernense: *“Eam quam merentur qui se libertate dignos censent”* [157] . Replicou o cônsul: *“Quid si poenam remittinus vobis, qualem nos pacem habituros speremus?”* [158] Ao que o outro respondeu: *“Si bonam dederitis, et fidelem et perpetuam; si malam, haud diuturnam”* [159] . Daí, a parte mais sábia do Senado, embora muitos se alterassem, disse: *“Se audivisse vocem et liberi et viri; nec credi posse ullum populum, aut hominem denique in ea conditione cuius eum poenitat, diutius quam necesse sit, mansurum. Ibi pacem esse fidam, ubi voluntarii pacati sint, neque eo loco ubi servitutem esse velint, fidem sperandam esse”* [160] . E, com base nestas palavras, decidiram que os privernenses se tornassem cidadãos romanos e os honraram com os privilégios da cidadania, dizendo: *“Eos demum qui nihil praeterquam de libertate cogitant, dignos esse qui Romani fiant”* . [161] Muito agradou aos grandes caráteres esta verdadeira e generosa resposta, pois qualquer outra seria mentirosa e vil.

Mas, voltando ao nosso tema, concluo, baseando-me nisso e no exemplo deixado pelos latinos: quando se tem cidades para julgar, estando elas habituadas à liberdade, convém destruí-las ou beneficiá-las; toda disposição em contrário é vã. E deve-se evitar totalmente a terceira via, que é danosa, como foi danosa aos sanitas quando detiveram os romanos nos Vales Caudinos [162] , quando não quiseram seguir o parecer daquele velho que aconselhou que se deixasse os romanos irem embora honradamente ou que esmagassem todos; mas, tomando uma terceira via, desarmando-os e subjugando-os, os deixaram partir cheios de ignomínia e desprezo. De modo que, pouco depois, aprenderam a duras penas o quanto era útil a sentença daquele velho e danosa a deliberação que tomaram, como a seu tempo discorreremos.

XXIV

As fortalezas, geralmente, são muito mais danosas que úteis [163] . Os sábios dos nossos tempos parecerá algo pouco meditado o fato de que os romanos, querendo proteger-se dos povos do Lácio e da cidade de Priverno, não pensassem em edificar ali nenhuma fortaleza que servisse de freio contra eles, mantendo-os fiéis, havendo

mesmo um dito em Florença, alegado pelos nossos sábios, que Pisa e outras cidades iguais a ela devem ser controladas pelas fortalezas. E, realmente, se os romanos tivessem sido feitos como eles, teriam pensado em edificá-las, mas, como eram feitos de outra virtude, de outra sabedoria, de outra força, não as construíram. E, enquanto Roma viveu livre, de acordo com as suas instituições e suas virtuosas leis, nunca edificou nenhuma para manter qualquer cidade ou província, mas apenas preservou algumas das edificadas. Vendo o modo de proceder dos romanos neste assunto e o dos príncipes dos nossos tempos, parece-me útil considerar se é útil edificar fortalezas e se trazem dano ou benefício para quem as edifica.

Deve-se, portanto, considerar como são feitas as fortalezas: ou para defender-se dos inimigos ou para defender-se dos súditos. No primeiro caso, elas não são necessárias. No segundo, são danosas. E, para começar explicando porque, no segundo caso, são danosas para quem as faz, digo que, para que um príncipe ou uma república tenha medo dos seus próprios súditos e de que eles se rebelem, é preciso antes que tal pavor nasça do ódio que os súditos nutrem por eles; o ódio, de suas más ações. As más ações nascem ou da crença de poder dominá-los pela força ou da pouca prudência de quem governa; e uma das coisas que os faz crer poder dominá-los pela força é ter junto a si as fortalezas, pois as más ações que dão motivo ao ódio do povo nascem, em boa parte, de ter o príncipe ou a república fortalezas, as quais, tanto quanto seja verdadeiro o que digo, há muito são mais nocivas que úteis. Isso porque, em primeiro lugar, te fazem ser mais audaz e violento para com os súditos; depois, lá dentro não há tanta segurança quanto acreditas haver, pois toda a força, toda a violência que se usa para controlar um povo nada valem, exceto duas: ou estás sempre a pôr em campo um bom exército, como o dos romanos, ou os dissipas, eliminas, desordenas e espalhas de tal modo que não possam conjurar para combater-te. Pois, se tu os empobreces, “*spoliatis arma supersunt*” [164] ; se os desarmas, “*furor arma ministrat*” [165] ; se matas os cabeças e continuas a injuriar os outros, os cabeças renascerão como as cabeças da hidra; se constróis fortalezas, elas são úteis em tempos de paz, porque te dão mais ânimo para fazer-lhes mal, mas, nos tempos de guerra são mais que inúteis, porque são atacadas pelos inimigos e pelos súditos e não é possível resistir a uns e a outros. E nunca foram tão inúteis quanto nos nossos dias, devido às artilharias, de cujo furor não podem se defender os lugares pequenos, como acima dissemos [166] .

Quero falar deste assunto mais de perto. Ou tu, príncipe, queres, com tais fortalezas, pôr cabresto no povo de uma cidade, ou tu, príncipe ou república, queres controlar uma cidade ocupada pela guerra. Quero me dirigir ao príncipe e é a ele que eu digo: para reprimir teus súditos nada pode ser mais inútil que uma fortaleza pelas razões ditas acima, pois ela te deixa mais disposto e menos cauteloso para oprimi-los e tal opressão os deixa mais dispostos a arruinar-te e os incita de tal modo que tal fortaleza não poderá defender-te, embora exista para isso. De modo que um príncipe sábio e bom, para manter-se virtuoso, para não dar razão nem vontade aos súditos de se mostrarem insatisfeitos, jamais fará fortalezas, firmando-se não nelas mas na benevolência dos homens. E, se Francesco Sforza, que se tornou duque de Milão, foi considerado sábio e mesmo assim fez uma fortaleza, digo que nisso ele não foi sábio, e o resultado demonstrou que tal fortaleza foi a perdição e não a salvação dos seus herdeiros pois, julgando que, graças a ela, viveriam seguros e poderiam ofender cidadãos e súditos, perderam aquela cidade tão logo um inimigo os assaltou: a fortaleza nem os defendeu na guerra nem lhes trouxe benefício algum e, na paz, lhes foi danosíssima pois, se eles não a tivessem, e, se por imprudência tivesse agido asperamente para com os seus cidadãos, teriam descoberto o perigo que corriam a tempo e voltariam atrás e, assim, poderiam mais valorosamente resistir ao ímpeto dos franceses sem a fortaleza e com a amizade dos súditos do que tendo a fortaleza e a inimizade do povo. Das fortalezas não tiras proveito algum pois, ou elas se perdem devido à traição de quem as guarda ou pela vitória de quem as assalta ou por fome. E, se queres que elas te sirvam e te ajudem a recuperar um estado perdido onde tão só a fortaleza te resta, convém que tenhas um exército com o qual possas assaltar aquele que te expulsou, e, tendo esse exército, reaverias o estado de qualquer maneira, mesmo que não houvesse fortaleza, e o farias, ainda mais facilmente, tendo homens que te fossem mais fiéis do que o seriam se os tivesses maltratado pelo orgulho de ter uma fortaleza. E a experiência mostrou que a fortaleza de Milão não teve utilidade alguma nem para as forças de Sforza, nem para os franceses, nem contra os adversários de um ou outro lado; antes, a todos causou grandes males e ruínas, não tendo eles pensado em usá-la para manter o Estado de modo mais honesto.

Guidublado, duque de Urbino, filho de Frederigo, que, no seu tempo, foi muito estimado, foi expulso de seu estado por César Bórgia, filho do papa

Alexandre VI. Quando, depois, surgiu a oportunidade de retornar, destruiu todas as fortalezas que havia naquela província, julgando-as prejudiciais, pois, sendo amado pelos cidadãos, por respeito a eles, não as queria e, quanto aos inimigos, via que não podia defendê-las, uma vez que elas necessitavam de um exército que as protegesse, de modo que resolveu destruí-las.

O papa Júlio, após ter expulso os Bentivogli de Bolonha, ergueu naquela cidade uma fortaleza e depois exterminava aquele povo por meio de um governador, de modo que a população se rebelou e ele logo perdeu a fortaleza e, assim, de nada lhe serviram a fortaleza e as ofensas, embora poderiam lhe ter sido úteis se agisse de outra forma.

Niccolò da Castello, pai de Vitelli, tendo voltado à sua pátria, da qual havia sido exilado, imediatamente destruiu as fortalezas que o papa Sisto IV tinha lá edificado, julgando que teria de manter o poder não com fortalezas mas com a benevolência do povo.

Mas, de todos os outros exemplos, o mais fresco e mais lamentável de todos e apto a demonstrar a inutilidade que é edificá-las e a utilidade do destruí-las é o de Gênova, ocorrido no passado recente. Todos sabem como, em 1507, Gênova se rebelou contra Luís XII da França, o qual veio pessoalmente e com todas as suas forças para reconquistá-la e, tendo-a recuperado, construiu uma fortaleza mais forte que todas as outras das quais se tem notícia até hoje, pois tanto a sua localização quanto todas as outras circunstâncias a faziam inexpugnável, situada sobre a ponta de uma colina que se estende para o mar, chamada pelos genoveses de Codefà e, de lá, se via todo o porto e grande parte da cidade de Gênova. Ocorreu, porém, que, em 1512, tendo as tropas francesas sido expulsas da Itália, Gênova, apesar da fortaleza, se rebelou e Ottaviano Fregoso tomou o poder na cidade que, com toda sorte de indústria, ao término de dezesseis meses a expugnou pela fome. E todos acreditavam nela e muitos o aconselharam que a conservasse como refúgio para o caso de algum imprevisto mas ele, prudentíssimo, sabendo que não eram as fortalezas mas a vontade dos homens que mantinham os príncipes no poder, as destruiu. E assim, sem fundamentar o seu poder na fortaleza mas em sua própria virtude e prudência, o manteve e o mantém. E, se antes bastavam mil soldados para tomar o poder em Gênova, os seus adversários o tentaram com dez mil e não puderam derrubá-lo. Vê-se, portanto, deste exemplo, como o destruir a fortaleza não prejudicou Ottaviano e o construí-la não defendeu o rei. Pois, se ele pudesse

vir à Itália com o seu exército, poderia recuperar Gênova mesmo se não houvesse fortaleza mas, como ele não pôde vir à Itália com o exército, não pôde manter Gênova, embora lá tivesse uma fortaleza. Foi, portanto, um desperdício para o rei fazê-la e vergonhoso perdê-la; para Ottaviano, foi glorioso conquistá-la e útil destruí-la.

Mas vejamos as repúblicas que constroem fortalezas não em solo pátrio mas nas terras que conquistam. E, para mostrar esse erro, se não bastasse o exemplo dado da França e de Gênova, espero que me bastem Florença e Pisa, onde os florentinos construíram fortalezas para manter aquela cidade sem reconhecer que uma cidade que sempre foi inimiga do nome florentino, habituada à liberdade, e que tem a rebelião como refúgio para essa liberdade, era necessário, querendo-a para si, observar o proceder romano – ou torná-la aliada ou destruí-la, pois a virtude das fortalezas foi demonstrada quando da vinda do rei Carlos, ao qual elas se entregaram ou devido à pouca fidelidade de quem as guardava ou por temor de um mal maior. Mas, se elas não existissem, os florentinos não teriam confiado a elas a manutenção de Pisa e tal rei não teria podido, por meio delas, privar os florentinos daquela cidade e os procedimentos pelos quais ela tivesse sido mantida até então teriam sido suficientes para conservá-la e, sem dúvida, não teriam tido um resultado ainda pior que o das fortalezas.

Concluo, portanto, que, para manter a própria pátria, a fortaleza é danosa; para manter as terras conquistadas, as fortalezas são inúteis e espero que me baste a autoridade dos romanos que, nas terras que desejavam manter por meio da força, desmuravam ao invés de murar. E a quem contra esse argumento me alegasse que Taranto, nos tempos antigos, e, nos modernos, Bréscia, recuperaram, por meio das fortalezas, as suas terras, cujos súditos se haviam rebelado, respondo que, para que se reouvesse Taranto ao cabo de um ano, Fábio Máximo foi enviado com todo o seu exército, o qual estaria apto a fazê-lo mesmo que não houvesse a fortaleza e, se Fábio usou tal meio, se ela não existisse, teria usado um outro que daria o mesmo resultado. E eu não sei de que serventia seja uma fortaleza que, para entregar-te a terra, precise, para recuperá-la, de um exército consular e de um Fábio Máximo como capitão. E que os romanos tê-la-iam reavido de qualquer maneira se vê pelo exemplo de Cápuia, onde não havia fortaleza, e que foi reconquistada graças à virtude do exército.

Mas falemos de Bréscia. Digo que raras vezes ocorre o que ocorreu naquela rebelião: que a fortaleza permaneça em tuas mãos, tendo se rebelado a terra,

e tenhas um exército grande e propício como era o dos franceses, pois, estando Monsenhor de Foix, capitão do rei, com o exército em Bolonha, ao saber da perda de Bréscia, sem pensar duas vezes, foi até lá e, três dias após chegar a Bréscia, reconquistou a terra com a fortaleza. Portanto, a fortaleza de Bréscia precisou que, em três dias, a socorresse. Assim, esse exemplo não serve de contra-argumento pois várias fortalezas foram tomadas e retomadas nas guerras dos nossos dias da mesma forma que são tomados e retomados os campos, não somente na Lombardia como na Romanha, no reino de Nápoles e por todas as partes da Itália.

Mas, quanto ao edificar fortalezas para defender-se de inimigos de fora, digo que não são necessárias àqueles povos e àqueles reinos que têm bons exércitos e, àqueles que não os têm, são inúteis, porque os bons exércitos, sem as fortalezas, são suficientes para defenderem-se; as fortalezas, sem bons exércitos, não te podem defender. E isto é demonstrado pela experiência daqueles que se mostraram excelentes tanto nos governos quanto nas outras coisas, como se vê quanto aos romanos e aos espartanos, pois, se os romanos não edificaram fortalezas, os espartanos não apenas se abstinham delas, como não permitiam que houvesse muros em torno das suas cidades, pois queriam que a virtude de cada cidadão, ao invés de outra proteção qualquer, as defendesse. Daí que, tendo um ateniense perguntado a um espartano se as muralhas de Atenas lhe pareciam belas, este respondeu: “Sim, caso fossem habitadas por mulheres”.

Portanto, ao príncipe que, tendo um bom exército, tivesse também no litoral e na fronteira do seu país fortalezas capazes de sustentar o inimigo pelo tempo que desejasse, elas seriam úteis algumas vezes, mas não necessárias. Mas, quando o príncipe não tem um bom exército, ter fortalezas espalhadas pelo país ou na fronteiras, ser-lhe-á danoso ou inútil: danoso porque facilmente perdê-las-á e, perdidas, far-lhe-ão guerra ou se, acaso sejam tão fortes que o inimigo não as possa ocupar, serão deixadas para trás pelo exército inimigo e não darão resultado algum, pois os bons exércitos, quando não têm um galhardíssimo oponente, entram nos países inimigos sem consideração alguma por qualquer cidade ou fortaleza que deixem para trás, como se vê nas histórias antigas e como se viu Francesco Maria fazer, o qual, em tempos recentes [\[167\]](#) , para assaltar Urbino deixou para trás, sem preocupação alguma, dez cidades inimigas.

Portanto, o príncipe que pode constituir um bom exército pode fazê-lo sem edificar fortalezas e o que não tem um exército não edificá-las. Deve

preparar bem a cidade onde habita, mantê-la munida e bem dispostos os seus cidadãos para sustentar um ataque inimigo até que um acordo ou um auxílio externo o salve. Todos os outros projetos são dispendiosos nos tempos de paz e inúteis nos tempos de guerra. E, assim, quem considerar tudo o que eu disse reconhecerá os romanos como sábios em todos os seus procedimentos, assim como foram prudentes ao julgarem os latinos e os privernenses onde, não se ocupando de fortalezas, com meios mais virtuosos e mais sábios protegeram-se.

XXV

De como é prejudicial assaltar uma cidade desunida para ocupá-la valendo-se de tal desunião.

Tanta era a desunião entre os plebeus e a nobreza na República Romana que os veientes, juntamente com os etruscos, pensaram poder extinguir o nome romano valendo-se de tal desunião. E, tendo eles formado exército e invadido os campos de Roma, o Senado enviou contra eles Gaio Manílio e Marco Fábio que, tendo conduzido o exército romano próximo ao exército dos veientes, não cessavam estes de com assaltos e opróbrios ofender e vituperar o nome romano e tanta foi a temeridade e a insolência deles que os romanos, de desunidos que estavam, uniram-se e, na refrega, os sovaram e os venceram.

Vê-se, portanto, o quanto se enganam os homens, como acima dissemos, ao tomarem partido e como, muitas vezes, cuidam ganhar alguma coisa e a perdem. Cuidavam os veientes que, assaltando os romanos desunidos, vencê-los-iam e tal assalto foi a causa da união destes e a ruína daqueles. Pois o que mais leva à desunião das repúblicas são o ócio e a paz; o que motiva a união são o medo e a guerra. E, se os veientes tivessem sido sábios, teriam, quanto mais desunida vissem Roma, tanto mais a manteriam distante da guerra e tê-la-iam procurado oprimir com as artes da paz. O meio para tanto é buscar a confiança daquela cidade que estiver desunida e, como árbitro entre as facções, manipulá-las, até que partam para as armas. Quando em luta armada, conceder lentos favores à parte mais fraca, tanto para mantê-la por mais tempo na guerra e consumir-se, como para que eles não desconfiem que tu os queres oprimir e tornar-te seu príncipe. E, sendo bem usada tal estratégia, é quase certo alcançares o fim que almejas.

A cidade de Pistoia, como eu disse em outro capítulo sobre outro tema [\[168\]](#), não caiu nas mãos de Florença por meio de outra arte que não esta pois, estando ela dividida e favorecendo os florentinos ora uma parte, ora

outra, sem ganho para uma ou outra, levaram-na a um tal termo que, dilacerada por aquele cotidiano tumultuoso, veio espontaneamente jogar-se nos braços de Florença.

A cidade de Siena jamais mudou de condição com os favores dos florentinos senão quando os favores foram débeis e escassos. Pois, quando estes eram muitos e generosos, tornaram aquela cidade unida na defesa do estado reinante.

Quero acrescentar um outro exemplo aos já citados: Filippo Visconti, duque de Milão, muitas vezes fez guerra aos florentinos, confiando nas desuniões entre eles, e sempre saiu perdedor, de modo que teve de admitir, lamentando suas investidas, que as loucuras dos florentinos o haviam feito gastar inutilmente dois milhões em ouro.

Viram-se, portanto, como acima se disse, enganados os veientes e os toscanos por essa falácia e foram, ao fim de uma batalha, vencidos pelos romanos. E, do mesmo modo, no porvir, ver-se-á enganado todo aquele que, por igual caminho e por semelhante argumento, acreditar que poderá oprimir um povo.

XXVI

O vilipêndio e o vitupério geram ódio contra aqueles que os usam, sem que deles tirem proveito.

Creio que uma das grandes virtudes que os homens praticam seja absterem-se de ameaçar ou injuriar alguém com palavras, pois nem uma coisa nem outra tiram as forças do inimigo, mas uma o faz mais cauteloso e a outra o faz ter ainda mais ódio contra ti e pensar com maior indústria em ofender-te. Vê-se isso pelo exemplo dos veientes, do qual se falou no capítulo anterior, os quais, à injúria da guerra acrescentaram contra os romanos o opróbrio das palavras, do qual todo capitão prudente deve fazer os seus soldados se absterem, pois são coisas que inflamam o inimigo e o incitam à vingança e, em parte alguma, o impedem, como já disse, de ofender-te; tanto que são armas que se voltam contra ti.

Disto há um exemplo notável na Ásia, onde Cobades, capitão dos persas, tendo estado em Amida muito tempo e tendo decidido, cansado do tédio do assédio, ir-se embora, saindo já com o acampamento, os nativos, tendo subido nas muralhas, assoberbados pela vitória, não pouparam nenhum tipo de injúria, vituperando, acusando e reprovando a covardia e a poltronaria do inimigo. Então, Cobades, irritado, mudou de ideia e, uma vez de volta ao assédio, tanta foi a indignação pela injúria sofrida que, em poucos dias,

tomou a cidade e a saqueou. E o mesmo aconteceu aos veientes que, como já disse, não contentes em fazer guerra aos romanos, ainda os vituperavam verbalmente e, indo ao encontro deles para dizer-lhes injúrias, os irritaram ainda mais com as palavras que com as armas e aqueles soldados que, antes, combatiam de má vontade, forçaram os cônsules a atizar a luta, de modo que os veientes sofreram o castigo, tal como no exemplo anterior, da própria contumácia.

Têm, portanto, aqueles que lideram bons exércitos e os bons governadores de repúblicas que tomar todas as providências oportunas para que injúrias e vitupérios não sejam praticados em sua cidade ou em seu exército, nem internamente nem contra o inimigo, pois, usados contra o inimigo, resultam nos inconvenientes já citados; internamente, causarão ainda maior mal, caso não sejam reparados da forma como os homens prudentes os têm sempre reparado.

Tendo as legiões romanas, situadas em Cápua, conjurado contra os capuanos, como a seu tempo se discorrerá, e, tendo dessa conjura nascido uma sedição, reprimida depois por Valério Corvino, entre outras determinações feitas no acordo, foram ordenadas penas gravíssimas para aqueles soldados que alguma vez reprovassem a algum daqueles soldados tal sedição.

Tibério Graco, nomeado, na guerra contra Aníbal, capitão de certo número de servos que os romanos, por falta de homens, haviam recrutado, ordenou, entre os seus primeiros atos, pena capital para qualquer um que criticasse a condição servil de algum dentre eles.

Tanto consideraram os romanos, como acima se disse, danoso o vilipendiar os homens e o reprovar neles qualquer vergonha, por não haver coisa que acenda todos os ânimos nem gere maior antipatia, não importa se tenha sido a sério ou por zombaria: “*Nam facetiae asperae, quando nimium ex vero traxere, acrem sui memoriam relinquunt*” [169].

XXVII

Aos príncipes e às repúblicas deve bastar a vitória, pois, na maioria das vezes em que não basta ganhar, se perde.

O uso de palavras pouco honrosas contra o inimigo provém, na maioria das vezes, de uma insolência que te dá a vitória ou a falsa esperança da vitória, falsa esperança esta que faz os homens errarem não somente em palavras como em ações. Pois tal esperança, quando entra no peito dos homens, os faz perder o senso e, na maioria das

vezes, perdem aquela oportunidade de obterem um bem certo, esperando obter um melhor incerto. E, por ser este um tema digno de consideração, enganando-se dessa maneira muitas vezes os homens e com prejuízo para o próprio Estado, decido demonstrá-lo com exemplos antigos e modernos, por não ser possível demonstrá-lo tão distintamente só com discursos.

Aníbal, depois de ter vencido os romanos em Canas, enviou oradores a Cartago como sinal de vitória e para pedir subsídios. O Senado discutiu o que deveria ser feito quanto a isso. Annon, um velho e prudente cidadão cartaginês, aconselhava que se usasse sabiamente tal vitória para fazer a paz com os romanos, sendo possível fazê-la em condições justas, uma vez tendo eles vencido, pois, depois de uma derrota, não poderiam esperar o mesmo, pois a intenção dos cartagineses deveria ser mostrar aos romanos como eles se bastavam para combatê-los e, tendo-se obtido uma vitória, não buscassem perdê-la na esperança de uma maior. Não foi acatado tal conselho mas, bem depois, o Senado cartaginês o reconheceu sábio quando a oportunidade já era perdida.

Tendo Alexandre Magno conquistado já todo o Oriente, a república de Tiro, nobre naqueles tempos e poderosa por terem a sua cidade na água como os venezianos, tendo visto a grandeza de Alexandre, enviou-lhe embaixadores para dizer-lhe que desejavam ser bons súditos seus e prestar-lhe obediência, desde que não tivessem que aceitar a ele nem à sua gente na cidade; daí que Alexandre, ofendido por querer uma cidade fechar-lhe suas portas quando o mundo todo lhe tinha aberto as suas, rejeitou-os e, não aceitas as condições deles, foi-lhes de encontro. A cidade era na água e muito bem servida de víveres e munições necessárias à sua defesa, de modo que Alexandre, depois de quatro meses, viu uma cidade que tirava à sua glória mais tempo que aquele tomado por muitas outras já conquistadas e deliberou tentar um acordo e conceder-lhes o que eles próprios tinham reivindicado. Mas os de Tiro, ensoberbados, não apenas não quiseram aceitar o acordo mas eliminaram os que foram propô-lo. Daí que Alexandre, ofendido, com tanta energia partiu para a expugnação, que a tomou e destruiu, e matou e fez escravos os homens.

Veio, em 1512, um exército espanhol ao território florentino para restaurar os Medici em Florença e repartir a cidade, conduzidos por cidadãos lá dentro, que lhes haviam dado a esperança de que, tão logo estivessem em território florentino, pegariam em armas para favorecê-los e, tendo eles chegado e não aparecendo ninguém, tendo eles carência de víveres,

tentaram um acordo. Daí, ensoberbado, o povo de Florença não o aceitou. O resultado foi a perda de Prato e a ruína da cidade.

Não podem, portanto, os príncipes que são assaltados cometer maior erro, quando o assalto é feito por homens muito mais poderosos que eles, que recusar um acordo, especialmente quando lho oferecem, pois não haverá oferta tão baixa que não contenha em alguma parte um benefício para quem a aceitar e tal será parte de sua vitória. Pois deveria bastar ao povo de Tiro que Alexandre aceitasse as condições que ele inicialmente rejeitara e já seria uma grande vitória para eles, uma vez que tinham feito, com suas armas, condescender um tão grande homem à vontade deles.

Também devia bastar ao povo florentino, pois já seria para eles grande vitória que o exército espanhol cedesse a alguma das suas vontades, e as deles não abarcassem tudo, pois a intenção daquele exército era mudar o Estado em Florença, tirá-lo da sujeição à França e extrair dele dinheiro. Se, dessas três coisas, eles obtivessem as duas últimas e restasse ao povo uma, que era a conservação do Estado, isto traria a todos alguma honra e alguma satisfação; nem o povo devia cuidar daquelas duas, uma vez que ficasse vivo; nem devia querer, embora vislumbresse uma vitória maior e quase certa, colocar-se nas mãos da sorte, pondo em risco seu último trunfo, o que prudente algum jamais arrisca senão quando necessitado.

Aníbal, tendo deixado a Itália, onde estivera dezesseis anos gloriosamente, convocado pelos seus cartagineses para socorrer a pátria, encontrou vencidos Asdrúbal e Sifaz; encontrou perdido o reino da Numídia e reduzida Cartago aos limites das suas muralhas, à qual não restava outro refúgio que as tais muralhas e o próprio exército. Reconhecendo que aquele era o último trunfo de sua pátria, não quis pô-la em risco antes de ter testado todos os outros remédios e não se envergonhou de pedir a paz, julgando que, se algum remédio havia para a sua pátria, era a paz e não a guerra. Sendo-lhe a paz negada, não quis deixar de combater temendo a derrota, pois julgava ainda poder vencer ou, perdendo, perder gloriosamente. E se Aníbal, que era tão virtuoso e tinha o seu exército inteiro, buscou antes a paz que a guerra quando viu que, perdendo-a, sua pátria tornar-se-ia serva, o que deve fazer um outro com menos virtude e menos experiência que ele? Mas os homens cometem esse erro, pois não sabem pôr um termo às suas esperanças e, baseando-se nelas, sem ponderar de outra forma, arruinam-se.

O quanto é perigoso para uma república ou um príncipe não vingar uma injúria feita contra o público ou o privado.

Oque acontece por se fazer insultos aos homens facilmente se conhece pelo que aconteceu aos romanos quando eles mandaram os três Fábios como oradores aos gauleses que tinham vindo assaltar a Toscana e, em particular, Chiusi. Pois, tendo o povo de Chiusi pedido ajuda aos romanos contra os gauleses, os romanos mandaram embaixadores aos gauleses para que lhes dissessem, em nome do povo romano, que parassem de fazer guerra aos toscanos. Tais oradores estavam mais dispostos a fazê-lo que a dizê-lo e, quando gauleses e toscanos lutavam entre si, colocaram-se entre estes contra aqueles e o resultado foi que, sendo por eles conhecidos, toda a raiva que tinham contra os toscanos se voltou contra os romanos. Tal raiva aumentou ainda mais quando, após terem os gauleses feito uma querela com o Senado romano por meio de seus embaixadores por causa de tal injúria, reivindicando que, como satisfação do dano sofrido, lhes fossem entregues os ditos Fábios, não apenas eles não lhes foram entregues nem de outra forma castigados, mas, por ocasião dos comícios, foram eleitos tribunos com poderes de cônsules. De modo que, vendo os gauleses honrados aqueles que deveriam ser punidos, consideraram tudo aquilo como injúria e ignomínia e, ardentes de injúria e ira, vieram assaltar Roma e a tomaram quase toda, exceto o Capitólio. Tal ruína aconteceu aos romanos só por não observarem a justiça, pois, tendo pecado os seus embaixadores “*contra ius gentium* [170]”, devendo ser castigados, foram honrados.

Por isso, deve-se considerar quanto cada república e cada príncipe devem cuidar para não cometer igual injúria, não só contra uma coletividade mas também contra um particular. Pois se um homem é ofendido grandemente pelo público ou pelo privado e não é vingado conforme lhe convém, se vive numa república, busca, ainda que com a ruína desta, vingar-se; se vive sob um príncipe, e é generoso, não se aquieta nunca até que, de alguma maneira, se vingue contra ele, como se visse nele a razão do seu mal.

Para constatar isto não há exemplo mais belo nem mais verdadeiro que o de Felipe da Macedônia, pai de Alexandre. Havia em sua corte um jovem belo e nobre de nome Pausânias, pelo qual estava apaixonado Attalo, um dos primeiros junto a Felipe e, tendo este muitas vezes tentado seduzi-lo e encontrando-o desinteressado em semelhantes coisas, deliberou obter com engano e à força o que por outro meio via que não poderia obter. E, tendo feito um solene convite ao qual compareceram Pausânias e muitos outros

rapazes, depois que todos estavam cheios de comer e beber, fez com que prendessem Pausânias e, tendo-o conduzido a um lugar reservado, não somente satisfizesse à força a sua libido mas, ainda, para maior ignomínia, fez com que muitos outros o vituperassem da mesma maneira. Desta injúria Pausânias queixou-se muitas vezes com Felipe, o qual, mantendo-o, por muito tempo, na esperança de vingá-lo, não somente não o vingou mas indicou Attalo para o governo de uma província na Grécia. Nisso, Pausânias, vendo o seu inimigo honrado e impune, voltou todo o seu ódio contra Felipe, que não o tinha vingado. E, numa manhã solene em que se deram as núpcias da filha de Felipe, que ele tinha dado como esposa a Alexandre de Epiro, indo Felipe ao templo para celebrar [as núpcias] em meio aos dois Alexandres, o genro e o filho, matou-o. Tal exemplo é muito semelhante ao dos romanos e notável para quem governa: que nunca estime tão pouco um homem a ponto de pensar que, acrescentando injúria contra injúria, o injuriado não pensará em vingar-se apesar de todos os perigos e danos.

XXIX

A fortuna cega os homens quando não quer que eles se oponham aos seus desígnios.

Se considerarmos bem como procedem as coisas humanas, veremos muitas vezes surgirem obstáculos e acontecerem acidentes contra aquilo que os céus decididamente não querem que suceda. E, se isso que eu digo aconteceu em Roma, onde havia tanta virtude, tanta religião e tanta ordem, não é de espantar que aconteça muito mais vezes em uma cidade ou em uma província onde falem as coisas acima. E porque seja este ponto notável até para demonstrar o poder celeste sobre as coisas humanas, Tito Lívio largamente e com palavras eficabilíssimas o demonstra, dizendo como, querendo o Céu que, de algum modo, os romanos conhecessem o seu poder, fez primeiro com que falhassem aqueles Fábios que foram como embaixadores aos gauleses e, mediante a obra deles, os incitou a fazer guerra a Roma; depois, fez com que, para reprimir tal guerra não se fizesse coisa alguma digna do povo romano, tendo primeiro feito com que Camilo, o único que podia dar remédio a tão grande mal, fosse mandado exilado para Ardea; depois, vindo os gauleses a Roma, aqueles que, para enfrentar o ímpeto dos volscos e de outros inimigos vizinhos tinham, muitas vezes, eleito um ditador, ao aproximarem-se os gauleses, não o fizeram. Também ao escolherem os soldados, escolheram-nos fracos e sem qualquer

diligência extraordinária, e foram estes tão preguiçosos ao pegar as armas que, fatigados, foram então ao encontro dos gauleses sobre o rio Ália, a dez milhas de Roma. Lá os tribunos estabeleceram acampamento sem qualquer prudente diligência, não inspecionando antes o local e não cercundando-o com fosso nem cercando-o com estacas, não valendo-se de nenhum auxílio humano ou divino, e, ao organizar o ataque, fizeram os batalhões escassos e fracos, de modo que nem os soldados nem os capitães fizeram algo digno da romana disciplina. Combateu-se, então, sem sangue algum, porque eles fugiram antes de serem atacados e a maior parte se mandou para Veios, a outra se retirou para Roma, os quais, sem nem mesmo entrar em suas casas, foram ao Capitólio, de modo que o Senado, sem pensar em defender Roma, não fechou mais que as portas e parte fugiu e outra parte entrou com os outros no Capitólio. Então, estes, para defendê-lo, não xingaram os outros de gente inútil. Levaram para lá todo o alimento que puderam a fim de que pudessem suportar o cerco e a maior parte da inútil turba de velhos, mulheres e crianças fugiu para as terras circunvizinhas, ficando os remanescentes em Roma, prisioneiros dos gauleses. De modo que quem houvesse lido as coisas feitas por aquele povo tantos anos antes e lesse depois tais fatos, não poderia, de maneira alguma, crer que fosse o mesmo povo. E, depois de narrar toda a desordem acima, Tito Lívio conclui dizendo: “*Adeo obcaecat animos fortuna, cum vim suam ingruentem refringi non vult*” [171]. Os homens que vivem cotidianamente sob grande adversidade ou em grande prosperidade não merecem nem louvores nem críticas – esta conclusão não poderia ser mais verdadeira porque, na maioria das vezes, se vê que os homens são levados à ruína ou à grandeza por uma enorme circunstância que os Céus lhes impuseram, dando-lhes ou negando-lhes a oportunidade de agir virtuosamente.

A fortuna, quando quer que aconteçam grandes feitos, sabe muito bem escolher um homem de tão grande espírito e virtude a ponto de reconhecer as oportunidades que ela lhe oferece. Da mesma forma, quando quer provocar grandes ruínas, ela favorece homens que contribuam para tal ruína. E, se houver alguém que a queira impedir, ela ou o elimina ou o priva de todos os meios de produzir algum bem. Este texto nos mostra muito bem como a fortuna, para exaltar Roma e conduzi-la àquela grandeza, julgou ser necessário abatê-la (como longamente discorreremos no princípio do próximo livro), mas não quis arruiná-la totalmente. Isto se vê pelo fato de ela ter feito Camilo ser exilado e não morto; fez saquear Roma e não o

Capitólio; providenciou que os romanos não pensassem em nada para defender a cidade; para defender o Capitólio, depois, não faltaram boas idéias. Fez com que, para que Roma fosse capturada, que a maior parte dos soldados derrotados em Ália fugissem para Veios e, assim, fechou todos os caminhos para a defesa de Roma. E, ao fazer isso, preparou tudo para que fosse recuperada, tendo conduzido um exército romano inteiro a Veios e Camilo a Ardea, a fim de poder fazer boa figura, valendo-se de um capitão não maculado por ignomínia alguma pela derrota e inteiro na sua reputação para a recuperação da pátria.

Pode-se acrescentar, confirmando o que já foi dito, qualquer exemplo moderno, mas, por não julgá-lo necessário, podendo este satisfazer a todos, deixemos os outros de lado. Reafirmo que os homens podem seguir a fortuna e não opôr-se a ela; podem tecer as suas tramas mas não rompê-las. Devem, no entanto, sabendo para onde ela vai, e, andando ela por vias transversas e ignotas, é preciso sempre esperá-la e, esperando-a, não se acomodarem em nenhuma bem-aventurança ou em nenhuma dificuldade em que se encontrem.

XXX

As repúblicas e os príncipes realmente capazes não conquistam amizades com dinheiro, mas com a virtude e a reputação das suas forças.

Estavam os romanos cercados no Capitólio e, embora esperassem que Veios e Camilo os socorressem, oprimidos pela fome, propuseram aos gauleses uma certa quantidade de ouro como resgate e, quando, conforme o acordo, já estavam pesando o ouro, lhes sobreveio Camilo com o seu exército; a fortuna fez isso, diz o historiador, “*ut Romani auro redempti non viverent*” [172]. Tal fato não é notável somente por isso, mas *etiam* [173] no processo dos feitos dessa República, de onde vemos que nunca conquistaram terras com dinheiro, mas sempre mediante a virtude das armas, o que, acredito jamais tenha acontecido em nenhuma outra república. E, entre tantos sinais pelos quais se reconhece o poder de um Estado forte, um é ver como ele convive com seus vizinhos. E, quando se porta de tal modo que os vizinhos, para tê-lo como aliado, pagam-lhe tributos, então é indício certo de que tal Estado é potente; mas, quando os ditos vizinhos, ainda que inferiores a ele, tiram-lhe dinheiro, então é um grave sistema de sua fraqueza.

Leiam-se todas as Histórias de Roma e ver-se-á que os masselienses, os éduos, os rodenses, Hierão de Siracusa, os reis Eumênes e Massimissa,

todos eles vizinhos dos limites do Império Romano, para terem a amizade dele, contribuía com impostos e tributos para as despesas dele, não querendo em troca mais que serem por ele defendidos.

O contrário se verá nos Estados fracos a começar por este nosso de Florença que, em tempos passados, em seus tempos áureos, não havia um senhorzinho na Romanha que não recebesse dele subsídios; e os dava também aos de Perúgia, Città di Castello e a todos os seus vizinhos. Mas, se esta cidade estivesse armada e orgulhosa, teria sido tudo ao contrário, pois muitos, para que os protegêssemos, teriam nos dado dinheiro e, ao invés de nos vender sua amizade, teriam procurado comprar a nossa.

Não foram apenas os florentinos a praticar tal vileza, mas também os venezianos e o rei da França, que, embora tenha um tal reino, paga tributo aos suíços e ao rei da Inglaterra. Tudo isso por terem desarmado seus cidadãos e terem tal rei e os que acima citei preferido a presente oportunidade de saquear o povo e evitar um perigo mais imaginário que real ao invés de fazerem coisas que lhes dariam segurança e trariam aos seus estados uma perpétua felicidade. Tal desordem, embora gere, por algum tempo, uma certa paz, com o tempo será motivo de necessidades, danos e ruínas irremediáveis. E seria demorado contar quantas vezes os florentinos, os venezianos e o reino da França tiveram de comprar a paz e quantas vezes foram submetidos a uma ignomínia a qual, apenas uma vez, os romanos estiveram quase a submeter-se. Demoraria dizer quantas terras os florentinos e os venezianos compraram, e, depois, o resultado foi a desordem, pois as coisas que com ouro são conquistadas não se sabe defender com o ferro.

Os romanos observaram este bom alvitre e este proceder enquanto foram livres, mas, depois que se submeteram aos imperadores e que os imperadores começaram a ser vis e a amar mais a sombra que o Sol, começaram também eles a negociar ora com os partos, ora com os germanos, ora com outros povos vizinhos, o que deu início à ruína de tão grande império.

Originam-se, portanto, tais inconvenientes de se manter desarmados tais cidadãos. Destes resulta um outro maior: quanto mais o inimigo te ameaça, mais fraco te tornas. Pois quem vive dessa maneira trata mal os seus súditos que estão dentro dos seus domínios e bem aqueles que estão nos confins do seu império, a fim de ter homens bem dispostos a manter o inimigo afastado. O resultado é que, para mantê-lo distante, dá subsídios àqueles

senhores e povos que estão próximos às suas fronteiras. Daí que os Estados que assim fazem oferecem um pouco de resistência em suas fronteiras, mas, quando o inimigo as ultrapassa, não têm mais defesa alguma. E não percebem que tal procedimento é contra qualquer bom senso, pois o coração e as partes vitais de um corpo devem estar sempre armados e não as suas extremidades, pois, sem estas se vive mas, ferido aquele, se morre e tais Estados mantêm o coração indefeso e as mãos e os pés armados.

O resultado de tal desordem em Florença nós já vimos e vemos todos os dias: quando um exército atravessa as fronteiras e entra, rumo ao coração, não encontra resistência alguma. Há poucos anos, vimos a mesma coisa acontecer aos venezianos e, se a cidade deles não fosse circundada pelas águas, teria sido o fim. A França não passou muitas vezes por essa experiência por ser aquele reino tão grande que tem poucos inimigos superiores a ele. No entanto, quando os ingleses, em 1513, assaltaram aquele reino, todo o país tremeu e o próprio rei e alguns mais julgavam que uma só derrota pudesse tirar-lhes o reino e a soberania.

Aos romanos sucedia o contrário: quanto mais o inimigo ameaçava Roma, mais forte aquela cidade tornava-se para resistir-lhe. E se viu, na vinda de Aníbal à Itália, que, após três derrotas e depois de tantos capitães e soldados terem sido mortos, eles puderam não somente sustentar o inimigo como vencer a guerra. Tudo depende de se ter bem armado o coração e ocupar-se menos das extremidades. Pois o fundamento daquele estado era o povo de Roma, a herança latina, as outras cidades aliadas na Itália e as suas colônias, de onde eles recrutavam tantos soldados que foram suficientes para enfrentar e conquistar o mundo. A veracidade disto se atesta pela pergunta que o cartaginês Annon fez àqueles representantes de Aníbal depois da derrota em Canas, os quais, tendo enaltecido os feitos de Aníbal, foram questionados por Annon se algum dos romanos tinha ido a eles para pedir paz e se, entre os latinos e entre as colônias, tinha havido alguma rebelião contra os romanos, e, negando eles uma e outra coisa, replicou Annon: “Nesta guerra está tudo como dantes”.

Vê-se, portanto, por estas palavras e por aquilo que muitas vezes dissemos, que diferença há entre o procedimento das repúblicas atuais e o das antigas. Vê-se, ainda, por causa disto, todos os dias surpreendentes perdas e conquistas. Pois, onde os homens têm pouca virtude, a fortuna exerce imensamente a sua força e, por ser ela volúvel, as repúblicas e os Estados variam bastante, e variarão sempre até que surja alguém que ame tanto a

Antiguidade que dome a fortuna de modo que ela não tenha a oportunidade de mostrar, a cada volta que o Sol dá, o quanto pode.

XXXI

O quanto é perigoso confiar nos banidos.

Não me parece fora de propósito dissertar entre estes discursos o quanto é perigoso confiar naqueles que são expulsos da própria pátria, sendo isso o tipo de coisas praticadas todos os dias por aqueles que detêm o poder. Isso pode muito bem ser demonstrado com um exemplo memorável citado por Tito Lívio nas suas histórias, embora se desvie do seu tema.

Quando Alexandre Magno passou com seu exército pela Ásia, Alexandre de Epiro, seu cunhado e tio, veio com sua gente à Itália chamado por banidos lucanos, os quais lhe deram esperança de que poderia, graças a eles, ocupar toda a província. Daí ele, vindo à Itália, tendo fé e esperança neles, foi por eles morto, uma vez que lhes haviam prometido o retorno à pátria se o eliminassem.

Deve-se portanto, considerar o quanto são vãs as fidelidades e as promessas daqueles que se encontram exilados da sua pátria, porque, quanto à fidelidade, deve-se considerar que eles podem, em algum momento, retornar à sua pátria por outros meios que não os teus, e, que, assim te abandonarão e juntar-se-ão a outros, apesar de quantas promessas te tiverem feito. E, quanto às vãs promessas e esperanças, é tão extremo o desejo que eles têm de voltar para casa, que acreditam naturalmente em muitas coisas que são falsas e a elas acrescentam muitos enfeites, de modo que tanto o que eles creem quanto o que eles te dizem crer te encham de esperança de tal maneira que, baseando-te nela, ou fazes uma empresa vã ou fazes uma empresa ruínosa.

Quero que, como exemplos, me bastem o já referido de Alexandre e mais o de Temístocles de Atenas que, tendo se rebelado, fugiu para a Ásia de Dario, onde lhe fez tantas promessas, para que ele se dispusesse a assaltar a Grécia, que Dario decidiu-se pela empresa: não podendo Temístocles cumprir as promessas que lhe fizera, ou por vergonha ou por medo de um suplício, envenenou-se. E, se tal erro foi cometido por Temístocles, homem excelentíssimo, deve-se imaginar que muito mais errem aqueles que, com menos virtude, se deixam levar por desejos e paixões.

Deve, portanto, um príncipe evitar tomar empresas sob a influência de um exilado, porque, na maioria das vezes, acaba envergonhado ou sofrendo um

dano gravíssimo. E, porque raras vezes acontece de tomarem terras a furto e pelo conhecimento que outros tenham delas, não me parece fora de propósito dissertar sobre isso no próximo capítulo, acrescentando por quantos procedimentos os romanos as conquistavam.

XXXII

Os métodos pelos quais os romanos ocupavam as terras.

Estando os romanos totalmente voltados para a guerra, fizeram-na sempre com todas as vantagens tanto quanto às despesas quanto a tudo o mais que ela requer. Disso resultou que eles evitaram o pilhar as terras por assédio pois, julgando este método tão dispendioso e incômodo a ponto de superar em muito os benefícios que a conquista lhes pudesse trazer e, por isso, julgaram que fosse melhor e mais útil subjugar as terras por todos os outros métodos, exceto o do assédio; daí que, em tantas guerras e em tantos anos, são pouquíssimos os exemplos de assédios feitos por eles. Os procedimentos, portanto, pelos quais conquistaram as cidades eram ou por expugnação ou por submissão.

A expugnação era ou pela força e pela violência aberta ou pela força aliada à fraude. A violência aberta era ou com assalto sem golpear os muros (à qual eles chamavam “*aggredi urbem corona*” porque, com todo o exército, circundavam a cidade e de todas as partes a combatiam); e muitas vezes conseguiram eles pilhar uma cidade em um só assalto, ainda que fortíssima, como quando Cipião conquistou a Nova Cartago na Espanha; ou quando tal assalto não bastava, se decidiam a romper os muros com aríetes ou com outras táticas bélicas típicas: ou abriam uma galeria e por ela entravam na cidade (modo pelo qual conquistaram a cidade de Veios) ou, para estarem à altura daqueles que defendiam as muralhas, construía torres de lenho ou faziam colunas de terra apoiadas aos muros externos, para, à altura desses, chegarem àqueles. Contra tais assaltos, quem defendia a cidade, no primeiro caso, ao ser assaltado por todo o entorno, se via diante de um perigo iminente e tinha de se valer de soluções duvidosas pois, sendo-lhe necessário ter defensores suficientes em todos os postos, ou os que ele tinha não eram tantos que pudessem suprir a todos ou se revezarem, ou, se podiam, não tinham todos o mesmo ânimo para resistir e, de qualquer parte em que houvesse infiltração, perdia-se toda a batalha.

Como eu disse, este método foi muitas vezes bem sucedido, mas, quando dava certo da primeira vez, não insistiam muito por ser muito perigoso para o exército, pois, distendendo-se ele por tanto espaço, ficava fraco demais

para resistir a uma erupção por parte daqueles de dentro e também porque os soldados se desorganizavam e se exaustavam.

Quanto à ruptura dos muros, os inimigos se opunham, como hoje em dia, com reparos. E, para resistirem às galerias, faziam uma contrária e por ela se opunham ao invasor ou com armas ou com outros engenhos, entre os quais estava o de enchê-la com barris cheios de penas nos quais ateavam fogo e, acesos, eram metidos na galeria, impedindo assim a invasão com a fumaça e o fedor. E, se eram assaltados com as torres, esforçavam-se para incendiá-las. E, quanto às colunas de terra, abriam o muro por baixo, onde a colina se apoiava, tirando por dentro a terá que os outros colocavam por fora, de modo que, pondo-se terra por fora e tirando-se por dentro, a colina não crescia.

Estes procedimentos de expugnação não podem ser tentados por muito tempo, mas é necessário que dêem resultado de uma vez ou que se busque vencer a guerra de outras maneiras, como fez Cipião quando entrou na África, tendo assaltado Útica e, não conseguindo pilhá-la, retirou-se de campo e tentou vencer os exércitos cartagineses ou voltar-se para o assédio, como fizeram em Veios, Cápua, Cartago, Jerusalém e outras terras de tal modo ocupadas.

Quanto ao conquistar as terras pela violência furtiva, ocorre como aconteceu em Paleópolis [\[174\]](#) que, por um trato daqueles de dentro, os romanos a ocuparam. Esta sorte de expugnação foi muitas vezes tentada pelos romanos e por outros e poucas foram bem sucedidas: a razão é que todo empecilho, por mínimo que seja, destrói o projeto, e os impedimentos aparecem facilmente. Pois ou a conjura é descoberta antes que o ato se realize, e é descoberta com não muita dificuldade, seja pela infidelidade daqueles com os quais ela é combinada, seja pela dificuldade de praticá-la, tendo de ser combinada com os inimigos e falar com quem não te é favorável, senão sob certas condições. Mas quando a conjura não é descoberta ao combiná-la, depois surgem mil dificuldades ao pô-la em prática. Porque, se tu chegas antes ou depois da hora combinada, tudo se estraga; se se levanta um rumor fortuito, como os gansos do Capitólio, caso se rompa um procedimento habitual, qualquer erro mínimo, qualquer mínima falha que se cometa arruína a empresa. Acrescente-se a isso as trevas da noite, que metem tanto medo em quem maquina essas coisas perigosas. E, sendo a maioria dos homens que se conduzem em empreendimentos assim não-entendidos na topografia do país e dos lugares

para onde eles são designados , confundem-se, se acovardam e implicam por todo acidente mesmo mínimo e fortuito e qualquer miragem é capaz de pô-los em fuga. Nem se viu nunca alguém que fosse mais feliz nessas expedições fraudulentas e noturnas que Arato Sicioneo, o qual valia tanto nelas quanto tinha de pusilânime nas missões diurnas e abertas, o que nos leva a julgar que fosse muito mais por uma oculta virtude que havia nele para que nelas tivesse de ser naturalmente mais feliz. Portanto, sobre esses procedimentos muito se discute, poucos se arriscam a tentá-los e pouquíssimos vencem com eles.

Quanto ao conquistar as cidades pela submissão, ou elas se dão voluntariamente ou forçadas. A espontaneidade nasce ou por alguma necessidade extrínseca, que as obriga a refugiarem-se sob a tua proteção, como fez Cápuia em relação aos romanos, ou por desejo de serem bem governadas, sendo aliciadas pelo bom governo que o príncipe exerce para com aqueles que a ele se sujeitaram voluntariamente, como fizeram os rodenses, os massilienses e outras cidades afins que se doaram ao povo romano.

Quanto à submissão forçada, ou tal força nasce de um longo assédio, como foi dito acima, ou nasce de uma contínua opressão de perseguições, depredações e outros maus-tratos, os quais, querendo evitá-los, uma cidade se rende.

De todos os métodos citados, os romanos usaram este último mais que qualquer outro e levaram mais de quatrocentos e cinquenta anos a exaustar os vizinhos com as destruições e correrias e a conquistar, mediante os acordos, respeito para si, como outras vezes mencionamos. E neste método eles se baseavam sempre, ainda que tentassem todos, mas nos outros encontravam aspectos ou perigosos ou inúteis. Porque, no assédio, há a demora e a despesa; na expugnação, dúvida e perigo; nas conjuras, a incerteza. E viam que, com uma derrota do exército inimigo, conquistavam um reino em um dia e, no pilhar por assédio uma cidade obstinada, consumiam muitos anos.

XXXIII

Como os romanos davam aos capitães dos seus exércitos carta branca.

Considero digno de nota, ao ler esta breve história, querendo fazê-la proveitosa, todos os modos de proceder do povo e do Senado Romano. E, entre as coisas dignas de consideração, estão: ver com que autoridade eles enviavam os seus cônsules, ditadores e outros capitães

dos exércitos, cuja autoridade se vê que foi grandíssima; o fato de o Senado não reservar para si mais do que a autoridade de mover novas guerras e de confirmar os tratados de paz e como tudo o mais dizia respeito ao arbítrio e ao poder do cônsul.

Porque, deliberado que era pelo povo e pelo Senado, uma guerra, por exemplo, contra os latinos, todo o resto confiavam ao arbítrio do cônsul, que podia fazer ou não uma jornada e atacar esta ou aquela cidade, como preferisse. Tais coisas se verificam por muitos exemplos, especialmente por aquele ocorrido em uma expedição contra os toscanos. Pois, tendo o cônsul Fábio vencido aqueles junto a Sutri, e planejando passar com o exército depois a selva Cimina e chegar à Toscana, não somente não se aconselhou com o Senado como não lhe enviou notícia alguma, mesmo tendo a guerra de ser travada em um país novo, desconhecido e perigoso. O que se testifica ainda pelas deliberações que o Senado fez contra isso: este, entendendo a vitória que Fábio obtivera e temendo que ele decidisse passar pelas ditas selvas até a Toscana, julgando que fosse melhor não tentar aquela guerra e correr tal perigo, enviou a Fábio dois legados para convencê-lo a não ir à Toscana, os quais chegaram lá quando ele já havia partido e obtido a vitória e, ao invés de impedi-lo de guerrear, tornaram-se anunciadores da conquista e da vitória obtida.

E quem considerar bem este procedimento, o verá prudentíssimamente usado, pois se o Senado tivesse querido que um cônsul procedesse na guerra passo a passo conforme os comandos recebidos, o faria menos circunspeto e mais lento, pois não lhe teria parecido que a glória da vitória fosse toda sua, mas que dela participava o Senado com o conselho pelo qual ele se teria governado. Além disso, o Senado se obrigava a querer aconselhar uma coisa sobre a qual não podiam opinar, pois, embora dele participassem homens experimentadíssimos na guerra, mesmo assim, não estando no lugar dele e não conhecendo infinitas particularidades que são necessárias quando se quer aconselhar bem, teriam, em seus conselhos, cometido inúmeros erros. E por isso queriam que o cônsul decidisse por si mesmo e que a glória fosse toda sua, glória esta cujo amor julgavam que fosse para ele cabresto e regra para que agisse bem.

Esta parte foi, com muito prazer, comentada por mim, porque vejo que as repúblicas dos tempos presentes, como a de Veneza e a de Florença, a entendem de outro modo e, se os seus capitães, provedores e comissários querem implantar uma artilharia, elas a querem induzir e aconselhar. Tal

procedimento merece as laudas que merecem os outros, os quais, todos juntos, conduziram-nas à situação em que hoje se encontram.

LIVRO TERCEIRO

I

Quando se deseja que um partido ou uma república viva longamente, é necessário fazê-la voltar várias vezes ao seu princípio.

Everíssimo que todas as coisas do mundo têm um termo para as suas vidas, mas elas seguem o curso a elas ordenado em geral pelo Céu, de modo a não desordenar o corpo delas mas mantê-lo ordenado, ou que não o altera ou se o altera é para sua saúde e não para seu dano. E, porque eu falo de corpos mistos, como o são as repúblicas e as seitas, digo que tais alterações são a saúde que as reduzem de volta aos seus princípios. Porém, elas são melhor ordenadas e têm mais longa vida quando, mediante suas instituições, podem constantemente renovar-se, ou, mesmo por algum acidente, fora da dita instituição, vem a dita renovação. E está mais claro que a luz que, não se renovando, tais corpos não duram.

A maneira de renová-las é, como foi dito, reduzi-las de volta aos seus princípios. Porque convêm que todos os princípios das seitas, das religiões e dos reinos tenham em si alguma bondade, mediante a qual retomam a primeira reputação e o primeiro aumento seu. E, porque, no processo do tempo, essa bondade se corrompe se não intervém algo que a faça retorna ao princípio, a necessidade esmaga o corpo. E os doutores da medicina dizem, falando dos corpos dos homens: “*Quod quotidie aggregatur aliquid, quod quandoque indiget curatione*” [175]. Esta redução de volta ao princípio, falando das repúblicas, se faz ou por um acidente extrínseco ou por prudência intrínseca.

Quanto ao primeiro caso, se vê como era necessário que Roma fosse vítima dos gauleses para que renascesse e, renascendo, retomasse nova vida e nova virtude e retomasse a obediência da religião e da virtude, as quais nela começavam a serem maculadas. O que se compreende beníssimo pelo relato de Lívio, onde ele mostra que, ao sair o exército contra os gauleses e ao instituírem os tribunos com poderes consulares, não observaram nenhuma cerimônia religiosa. Assim, da mesmíssima forma, não apenas não puniram os três Fábios, que *contra ius gentium* combateram os gauleses, mas os fizeram tribunos [176]. E deve-se facilmente pressupor que a outras boas constituições ordenadas por Rômulo e a outros princípios prudentes se

começasse a dar uma importância menor que a razoável e necessária para manter a liberdade. Esta mácula, portanto, teve origem externa, de modo que era preciso que todas as instituições daquela cidade fossem retomadas e se mostrasse àquele povo não somente ser necessário manter a religião e a justiça, como também estimar os bons cidadãos e dar mais importância à virtude destes que àqueles acomodados que, por suas obras, pareciam não tê-la. O que se vê que aconteceu prontamente: porque logo Roma retomou todas as instituições de sua antiga religião; puniram aqueles Fábios que tinham combatido *contra ius gentium* ; e junto a isso tanto estimaram a virtude e a bondade de Camilo que, pondo de lado o Senado e qualquer outro desafeto, atribuíram a ele toda a responsabilidade daquela república. É necessário, portanto, como foi dito, que os homens que vivem juntos em qualquer sociedade frequentemente examinem-se ou devido a acidentes extrínsecos ou intrínsecos. E quanto a estes [acidentes], convém que nasçam ou de uma lei, a qual reveja a importância dos homens que estão em tal corpo, ou realmente de um homem bom que nasça entre eles, o qual, com os seus exemplos, e com as suas obras virtuosas, produza o mesmo efeito que as instituições.

Surge, portanto, este bem nas repúblicas ou por virtude de um homem ou por virtude de uma instituição. E quanto a este último [caso], as instituições que fizeram Roma voltar ao seu princípio foram os tribunos da plebe, os censores e todas as outras leis que vinham contra a ambição e a insolência dos homens. Tais instituições têm necessidade de tornarem-se vivas pela virtude de um cidadão que, animosamente, concorra para cumpri-las contra o poder daqueles que as transgridem. Dentre as execuções anteriores à tomada de Roma pelos gauleses foram notáveis a morte dos filhos de Brutus, a morte dos decênviros, a de Espúrio Mélio [177] ; depois da tomada de Roma, foi a morte de Mânlio Capitolino, a morte do filho de Mânlio Torquato, a execução de Papírio Cursor contra Fábio [178] , seu mestre de cavaleiros, a acusação dos Cipiões. Tais coisas, por serem excessivas e notáveis, toda vez que surgiam faziam os homens darem meia-volta; e, quando começaram a ser mais raras, começaram também a dar mais espaço aos homens para corromperem-se e agirem com maior perigo e mais tumulto. Pois de uma a outra de tais execuções não deveriam passar mais de dez anos, porque, passado este tempo, os homens começam a mudar os costumes e a transgredir as leis; e, se não surge algo que os faça lembrar a punição, e renove em suas almas o medo, procedem mal tantos

delinquentes que não se pode mais punir sem perigo. Dizem a este propósito aqueles que governaram Florença de 1434 até 1494 [179] que era necessário retomar a cada cinco anos o Estado; de outra forma, era difícil mantê-lo: e chamavam retomar o Estado incutir tanto terror e tanto medo nos homens quanto tinham incutido ao tomá-lo, tendo, naquele tempo, golpeado aqueles que tinham, segundo tal modo de viver, agido mal. Mas, como de tal golpe a memória se esquece, os homens tomam a audácia de tentar novas coisas e de falar mal, e, por isso, é necessário prevenir isso fazendo-o [(o Estado)] voltar ao seus princípios.

Nasce, portanto, esta rotação das repúblicas de volta ao princípio delas da simples virtude de um homem, sem depender alguma lei que te estimule a alguma execução; não raro são de tal reputação e tão exemplares que os homens bons desejam imitá-los e os maus se envergonham de ter uma vida contrária às deles. Os que em Roma, particularmente, produziram estes bons efeitos foram Horácio Cocle, Scevola, Fabrício, os dois Decênviros, Régula Atílio e alguns outros, os quais, com os seus exemplos raros e virtuosos faziam em Roma quase o mesmíssimo efeito que fazem as leis e as instituições. E, se as execuções sobrescritas, juntamente com estes exemplos particulares, fossem ao menos seguidas por apenas dez anos naquela cidade, seguir-se-ia necessariamente que ela não se teria jamais corrompido; mas, como eles começaram a distanciar uma e outra destas duas coisas, começaram a multiplicar-se as corrupções: porque, depois de Marco Régulo [180] não se viu nenhum exemplo similar, e, embora em Roma surgissem os dois Catões [181], foi tanta a distância entre aquele e eles e, entre eles de um a outro, e mantiveram-se tão solitários, que não puderam com os bons exemplos fazer alguma boa obra, e, principalmente o último Catão, o qual, encontrando em boa parte a cidade corrompida, não pôde com o seu exemplo fazer com que os cidadãos se tornassem melhores. E que isto baste quanto às repúblicas.

Mas, quanto às seitas, se vê ainda estas renovações serem necessárias pelo exemplo de nossa religião que, se não houvesse sido conduzida de volta ao seu princípio por São Francisco [182] e São Domingos [183], teria sido totalmente extinta, porque estes, com a pobreza e com o exemplo da vida de Cristo, a simplificaram na mente dos homens, onde já estava extinta, e foram tão poderosas as suas novas instituições que são a razão pela qual a desonestidade dos prelados e dos chefes da religião não a arruinem, vivendo ainda pobremente, e tendo tanto crédito nas confissões com as populações e

nas prédicas nas quais dão a entender que é mau retribuir o mal com o mal, e que é bom viver obedecendo a elas e, se houver erro, deixar que Deus castigue; e assim aqueles outros fazem o pior que podem, porque não temem a punição que não veem e na qual não creem. Portanto, esta inovação manteve e mantém esta religião.

Têm ainda os reinos necessidade de renovarem-se e simplificar as suas leis de volta a seus princípios. E se vê quão bom efeito faz isto no reino da França, reino este que vive sob as leis e sob as instituições mais que qualquer outro reino. De tais leis e de tais instituições são mantenedores os parlamentos, principalmente o de Paris, os quais são por ele renovados toda vez que se faz uma execução contra um príncipe daquele reino e que condena o Rei nas suas sentenças. E até aqui tem se mantido por ter sido um obstinado executor contra aquela nobreza, mas, se alguma vez, ele deixasse alguma [nobreza] impune e isso viesse a se multiplicar, se dúvida resultaria ou que ele fosse corrigido com grande desordem ou que tal reino se arruinasse.

Conclui-se, portanto, não haver coisa mais necessária em uma vida comunitária, ou seita, ou reino, ou república que seja, que voltar àquela reputação que tinha em seus princípios, e providenciar que haja ou boas instituições ou bons homens que produzam tal efeito e não tenha de valer-se de uma força extrínseca. Porque, mesmo que alguma vez esta seja um ótimo remédio como foi para Roma, é tão perigosa que não é de modo algum desejável. E, para demonstrar a qualquer um quanto as ações dos homens particulares faziam grande Roma e causavam naquela cidade muitos bons efeitos, irei à história e ao discurso deles: deles se tratará nos temas deste terceiro livro e última parte desta primeira Década. E, embora as ações dos reis fossem grandes e notáveis, mesmo assim, narrando-lhes a história difusamente, deixá-los-ei para trás; nem falaremos de outro modo deles, exceto de alguma coisa que eles tenham feito concernente aos seus assuntos privados, e começarei por Brutus, pai da romana liberdade.

II

Como é algo sapientíssimo simular a tempo a loucura [\[184\]](#) .

Ninguém foi tão prudente nem houve um sábio tão estimado por alguma egrégia operação sua quanto o merece ser Iúlio Bruto ao simular a estultícia. E ainda que Tito Lívio não exprima mais que uma razão que o induzisse a tal simulação, este pôde mais seguramente viver e pode-se crer que simulasse isto ainda para ser menos observado e ter

mais comodidade para oprimir o rei e libertar a sua pátria tão logo lhe fosse dada oportunidade. E que pensasse nisso se vê primeiro no interpretar o oráculo de Apolo, quando fingiu cair para beijar a terra, julgando que por isso teria os deuses favoráveis aos seus pensamentos; e, depois, quando, sobre a morta Lucrecia, entre o pai, o marido e os outros parentes dela, ele foi o primeiro a tirar-lhe o punhal da ferida e jurar aos circunstantes que jamais suportariam que no futuro alguém reinasse em Roma.

Com o exemplo dele têm a aprender todos aqueles que são malvistos por um príncipe: eles devem primeiro medir e pesar as suas forças, e se forem tão potentes que possam revelar-se a seus inimigos e fazer-lhes abertamente guerra, devem entrar por esta via como menos perigosa e mais honorável. Mas, se são de qualidade insuficiente para fazer-lhe guerra aberta, devem, com todos os artifícios, buscar a amizade dele, e, deste modo, entrar por todos aqueles caminhos que julguem necessários, seguindo suas aspirações e buscando usufruir de todas as coisas das quais puderem. Esta domesticidade primeiro te põe em segurança e, sem trazer perigo algum, te faz gozar a boa fortuna de tal príncipe juntamente com ele, e te dá toda a comodidade para satisfazer teu apetite.

Verdade é que alguns dizem que não se deve estar tão próximo dos príncipes a ponto de a ruína deles soterrar-te e nem tão distante que, arruinando-se eles, não tenhas tempo de escalar os seus escombros; tal caminho do meio será o melhor sempre que for possível segui-lo, mas, como eu creio que seja impossível, convém limitar-se aos dois procedimentos supracitados, ou seja, afastar-se ou ligar-se a eles.

Quem faz de outra forma, sendo homem de qualidade notável, vive em perigo contínuo. Não basta dizer: “Eu não me preocupo com coisa alguma, não desejo nem honras nem benefícios, quero viver pacificamente e sem briga!”, pois tais desculpas são ouvidas e não aceitas; nem podem os homens que têm prestígio escolher a neutralidade, mesmo que a escolhessem realmente e sem ambição alguma, porque não acreditarão neles, de modo que, se quiserem ficar em paz, os outros não os deixarão em paz.

Convém, portanto, fingir-se de louco como Bruto e, assim passar por louco, louvando, falando, observando, fazendo coisas contra teu interesse para comover o príncipe. E porque falamos da prudência deste homem para recuperar a liberdade de Roma, falaremos agora de sua severidade em mantê-la.

III

Como é necessário, desejando-se manter uma liberdade conquistada recentemente, eliminar os filhos de Bruto.

Não foi menos necessária que útil a severidade de Bruto no manter em Roma a liberdade que ele havia conquistado para ela, severidade que serve de exemplo em todos os registros das coisas passadas: ver o pai sentar-se no tribunal e não apenas condenar os seus filhotes à morte, mas estar presente na morte deles. E sempre será reconhecido por aqueles que lerem as coisas antigas que, depois de uma mudança de Estado, ou de uma república para uma tirania, ou de tirania para república, é necessária uma execução memorável contra os inimigos das condições presentes. E quem instaura uma tirania e não elimina Bruto e quem liberta um estado e não esmaga os filhos de Bruto se mantém por pouco tempo.

E porque já se falou largamente sobre isso, remeto-me ao que se disse então: entre os nossos e na nossa pátria só se acrescentou um exemplo memorável disso. E este é o de Piero Soderini, que acreditava superar com paciência e bondade o apetite que havia nos filhos de Bruto de retornar sob um outro governo, e enganou-se. E embora ele, pela prudência que lhe era própria, reconhecesse tal necessidade, e a sorte e a ambição dos que se opunham a ele lhe dessem oportunidade para eliminá-los, mesmo assim não teve vontade de fazê-lo; porque, ao invés de acreditar poder, com paciência e bondade, extinguir os maus humores, e com prêmios desfazer alguma inimizade, julgava (e muitas vezes o declarou aos amigos) que, para corajosamente enfrentar as oposições e vencer seus adversários, era-lhe necessário tomar para si uma autoridade extraordinária e romper com as leis de igualdade civil. Tal coisa, ainda que depois não fosse usada por ele tiranicamente, teria desanimado tanto a comunidade que não seria nunca possível depois de tal morte um *gonfaloniere* restaurar a ordem, ordem essa que julgava melhor aumentar e manter. Tal respeito era sábio e bom; mesmo assim, não se deve jamais deixar passar um desrespeito a um bem quando tal bem pode ser facilmente oprimido por aquele mal. E deveria saber que tendo suas obras e suas intenções de serem julgadas pelos objetivos desde que a sorte e a vida o tivessem acompanhado, qualquer um teria a certeza de que o fez pela salvação da pátria e não por sua ambição e que ele regulava as coisas de modo que um sucessor seu não pudesse fazer pelo mal o que ele tivesse feito pelo bem. Mas a primeira opinião o enganou ao não

reconhecer que a malignidade não é domada pelo tempo nem saciada por presente algum. Tanto que, por não saber igualar-se a Bruto, perdeu, justamente com sua pátria, o poder e o prestígio.

E tal como é difícil salvar um Estado livre, também é difícil salvar um reino, como no seguinte capítulo se mostrará.

IV

Não vive seguro um príncipe em um principado enquanto viverem aqueles que foram espoliados.

A morte de Tarquínio, causada pelos filhos de Anco, e a morte de Sérvio Túlio, causada por Tarquínio Soberbo, mostram quão difícil e perigoso é espoliar alguém de seu reino e deixá-lo vivo, ainda que se busque com mérito ganhá-lo [185]. E vê-se como Tarquínio Prisco foi enganado ao julgar possuir o reino juridicamente, tendo-lhe este sido entregue pelo povo e confirmado pelo Senado, nem acreditava que nos filhos de Anco pudesse tanto o rancor a ponto de não contentarem-se com o que contentava toda a Roma. E Sérvio Túlio se enganou, crendo poder com novos méritos ganhar os filhos de Tarquínio. De modo que, quanto ao primeiro, se pode advertir todos os príncipes de que jamais viverão seguros de seu principado enquanto viverem os que foram espoliados. Quanto ao segundo, pode-se recordar a todos os poderosos que nunca as velhas injúrias foram canceladas por benefícios novos e tanto menos quanto o benefício novo for menor que a injúria.

E, sem dúvida, Sérvio Túlio foi pouco prudente ao crer que os filhos de Tarquínio seriam pacientes, sendo filhos daquele que eles julgavam dever ser rei. E este apetite de reinar é tão grande que não somente entra nos peitos daquele que espera um reino como de quem não o espera, como no caso da esposa do jovem Tarquínio, filha de Sérvio, que, movida por tal febre, contra toda piedade familiar, moveu o marido contra o pai a fim de tirar-lhe a vida e o reino, tanto estimava mais ser rainha que filha do rei. Se, portanto, Tarquínio Prisco e Sérvio Túlio perderam o reino por não saberem proteger-se de quem eles o tinham usurpado, Tarquínio Soberbo o perdeu por não observar as ordens dos antigos reis, como no capítulo seguinte se mostrará.

V

O que faz um rei hereditário perder um reino.

Tendo Tarquínio Soberbo morto Sérvio Tullo e não remanescendo herdeiros deste, possuía o reino seguramente, não tendo que temer

aquelas coisas que feriram os seus antecessores. E, embora o modo pelo qual ele ocupou o reino tenha sido extraordinário e odioso, mesmo assim, se ele tivesse observado os antigos procedimentos dos outros reis, ter-se-ia mantido e não teria concitado o Senado e o povo contra si para tirar-lhe o Estado. Não foi, portanto, eliminado por ter seu filho Sesto estuprado Lucrecia, mas por ter infringido as leis do reino e governado tiranicamente, tendo tirado do Senado toda a autoridade e concentrado em si próprio, e aquelas tarefas que, nos lugares públicos, eram feitas com satisfação pelo Senado, passou a fazê-las em seu palácio a seu encargo e para prestígio próprio, de modo que espoliou Roma de toda aquela liberdade que ela tinha mantido sob os outros reis. Nem lhe bastou fazer-se inimigo dos patrícios, mas levantou-se também contra a plebe, cansando-a com tarefas mecânicas e totalmente alheias àquelas adotadas pelos seus antecessores, de modo que, tendo enchido Roma de exemplos cruéis e soberbos, tinha já disposto os ânimos de todos os romanos à rebelião tão logo surgisse a oportunidade. E, se o caso de Lucrecia não tivesse acontecido, caso outro acidente tivesse acontecido antes, teria parido o mesmo efeito: porque, se Tarquínio tivesse vivido como os outros reis, e seu filho Sesto tivesse cometido aquele erro, Bruto e Colatino teriam recorrido a Tarquínio pela vingança contra Sesto e não o povo romano.

Sabem, portanto, os príncipes o momento em que começam a perder o Estado: quando começam a transgredir as leis, os usos e os consensos antigos sobre os quais os homens viveram longo tempo. E se, privados que fossem do Estado, eles se tornassem tão prudentes a ponto de reconhecerem com quanta facilidade os principados são mantidos por aqueles que sabiamente se aconselham, tal perda lhes doeria muito mais, e condenar-se-iam a uma pena maior que uma a qual fossem condenados por outros. Porque é mais fácil ser amado pelos bons que pelos maus, e obedecer às leis que querer comandá-las. E, querendo entender de que modo fariam isso, não teriam outro trabalho além de tomar por exemplo a vida dos bons príncipes como Timoleão Coríntio, Arato Siceneo e similares, na vida dos quais encontrariam tanta segurança e tanta satisfação de quem rege e de quem é regido, que deveria vir-lhes o desejo de imitá-los, podendo facilmente fazê-lo pelas razões mencionadas. Porque os homens, quando são bem governados, não buscam nem querem outra liberdade, como aconteceu aos povos governados pelos dois já mencionados, que foram

obrigados a serem príncipes enquanto viveram, embora eles tenham tentado recolher-se à vida privada.

E porque, neste e nos dois precedentes capítulos, falou-se dos rumores levantados contra os príncipes, e das conjuras feitas pelos filhos de Bruto contra a pátria, e daquelas feitas contra Tarquínio Prisco e Sérvio Tullo, não me parece algo fora de propósito, no capítulo seguinte, falar disto difusamente, sendo matéria digna de ser notada por príncipes e cidadãos.

VI

Das conjuras.

Achei melhor não desprezar o estudo das conjuras, por serem algo tão perigoso aos príncipes e aos cidadãos, pois se vê que, por causa delas, muito mais príncipes perderam a vida e o poder que pela guerra declarada. Pois declarar guerra a um príncipe é privilégio de poucos, conjurar contra é possível a qualquer um. Por outro lado, os cidadãos não participam de empresa mais perigosa e mais temerária que esta, pois ela é difícil e perigosíssima por inteiro. Disto resulta que muitos a tentam e pouquíssimos atingem o fim desejado.

Para que deste modo os príncipes aprendam a proteger-se desses perigos e os cidadãos mais timidamente nelas se envolvam, aprendendo, pelo contrário, a viver sob o império que a sorte lhes impôs, eu delas falarei, não deixando para trás nenhum caso notável para uns e outros.

E, realmente, vale ouro aquela sentença de Cornélio Tácito que diz que os homens devem honrar o passado e obedecer ao presente, e devem desejar bons príncipes e tal como eles se mostram, tolerá-los. E, realmente, quem faz diferente arruína a si próprio e à sua pátria.

Devemos, portanto, entrando nesta matéria, considerar contra quem são feitas as conjuras e descobriremos que elas são feitas ou contra a pátria ou contra um príncipe; destas duas convém que discorramos, pois daquelas que se fazem para dar a terra aos inimigos que a assediam, ou que tenham por qualquer razão semelhanças com estas, já falamos o bastante [\[186\]](#) . E trataremos nesta primeira parte daquelas feitas contra o príncipe, e, primeiro, examinaremos as suas razões, que são muitas, mas uma é mais importante que todas as outras. Esta é ser odiado pelo povo em geral, pois é razoável que um príncipe que levantou contra si o ódio geral tenha ofendido a alguns cidadãos mais que aos outros e que estes desejem vingar-se. Deve, portanto, um príncipe evitar esses maus cidadãos, e tendo eu tratado em

outro lugar como deve ele evitá-los, não vou dizê-lo aqui, porque, protegendo-se destes, as simples ofensas particulares lhe farão menos guerra [187] . Primeiro, porque raras vezes encontram-se homens que estimem tanto uma injúria que se ponham em perigo para vingá-la; depois, que mesmo que alguém tivesse coragem e poder para fazê-lo, seria detido pela vontade geral em torno do príncipe.

As injúrias são feitas contra o patrimônio, a vida ou a honra. Das ofensas contra a vida são mais perigosas as ameaças que as execuções; aliás, as ameaças são perigosíssimas e as execuções não apresentam perigo algum, pois quem está morto não pode pensar em vingança; aqueles que continuam vivos, na maioria das vezes, não te esquecem. Mas aquele que é ameaçado e se vê constrangido a uma necessidade de agir ou sofrer torna-se um homem perigosíssimo para o príncipe, como a seu tempo particularmente diremos.

Fora desta necessidade, o patrimônio e a honra são as duas coisas que ofendem os homens mais que qualquer outra ofensa e das quais o príncipe se deve guardar, porque ele não pode jamais espoliar tanto alguém que não lhe reste um punhal para vingar-se; não pode desonrar tanto alguém que não lhe reste um espírito obstinado para a vingança. E, dentre as honras que tocam a um homem, a das mulheres é a que mais importa; depois desta, o vilipêndio de sua pessoa. Isto armou Pausânias contra Filipe da Macedônia, armou muitos outros contra muitos outros príncipes e, na nossa época, levou Luzio Belanti a conjurar contra Pandolfo, tirano de Siena, por ter este lhe prometido uma filha por esposa e depois tê-la negado, como a seu tempo diremos.

A maior razão que fez os Pazzi conjurarem contra os Medici foi a herança de Giovanni Bonromei, que lhes foi tirada por ordem destes.

Uma outra razão há, e grandíssima, que faz os homens conjurarem contra o príncipe, que é o desejo de libertar a pátria que ele ocupou. Esta razão moveu Bruto e Cássio contra César; esta moveu muitos contra os Falários, Dionísios e outros ocupantes de sua pátria. Nem pode tirano algum proteger-se desta ira senão desistindo da tirania. E, porque não se encontra nenhum que o faça, encontram-se poucos que não terminem mal; disto nasce o verso de Juvenal:

*“Ad generum Cereris sine caede et vulnere pauci
descenderunt reges et sicca morte tyranni”* [188] .

Os perigos trazidos pelas conspirações, como eu disse, são grandes, constantes em todas as etapas: porque, em tais casos, se corre perigo ao

planejá-las, ao concretizá-las e após tê-las realizado.

Ou quem conspira é apenas um homem ou mais de um. Sendo um só, não se pode dizer que seja uma conspiração, mas uma firme disposição nascida em um homem para matar o príncipe. Este solitário, dos três perigos que se corre em uma conjura, livra-se do primeiro pois, antes da execução, não corre perigo algum: Não tendo nenhum outro o seu segredo, não se arrisca a que seu desejo chegue aos ouvidos do príncipe. Tal deliberação assim feita pode acontecer a qualquer homem de qualquer sorte, grande ou pequeno, nobre ou plebeu, familiar ou não do príncipe, pois a qualquer um é possível falar-lhe alguma vez, e a quem é possível falar com ele é possível satisfazer seu apetite. Pausânias, de quem já se falou, matou Filipe da Macedônia, que ia ao templo com mil soldados em torno, entre o seu filho e o seu genro. Mas ele era nobre e conhecido do príncipe. Um espanhol pobre e desconhecido apunhalou no pescoço Fernando, rei de Espanha: não foi mortal a ferida mas viu-se que aquele teve ânimo e oportunidade para fazê-lo. Um dervixe, sacerdote turco, golpeou com uma cimitarra Baiazet, pai do atual soberano turco. Encontram-se, creio, muitos espíritos que gostariam de fazer assim, porque tal desejo não é difícil nem perigoso, mas poucos o fazem; mas, dos que o fazem, são pouquíssimos ou nenhum quem escapa de ser morto imediatamente, por isso, não se encontra quem queira dirigir-se a uma morte certa. Mas deixemos de lado estas vontades solitárias e estudemos as conjuras coletivas.

Pelo que se vê nos historiadores, todas as conjuras são feitas por homens grandes ou muito familiares ao príncipe, pois os outros, a menos que sejam loucos de fato, não podem conjurar, pois os homens fracos e que não têm familiaridade com o príncipe carecem de todas aquelas esperanças e facilidades que a realização de uma conjura requer. Primeiro, os homens fracos não podem ter certeza da fidelidade dos outros, pois ninguém se colocará conforme a vontade deles levado [somente] por uma dessas esperanças que induzem os homens aos grandes perigos, de modo que, aumentando para duas ou três pessoas, encontrem um traidor e arruinem-se, porque, se os grandes homens que têm fácil acesso ao príncipe são reprimidos pelos obstáculos dos quais se falará adiante, convém que sobre eles essas dificuldades sem fim aumentem. Portanto, os homens (que não são de todo insanos, pois zelam por suas vidas e seus bens), quando se veem fracos, se resguardam, e, quando há um príncipe que lhes incomode, limitam-se a maldizê-lo e esperam que alguém que tenha mais poder os

vingue. E, se acaso acontecer de algum destes tentar alguma coisa, dever-se-á louvar sua intenção apesar da imprudência.

Vê-se, portanto, que os conspiradores foram homens poderosos ou familiares ao príncipe, muitos dos quais conspiraram movidos tanto pelos excessivos benefícios quanto por excessivas injúrias, como foram os casos de Perênio contra Cômodo, de Plautiano contra Severo, de Sejano contra Tibério. Todos estes foram agraciados com tanta riqueza, honra e *status* pelos seus imperadores que pareceu-lhes não faltar-lhes para a plenitude do poder nada além do império e, não querendo que nada lhes faltasse, decidiram conjurar contra o príncipe e suas conjuras tiveram o fim que merecia sua ingratidão, embora uma conjura semelhante tenha sido bem sucedida nos tempos modernos: a de Iacopo de Appiano contra o *messer* Pierre Giambacorti, príncipe de Pisa, que, tendo sido por este criado, nutrido e prestigiado, tirou-lhe o poder.

Foi assim nos nossos tempos a conjura de Coppola contra o rei Fernando de Aragão: tendo o tal Coppola alcançado tanta grandeza que pareceu-lhe não lhe faltar senão o reino, por tentar obtê-lo perdeu a vida.

E, realmente, se alguma conjura contra os príncipes feita por homens poderosos tivesse de ser bem sucedida deveria ser feita por um outro rei, digamos assim, e por quem tivesse tanta facilidade quanto [um rei] para alcançar o seu desejo, mas a ambição de dominar que os cega cega-os também na execução da empreitada, pois, se eles soubessem fazer tal iniquidade com prudência, seria impossível que não a conseguissem.

Deve, portanto, um príncipe que queira guardar-se das conjuras, temer mais aqueles a quem ele prestou excessivos favores que aqueles a quem tenha feito excessivas injúrias, porque a estes faltam os meios e aqueles os têm em abundância sendo igual o desejo, porque o desejo de dominar é tão grande ou maior que o de vingar-se. Devem, portanto, dar aos seus amigos tanta autoridade que entre ela e o principado haja um intervalo em meio ao qual haja outra coisa a desejar-se: caso contrário, será raro não lhes acontecer o mesmo que com os príncipes já citados. Mas tornemos ao tema.

Digo que, tendo os conspiradores que serem homens poderosos e que tenham fácil acesso ao príncipe, é necessário estudar os sucessos dessas empresas tais como têm sido e encontrar a razão pela qual foram felizes ou infelizes. E, como eu disse anteriormente, na conjura o perigo apresenta-se em três momentos: antes, durante e depois. Verificam-se poucas conjuras

que tiveram bom êxito porque é quase impossível passar por todos eles a salvo. E, começando por descrever os perigos que as antecedem, digo que é necessário ser muito prudente e ter muita sorte ao preparar uma conspiração para não ser descoberto. E se é descoberto ou por denúncia ou por conjectura.

A denúncia resulta de encontrar pouca fidelidade ou pouca prudência nos homens com quem te comunicas. A pouca fé encontra-se facilmente por isso tu não podes comunicá-la senão com teus cúmplices que, por amor de ti, enfrentam a morte, ou com homens que estejam insatisfeitos com o príncipe. Cúmplices podes ter um ou dois, mas se tu te expandes com muitos é impossível que confies neles; depois, é necessário que o afeto que tenham por ti seja tão grande que não lhes pareça maior o perigo e o medo da punição. Depois, os homens enganam-se na maioria das vezes quanto ao amor que julgam que os outros lhes consagrem e jamais poderás estar seguro desse amor a menos que o ponhas à prova e pô-lo à prova neste caso é perigosíssimo. E, embora o tenhas posto à prova em qualquer outra ocasião de perigo, na qual eles tenham sido fiéis a ti, não podes confundir tal fidelidade a esta outra situação, superando esta qualquer outra espécie de perigo. Se medes a fidelidade pela insatisfação quanto ao príncipe, nisto podes facilmente enganar-te, pois tão logo tenhas manifestado ao descontente tua intenção, dás a ele a oportunidade de contentar-se [189] e convém que o ódio dele seja grande ou que o teu poder seja tão grande a ponto de mantê-lo fiel a ti.

Por isso, frequentemente as conjuras são reveladas e reprimidas em seus primeiros momentos e, quando muitos homens mantêm uma em segredo por muito tempo é um milagre, como foi a de Pisão contra Nero e, na nossa época, a dos Pazzi contra Lorenzo e Giuliano de' Medici, da qual faziam parte mais de cinquenta homens, e só foi descoberta quando de sua realização.

Quanto a ser descoberta por pouca prudência, ocorre quando um conspirador fala dela incautamente, de modo que um servo ou outra terceira pessoa a entenda, como aconteceu aos filhos de Bruto, que, ao planejar a coisa com os legados de Tarquínio, foram ouvidos por um servo que os denunciou, ou mesmo quando por descuido a revelas a uma mulher ou a um rapaz que tu ames ou a uma pessoa afim, como fez Dimo, um dos cúmplices de Filotas contra Alexandre Magno, que a revelou a Nicômaco, efebo por ele amado, que a contou a seu irmão Cibalino e Cibalino, ao rei.

Quanto a descobrir-se pela conjectura, há um exemplo na conjura de Pisão contra Nero, no qual Scevino, um dos conspiradores, na véspera do dia em que eliminaria Nero, fez seu testamento, ordenou que Milichio, seu liberto, amolasse um punhal velho e enferrujado, libertou todos os seus servos, dando-lhes dinheiro, e providenciou ataduras para ferimentos; por tais conjecturas apercebeu-se Milichio da coisa e a denunciou a Nero. Scevino foi preso e com ele Natalis, um outro conjurado, os quais tinham sido vistos conversando longamente um dia antes e, caindo em contradição quanto à conversa havida [entre eles], foram forçados a confessar a verdade, de modo que a conjura foi descoberta para a ruína de todos os conjurados.

Por essas razões é impossível que não se descubra a conjura por maldade, imprudência ou leviandade, uma vez estejam cômicos dela mais de três ou quatro. E quando são presos mais de um, é impossível que não se contradigam, pois dois não podem estar de acordo quanto a todos os seus depoimentos. Quando apenas um é preso, se for um homem forte, pode, graças à sua resistência, calar sobre os conjurados, mas convém que os conspiradores tenham tanto ânimo quanto ele para ficarem em segurança e não se denunciarem pela fuga, pois, faltando o ânimo a uma das partes, seja da parte prisioneira ou da livre, a conjura é descoberta. E é raro o exemplo dado por Tito Lívio da conjura feita contra Hierão, rei de Siracusa, na qual, tendo Teodoro, um dos conjurados, sido preso, calou, com grande virtude, os nomes dos conjurados e acusou os amigos do rei e, da outra parte, os conjurados confiaram tanto na virtude de Teodoro que nenhum fugiu de Siracusa ou deu algum sinal de temor.

Passa-se, portanto, por todos estes perigos ao planejar uma conjura, antes que ela venha a ser executada, perigos esses para os quais, querendo evitá-los, há estes recursos: o primeiro, o mais eficaz, melhor dizendo: o único, é não dar tempo aos conjurados de te acusarem e comunicar-lhes a coisa quando estiveres prestes a fazê-la e não antes. Os que agiram assim evitaram certamente os perigos que há ao praticá-lo e, na maioria das vezes, os outros [riscos]. Ao contrário, tiveram todos um bom resultado e qualquer prudente teria facilidade ao governar-se deste modo. Quero que me baste citar dois exemplos.

Nelêmato, não podendo suportar a tirania de Aristotimo, tirano de Épiro, reuniu em sua casa muitos parentes e amigos, e, incitou-os a libertar a pátria e alguns deles pediram tempo para deliberarem e prepararem-se; nisso, Nelêmato fez os seus servos trancarem a casa e àqueles que tal

havam pedido disse: “Ou vós jurais executá-lo agora ou entregar-vos-ei prisioneiros a Aristotimo”. Movidos por tais palavras, juraram-no e foram, sem perda de tempo, cumprir com bom êxito a ordem de Nelêmato.

Tendo um mago ocupado fraudulentamente o reino dos persas e tendo Ortano, um dos grandes homens do reino, entendido e denunciado a fraude, reuniu-se com seis outros príncipes daquele Estado, dizendo-lhes como livrariam o reino da tirania daquele mago e, pedindo-lhe um deles um tempo, levantou-se Dario, um dos seis convocados por Ortano, e disse: “Ou vamos agora a esta empreitada ou irei acusar a todos”. E, assim combinados, sem dar tempo a ninguém de arrepender-se, cumpriram vitoriosamente seus objetivos.

Similar a esses dois exemplos é ainda a maneira como os etólios eliminaram Nábis, tirano espartano, os quais enviaram seu conterrâneo Alessameno com trinta cavaleiros e duzentos infantes a Nábis sob o pretexto de ajudá-lo e comunicaram o segredo somente a Alessameno e aos outros impuseram que o obedecessem em toda e qualquer coisa sob pena de exílio. Foi ele a Esparta e não comunicou sua missão senão quando o quis executar, de modo que conseguiu eliminá-lo. Estes, portanto, conseguiram deste modo evitar aqueles perigos enfrentados ao planejar uma conjura e quem os imitar sempre os evitará.

E como qualquer um pode fazer como eles, eu quero dar o exemplo de Pisão, já mencionado acima. Era Pisão homem grandíssimo e reputadíssimo e familiar de Nero, em quem este confiava bastante. Ia Nero com frequência aos seus jardins comer com ele. Podia, portanto, Pisão granjear a amizade de homens de peito e disposição aptos a uma tal execução (o que é fácil a um homem poderoso) e, quando Nero estivesse em seus jardins, comunicar-lhes a coisa, e, com palavras convenientes, animá-los a fazer o que eles não teriam tempo de recusar e que seria impossível que não conseguissem. E, assim, se examinarmos todas as outras [conjuras], saberemos que poucas não puderam ser feitas da mesma maneira, pois os homens, geralmente pouco entendidos das coisas do mundo, várias vezes cometem erros gravíssimos e tanto maiores naqueles que têm mais extraordinárias [condições], como neste caso.

Deve-se, portanto, não comunicar jamais a coisa se não for necessário à sua realização, e, se mesmo assim, quiseses comunicá-la, comunica-a a um só – a quem tenhas testado muitas vezes ou que seja movido pelas mesmíssimas razões que te movem. Encontrar um só nestas

condições é muito mais fácil que encontrar mais de um e, por isso, é menos perigoso; depois, caso ele te traia, haverá algum remédio que te defenda, o que não haveria caso houvesse conjurados demais, pois de algum prudente ouvi dizer que com um só se pode dizer qualquer coisa, porque tanto valem, se não te deixares escrever de próprio punho, o sim de um quanto o não de outro, e a escrita deve ser evitada como um escolho, porque não há nada que incrimine tão facilmente que um escrito de tua mão.

Plautiano, querendo eliminar o imperador Severo e seu filho Antonino, encarregou o tribuno Saturnino da coisa, o qual, querendo acusá-lo ao invés de obedecer-lhe, e, temendo que, acusando-o, não tivesse mais crédito que Plautiano, pediu-lhe a confirmação de tal comissão numa página de seu punho que Plautiano, cego pela ambição, lhe deu; disso resultou que foi denunciado e condenado pelo tribunal e, sem aquela página e outros tantos indícios, Plautiano teria sido absolvido, tão audazmente negava [as acusações]. Encontra-se, portanto, remédio às acusações de qualquer um quando não podes ser por uma escritura ou outros indícios condenado, de modo que deves evitá-los.

Havia, na conjura de Pisão, uma mulher chamada Epicaris, ex-amante de Nero, que, julgando necessário incluir entre os conspiradores o capitão de umas trirremes que Nero mantinha para sua segurança, comunicou-lhe a conspiração mas não os conjurados. Traindo tal capitão a sua confiança e denunciando-a a Nero, foi tanta a audácia de Epicaris ao negá-lo que Nero, confuso, não a condenou.

Há, portanto, ao comunicar a coisa a um só dois perigos: o primeiro é que ele te acuse voluntariamente; o segundo é que ele te acuse preso e sob tortura, tendo sido detido por qualquer suspeita ou indício contra ele. Mas num e noutro caso há remédios, podendo-se, primeiro, negar tudo, alegando o ódio que ele teria para contigo e, no segundo, alegando as torturas que o abrigaram a dizer tais mentiras.

É, portanto, prudente não comunicar a coisa a ninguém, mas fazer segundo os exemplos mencionados ou, quando, caso a comunique, não a mais de um; nisto há algum perigo, mas bem menor que se fosse comunicada a muitos.

Semelhante a este procedimento é quando uma necessidade te obriga a fazer ao príncipe aquilo que ele faria a ti, sendo isso tão urgente que não te dê tempo senão para pensar em te protegeres. Esta urgência

conduz quase sempre ao fim desejado e, para prová-lo, quero que me bastem dois exemplos.

Tinha o imperador Cômodo, entre seus mais íntimos amigos e convivas, Letus e Elettus, capitães dos soldados pretorianos, e, entre suas mais próximas concubinas ou amantes, Márcia, e, porque eles estavam entre aqueles que várias vezes criticavam a maneira pelas quais ele maculava sua figura e o império, deliberou matá-los e incluiu numa lista Márcia, Letus e Elletus e alguns outros que desejava que pudessem na noite seguinte e pôs a lista na cabeceira de seu leito. E, tendo ido lavar-se, um dos seus meninos favoritos, brincando pelo quarto e pelo leito, encontrou a carta e, saindo com ela nas mãos, encontrou Márcia, que lhe tirou e, lendo-a e vendo o seu conteúdo, rapidamente dirigiu-se a Letus e Elletus, e, sendo o perigo conhecido pelos três, na noite seguinte, mataram Cômodo.

Estava o imperador Antonino Caracala [\[190\]](#) com os seus exércitos na Mesopotâmia e tinha por prefeito Macrino, homem mais pacífico que guerreiro e, como os maus príncipes sempre temem que os homens façam contra eles o que eles sabem merecer, escreveu Antonino a Materniano, seu amigo em Roma, que consultasse os astrólogos se havia alguém que aspirasse ao império e o avisasse. Escreveu-lhe, então, Materniano que era Macrino quem o aspirava e, chegando a carta às mãos de Macrino antes que às do imperador, reconhecida nela a necessidade de matá-lo antes que uma nova carta viesse de Roma ou de morrer, incumbiu de matá-lo o centurião Marzial, em quem confiava e a quem Antonino havia assassinado um irmão poucos dias antes.

Vê-se, portanto, que essa necessidade urgente dá quase o mesmo resultado que o procedimento de Nelêmato de Épiro, ao qual me referi. Vê-se ainda aquilo que eu disse no início deste capítulo: que as ameaças são mais danosas aos príncipes e causam mais conjuras eficazes que as ofensas, as quais devem ser evitadas por um príncipe, pois se deve ou lisonjear os homens ou proteger-se deles, ao invés de constrangê-los a situações que os levem a pensar que devam matar ou morrer.

Quanto aos perigos que surgem em sua execução, nascem eles ou da mudança na ordenação, ou de faltar a coragem àquele que a executa, ou de um erro cometido pelo executor por pouca prudência, ou por não fazê-la perfeitamente, remanesendo vivos parte daqueles que se desejava eliminar. Digo, portanto, que não há nada que atrapalhe tanto ou impeça todas as ações humanas quanto o ter que, em um instante, sem tempo para tanto, ter

que modificar uma combinação e desviá-la do que estava anteriormente planejado. E, se esta variação desordena alguma coisa, o faz nas coisas da guerra e em coisas semelhantes àquelas das quais falamos pois, em tais ações, não há nada tão necessário quanto fazer tudo o que os homens determinaram em seus espíritos e executar a parte que lhes toca e, se os homens dirigiram sua imaginação por muitos dias, visando um procedimento e uma ordenação, e tais coisas são modificadas, é impossível que não se perturbem totalmente e não se arruíne tudo, de modo que é melhor executar algo segundo o plano feito, ainda que se veja algum inconveniente, ao invés de, querendo cancelá-lo, entrar em mil inconvenientes. Isto acontece quando não há tempo para reorganizar-se pois, quando há tempo, pode o homem dirigi-lo a seu modo.

A conjura dos Pazzi contra Lorenzo e Giuliano de' Medici é notável. A ordem era que dessem um banquete ao cardeal de San Giorgio e, em tal banquete, eliminá-los; daí, designou-se quem haveria de matá-los, quem tomaria o palácio e quem correria chamando o povo à liberdade. Sucedeu que, estando na catedral de Florença os Pazzi, os Medici e o cardeal, assistindo a um ofício solene, soube-se que Giuliano não comia pela manhã, o que fez os conjurados confabularem juntos e, aquilo que tinham de fazer aos Medici em casa, deliberaram fazê-lo na igreja. Isto perturbou todo o plano porque Giovambattista da Montesecco não quis cooperar com o homicídio, dizendo não querer fazê-lo na igreja, de modo que tiveram de colocar novos encarregados para cada tarefa, os quais, não tendo tempo para prepararem o brio, cometeram tais erros que, ao agirem, foram reprimidos.

Falta o ânimo a quem executa ou por reverência ou por covardia própria do executor. Há tanta majestade e reverência diante de um príncipe que é fácil que [o ânimo] falte ao executor ou enfraqueça. Estando Mário [\[191\]](#) prisioneiro dos minturneses, enviaram um servo para que o matasse, o qual, espantado pela presença daquele homem e pela memória do seu nome, tornado covarde, perdeu todas as forças para matá-lo. E, se há tal força em um homem amarrado, prisioneiro e afogado pela má sorte, quanto mais a terá um príncipe livre, com a majestade dos ornamentos, da pompa e da sua comitiva! De modo que esta pompa pode assustar-te ou mesmo uma grata acolhida te adoçar.

Conjuraram alguns contra Sitálcio, rei da Trácia; decidiram o dia da execução, compareceram ao lugar combinado onde estava o príncipe:

nenhum deles moveu-se para ofendê-lo; tanto que partiram sem terem tentado coisa alguma e sem saberem o que os havia impedido e culpavam um ao outro. Tantas vezes incorreram nesse erro que, descoberta a conjura, tiveram por penalidade o mal que puderam e não quiseram fazer.

Conjuraram contra Alfonso, duque de Ferrara, dois irmãos seus e usaram Giances, padre e cantor do duque, que, muitas vezes, a pedido deles, levou o duque até eles, de modo que tivessem oportunidade para matá-lo. Mesmo assim, jamais um deles teve coragem de fazê-lo, tanto que, descobertos, tiveram o castigo por sua iniquidade e pouca prudência. Tal negligência não podia nascer de outra coisa além da presença do príncipe que os intimidasse ou de alguma candura no príncipe que os comovesse. Nascer, em tais execuções, inconvenientes ou erros por pouca prudência ou por pouco ânimo, porque uma e outra destas duas coisas te invade e, tomado por tal confusão mental, dizes e fazes o que não deves.

E como os homens vacilam e confundem-se, Tito Lívio não poderia demonstrar melhor que quando escreve sobre Alessandro, o etólio, quando quer eliminar o espartano Nábis, de quem já falamos antes; chegado o tempo da execução, tendo revelado aos seus o que devia ser feito, diz Tito Lívio estas palavras: “*Collegit et ipse animum, confusum tantae cogitatione rei.* [192] ” Porque é impossível que alguém, ainda que de ânimo firme e habituado ao homicídio e ao manejo da espada, não se confunda. Por isso, devem-se escolher homens experimentados em tais empresas, e em nenhum outro confiar, ainda que considerado valentíssimo. Porque, sem ter sido experimentado nas grandes ações, não há ninguém que prometa coisas certas. Pode, aliás, tal confusão fazer cair as armas de tua mão ou dizer coisas que produzam o mesmo efeito.

Lucilla, irmã de Cômodo, ordenou que Quintiano o matasse. Este esperou Cômodo na entrada do anfiteatro e, com um punhal desnudo, aproximando-se dele, gritou: “O Senado te manda isto!”, palavras estas que fizeram com que fosse preso antes que pudesse baixar o braço para feri-lo.

Messer Antonio da Volterra, designado, como dito anteriormente, para matar Lorenzo de’ Medici, ao aproximar-se dele, disse: “Ah, traidor!”, voz essa que foi a salvação de Lorenzo e a ruína da conjura.

É possível que não se dê perfeição à coisa quando se conjura contra um líder pelas razões mencionadas, porém, mais frequentemente não se lhe dá remate quando se conjura contra dois chefes; aliás, isso é tão difícil que é quase impossível consegui-lo, pois fazer uma semelhante ação em um

mesmíssimo tempo em lugares diversos é quase impossível e em ocasiões diferentes é impossível fazê-lo sem que a primeira ação estrague a outra. De modo que, se o conspirar contra um príncipe é coisa duvidosa, perigosa e pouco prudente, conjurar contra dois é totalmente vão e irresponsável. E, se não fosse a respeitabilidade do historiador, eu não creria nunca que fosse possível o que Erodiano diz de Plautiano, quando este encarregou o centurião Saturnino de matar Severo e Antonino, que habitavam em países diferentes, pois a coisa é tão distante do razoável que um outro que não tivesse sua autoridade não me faria crer nisso.

Conjuraram certos jovens atenienses contra Diócles e Hípias, tiranos de Atenas. Mataram Diócles e Hípias, que sobreviveu, vingou-o.

Quion e Leônidas de Heracleia, discípulos de Platão, conjuraram contra os tiranos Clearco e Sátiro; mataram Clearco e Sátiro, que ficou vivo, o vingou.

Aos Pazzi, várias vezes citados por nós, aconteceu de matarem apenas Giuliano [\[193\]](#).

De modo que, de semelhantes conjuras contra vários cabeças, todos devem abster-se, pois não fazem bem nem a si nem à pátria nem a ninguém: pelo contrário, os que sobrevivem tornam-se mais insuportáveis e mais acerbos, como o sabe Florença, Atenas e Heracleia, países por mim citados.

É verdade que a conjura feita por Pelópidas para libertar Tebas, sua pátria, teve todas as dificuldades; mesmo assim, teve um final felicíssimo, pois Pelópidas não apenas conjurou contra dois tiranos mas contra dez; não apenas não era íntimo como também não lhe era fácil o acesso aos tronos, sendo ele rebelde; não obstante, pôde voltar a Tebas, eliminar os tiranos e libertar sua pátria. Porém, mesmo assim, fez tudo com a ajuda de um Carone, conselheiro dos tiranos, que facilitou a entrada para a execução da conjura. Mas que ninguém lhe siga o exemplo, pois, como essa empresa era impossível e de incrível realização, assim foi e é considerada pelos historiadores, que a celebram como coisa rara e quase sem igual. Uma tal realização pode ser interrompida por uma falsa avaliação ou por um acidente imprevisto que surja ao praticá-la.

Na manhã em que Bruto e os outros conjurados decidiram matar César, sucedeu que este falou longamente com Gneo Pompílio Lenate, um dos conspiradores; e, vendo os outros aquela longa conversação, temeram que o referido Pompílio revelasse a César a conjura e estiveram para tentar

matar César ali mesmo ao invés de esperar que fosse ao Senado, e tê-lo-iam feito se o diálogo não tivesse terminado, e vendo que César não fizera nenhum movimento extraordinário, sentiram-se seguros. Essas falsas avaliações são dignas de consideração e é preciso prudentemente respeitá-las e tanto mais quanto é fácil tê-las, porque quem tem sua consciência manchada facilmente crê que se fala dele: podes ouvir uma palavra dita sobre o teu caso e isto te fará ou com a fuga revelar a tua conjura ou confundir as ações, acelerando-as no momento errado. E isto tanto mais facilmente acontecerá quanto mais gente souber da conjura.

Quanto aos acidentes, por serem inesperados, não se pode senão com o exemplo demonstrá-los e fazer que os homens se acautelem contra eles. Luzio Belanti de Siena, do qual muito falamos anteriormente, pelo ressentimento que tinha contra Pandolfo, que lhe tirara a filha que antes lhe tinha dado por esposa, decidiu eliminá-lo e escolheu a data para tanto. Ia Pandolfo quase todos os dias visitar um parente enfermo, e, no trajeto, passava pelas casas de Luzio. Este, portanto, vendo isto, organizou os seus conjurados em casa para liquidar Pandolfo ao passar; e, reunidos porta a dentro armados, havia um à janela para que, passando Pandolfo, quando ele estivesse próximo à porta, fizesse um sinal. Acontece que, vindo Pandolfo e tendo feito aquele o aceno, [Pandolfo] encontrou um amigo que o deteve e alguns daqueles que estavam com ele seguiram adiante, e, vendo e ouvindo o barulho das armas, descobriram a cilada; de modo que Pandolfo se salvou e Luzio e os companheiros tiveram de fugir de Siena. O acidente daquele encontro impediu aquela ação e arruinou a iniciativa de Luzio. Tais acidentes, por serem raros, não podem ser evitados. É muito importante examinar todos aqueles que podem surgir e preveni-los.

Resta-nos agora apenas dissertar sobre os perigos que se corre após a execução, que são apenas um e este é quando resta alguém que vingue o príncipe morto. Podem, portanto, sobreviver os seus irmãos ou seus filhos ou outros aderentes, a quem caiba o principado, e podem sobreviver ou por negligência tua ou pelas razões ditas anteriormente, como aconteceu a Giovanni André da Lampagnano que, tendo, juntamente com seus conjurados, matado o duque de Milão [194], e tendo sobrevivido um filho e dois irmãos seus, ao seu tempo, vingaram o morto. E, realmente, nestes casos, os conjurados não têm culpa, porque não podem evitá-lo, mas quando sobrevive alguém por pouca prudência ou por negligência deles, então, não merecem perdão.

Alguns conjurados de Forlì mataram o conde Girolamo [195] , seu senhor, prenderam sua esposa e os seus filhos, que eram pequenos; e, não lhes parecendo poderem viver em segurança se não se apoderassem da fortaleza e não desejando o castelão entregá-la a eles, Madonna Caterina (pois assim se chamava a condessa) prometeu aos conjurados que, se a deixassem entrar nela, faria com que a entregassem a eles, e que retivessem seus filhos como reféns. Eles, confiantes em sua palavra, deixaram-na entrar e ela, tão logo viu-se lá dentro, das muralhas repreendeu-lhes a morte do marido e ameaçou-os com toda sorte de vinganças. E, para mostrar que não se importava com os filhos, mostrou-lhes a genitália, dizendo que tinha ainda os meios para fazer outros. Assim, eles, desesperançados e tardiamente arrependidos de seu erro, partiram da cidade punidos com o exílio perpétuo [196] .

Mas, de todos os perigos que podem surgir depois da execução, não há mais certo nem mais temível que o que sobrevém quando o povo é amigo do príncipe que mataste: porque, para tal, os conjurados não têm remédio algum, porque não poderão jamais estar seguros. O exemplo disto é César, o qual, por ter a amizade do povo de Roma, foi por ele vingado, de modo que, tendo expulso de Roma os conjurados, todos eles foram mortos em diversas ocasiões e lugares.

As conjuras que se fazem contra a pátria são menos perigosas para aqueles que as fazem que aquelas contra os príncipes, pois ao planejá-las há menos perigo que nestas, ao cumpri-las há os mesmos e, depois da execução, não há nenhum. Ao planejá-las, os perigos não são muitos, pois um cidadão pode desejar o poder sem manifestar sua disposição e seu desejo a algum outro; e, se os seus planos não forem interrompidos, prosseguir vitoriosamente sua empresa; se alguma lei os impedir, pode dar um tempo e continuar por outro caminho. Isto pressupõe uma república onde há alguma corrupção, pois em uma não corrompida, não havendo em nenhuma parte um princípio de corrosão, tais pensamentos não ocorrerão a um dos seus cidadãos. Podem portanto, os cidadãos, por muitos meios e muitos caminhos, aspirar ao principado sem correrem o risco de serem reprimidos, seja porque as repúblicas são mais lentas que um príncipe, suspeitam menos, e, por isso, são menos precavidas; seja porque têm mais respeito pelos seus cidadãos ilustres e, por isso, estes são mais audazes e mais dispostos a agir contra elas.

Todo mundo leu a narração que Salústio fez da conjura de Catilina e sabe como, depois de ter sido a conspiração descoberta, Catilina não somente esteve em Roma mas foi ao Senado e disse vilanias ao Senado e ao cônsul: tal era o respeito que aquela cidade tinha por seus cidadãos. E, tendo partido de Roma e estando já com o seu exército, não teriam prendido Lêntulo e aqueles outros se não tivessem encontrado cartas de suas próprias mãos que os comprometiam explicitamente.

Hanon, ilustríssimo cidadão de Cartago, aspirando à tirania, tinha planejado, nas núpcias de uma filha sua, envenenar todo o Senado e fazer-se príncipe. Descoberta a coisa, o Senado não teve outra reação que uma lei pondo fim às despesas com banquetes e núpcias, tal era o respeito que tinham pela sua posição.

É bem verdade que, ao executar uma conjura contra a pátria, há maior dificuldade e perigos maiores, porque raras vezes bastam as tuas próprias forças conspirando contra tantos e nem todo mundo é príncipe de um exército como o eram César, Agátocles, Cleomênes e similares que, de um golpe e com as próprias forças, dominaram a pátria. Porque, para homens assim, o caminho é bem fácil e por demais seguro, mas aos outros, que não têm tantas forças, convém que façam as coisas ou com engano e arte ou com forças estrangeiras.

Quanto ao engano e à arte, tendo o ateniense Pisístrato vencido os megarenses, e, por isso, conquistado as graças do povo, saiu ferido uma manhã, dizendo que a nobreza, por inveja, o havia agredido, e reivindicou homens armados para lhe servirem de guarda. Com essa autoridade, facilmente obteve tanto poder que se tornou tirano de Atenas.

Pandolfo Petrucci voltou a Siena com outros exilados e foi-lhe dada a guarda da praça da cidade como uma função qualquer, rejeitada por outros; mesmo assim, aqueles soldados com o tempo deram-lhe tanto poder que, em pouco tempo, tornou-se príncipe. Muitos outros usaram outras astúcias e outros métodos e, com o passar do tempo e sem perigo, conquistaram o poder.

Aqueles que, com forças suas ou com exércitos estrangeiros, conjuraram para dominar a pátria tiveram diferentes finais, conforme a sorte. O já citado Catilina arruinou-se. Hanon, de quem falamos anteriormente, não tendo conseguido pelo veneno, armou milhares de partidários seus e foram mortos. Alguns dos principais cidadãos de Tebas, para tornarem-se tiranos, chamaram em seu auxílio um exército espartano e

levaram a tirania àquela cidade. De modo que, examinadas todas as conjuras contra a pátria, quase não encontrarás alguma que tenha sido reprimida em seu planejamento, mas todas ou foram vitoriosas ou arruinadas em sua execução. Uma vez executadas, não trazem outros perigos além daqueles próprios da natureza do principado em si, pois, uma vez que alguém torna-se tirano, enfrenta os perigos naturais e costumeiros que a tirania lhe oferece para os quais não há outros remédios além daqueles dos quais já falamos.

Isto é tudo que me ocorreu escrever sobre as conjuras e, se eu discorri sobre as que são feitas com a espada e não com o veneno foi porque todas elas seguem o mesmo procedimento. Verdade é que as que usam o veneno são mais perigosas por serem mais incertas, pois nem todos têm a oportunidade [de servi-lo] e é preciso confiá-lo a quem a tenha e esta necessidade de entregá-lo te traz perigo. Depois, por muitas razões, uma dose de veneno pode não ser mortal, como aconteceu aos que mataram Cômodo que, tendo ele vomitado o veneno que lhe deram, foram forçados a estrangulá-lo para que morresse.

Não têm, portanto, os príncipes, maior inimigo que a conjura porque, uma vez feita uma contra eles, ou os elimina ou os difama, pois, se é bem sucedida, eles morrem; se é descoberta e eliminam os conjurados, se crê sempre que tenha sido uma invenção daquele príncipe para satisfazer sua ganância e sua crueldade contra o sangue e os bens daqueles a quem matou. Não quero, porém, deixar de advertir o príncipe ou a república contra os quais haja uma conjura para que tenham cuidado quando uma conspiração lhes for denunciada, mesmo antes que tenham tentado executá-la; investiguem e compreendam bem a natureza dela e meçam bem as forças dos conjurados e as suas: e, achando-a grande e poderosa, não a denunciem jamais até que estejam preparados com forças suficientes para reprimi-la; de outra forma, encontrarão a própria ruína. Por isso, devem fingir desconhecê-la, pois os conjurados, vendo-se descobertos, tencionados pela necessidade, agem sem temor. Um exemplo disso são os romanos que, tendo deixado duas legiões de soldados para proteger os capuanos contra os sanitas, como em outro lugar dissemos [\[197\]](#), conjuraram juntos os chefes das legiões para dominar os capuanos: Roma o soube e elegeu Rútilo novo cônsul para que tomasse providências; este, para tranquilizar os conjurados, publicou que o Senado havia prolongado o alojamento das legiões em Cápuia. Aqueles soldados acreditaram e, achando que tinham tempo para

dar prosseguimento ao seu projeto, não buscaram acelerar a coisa e assim a adiaram até que perceberam que o cônsul os separava uns dos outros; tal coisa gerou neles desconfiança, perceberam a situação e iniciaram a execução de seu plano. Não pode haver maior exemplo de uma e de outra parte, pois assim se vê como os homens são lentos nas coisas para as quais pensam haver tempo e o quanto são rápidos onde a necessidade os pressiona.

Não pode um príncipe ou uma república que queira tirar vantagem da descoberta de uma conjura ter um procedimento melhor que oferecer logo e habilmente facilidades aos conjurados, de modo que, esperando a oportunidade ou parecendo-lhes haver tempo, deem tempo ao príncipe ou à república de castigá-los. Quem agiu de outra forma acelerou a sua ruína como o fez o duque de Atenas [198] e Guglielmo de' Pazzi. O duque, uma vez tirano de Florença, ao saber de uma conjura contra ele, contrariamente, fez, sem examinar a coisa, prender um dos conjurados, o que fez com que os outros rapidamente pegassem as armas e lhe tirassem o poder. Guglielmo, sendo comissário no Vale do Chiana, em 1501, tendo sabido que, em Arezzo, havia uma conjura em favor dos Vitelli para tirar aquela terra dos florentinos, rapidamente dirigiu-se àquela cidade e, sem medir as forças dos conjurados e as suas e sem preparar-se de forma alguma, com o conselho do bispo, seu filho, fez prender um dos conjurados; após tal prisão, os outros rapidamente pegaram em armas e tiraram a terra aos florentinos e Guglielmo de comissário passou a prisioneiro. Mas, quando os conjurados são fracos, pode-se e deve-se reprimi-los sem temor.

Não é também para imitar de modo algum dois procedimentos usados, um contrário ao outro: um do já mencionado duque de Atenas que, para demonstrar que acreditava ter a benevolência dos cidadãos florentinos, fez morrer um que lhe denunciou uma conjura; o outro de Díon de Siracusa que, para tentar a coragem de alguém de quem suspeitava, consentiu que Calippo, no qual confiava, aparentasse fazer-lhe uma conjura contrária. E todos os dois terminaram mal: pois um tirou a coragem dos denunciantes e a deu a quem quisesse conjurar, o outro facilitou o caminho para a própria morte; aliás, foi ele próprio o chefe da conjura, à qual deu início como experiência, porque Calippo, podendo, sem temor, agir contra Díon, tanto fez que tirou-lhe o poder e a vida.

De onde resulta que as mudanças da liberdade à servidão e da servidão à liberdade algumas vezes aconteçam sem sangue e algumas vezes muito se derrame.

Talvez alguém questione por que sucede que muitas mudanças da vida livre à tirania e vice-versa sejam feitas algumas vezes com sangue e outras sem; pois, como pelas historiografias se compreende, em situações assim, algumas vezes são mortos incontáveis homens, algumas vezes nenhum é ferido, como sucedeu na mudança que houve em Roma, dos reis aos cônsules, na qual não foram eliminados outros além dos Tarquínios, sem ferir ninguém mais.

Tudo depende disto: se o Estado que se transforma nasceu ou não da violência, porque, quando nasce da violência, convém que nasça com muitos agredidos: é necessário, portanto, que, ao arruinar-se, os agredidos queiram vingar-se e deste desejo de vingança resulta o sangue e a morte dos homens. Mas, quando o Estado é resultado de um comum consenso de uma coletividade que o fez grande, não há razão, portanto, quando a dita coletividade é arruinada, de ofender outros além do chefe.

E desta sorte foi o Estado de Roma e a expulsão dos Tarquínios, como foi ainda em Florença o domínio dos Medici, cuja derrocada, em 1494, não teve outros ofendidos além destes. E, assim, tais mudanças não chegam a ser muito perigosas, mas são perigosíssimas aquelas feitas por aqueles que têm de vingar-se, as quais foram sempre de tal modo que só podem horrorizar quem as lê. E porque as historiografias estão cheias desses exemplos, eu prefiro passar adiante.

VIII

Quem deseja alterar uma república deve considerar a situação da mesma.

Já se disse que um mau cidadão não pode agir mal em uma república que não esteja corrompida; tal conclusão se fortalece não apenas com outras razões que então mencionamos como também com o exemplo de Espúrio Cássio e de Mânlio Capitolino. Espúrio, sendo um homem ambicioso e querendo obter uma autoridade extraordinária em Roma e ganhar a plebe para si por fazer-lhe muitos benefícios, tais como dividir entre ela os campos que os romanos haviam tirado dos hérnicos, tal ambição foi descoberta pelos patrícios e levantou tanta suspeita que, falando ele ao povo, prometendo dar-lhe o dinheiro proveniente do trigo que o poder público trouxera da Sicília, o povo o recusou, pois parecia-lhe

que Espúrio queria pagar-lhe o preço da sua liberdade. Mas, se aquele povo tivesse sido corrompido, não teria recusado tal oferta e ter-lhe-ia aberto para a tirania o caminho que fechou para ele.

Exemplo maior que esse é o de Mânlio Capitolino, pois, por meio dele, se vê quanta virtude de espírito e corpo, quantas boas obras feitas em favor da pátria uma pérfida ambição de reinar anula, ambição esta que, como se vê, nasceu-lhe pela inveja que tinha das honras que eram feitas a Camilo e tão cega ficou a sua mente que, não pensando no modo de vida da cidade, não examinando a situação tal como era, incapaz de ser moldada a uma forma lamentável, pôs-se a fazer tumultos em Roma contra o Senado e contra as leis pátrias. Disso se reconhece a perfeição daquela cidade e a bondade que a constituía, pois, neste caso, neste caso, ninguém da nobreza, ainda que fossem ardentes defensores um dos outros, moveu-se para defendê-lo; nenhum parente fez algo em seu favor e, se, por costume, os acusados tinham quem com eles comparecesse enlutado, vestido de negro, todo aflito, para pedir misericórdia em favor do réu, com Mânlio não se viu ninguém. Os tribunos da plebe, que costumavam sempre favorecer o que parecia beneficiar o povo e tanto mais defendiam quanto mais desagradasse aos nobres, neste caso, uniram-se aos nobres para reprimir a peste comum. O povo de Roma, desejosíssimo do proveito próprio e amante das coisas que contrariavam a nobreza, ainda que tivesse feito a Mânlio vários favores, mesmo assim, quando os tribunos o processaram e remeteram sua causa ao julgamento do povo, aquele povo, antes defensor, tornado juiz, sem consideração alguma, o condenou à morte. Portanto, eu não creio que haja exemplo nesta história mais apto a mostrar a bondade de todas as instituições daquela república quanto este, vendo que ninguém naquela cidade se dispôs a defender um cidadão cheio de todas as virtudes e que publicamente e na vida privada tinha feito muitíssimas obras louváveis. Porque em todos eles pôde mais o amor à pátria que qualquer outro afeto e consideraram muito mais os perigos presentes que deles dependiam que os méritos passados, tanto que com tal morte livraram-se deles. E Tito Lívio diz: “*Hunc exitum habuit vir, nisi in libera civitate natus esses, memorabilis*” [199]. Disto devem-se considerar duas coisas: uma é que por maneiras diversas deve-se buscar a glória em uma cidade corrompida e numa que viva ordeiramente; outra (que é quase o mesmo que a primeira) é que os homens, no seu proceder e tanto mais nas grandes ações, devem considerar os tempos e acomodarem-se a eles.

E aqueles que, por má escolha ou por natural inclinação, não se adaptam aos tempos, vivem, na maioria das vezes, infelizes e têm mau resultado em suas ações, ao contrário dos que se acomodam ao tempo. E, sem dúvida que, pelos argumentos acima alegados, pode-se concluir que, se Mânlio tivesse nascido nos tempos de Mário e de Silas, quando a substância estava corrompida, e quando teria podido impor a ela a forma de sua ambição, teria tido os mesmíssimos resultados e sucessos que Mário, Silas e os outros que depois à tirania aspiraram. Assim, da mesma forma, se Silas e Mário tivessem vivido nos tempos de Mânlio, teriam sido reprimidos logo nas primeiras tentativas. Porque um homem pode bem começar, com seus modos e seus propósitos, a corromper o povo de uma cidade, mas é impossível que a [sua] vida baste para corrompê-la de modo que ele mesmo colha os frutos e, quando fosse possível, com largueza de tempo, que o fizesse, seria impossível pelo modo de proceder dos homens, que são impacientes e não podem adiar longamente uma paixão. Constantemente se enganam em seus assuntos e mais ainda naqueles que desejam desmesuradamente, de modo que, ou por pouca paciência ou por se equivocarem, entrariam na empreitada antes do tempo e acabariam mal. Por isso, é preciso, querendo-se tomar o poder em uma república e conferir-lhe uma má forma, encontrar a [sua] matéria desordenada pelo tempo, e que, aos poucos, de geração a geração, tenha sido conduzida à desordem à qual necessariamente é conduzida, a menos que, como antes dissemos, seja constantemente restaurada com bons exemplos ou com novas leis que a façam tornar aos seus princípios [200]. Teria, portanto, Mânlio sido um homem raro e memorável se tivesse nascido em uma cidade corrompida. E, por isso, devem os cidadãos que, nas repúblicas, fazem alguma empreitada, em favor da liberdade ou da tirania, considerar a circunstância em que vivem e julgar a partir disso a dificuldade de sua empresa. Porque é tão difícil e perigoso querer fazer livre um povo que queira viver servo quanto o é querer fazer servo um povo que queira viver livre. E porque acima se disse que os homens, ao agirem, devem considerar a qualidade dos tempos e proceder de acordo, disto falaremos longamente no próximo capítulo.

IX

Como convém variar com os tempos, querendo sempre ter boa sorte.
Eu considere muitas vezes como a razão da boa ou má fortuna dos homens são conformes o seu modo de proceder com as épocas, pois se vê que os homens, em suas ações, procedem alguns com ímpeto,

alguns com temor e com cautela. E porque, num e noutro destes modos, se os termos convenientes são ultrapassados, não se podendo observar o verdadeiro caminho, erra-se. Mas erra menos e tem sorte próspera quem adapta, como eu disse, o seu método ao tempo sempre e nunca procede tal como te instiga a natureza.

Todos sabem como Fábio Máximo procedia com o seu exército respeitosa e cautelosamente, distante de todo ímpeto e toda audácia romana, e a boa fortuna fez com que seu proceder combinasse bem com o tempo. Porque, vindo Aníbal à Itália jovem e com sucesso recente, e tendo já derrotado duas vezes o povo romano, e, estando aquela república quase privada de sua boa milícia e desanimada, não poderia ter melhor sorte que ter um capitão que, com sua prudência e razão, contivesse o inimigo. Nem Fábio poderia encontrar tempos mais convenientes ao seu proceder de que estes nos quais foi glorioso. E que Fábio o fizesse pela sua natureza e não por escolha se vê que, desejando Cipião ir à África com seus exércitos para pôr fim à guerra, Fábio o contrariou bastante por não conseguir mudar seu proceder e seu temperamento; de modo que, se fosse por ele, Aníbal estaria ainda na Itália, pois ele não compreendia que os tempos haviam mudado e que era preciso mudar o modo de guerrear. E, se Fábio tivesse sido rei de Roma, podia facilmente perder aquela guerra, pois não teria sabido variar o seu proceder segundo variavam os tempos. Mas nasceu em uma república que tinha cidadãos diferentes de diferentes temperamentos, como teve Fábio, que foi ótimo na hora em que devia sustentar a guerra, e também teve depois Cipião, nos tempos propícios para vencê-la.

Disso resulta que uma república tenha mais vida e mais longa fortuna que um principado, porque pode melhor acomodar-se à variação dos tempos, dada a diversidade dos cidadãos que nela vivem, tal como não o pode um príncipe. Porque um homem que seja levado a proceder de um modo não muda jamais, como foi dito, e necessariamente arruinar-se-á quando os tempos mudarem de modo contrário ao seu processo.

Piero Soderini, de quem se falou outras vezes [\[201\]](#), procedia, em todos os seus assuntos, com humanidade e paciência. Prosperou, juntamente com sua pátria, enquanto os tempos estiveram em conformidade com o seu modo de proceder, mas, como vieram depois tempos em que era necessário romper com a paciência e a humanidade, não soube fazê-lo, de modo que, juntamente com a pátria, arruinou-se.

O papa Júlio II procedeu, em todo o seu pontificado, com ímpeto e com fúria, e, como os tempos o acompanharam sempre, todas as suas empresas obtiveram sucesso. Mas, se lhe viessem outros tempos que lhe exigissem outra resposta, fatalmente arruinar-se-ia, pois não teria mudado nem seu temperamento nem a maneira de agir.

E são duas as razões pelas quais não podemos mudar: uma é que não podemos nos opor àquilo ao qual nos inclina a natureza; a outra é que, tendo alguém prosperado bastante com um modo de proceder, não é possível persuadi-lo de que possa fazer bem agindo de outra forma. Disso resulta que a sorte de um homem varie porque os tempos variam e ele não varia o seu proceder. Disso resulta ainda a ruína das cidades que não variam as instituições das repúblicas., como longamente discorreremos antes [202] . Mudam lentamente porque são dolorosas as suas transformações, pois lhes é necessário que venham tempos que abalem toda a república, pois um só [cidadão] mudando seu proceder não basta.

E porque falamos de Fábio Máximo, que susteve Aníbal, quero discorrer no capítulo seguinte se um capitão, querendo, de todo modo, enfrentar um inimigo, pode ser impedido por um que não o faça.

X

Um capitão não pode fugir à luta quando o adversário a quer a qualquer preço.

“Cneus Sulpicius dicator adversus Gallos bellum trahebat, nolens se fortunae committere adversus hostem, quem tempus deteriorem in dies, et locus alienus, faceret. [203] ” Quando acontece um erro no qual todos os homens ou a maior parte deles se enganam, não creio que seja ruim reprová-lo muitas vezes. Portanto, como eu já tenho muitas vezes mostrado o quanto as grandes ações sejam disformes em comparação àquelas dos antigos, não me parece, mesmo assim, supérfluo repeti-lo agora. Porque, se, em alguma parte, nos desviamos do proceder dos antigos, nos desviamos mais ainda nas ações militares, nas quais hoje não são observadas algumas daquelas coisas que eram por demais estimadas pelos antigos. E este inconveniente resulta de terem as repúblicas e os príncipes confiado este cuidado a terceiros e, para evitar os perigos, afastaram-se de tal exercício e, se acaso se vê, alguma vez, um rei dos nossos tempos ir em pessoa [aos treinamentos], não se crê, porém, que dele venham outros procedimentos que mereçam mais louvores. Porque tal exercício, quando o fazem, fazem-no por pompa e não por alguma outra louvável razão. Assim

mesmo, estes erram menos, inspecionando de vez em quando seus exércitos, conservando para si o título do império, como não o fazem as repúblicas, principalmente as italianas, as quais, confiando em terceiros e não entendendo coisa alguma que diga respeito à guerra, e, por outro lado, querendo igualarem-se a um príncipe, deliberam, cometendo mil erros em tal deliberação. E, embora tenha falado de alguns em outra parte, não quero agora calar sobre algo importantíssimo.

Quando esses príncipes ociosos ou repúblicas efeminadas enviam um capitão, parece-lhes ser a deliberação mais sábia impor-lhe que, de modo algum, aceite batalha campal: aliás, que, de todas as formas, evite um conflito; e, parecendo-lhes, deste modo, imitar a prudência de Fábio Máximo que, evitando o combate, salvou o Estado dos romanos, não entendem que, na maioria das vezes, essa comissão é inútil ou danosa. Pois se deve aprender esta lição: um capitão que queira ir em campanha não pode fugir à luta todas as vezes que o inimigo a quizer a qualquer custo. E essa lição não é outra coisa senão aquela que diz: “Faze a batalha à custa do inimigo e não à tua”. Pois quem quer ir em campanha e não quer uma batalha não tem outro remédio seguro a não ser pôr-se a cinquenta milhas ao menos de distância do inimigo e, depois, manter bons espiões que, ao verem-no atrás de ti, te deem tempo para afastar-te. Uma outra opção é refugiar-se em uma cidade e tanto uma quanto a outra opção é danosíssima. Na primeira, deixa-se o país à mercê do inimigo, e um príncipe valente preferirá tentar a sorte na escaramuça ao invés de prolongar a guerra com tanto dano para os súditos. Na segunda opção, a perda é explícita, pois sucede que, refugiando-te com um exército em uma cidade, venhas a ser assediado e, em pouco tempo, padecerás fome e render-te-ás. De modo que evitar o conflito por estes dois meios é danosíssimo.

O proceder de Fábio Máximo de ficar nas fortalezas é bom quando tu tens tão virtuoso exército que o inimigo não tenha coragem de enfrentar-te dentro de teus domínios. Nem se pode dizer que Fábio fugisse à luta, mas que preferisse travá-la com vantagem para si. Pois, se Aníbal tivesse ido de encontro a ele, Fábio tê-lo-ia esperado e lhe dado batalha, mas Aníbal nunca atreveu-se a combatê-lo tal como [Fábio] queria. Tanto que o confronto foi evitado tanto por Aníbal quanto por Fábio mas, se um deles quisesse lutar a qualquer preço, o outro não teria mais que três remédios: os dois supracitados ou a fuga.

E se vê claramente a veracidade do que eu digo por mil exemplos, especialmente na guerra que os romanos fizeram com Felipe da Macedônia, pai de Perseu: pois Felipe, sendo assaltado pelos romanos, deliberou não ir ao confronto e, para não fazê-lo, quis primeiro proceder como fizera Fábio Máximo na Itália e posicionou-se com o seu exército sobre a parte mais alta de um monte, onde se fortaleceu bastante, julgando que os romanos não ousariam ir de encontro a ele. Mas estes foram, combateram-no e expulsaram-no daquele monte e, não podendo ele resistir, fugiu de lá com a maior parte dos seus. E o que o salvou de ter sido totalmente derrotado foi ser a região inóspita, o que impediu os romanos de seguirem-no. Assim, se os romanos estavam em uma província, ele ia a uma outra e assim sempre entrava onde os romanos tinham partido. E, vendo por fim que, ao prolongar assim a guerra, as suas condições pioravam e que os seus súditos eram oprimidos ora por ele, ora pelos romanos, deliberou tentar a sorte na batalha, e, assim, teve com os romanos uma batalha justa.

É útil, então, não combater quando os exércitos têm aquelas condições que tinha o exército de Fábio e que então tinha o de Gneo Sulpício, isto é, ter um exército tão bom que o inimigo não se atreva a encontrar-te dentro de tuas fronteiras, ou que o inimigo esteja em tua casa sem grandes vantagens, de modo que ele padeça escassez de víveres. E, neste caos, tal partido é útil, pelas razões ditas por Tito Lívio: *“Nolens se fortunae committere adversus hostem deteriorem in dies et locus alienus facerent”* . Mas, em qualquer outra situação, não se pode fugir à luta senão com maior vergonha que se tivesse sido testada a tua virtude. E, se ele conseguiu salvar-se, não conseguiria um outro que não fosse ajudado pela região como foi.

Ninguém jamais dirá que Aníbal não era um mestre da guerra, e, indo ao encontro de Cipião na África, se ele tivesse visto vantagem em prolongar a guerra, tê-lo-ia feito, e, por ventura, sendo ele bom capitão e tendo um bom exército, poderia tê-lo feito, como o fez Fábio na Itália, mas, não o havendo feito, deve-se crer que alguma razão importante o movesse. Pois um príncipe que tenha reunido um exército e veja que, por falta de dinheiro ou de aliados, não o pode manter longamente, estará completamente louco se não tentar a sorte antes que tal exército se dissolva pois, esperando, a derrota é certa, e, tentando, talvez vença.

Uma outra coisa deve ser levada muito em conta: mesmo perdendo se deve buscar a glória e há mais glória em perder pela força que por outro inconveniente ser derrotado. Desse modo é que Aníbal deve ter sido

constrangido pela necessidade. E, por outro lado, quando Aníbal tinha postergado a batalha e não teve ânimo de ir ao encontro dele nas fortalezas, Cipião não lamentava, por já ter vencido Sífax e conquistado tantas terras na África que podia permanecer lá tão seguro quanto se estivesse na Itália. O mesmo não acontecia quando ia ao encontro de Fábio nem [aconteciam] aos gauleses que iam ao encontro de Sulpício.

Menos ainda pode fugir à luta aquele que, com seu exército, assalta o país do outro, porque, se quer entrar no país do inimigo, lhe convém, quando o inimigo lhe vier de encontro, combatê-lo e se puser-se em campo em uma outra terra, obriga-se ainda mais à luta, como nos nossos tempos [204] aconteceu a Carlos, duque de Borgonha, que, estando acampado em Morat, terra dos suíços, foi por estes assaltado e derrotado, e como aconteceu ao exército francês que, assediando Novara, foi, da mesmíssima forma, derrotado pelos suíços [205] .

XI

Quem tem de enfrentar muitos, ainda que seja minoria, desde que possa suster os primeiros ímpetos, vence.

O poder dos tribunos da plebe na cidade de Roma foi grande e foi necessário, como muitas vezes expusemos, porque, de outra forma, não seria possível pôr um freio na ambição da nobreza, que teria corrompido aquela república muito antes de quando esta se corrompeu. Como em tudo, como outras vezes dissemos, nasce algum mal inerente que dá origem a novos acidentes, se faz necessário com novos recursos remediá-los. Tendo, portanto, tornado-se insolente e considerável tanto para a nobreza quanto para toda a Roma a autoridade tribunícia, dela teria nascido algum inconveniente danoso à liberdade romana, se Ápio Cláudio não tivesse mostrado o modo pelo qual haveriam de defender-se contra a ambição dos tribunos [206] , que foi encontrarem sempre entre eles um que fosse ou covarde, ou corruptível ou amante do bem comum, de modo que o dispunham a opôr-se à vontade daqueles outros que desejassem realizar alguma deliberação contra a vontade do Senado. Este remédio foi uma grande temperança para tanta autoridade e por muito tempo beneficiou Roma.

Isto me fez considerar que, toda vez que houver muitos poderosos unidos contra um outro poderoso, mesmo que todos juntos sejam muito mais poderosos que ele, mesmo assim se deve sempre esperar mais deste solitário e menos galhardo que daquela maioria, embora galhardíssima.

Porque, deixando passar todas aquelas coisas nas quais um só pode mais que muitos sobressair-se (e que são infinitas), sempre ocorrerá isto: que poderá, usando um pouco de esperteza, desunir os outros e aquele corpo que era galhardo tornar débil [\[207\]](#) . Eu não quero sobre isto mencionar exemplos antigos, dos quais muito se sabe, mas quero que me bastem os modernos, sucedidos nos nossos tempos.

Conjurou em 1483 toda a Itália contra os venezianos e porque [estes] estavam perdidos e não podiam mais continuar com o exército em campanha, corromperam o senhor Ludovico [\[208\]](#) , que governava Milão, e por tal corrupção fizeram um acordo no qual não somente recuperaram as terras perdidas como também usurparam parte do Estado de Ferrara. E, assim, aqueles que perdiam a guerra ficaram superiores na paz.

Poucos anos faz conjurou contra a França todo o mundo [\[209\]](#) ; mesmo assim, antes que se visse o fim da guerra, a Espanha se rebelou contra os confederados e fez acordo com ela [a França], de modo que os confederados foram obrigados pouco depois a fazer outro acordo com eles [os reis espanhol e francês] [\[210\]](#) .

De modo que, sem dúvida, nunca se deve duvidar, quando se vê uma guerra de muitos contra um, que aquele um possa levar a melhor, desde que tenha virtude suficiente para sustentar os primeiros ímpetos, e, contemporizando, dar tempo ao tempo. Porque, se não for assim, enfrentaria mil perigos, como aconteceu aos venezianos em 1508 que, se tivessem prolongado a guerra contra o exército francês tempo [suficiente] para ganhar para eles alguns dos adversários coligados, teriam evitado aquela ruína, mas, não dispondo de virtuosas armas para sustentar o inimigo, e, por isso, não tendo tempo para desviar algum deles, arruinaram-se. Pois viu-se que o papa, tendo reavido as suas coisas, fez-se amigo deles, e assim a Espanha, e de muito boa vontade um e outro destes dois príncipes lhes teriam salvo o domínio da Lombardia contra a França, a fim de não engrandecê-la tanto na Itália, se houvessem tido oportunidade. Podiam, também, os venezianos dar uma parte para salvar o resto: coisa que, se tivessem feito antes que parecesse necessária e antes mesmo de iniciada a guerra, seria uma decisão seguríssima, mas, iniciada a guerra, seria algo vergonhoso e talvez de pouco proveito. Mas, antes de iniciado o conflito, poucos cidadãos enxergavam o perigo, pouquíssimos viam o remédio e nenhum sugeriu isso.

Mas, para voltar ao início deste discurso, concluo: tal como o Senado romano encontrou um remédio para a saúde da pátria contra a ambição dos

tribunos, por serem muitos, assim encontrará remédio todo príncipe que seja assaltado por muitos sempre que souber com prudência usar meios convenientes para desuni-los.

XII

Como um capitão prudente deve impor todas as necessidades de combater aos seus soldados e retirá-las dos inimigos.

Outras vezes discorremos sobre como é útil às humanas ações a necessidade e a quanta glória são conduzidas por ela e, como alguns filósofos moralistas escreveram, as mãos e a língua dos homens, dois nobilíssimos instrumentos a enobrecê-los, não teriam operado perfeitamente nem conduzido as obras humanas à altura a qual chegaram se pela necessidade não fossem impulsionadas.

Sendo, portanto, conhecida pelos antigos capitães dos exércitos a virtude de tal necessidade, e quanto por ela os ânimos dos soldados tornavam-se obstinados ao combate, faziam de tudo para que seus soldados fossem constrangidos por ela e, por outro lado, usavam toda engenhosidade para que os inimigos se vissem livres dela, e, por isso, muitas vezes abriram ao inimigo a via que lhe podiam fechar e, aos seus próprios soldados, fechavam aquela que podiam deixar aberta.

Aquele, portanto, que deseja ou que uma cidade se defenda obstinadamente ou que um exército em campanha obstinadamente combata deve, sobre qualquer outra coisa, empenhar-se a pôr nos peitos de quem combate tal necessidade. De modo que um capitão prudente, que tivesse de expugnar uma cidade, deve medir a facilidade ou a dificuldade de expugná-la, a fim de conhecer quanta necessidade obriga os habitantes a defendê-la e, quando encontre grande necessidade que force a defesa, julgue a expugnação difícil; de outro modo, julgue-a fácil. Disso resulta que as terras que se rebelaram são mais difíceis de conquistar que as que estão para serem conquistadas, porque, no começo, não havendo razão de temer a penalidade, por não haver ofensa, rendem-se facilmente, mas, entendendo, uma vez rebeladas, terem ofendido, e, por esse motivo, temendo a pena, tornam-se difíceis de serem expugnadas.

Nasce, ainda, tal obstinação dos ódios naturais que têm os príncipes vizinhos e as repúblicas fronteiriças umas com as outras, o que procede da ambição de dominar e a inveja da sua autonomia, principalmente se são repúblicas, como acontece na Toscana, onde a rivalidade e as contendas [entre as repúblicas] têm feito e farão sempre difícil a expugnação de uma

pela outra. Portanto, quem considerar bem os vizinhos da cidade de Florença e os vizinhos da cidade de Veneza não se admirará, como o fazem muitos, de Florença ter feito mais guerras e conquistado menos que Veneza, pois isso resulta de os venezianos não terem vizinhos tão obstinados na defesa quanto os teve Florença; por terem sido todas as cidades fronteiriças a Veneza acostumadas a viverem sob um príncipe e não livres, e aqueles que estão habituados a servir dão pouquíssima importância à mudança de senhor, aliás, frequentemente, desejam-na. De modo que Veneza, embora tivesse vizinhos mais poderosos que os de Florença, por ter encontrado terras menos obstinadas, teve mais vitórias que a outra, rodeada de cidades livres.

Deve, portanto, um capitão, para retornar ao que dizíamos, quando assalta uma terra, com toda diligência esforçar-se para tirar dos seus defensores tal necessidade e, por consequência, tal obstinação, prometendo perdão se têm medo do castigo e, se têm medo da liberdade, demonstrar que não vai contra o bem comum, mas contra uns poucos ambiciosos da cidade: isto tem muitas vezes facilitado as empresas e a expugnação das terras. E, embora tais disfarces sejam facilmente descobertos, principalmente pelos homens prudentes, mesmo assim, frequentemente, têm enganado os povos que, amolecidos pela paz vigente, fecham os olhos a qualquer armadilha que, sob largas promessas, se lhes prepare. E, por este caminho, inúmeras cidades tornaram-se servas, como aconteceu em Florença há pouco tempo [\[211\]](#) e como aconteceu a Crasso e a seu exército que, como se conhecessem as vãs promessas dos partas, feitas para tirar dos seus soldados a necessidade de se defenderem, não pôde mantê-los obstinados, cegos pelas ofertas de paz feitas pelos inimigos, como se vê detalhadamente lendo a vida dele.

Digo, portanto, que, tendo os sanitas, fora das convenções do acordo, devido à ambição de poucos, invadido e saqueado os campos dos confederados romanos e, tendo depois mandado embaixadores a Roma pedindo a paz, oferecendo a restituição dos bens saqueados e a prisão dos autores dos tumultos e do saque, foram rejeitados pelos romanos. E, tendo eles voltado a Sânio sem esperança de acordo, Cláudio Pôncio, capitão à época do exército, com um discurso notável, mostrou aos sanitas como os romanos desejavam de todo o modo a guerra, e embora eles [os sanitas] desajassem a paz, a necessidade os fazia partir para a guerra, dizendo estas palavras: “*Justum est bellum, quibus est necessarium; et pia arma, quibus*

nisi in armis spes est” [212] , necessidade sobre a qual ele fundamentou para seus soldados a esperança da vitória.

E, para não ter de retornar mais a esta matéria, quero mencionar aqueles exemplos romanos que são mais dignos de nota.

Estava Gaio Manílio com o exército combatendo os veienses e, tendo parte do exército veiense entrado nas fortificações de Manílio, correu este com uma tropa para defendê-las, e, para que os veienses não pudessem salvar-se, ocupou todas as saídas do campo. Daí, vendo-se os sanitas reclusos, começaram a combater com tanta fúria que mataram Manílio e teriam vencido todo o resto dos romanos se a prudência de um tribuno não houvesse aberto para eles o caminho para a retirada. Nisto se vê como a necessidade forçou os veienses ao combate e combateram ferozmente mas, quando viram aberto o caminho, pensaram mais em fugir que combater [213] .

Haviam os volscos e os équos entrado com seus exércitos nos territórios romanos. Mandaram ao encontro deles os cônsules. Ao travar-se a batalha, o exército dos volscos, cujo líder era Vézio Méssio, encontrou-se de repente recluso entre suas fortificações, ocupadas pelos romanos, e outro pelotão romano, e, vendo que teria de morrer ou abrir caminho com a espada, disse a seus soldados estas palavras: *“Ite mecum; non murus nec vallum, armati armatis obstant; virtute paris, quae ultimum ac maximum telum est, necessitate superiores estis”* . [214] De modo que esta necessidade é chamada por Tito Lívio de *“ultimum ac maximum telum”* [215] .

Camilo, o mais prudente dos capitães romanos, estando já dentro da cidade dos veienses com seu exército, para facilitar o saque e tirar dos inimigos a última necessidade de defenderem-se, ordena, de modo que os veienses ouvissem, que ninguém ferisse quem estivesse desarmado, de modo que, jogadas as armas em terra, conquistou-se aquela cidade quase sem sangue. Tal procedimento foi depois observado por outros capitães.

XIII

De qual mereça mais confiança: um bom capitão que tenha um exército fraco ou um bom exército que tenha um capitão fraco.

Tendo Coriolano sido exilado de Roma, foi aos volscos, onde providenciou um exército para vir a Roma vingar-se de seus cidadãos, tendo depois desistido, mais por amor à sua mãe que pelas forças de Roma. Sobre tal ponto, Tito Lívio diz ser por isso conhecido que

Roma cria mais na virtude dos capitães que nos soldados, considerando como os volscos tinham antes disso vencidos e somente venceram depois que Coriolano tornou-se seu capitão. E, embora Lívio tenha tal opinião, ainda assim se vê, em muitos lugares da sua História, a virtude de soldados sem capitão ter feito maravilhas, e estarem eles mais ordenados e ferozes depois da morte dos cônsules que antes. Como aconteceu com o exército que os romanos tinham na Espanha sob os Cipião, o qual, mortos os dois capitães, pôde, com sua virtude, não apenas salvar-se a si mesmo mas vencer o inimigo, e conservar aquela província para a República. De modo que, examinando tudo, encontrar-se-ão muitos exemplos nos quais só a virtude dos soldados terá vencido a batalha e muitos outros nos quais só a virtude dos capitães terá feito o mesmíssimo efeito: de modo que pode-se julgar que um precisa do outro e o outro do um.

Deve-se considerar bem, em primeiro lugar, o que se deve temer mais: se um bom exército mal capitaneado ou um bom capitão acompanhado de um bom exército. E, seguindo a opinião de César, um e outro merecem pouca estima. Porque, indo ele à Espanha contra Afrânio e Petreio, que tinham um ótimo exército, disse que os estimava pouco, “*quia ibat ad exercitum sine duce*” [216], mostrando a fraqueza dos capitães; ao contrário, quando foi à Tessália contra Pompeu, disse: “*Vado ad ducem sine exercitu*” [217].

Pode-se considerar uma outra coisa: o que seja mais fácil – um bom capitão produzir um bom exército ou um bom exército produzir um bom capitão. Digo a respeito que tal questão parece decidida, pois mais facilmente muitos bons encontrarão ou instruirão um até que se torne bom que um o fará a muitos.

Lúculo, quando foi enviado contra Mitrídates, era totalmente inexperiente na guerra; mesmo assim, aquele bom exército, no qual havia vários chefes ótimos, fizeram dele um bom capitão.

Por carência de homens, os romanos armaram vários escravos e os deram a Semprônio Graco para os adestrar, o qual, em pouco tempo, fez um bom exército.

Pelópidas e Epaminondas, como já dissemos [218], depois que tiraram Tebas, sua pátria, da servidão aos espartanos, em pouco tempo fizeram, dos camponeses tebanos, ótimos soldados, que puderam não somente sustentar a milícia espartana mas vencê-la.

De modo que a coisa está empatada, porque um bom pode encontrar outro. Mesmo assim, um exército bom sem um bom líder sói tornar-se insolente e

perigoso, como tornou-se o exército da Macedônia depois da morte de Alexandre, e como eram os soldados veteranos nas guerras civis. Tanto que eu creio seja melhor confiar em um bom capitão que tenha tempo para instruir seus homens e comodidade para armá-los que em um exército insolente com um chefe tumultuário por eles eleito. Por isso, a glória e o louvor devem ser dados àqueles capitães que não somente tenham vencido o inimigo, mas, antes de enfrentá-lo, tenham instruído seu exército e feito-o bom, pois nestes se mostra dupla virtude, e tão rara que se muitos tivessem tal distinção, os tais seriam estimados menos ainda do que são [\[219\]](#) .

XIV

Que efeitos têm as novidades que aparecem em meio à batalha e as novas vozes que se ouvem.

Quanta importância tem nos conflitos e nas batalhas um novo imprevisto nascido de algo novo que se veja ou se ouça demonstra-se em muitos lugares, especialmente nesse exemplo ocorrido na batalha que os romanos tiveram com os volscos: Quíncio, vendo declinar uma das alas de seus exército, começou a gritar que ficassem tranquilos, porque a outra ponta do exército era vitoriosa; com tal palavra, tendo dado ânimo aos seus e desânimo aos inimigos, venceu. E se tais vozes, em um exército bem ordenado, fazem grandes efeitos, em um tumultuário e mal ordenado, fazem grandíssimos, porque é totalmente movido por tais ventos.

Eu quero acrescentar um exemplo notável acontecido em nossa época. Há poucos anos, a cidade de Perúgia era dividida em dois partidos: Oddi e Baglioni. Estes reinavam; aqueles outros estavam exilados e tendo, mediante seus amigos, organizado um exército e reunido-se em uma propriedade particular vizinha a Perúgia, com a ajuda dos dissidentes, entraram uma noite na cidade e, sem serem descobertos, foram atacar a praça. E porque aquela cidade, em todos os cantos de suas ruas, tem correntes que as mantêm bloqueadas, tinham os oddesche diante de si alguém que, com uma clava de ferro, destruía os seus elos, de modo que os cavalos pudessem passar, e, restando-lhes romper apenas aquela que bloqueava a praça, e tendo já se espalhado o barulho das armas, e estando aquele que rompia as correntes oprimido pela turba que o encarava, não podendo ele levantar o braço para quebrá-las, para que pudesse mover-se, disse [à multidão]: “Entrai!”, voz esta que, passo a passo, mal entendida como “Recuai!”, começou a afugentar os últimos e, pouco a pouco, os

outros, com tanta pressa que eles mesmos se dispersaram; e, assim, fracassou o projeto dos Oddi por causa de tão frágil imprevisto.

Por isso, considera-se que a disciplina é necessária em um exército tanto para que este combata como convém quanto para evitar que um mínimo acidente o desordene. Não é por outra razão que as turbas populares são inconvenientes para a guerra, pois qualquer rumor, qualquer boato, qualquer estrépito as altera e as põe em fuga. E, por isso, um bom capitão, entre outras providências, deve indicar quem serão aqueles que terão de levantar sua voz e dirigi-las aos outros, e alertar aos seus soldados que não creiam senão neles e aos seus capitães que não falem senão o que lhes for ordenado porque, não observados estes conselhos, têm-se visto muitas vezes acontecerem desordens grandíssimas.

Quanto às coisas novas que se veem, deve cada capitão empenhar-se para fazer aparecer alguma, enquanto os exércitos estão em combate, que dê animo aos seus e desanime os inimigos, pois entre os acidentes que te dão vitória, este é efficientíssimo.

Disto se pode ter por testemunha Caio Sulpício, ditador romano, que, em guerra com os gauleses, armou todos os vagabundos e a ralé do campo e os fez montar em mulas e outras bestas com armas e insígnias de modo a parecerem cavaleiros, escondeu-os atrás de uma colina e ordenou que, a um sinal dado, quando a batalha estivesse mais encarniçada, se revelassem e se mostrassem aos inimigos. Tal coisa, assim ordenada e feita, causou tanto terror aos gauleses que perderam a batalha. E, por isso, um bom capitão deve fazer duas coisas: uma é procurar, com essas novas invenções, desanimar o inimigo; a outra é estar preparado para que, sendo feitas pelo inimigo contra ele, possa-as desmascarar e torná-las vãs, como fez o rei da Índia a Semíramis que, vendo como tal rei tinha bom número de elefantes, para desanimá-lo e para mostrar-lhe que também nisto estava bem provida, os forjou com couros de búfalos e de vacas, que pôs sobre camelos, e os enviou adiante, mas, revelado pelo rei o engano, tal armação tornou-se-lhe não só vã como danosa.

Estava Manerco, ditador, combatendo os fidenatos, os quais, para amedrontar o exército romano, ordenaram que, no ardor da refrega, saísse de Fidena um número de soldados com fogo em suas lanças, de modo que os romanos, impressionados com a novidade, fugissem desordenados. Sobre isso, deve-se notar que, quando tais invenções têm mais de verdade que de ilusão, pode-se então apresentá-las sem medo aos homens, porque, sendo

bem verossímeis, não se pode revelar facilmente sua fraqueza, mas, quando têm mais de ilusão que de verdade, é melhor não fazê-las, ou, fazendo-as, mantê-las distantes, de modo a não poderem ser facilmente desmentidas, como fez Caio Sulpício com os homens montados em mulas. Porque, quando há ilusão, são descobertas quando se aproximam e te fazem dano e não te ajudam, como fizeram os “elefantes” a Semíramis e aos fidenatos o fogo que, se bem que espantasse um pouco os romanos em princípio, tão logo ocorreu o ditador e começou a gritar-lhes, perguntando se não se envergonhavam de fugirem de fumaça como abelhas e que deviam voltar à luta, gritando: “*Suis flammis delete Fidenas, quas vestris beneficiis placare non potuistis*” [220] , mostrou-se inútil aos fidenatos, que perderam a batalha.

XV

Que um, e não muitos, comande o exército e como o excesso de comandantes prejudica.

Tendo-se rebelado os fidenatos e tendo eles exterminado a colônia que os romanos tinham fundado em Fidenas, instituíram os romanos quatro cônsules, dos quais, deixando um para proteger Roma, enviaram três contra os fidenatos e os veienses, os quais, por estarem divididos entre si e desunidos, relataram desonra e ausência de danos, sendo que da desonra foram eles próprios a causa e a causa de não terem sofrido danos foi a virtude dos soldados. Daí que, vendo os romanos tal desordem, recorreram à nomeação de um ditador, de modo que um só reordenasse o que três desordenaram. Disto se reconhece a inutilidade de muitos comandantes em um exército ou em uma terra que se deva defender, e Tito Lívio não poderia dizê-lo mais claramente que com as palavras citadas a seguir: “*Tres Tribuni potestate consulari documento fuere, quam plurimum imperium bello inutile esset: tendendo ad sua quisque consilia, cum alii aliud videretur, aperuerunt ad occasionem locum hosti*” [221] .

E embora este exemplo baste para provar a desordem que causa na guerra o excesso de comandantes, quero acrescentar alguns outros, da época moderna e dos tempos antigos, para melhor afirmação da tese.

Em 1500, por ocasião da tomada de Milão por Luís XII, rei da França, este enviou seus representantes a Pisa para restituí-la aos florentinos, que nomearam comissários Giovambatista Ridolfi e Luca di Antonio degli Albizi. E porque Giovambatista era um homem de reputação e elevada idade, Luca deixava que ele resolvesse tudo e, se não demonstrava sua

ambição opondo-se a ele, demonstrava-a ao calar-se, omitir-se e descurar tudo, de modo que não cooperava com as operações nem com obras nem com conselhos, como se fosse um incompetente. Mas depois se viu tudo ao contrário: quando Giovambatista, devido a um imprevisto, teve de voltar a Florença, deixado sozinho, demonstrou o seu valor em coragem, inteligência e conselho, todas aquelas coisas que estiveram ocultas enquanto esteve acompanhado.

Quero de novo acrescentar como confirmação estas palavras de Tito Lívio, que relatou como, tendo sido enviados pelos romanos Quíncio e Agripa, seu colega, contra os équos, Agripa quis que todo o comando da guerra ficasse nas mãos de Quíncio, e disse: “*Saluberrimum in admnistratone magnarum rerum est, summam imperii apud unum esse*” . [222]

Isto é o contrário do que hoje fazem estas nossas repúblicas e príncipes que enviam às batalhas, para melhor comandarem, mais de um comissário e mais de um chefe, o que causa uma confusão inestimável. E, se buscassem a razão da ruína dos exércitos italianos e franceses nos nossos tempos, descobririam certamente ter sido esta. E pode-se concluir que é melhor enviar a uma expedição um só homem de medíocre prudência que dois valentíssimos juntos com a mesma autoridade.

XVI

De como nos tempos difíceis, procura-se a verdadeira virtude e, nos tempos fáceis, não são os virtuosos, mas os ricos e os bens relacionados que sobressaem.

Os homens grandes e raros sempre foram e serão negligenciados numa república em tempos pacíficos, tanta é a inveja resultante da reputação conquistada pela sua virtude, que em tais tempos encontram-se muitos cidadãos que se pretendem não iguais a eles, mas superiores.

Há um bom exemplo disso no historiador grego Tucídides, que mostra como, tendo a república ateniense se mostrado superior na guerra peloponésica, e tendo freado o orgulho dos espartanos e quase submetido todo o resto da Grécia, ficou tão convencida que planejou ocupar a Sicília. Tal empresa foi discutida em Atenas. Alcibíades e alguns outros cidadãos aconselhavam que fosse empreendida, como aqueles que, pouco ligando para o bem público, pensavam no próprio *status* , planejando serem chefes de tal empreitada. Mas Nícias, que era o primeiro entre os honoráveis de Atenas, a dissuadia e a maior razão com que argumentou ao povo a fim de

que lhe desse fé e concordasse [com ele] foi esta: aconselhando-o a não fazer guerra, fazia-o contra o próprio interesse, pois, estando Atenas em paz, sabia que seriam inúmeros os cidadãos que quereriam superá-lo, mas, fazendo-se a guerra, sabia que não haveria um único que lhe fosse superior ou igual.

Vemos, portanto, como nas repúblicas há esta desordem que é fazer pouco caso dos homens valentes nos tempos de paz. Tal coisa se dá de dois modos: um é negar-lhes o *status* que merecem; o outro é elevar homens indignos e de pouca valia até a companhia daqueles superiores. Tal desordem nas repúblicas tem causado muitas ruínas, pois aqueles cidadãos que se veem imerecidamente desprezados conhecem que a causa disso são os tempos fáceis e sem perigos e tratam de turbá-los, movendo novas guerras em prejuízo da república.

E, pensando em quais poderiam ser os remédios para isso, encontro dois: um é manter os cidadãos pobres, de modo que a riqueza sem virtude não possa corromper ninguém; o outro é preparar-se continuamente para uma possível guerra, havendo sempre necessidade de cidadãos qualificados, como o fizeram os romanos no princípio. Pois aquela cidade, mantendo sempre exércitos em armas, sempre tinha lugar para a virtude de seus homens e não era possível negar as honras a alguém que as merecesse e dá-las a um que não tivesse méritos pois, se alguma vez o fazia por erro ou provocação, isso resultava em tanta desordem e perigo que rapidamente voltava ao caminho correto.

Mas as outras repúblicas, que não são ordenadas como ela, e que só fazem a guerra quando a necessidade as obriga, não podem evitar tal inconveniente; antes, sempre incorrerão nele e sempre lhe resultará disso desordens, quando aquele cidadão negligenciado e virtuoso for vingativo e tenha naquela cidade reputação e influência.

E a cidade de Roma esteve um dia a salvo disso, porém, depois que venceu Cartago e Antíoco (como em outro lugar dissemos) [\[223\]](#) , não temendo mais as guerras, pensou que podia confiar os exércitos a quem quisesse, não considerando a virtude tanto quanto as outras qualidades que fizessem alguém querido entre o povo. Por isso, se vê como muitas vezes negaram o consulado a Paulo Emílio, que não foi eleito cônsul antes que começasse a guerra macedônica, que, considerada perigosa, por consenso de toda a cidade foi confiada a ele.

Tendo nossa cidade de Florença enfrentado muitas guerras, após o ano de 1494, e tendo todos os cidadãos florentinos passado maus bocados, nossa cidade teve a sorte de encontrar alguém que mostrou como se devia comandar os exércitos, que foi Antonio Giacomini. E enquanto tivemos de travar guerras perigosas, toda a ambição dos outros cidadãos cessou e, na eleição do comissário e do chefe dos exércitos, não havia competidor algum, mas quando se teve de fazer uma guerra que não representava receio algum, mas muitas honrarias e prestígio, apareceram tantos candidatos que, tendo-se que eleger três comissários para atacar Pisa, ele foi deixado de lado.

E, se bem não se visse, evidentemente, que prejuízo resultasse para a coletividade não ter enviado Antonio, mesmo assim, pode-se facilmente supor: não tendo mais os pisanos como se defenderem nem como sobreviverem caso Antonio tivesse ido, ficariam tão desarmados que se renderiam incondicionalmente aos florentinos. Mas, sendo eles assediados por chefes que não sabiam nem isolá-los nem atacá-los, foram tão irreduzíveis que a cidade de Florença negociou, quando poderiam tê-los conquistado pela força.

Claro que esse desprezo feriu bastante Antonio e que ele precisou ser muito paciente e bom para não desejar vingar-se ou com a ruína da cidade, podendo-a, ou com a desonra de algum cidadão em particular. Do que se deve uma república guardar-se, como no capítulo seguinte se dirá.

XVII

Que não se ofenda alguém e depois se lhe confie um cargo importante.

Deve uma república preocupar-se em não confiar um cargo importante a alguém que tenha sofrido uma notável injúria.

Cláudio Nero, que deixou o exército que comandava contra Aníbal e, com uma parte dele, foi até a Marca encontrar o outro cônsul para combaterem Asdrúbal, antes que ele se juntasse a Aníbal, enfrentara Asdrúbal na Espanha, e, tendo-o encurralado de modo que este ou o combateria ou morreria de fome, foi tão astutamente enrolado por Asdrúbal que este escapou. Este caso, quando chegou a Roma, rendeu-lhe muitas críticas entre o povo e o Senado e falou-se muito mal dele por toda a cidade, desonrando-o e ofendendo-o.

Mas, sendo depois eleito Cônsul, e enviado de encontro a Aníbal, tomou a perigosíssima decisão mencionada, de modo que Roma ficou temerosa e

agitada, até que chegaram as notícias da derrota de Asdrúbal.

E, sendo depois perguntado a Cláudio por que razão tomou tão arriscada decisão, pondo em risco a liberdade de Roma sem necessidade, respondeu que o fizera porque sabia que, se o conseguisse, reconquistaria a glória que perdera na Espanha e, se não o conseguisse e sua decisão tivesse o resultado contrário, sentir-se-ia vingado contra aquela cidade e aqueles cidadãos que o haviam tão ingrata e indiscretamente ofendido.

E uma vez que as dores de tais ofensas puderam tanto em um cidadão romano, naqueles tempos em que Roma ainda não se corrompera, se deve pensar quanto elas podem em um cidadão de uma cidade que não seja como aquela o era então. E como para semelhantes desordens não se pode prover um remédio certo, o resultado é a impossibilidade de se fundar uma república eterna, pois, por mil vias inopinadas, causa-se a sua ruína.

XVIII

Nada dá mais honra a um capitão que prever as decisões do inimigo.

Dizia o tebano Epaminondas que nada era mais necessário e mais útil a um capitão que conhecer as deliberações e atitudes do inimigo. E porque tal conhecimento é difícil, merece tanto mais louvor aquele que age conforme tais conjecturas. E entender os desígnios do inimigo não é tão difícil quanto entender, algumas vezes, as suas ações e não tanto as ações distantes feitas por ele, quanto as presentes e próximas. Pois muitas vezes aconteceu de, tendo a batalha durado até a noite, quem venceu acreditar que havia perdido e quem perdeu achar que tinha vencido. Tal erro fez com que se deliberasse contra a própria segurança, como sucedeu a Bruto e Cássio que, por este erro, perderam a guerra, pois, tendo Bruto vencido do seu lado, achou que Cássio tivesse perdido, que todo o exército estivesse derrotado, e, erroneamente, sem esperanças de salvação, matou-se. Nos nossos tempos, na incursão que o rei Francisco da França fez com os suíços a Santa Cecília, na Lombardia, sobrevindo a noite, os suíços sobreviventes acharam que tinham vencido, sem nada saber dos que tinham sido vencidos e mortos; tal erro fez com que eles mesmos não se salvassem, esperando para combaterem novamente de manhã com tanta desvantagem; induziram também ao erro o exército do papa e da Espanha, que, com a falsa notícia da vitória, atravessou o [rio] Pó e, se tivesse ido mais adiante, teria sido presa dos franceses vitoriosos.

Erro semelhante ocorreu nos campos romanos e nos dos équos, onde, sendo Semprônio cônsul e indo com o exército de encontro aos inimigos e

travando-se a luta, disputou-se aquela batalha até a tarde com vantagens ora para um, ora para o outro lado; e, chegada a noite, estando cada um dos exércitos meio vencido, nenhum deles voltou ao seu acampamento; ao contrário, cada um abrigou-se nas colinas próximas, onde acreditavam estar mais seguros; e o exército romano se dividiu em duas partes: uma seguiu o cônsul; a outra, um centurião chamado Tempânio, graças a quem o exército romano não tinha sido totalmente derrotado naquele dia. Ao amanhecer, o cônsul romano, sem saber mais nada do inimigo, dirigiu-se a Roma; o mesmo fez o exército dos équos, pois cada um deles acreditava que o inimigo havia vencido e, por isso, se retirou sem preocupar-se em deixar o alojamento como despojo. Acontece que Tempânio, que estava com o resto do exército romano, retirando-se também, soube, por alguns équos feridos, que os capitães deles tinham partido e deixado os alojamentos; então, ele, com esta notícia, entrou nos alojamentos romanos e os salvou, e depois saqueou os dos équos e voltou para Roma vitorioso. Tal vitória, como se vê, consistiu apenas em perceber primeiro a desordem do inimigo. Disto deve-se notar que é comum acontecer que dois exércitos, estando um em frente do outro, estejam na mesma desordem e padeçam as mesmíssimas necessidades e que se torne vencedor aquele que primeiro perceber os reveses do outro.

Sobre isso, quero dar um exemplo doméstico e recente. Em 1498, quando os florentinos tinham um grande exército em Pisa e sufocavam fortemente aquela cidade, que estava sob a proteção dos venezianos, estes, não vendo outra maneira de salvá-la, decidiram desviar aquela guerra, assaltando, de outro lado, o território de Florença, e, como um poderoso exército, entraram pelo Vale de Lamona, ocuparam o burgo de Marradi e assediaram o forte de Castiglioni, que fica naquela colina. Sabendo disso, os florentinos decidiram socorrer Marradi e não diminuir as forças que tinham em Pisa, e, providenciadas novas infantarias e ordenadas novas cavalaria, enviaram-nas para lá, tendo por capitães Iacopo IV d'Appiano, senhor de Piombino, e o conde Rinuccio da Marciano. Tendo essa gente sido conduzida até a colina de Marradi, os inimigos retiraram-se do cerco de Castiglioni, concentrando-se todos no burgo, e, estando os dois exércitos vários dias um diante do outro, um e outro sofriam muito a escassez de víveres e de todas as coisas necessárias, e, não ousando um enfrentar o outro nem sabendo um das desordens do outro, deliberaram numa mesma noite um e outro levantarem acampamento na manhã seguinte e irem embora, os venezianos

para Bersighella e Faenza, os florentinos para Casaglia e Muzello. Quando chegou a manhã, tendo cada um começado a preparar sua retirada, aconteceu de uma mulher, que se sentia segura em sua velhice e em sua pobreza, chegar ao acampamento florentino, desejosa de ver certos parentes que estavam lá: por ela souberam os capitães dos florentinos que o acampamento veneziano partia; tomaram coragem e, mudando de ideia, como se tivessem desalojado os inimigos, os atacaram, e relataram em Florença tê-los expulso e vencido a guerra. Tal vitória não nasceu de outra coisa que terem sabido, antes dos inimigos, como eles estavam: tal notícia, se tivesse chegado primeiro à outra parte, teria feito contra os nossos o mesmo resultado.

XIX

Se para reger uma multidão é mais necessária a cortesia que a severidade.

Estava a República Romana agitada pelas inimizades entre nobres e plebeus; mesmo assim, sobrevivendo-lhes a guerra, enviaram com os exércitos Quíncio e Ápio Cláudio. Ápio, por ser cruel e rude ao comandar, foi mal obedecido pelos seus; Quíncio, por ser benigno e de natureza cortês, teve seus soldados obedientes e atribuiu-lhes a vitória. Isso faz parecer que seja melhor, ao governar uma multidão, ser cortês ao invés de soberbo, piedoso em vez de cruel. Mesmo assim, Cornélio Tácito, respeitado por muitos outros escritores, em uma de suas sentenças, conclui o contrário: “*In multitudine regenda plus poena quam obsequium valet*” [224]. E considerando como conciliar uma e outra dessas opiniões, digo: ou terás de governar homens que te são cotidianamente iguais ou homens que te são sempre submissos.

Quando são teus companheiros, não se pode tão somente usar a força nem aquela severidade da qual fala Cornélio, e, porque a plebe romana tinha em Roma igual poder com a nobreza, não podia alguém que se tornasse príncipe provisoriamente com crueldade e rudeza manejá-la. E muitas vezes se viu que melhores frutos tiveram os capitães romanos que se faziam amar pelos exércitos e que, com cortesia, os lideravam que aqueles que se faziam temer extraordinariamente, se já não eram distinguidos por uma excessiva virtude, como o foi Mânlio Torquato.

Mas quem comanda súditos, dos quais fala Cornélio, para que não se tornem insolentes e para que tua tropa não te pise facilmente, debes recorrer mais vezes à punição que à indulgência. Mas deve ela ser de tal modo moderada que evite o ódio, pois fazer-se odiado nunca trouxe benefício a

príncipe algum. O modo de evitá-lo é não incomodar a maioria dos súditos, porque do sangue, a menos que seja resultado de rapina, nenhum príncipe deve estar desejoso ou necessitado, e tal necessidade vem raras vezes, mas se a crueldade se mistura à rapina, ela vem sempre, nem faltam jamais razões e desejo de derramá-lo, como em outro tratado discurssei largamente [225] .

Mereceu, portanto, mais louvores Quíncio que Ápio, e a sentença de Cornélio, dentro dos seus termos, e não no caso de Ápio, merece ser aprovada.

E como falamos da pena e da indulgência, não me parece supérfluo mostrar como um exemplo de humanidade pôde mais junto aos faliscos que as armas.

XX

Um exemplo de humanidade junto aos faliscos pôde mais que qualquer força humana.

Estando Camilo com o exército romano ao redor da cidade dos faliscos assediando-a, um mestre de escola dos mais nobres garotos daquela cidade, julgando obter a gratidão de Camilo e do povo romano, sob o pretexto de exercício, saiu com os meninos para fora da cidade, levou-os ao acampamento, e, apresentando-os diante de Camilo, disse como, em troca deles, aquela terra se entregaria em suas mãos. Tal presente não só foi rejeitado por Camilo, como também fez espoliar aquele mestre e, amarrando as suas mão para trás, deu a cada um dos meninos uma vara e fez com que voltasse à cidade surrado por eles. Quando tal notícia chegou aos cidadãos, agradou-lhes tanto a humanidade e a integridade de Camilo que, não querendo mais se defenderem, decidiram entregar-lhe a cidade.

Deste verdadeiro exemplo deve-se considerar o quanto algumas vezes um ato humano e piedoso de caridade pode mais que um ato violento e feroz e como, muitas vezes ,aquelas províncias e aquelas cidades que as armas, os instrumentos bélicos e todas as demais forças humanas não conseguiram abrir um exemplo de humanidade e de piedade, de castidade ou de liberalidade abriu. Disto temos relatados muitos outros exemplos. E se vê como as armas romanas não podiam expulsar Pirro da Itália e expulsou-o a liberalidade de Fabrício, quando revelou a ele a oferta que seu parente fizera aos romanos de envenená-lo. Vemos ainda como a Cipião Africano não rendeu tanta reputação em Espanha a expugnação da Nova Cartago

quanto rendeu-lhe aquele exemplo de castidade que foi devolver ao marido sua jovem e bela esposa intocada; a fama de tal ação conquistou-lhe a amizade da Espanha.

Vê-se, então, o quanto esta qualidade é desejada pelos povos nos grandes homens e quanto é louvada pelos escritores e por aqueles que narram as vidas dos príncipes e por aqueles que ensinam como eles devem viver. Entre estes, Xenofonte se esforça por demonstrar a Ciro quantas honras, quantas vitórias, quanta boa fama render-lhe-ia ser humano e afável e não demonstrar-se soberbo, nem cruel, nem luxurioso, nem praticante de nenhum outro vício que macule a vida dos homens.

Mesmo assim, tendo Aníbal com modos contrários, conseguido grande fama e grandes vitórias, quero sobre isso discorrer no próximo capítulo.

XXI

Qual a razão de ter Aníbal, procedendo ao contrário de Cipião, obtido na Itália o mesmo sucesso que o outro na Espanha.

Preocupo-me porque alguns poderiam maravilhar-se vendo como alguns capitães, não obstante tenham uma vida contrária, tenham mesmo assim obtido tanto sucesso quanto aqueles que viveram como já falei, de modo que parece que a razão das vitórias não dependa das causas de que falei; antes, parece que aqueles procedimentos não te rendem mais força nem mais sorte, sendo possível, de maneira contrária, conquistar glória e reputação. E para não me distanciar dos homens já mencionados e esclarecer melhor o que quis dizer, digo como é vista a entrada de Cipião na Espanha, que, com sua humanidade e piedade, rapidamente conquistou a amizade daquela província, fazendo-se adorado e admirado pelos povos. Vê-se, de outro lado, entrar Aníbal na Itália e, com meios totalmente contrários, isto é, com crueldade, violência e rapina e toda sorte de iniquidades, obter o mesmo sucesso que obtivera Cipião na Espanha, porque com Aníbal se rebelaram todas as cidades da Itália, todos os povos o seguiram.

E, pensando as origens disso, veem-se razões intrínsecas. A primeira é que os homens são ávidos por coisas novas, de modo a considerarem novidades, na maioria das vezes, tanto as coisas boas quanto as ruins, pois, como já foi dito antes e é verdade, os homens se entediam com o bem e se afligem com o mal. Tal desejo abre as portas a qualquer um que, em uma província, encabece uma inovação e, se ele for estrangeiro, seguem-no; se for nativo,

rodeiam-no, de modo a aumentar [sua influência] e favorecê-lo, de modo que, de qualquer forma que proceda, consegue grandes progressos naqueles lugares. Além disso, os homens são movidos por duas coisas principais: ou pelo amor ou pelo temor – de modo que tanto os comanda quem se faz amar quanto aquele que se faz temer, embora, na maioria das vezes, seja seguido mais o que se faz temer que aquele que se faz amar.

Portanto, importa pouco a um capitão por qual das duas vias ele caminhe, desde que seja virtuoso e que tal virtude o faça reputado entre os homens. Pois quando a virtude é grande, como foi em Aníbal e em Cipião, cancela todos os erros cometidos para se fazer muito amado ou muito temido. Porque de um e de outro lado podem surgir grandes inconvenientes, capazes de arruinar um príncipe, pois aquele que deseja demais ser amado, cada passo que o distancia do correto caminho o torna desprezível; aquele outro que deseja ser demasiadamente temido, a cada passo que excede a medida, torna-se odioso. E manter-se no caminho do meio não é possível porque nossa natureza não o permite, mas é necessário mitigar os excessos com uma excessiva virtude, como faziam Aníbal e Cipião. Mesmo assim, vimos como um e outro pagaram o preço pelo seu modo de agir e como foram exaltados.

A exaltação de todos os dois já foi referida. O ônus, quanto a Cipião, foi que seus soldados na Espanha se rebelaram contra ele juntamente com parte dos seus aliados. Isto não nasceu de outra coisa que não do fato de não o temerem, pois os homens são de tal modo insatisfeitos que um pouco de porta que se lhes abra à ambição, esquecem rapidamente todo o amor que dedicaram a um príncipe por sua humanidade, como o fizeram os soldados e os aliados mencionados; de modo que Cipião, para remediar tal inconveniente, foi obrigado a fazer uso da crueldade que tanto evitava.

Quanto a Aníbal, não há nenhum exemplo específico em que sua crueldade e pouca fé o prejudicassem particularmente, mas se pode bem pressupor que Nápoles e muitas outras terras que se mantiveram fiéis aos romanos o fizeram por medo dele. Vemos bem que o seu modo de vida ímpio o fez mais odioso ao povo romano que qualquer outro inimigo daquela República, de modo que, enquanto denunciaram a Pirro, quando ele estava com o seu exército na Itália, aquele que o queria envenenar, a Aníbal nunca, ainda que desarmado e disperso [o seu exército], perdoaram. Resultaram, portanto, a Aníbal, por ser considerado ímpio, descumpridor de sua palavra e cruel, estas desvantagens, mas resultou-lhe também uma

vantagem grandíssima, que é admirada por todos os escritores: no seu exército, ainda que composto por vários tipos de homens, jamais nasceu uma dissensão nem entre eles mesmos nem contra ele. Isto derivava somente do temor de sua pessoa, o qual era tão grande, mesclado à reputação que lhe dava sua virtude, que mantinha seus soldados quietos e unidos.

Concluo, portanto, que não importa muito de qual modo um capitão proceda desde que tenha uma virtude tão grande que seja condizente com um e outro modo de vida. Pois, como eu disse, num e noutro há defeito e perigo, quando não é corrigido por uma virtude extraordinária. E se Aníbal e Cipião, um com atos louváveis, outro com detestáveis, tiveram o mesmo sucesso, não quero perder a oportunidade de falar ainda de dois cidadãos romanos que conseguiram, com modos diversos, mas ambos louváveis, uma glória igual.

XXII

Como a dureza de Mânlio Torquato e a humanidade de Valério Corvino conquistaram para cada um deles a mesma glória.

Houve em Roma, ao mesmo tempo, dois capitães excelentes, Mânlio Torquato e Valério Corvino, os quais tiveram em Roma igual virtude, iguais triunfos e igual glória e cada um deles, enfrentando o inimigo, com igual virtude prevaleceram, mas no que dizia respeito aos exércitos e ao trato com os soldados, procederam diversamente, pois Mânlio, com toda sorte de severidade, sem reconhecer em seus soldados fadiga ou sofrimento, comandava-os; Valério, por outro lado, com todos os modos e gestos humanos, e cheio de uma familiar gentileza os tratava. E, para obter a obediência dos soldados, um eliminou o filho e outro não ofendeu jamais a ninguém. Mesmo assim, com procedimentos tão diferentes, cada um obteve o mesmo fruto contra os inimigos e em favor da república e de si próprio. Porque nenhum soldado jamais fugiu à luta ou se rebelou contra eles ou em momento algum divergiu da vontade deles, embora o comando de Mânlio fosse tão áspero que todos os outros comandos que se excediam eram chamados “*Manliana imperia*” . Disso consideremos: primeiro, o que levou Mânlio a proceder tão rigidamente; segundo, o que permitiu Valério proceder tão humanamente; depois, o que fez com que tão diversos procedimentos obtivessem o mesmo resultado e, por último, qual dos dois seja melhor e mais útil imitar.

Se alguém considerar bem a natureza de Mânlio, desde que Tito Lívio começa a mencioná-lo, o verá homem fortíssimo, piedoso perante o pai e a pátria e muito reverente perante seus superiores. Estas coisas se conhecem pela [narração da] morte do gaulês, pela defesa do pai contra o tribuno e como, antes de ir à luta contra o gaulês, dirigiu-se ao cônsul com estas palavras: “*Iniussu tuo adversus hostem nunquam pugnabo, non si certam victoriam videam.*” [226] Portanto, um homem forte assim, vendo-se elevado a um posto de comando, quer excelentes homens iguais a ele e seu ânimo forte o faz comandar os fortes e os que lhe são subordinados querem adequar-se a ele. E é uma regra veríssima que, quando se comanda ásperos, convém com aspereza fazer-se obedecido; de outra forma, enganar-te-iam. Note-se que querendo ser obedecido, é necessário saber comandar, e os que sabem comandar comparam suas qualidades às dos que têm de obedecer e, quando os veem harmonizados, comandam; quando desarmônicos, se abstém.

E por isso dizia um sábio que, para manter com violência uma república, convinha que houvesse uma proporção entre quem forçava e quem era forçado e, toda vez que houvesse essa proporção, podia-se crer que aquela violência fosse durável, mas quando o violentado fosse mais forte que o violentante, se podia esperar que a qualquer hora a violência cessasse.

Mas, tornando ao nosso tema, digo que para comandar fortes convém ser forte e aquele que tem tal força e comanda não pode com docilidade fazer-se obedecer. Mas quem não tem essa fortaleza de caráter deve evitar os comandos extraordinários e pode usar sua humanidade nos ordinários, porque as punições ordinárias não são imputadas ao príncipe, mas às leis e aos regimentos. Deve-se, portanto, crer que Mânlio fosse obrigado a proceder tão rigidamente pelos seus ímpetos extraordinários, aos quais o inclinava sua natureza. Homens assim são úteis a uma república porque conduzem suas instituições de volta ao seu princípio e à sua antiga virtude. E, se uma república fosse tão feliz que tivesse sempre, como dissemos antes [227], quem, com seu exemplo, renovasse suas leis e não só a impedisse de correr para a ruína, mas a fizesse dar meia-volta, ela seria eterna. Assim, Mânlio foi um daqueles que, com a aspereza de seu comando, preservou a disciplina militar em Roma, movido primeiro pela sua natureza, depois pelo desejo que tinha de que se observasse o que seu natural desejo tinha ordenado. Por outro lado, Valério pôde proceder humanamente porque lhe bastava que se observassem as coisas cotidianamente observadas nos

exércitos romanos. Tal rotina, por ser boa, bastava para honrá-lo e não era cansativo observá-la e Valério não precisava punir os transgressores ou porque não os havia ou porque, quando os havia, imputavam, como se disse, as punições aos regimentos e não à crueldade do príncipe. De modo que Valério podia dar vazão à cordialidade com a qual conquistava prestígio entre os soldados e a simpatia deles. Disso resulta que, tendo um e outro a mesma obediência, podiam, diversamente procedendo, obter o mesmo efeito. Podem aqueles que quiserem imitá-los cair naqueles vícios de desprezo e ódio dos quais falei lá atrás quanto a Cipião e Aníbal [228] , o que se evita com uma excessiva virtude que haja em ti e não de outra forma. Resta agora considerar qual desses procedimentos seja mais louvável. Creio que seja discutível, pois os escritores louvam um e outro. Mesmo assim, aqueles que escrevem como um príncipe deve governar aproximam-se mais de Valério que de Mânlio, e Xenofonte, já citado por mim, dando muitos exemplos de humanidade a Ciro, está muito de acordo com o que disse, sobre Valério, Tito Lívio. Porque, tendo sido eleito cônsul contra os sanitas, e chegando o dia em que devia combater, falou a seus soldados com aquela humanidade com a qual ele se governava, e, depois dessa fala, Tito Lívio diz estas palavras: “*Non alias militi familiarior dux fuit, inter infimos milites omnia haud gravate munia obeundo. In ludo praeterea militari, cum velocitatis viriumque inter se aequales certamina ineunt; comiter facilis vincere ac vinci vultu eodem: nec quemquam aspernari parem qui se offeret: factis benignus pro re, dictis haud minus libertatis alienae quam suae dignitatis memor, et (quo nihil popularius est) quibus artibus petierat magistratus, iisdem gerebat* [229] ” . Fala, da mesma maneira honrosa, sobre Mânlio, Tito Lívio, mostrando que a sua severidade na execução do filho fez o exército tão obediente ao cônsul que foi razão da vitória que o povo romano teve contra os latinos, e tanto o louva que, depois de tal vitória, relata que ele teve todo o comando daquela batalha e mostra todos os perigos que o povo romano correu e as dificuldades que teve de vencer e conclui que somente a virtude de Mânlio deu aquela vitória aos romanos. E, comparando as forças dos dois exércitos, afirma que a outra parte teria vencido se tivesse Mânlio como líder. Mesmo assim, para não deixar essa discussão indecisa, digo que, para um cidadão que viva sob as leis de uma república, creio que seja mais louváveis e menos perigoso o proceder de Mânlio, pois este modo é todo em favor do público e não deixa nada para a ambição particular, pois, de tal modo, não se pode conquistar aliados,

mostrando-se sempre áspero para com todos e amando somente o bem comum, porque quem assim faz não conquista amigos particulares aos quais chamamos, como antes se disse, partidários. De modo que não pode haver procedimento mais útil e mais desejável em uma república, não faltando nele a utilidade pública e não podendo haver nele suspeita alguma quanto ao poder particular. Mas, no procedimento de Valério, dá-se o contrário porque, embora quanto ao público, obtenham-se os mesmos resultados, mesmo assim, surgem muitas dúvidas pela particular benevolência que conquista entre os soldados, capazes de causar, a longo prazo, prejuízos à liberdade.

E, se em [Valério] Públicola, estes maus efeitos não nasceram foi porque os espíritos dos romanos não estavam ainda corrompidos e não ter ele ficado longa e continuamente a governá-los. Mas, se nós tivermos que considerar um príncipe, como o faz Xenofonte, aproximar-nos-emos tão só de Valério e deixaremos Mânlio, pois um príncipe deve buscar nos soldados e nos súditos a obediência e o amor. A obediência vem da observação das leis e de sua reputação de virtuoso; o amor vem da afabilidade, da humanidade, da piedade e de outras qualidades presentes em Valério e que Xenofonte recomenda a Ciro. Porque ser um príncipe bem amado particularmente e ter seu exército como aliado está de acordo com todas as outras particularidades do seu *status* mas um cidadão que tenha seu exército como partidário já não condiz com as conveniências de quem vive sob as leis e obedece aos magistrados.

Lê-se entre os fatos antigos da República veneziana que, tendo as galeras venezianas tornado a Veneza, e havendo certa discórdia entre os marujos e o povo que resultou em tumulto e armas, e não podendo a coisa ser contida nem pela força dos ministros, nem pela reverência dos cidadãos nem pelo temor aos magistrados, subitamente, apareceu aos marinheiros um nobre que havia sido seu capitão e, por amor e obediência a ele, partiram e deixaram o conflito. Tal obediência gerou tanta suspeita no Senado que, pouco tempo depois, os venezianos, ou por prisão ou por morte, puseram-se a salvo dele.

Concluo, portanto, que o proceder de Valério é útil em um príncipe e em um cidadão é nocivo não apenas à pátria mas a si mesmo: a ela porque tal procedimento prepara o caminho para a tirania; a si mesmo porque, suspeitando a cidade do seu modo de proceder, é obrigada a pôr-se a salvo dos seus danos. E assim, ao contrário, afirmo que o proceder de Mânlio em

um príncipe é danoso e, em um cidadão, útil, principalmente à pátria e, ainda, raras vezes te prejudica se já ao ódio que tua severidade rende não for acrescentada suspeita devido a outras virtudes a ti reputadas, como adiante se verá no exemplo de Camilo.

XXIII

Por que Camilo foi banido de Roma.

Nós concluímos acima como, procedendo como Valério, se prejudica a pátria e a si mesmo e, procedendo como Mânlio, se favorece a pátria e às vezes se prejudica a si mesmo. O exemplo de Camilo, cujo procedimento assemelhava-se mais ao de Mânlio que ao de Valério, prova bem isso. Tito Lívio, falando dele, disse: “*Eius virtutem milites oderant et mirabantur* [230] ”.

Nele, o que se admirava eram a solicitude, a prudência, a grandeza de espírito, a boa ordem que ele observava ao organizar e comandar os exércitos; o que o fazia odiado era ser mais severo ao castigá-los que liberal ao remunerá-los. E Tito Lívio refere três razões para esse ódio: a primeira foi que o dinheiro oriundo dos bens dos veientes ele entregou ao [erário] público ao invés de dividi-lo como despojos; a segunda foi que, em seu desfile, ele fez com que seu carro triunfal fosse puxado por quatro cavalos brancos, o que fez que se dissesse que, por soberba, ele quis igualar-se ao Sol; a terceira foi que ele prometera dar a Apolo a décima parte dos despojos dos veientes e, querendo cumprir a promessa, tirou-a das mãos dos soldados, que já haviam se apoderado deles [231]. Nisto se notam bem e facilmente aquelas três coisas que fazem um príncipe odiado pelo povo, das quais a principal é privá-lo do lucro. Isto é coisa de muita importância, pois as coisas que têm em si algum valor, quando um homem se vê privado delas não as esquece nunca e lembrar-se-á de ti a cada mínima necessidade e, como as necessidades surgem todos os dias, recordar-se-á de ti diariamente. A outra coisa é parecer soberbo e orgulhoso, não havendo nada mais odioso aos povos, principalmente aos livres. E, se bem que aquela soberba e aquele fausto não os prejudicasse, mesmo assim odeiam quem os exerce; um príncipe deve evitar isso como a um escolho, porque angariar ódio sem proveito próprio é sempre temerário e pouco prudente.

XXIV

O prolongamento dos comandos militares tornou Roma serva.

Se for bem considerado o proceder da República romana, se verá que duas coisas foram causadoras do fim daquela República: uma foram

as contenções nascidas da Lei Agrária; outra, o prolongamento dos comandos militares, coisas essas que, se fossem conhecidas desde o princípio, e dados a elas os devidos remédios, a vida em liberdade teria durado mais e sido mais tranquila. E embora, quanto à extensão dos comandos, não se veja que nascesse em Roma qualquer tumulto, mesmo assim se vê, de fato, quanto foi nociva a autoridade que os cidadãos tomaram com tal deliberação. E se os outros cidadãos a quem era prorrogado o mandato tivessem sido sábios e bons como Lúcio Quíncio não teria havido este inconveniente. A bondade dele é de um exemplo notável, porque, tendo sido feito um acordo entre o Senado e a plebe, e, tendo a plebe prolongado em um ano o mandato dos tribunos, julgando-os aptos e capazes de resistir à ambição dos nobres, quis o Senado, por despeito ao povo e para não ficar para trás, prolongar o consulado de Lúcio Quíncio, que rejeitou totalmente tal deliberação, dizendo que queria extinguir ao invés de aumentar os maus exemplos com um outro pior e quis que fossem eleitos novos cônsules. Essa bondade e essa prudência, se estivessem em todos os cidadãos romanos, não teriam deixado introduzir-se o hábito de prolongar os mandatos e disto não se teria chegado à prolongação dos comandos, fato esse que arruinou aquela República.

O primeiro cujo comando foi prorrogado foi Públio Filão que, estando em campanha na cidade de Palépolis, e, chegando ao fim do seu consulado, parecendo ao Senado que ele tivesse a vitória nas mãos, ao invés de lhe enviarem um sucessor, fizeram-no procônsul. Tal gesto, ainda que feito pelo Senado para a utilidade pública, foi o que, com o tempo, fez Roma serva. Porque quanto mais distante dos romanos iam os exércitos, tanto mais lhes pareciam necessárias tais prorrogações e tanto mais as usavam. Isto levou a dois inconvenientes: o primeiro foi que menos homens exerceram o comando e, por causa disso, poucos foram os homens que ganharam reputação; o segundo foi que, estando um cidadão tempo demais comandando um exército, conquistava-o e tornava-o [seu] aliado, pois aquele exército, com o tempo, esquecia o Senado e o reconhecia como chefe. Por isso, Sila e Mário puderam encontrar soldados que, contra o bem público, os seguiam; por isso, César pôde invadir a pátria. Pois, se os romanos jamais tivessem prolongado os mandatos e os comandos, se não lhes dessem tantas vezes tanto poder e se suas conquistas se tivessem dado mais tarde, mais tarde ainda teriam caído em servidão.

Da pobreza de Cincinato e de muitos cidadãos romanos.

Nós havíamos discutido anteriormente como a coisa mais útil a ser organizada em uma vida livre é que se mantenham os cidadãos pobres [232] . E, se bem que em Roma não se perceba que instituição operasse tal efeito, tendo a própria lei agrária sofrido tanta oposição, mesmo assim, se vê, por experiência, que quatrocentos anos após Roma ter sido edificada, lá havia uma grandíssima pobreza, e não se pode crer que operasse esse efeito uma regulamentação maior que ver que a pobreza não te impedia o caminho para qualquer cargo ou honraria e como se encontrava em qualquer casa habitada. Tal modo de vida tornava menos desejáveis as riquezas.

Isto se vê claramente, pois, estando o cônsul Minúcio e seu exército cercados pelos équos, Roma temeu a perda deles a tal ponto que recorreram à eleição de um ditador, último remédio para suas aflições. E elegeram Lúcio Quíncio Cincinato, o qual encontrava-se em sua pequena propriedade, onde trabalhava com as próprias mãos. Tal coisa é celebrada por Tito Lívio com palavras áureas ao dizer: *“Operae praetium est audire, qui omnia prae divitiis humana spernunt, neque honori magno locum, neque virtuti putant esse, nisi effusae affluent opes [233] ”* . Arava Cincinato sua pequena propriedade, que não ultrapassava quatro jeiras, quando de Roma chegaram os legados do Senado para comunicar-lhe ter sido ele eleito ditador, mostrando-lhe em que perigo encontrava-se a romana república. Ele, togado, chegando a Roma e organizando um exército, foi livrar Minúcio e, tendo derrotado e espoliado os inimigos, livrando-o, não quis que o exército assediado fosse partícipe da presa, dizendo-lhe estas palavras: “Não quero que participes do saque daqueles pelos quais quase foste saqueado” e privou Minúcio do consulado e o fez legado, dizendo: “Ficarás nesse cargo até que aprendas a ser cônsul”. Nomeou mestre da cavalaria Lúcio Tarquínio que, por sua pobreza, militava a pé.

Nota-se, como se vê, o respeito que se tinha em Roma pela pobreza e como a um homem valente como Cincinato bastavam quatro jeiras de terra que o nutrissem. Tal pobreza se vê que ainda existia no tempo de Marco Régolo pois, estando na África com seus exércitos, pediu licença ao Senado para poder voltar a cuidar de sua propriedade, que tinha sido prejudicada pelos lavradores. Disso se veem duas coisas notabilíssimas: uma, a pobreza, e como estavam satisfeitos com ela, e como bastava a esses

cidadãos trazerem da guerra a honra – o lucro todo deixavam para o [erário] público. Porque, se ele tivesse pensado em enriquecer com a guerra, pouco se importaria que os seus campos estivessem arruinados. A outra coisa a considerar é a generosidade de espírito daqueles cidadãos que, postos à testa de um exército, a grandeza de sua coragem superava qualquer príncipe; não temiam reis nem repúblicas, não os desanimava nem intimidava coisa alguma e, voltando à vida privada, tornavam-se pobres, humildes, administradores de seus poucos recursos, obedientes aos magistrados, reverentes aos superiores, de modo a parecer impossível que um mesmíssimo espírito sofresse tamanha mudança.

Durou esta pobreza ainda até os tempos de Paulo Emílio, que foram quase os últimos tempos felizes daquela República, quando um cidadão que, com seu triunfo, enriqueceu Roma, manteve-se pobre mesmo assim. E tanto a pobreza era ainda estimada que Paulo, ao honrar quem se portara bem na guerra, doou a um genro seu uma taça de prata, sendo essa a primeira prata a entrar em sua casa.

Poder-se-ia com um longo discurso mostrar quanto melhores são os frutos da pobreza que os da riqueza e como uma honrou as cidades, as províncias, as crenças e a outra as arruinou, se esta matéria não tivesse sido muitas vezes celebrada por outros homens.

XXVI

Como, por causa de mulheres, se arruína um Estado.

Nasceu na cidade de Ardea, entre os patrícios e os plebeus, uma sedição por razões familiares porque, estando para casar-se uma mulher rica, apresentaram-lhe em pé de igualdade um plebeu e um nobre e, não tendo ela pai, os tutores a queriam casar com o plebeu; a mãe, com o nobre; disto nasce um tumulto tão grande que pegam em armas; toda a nobreza se armou em favor do nobre e toda a plebe em favor do plebeu. De modo que, cessada [a sedição], a plebe saiu de Ardea e foi aos volscos pedir ajuda; os nobres dirigiram-se a Roma. Chegaram primeiro os volscos e em torno de Ardea acamparam. Sobrevieram os romanos e bloquearam os volscos entre a cidade e eles e tanto os constrangeram que, aflitos pela fome, renderam-se. E, ingressados os romanos em Ardea e mortos todos os cabeças daquela sedição, comandaram as coisas daquela cidade.

Há neste texto muitas coisas notáveis. Primeiro, se vê como as mulheres têm sido a causa de muitas ruínas e têm provocado grandes danos àqueles que governam uma cidade e têm causado muitas divisões nelas, como se

viu, neste livro, o abuso contra Lucrécia custar o poder aos Tarquínios [234], e aquele outro feito contra Virgínia privar os Dez de sua autoridade [235]. E Aristóteles, entre as primeiras causas que arruínam os tiranos, cita injuriar a outros por causa das mulheres, estuprando-as, violando-as ou rompendo os matrimônios, tal como tratamos largamente no capítulo no qual discorremos sobre as conjuras [236]. Digo, portanto, que os príncipes absolutos e os governantes das repúblicas não devem desprezar esta lição, mas devem considerar as desordens que de tais aventuras podem nascer e remediá-las a tempo de não precisar curá-las com dano e vitupério para sua condição ou para sua república, como aconteceu aos de Ardea que, por terem deixado crescer aquela rixa entre seus cidadãos, foram obrigados a se dividirem entre eles e, querendo restaurar a união, tiveram que buscar socorro externo, o que é causa certa de uma longa servidão.

Mas consideremos o outro ponto notável: o modo de reunificar uma cidade, do qual falaremos no próximo capítulo.

XXVII

De como se deve unificar uma cidade dividida e de como não é verdadeira aquela opinião segundo a qual, para manter uma cidade, é necessário mantê-la dividida.

Pelo exemplo dos cônsules romanos que pacificaram o povo de Ardea, se nota o modo como se deve unificar uma cidade dividida, que não é outro – nem outra coisa se prescreve – que eliminar os líderes dos tumultos. Porque é necessário tomar uma destas três decisões: ou eliminá-los, como fizeram eles, ou exilá-los da cidade ou forçá-los a fazerem as pazes sob compromisso de não se ofenderem. Destes três procedimentos, este último é o mais danoso, menos certo e mais inútil. Porque é impossível, onde haja corrido sangue ou tenha havido outras injúrias comparáveis, que uma paz feita à força dure, revendo-se todos eles diariamente cara a cara, e é difícil que se abstenham de injuriarem um ao outro, podendo nascer entre eles, pelo convívio diário, novas razões de querelas.

Sobre isso não se pode dar melhor exemplo que a cidade de Pistoia. Aquela cidade estava dividida, como ainda está, quinze anos depois, entre Panciatichi e Cancellieri, mas, naquela época, estavam de armas na mão e agora as depuseram. E, depois de muitas disputas entre eles, chegaram ao [derramamento de] sangue, à ruína das casas, ao saque dos bens e a todas as outras formas de hostilidade. E os florentinos, que tinham de pacificá-los, sempre usaram para com eles aquele terceiro procedimento e sempre

resultou ele em maiores tumultos e maiores escândalos, a ponto de desistirem e adotou-se a segunda forma: a de remover os cabeças das facções, alguns dos quais puseram na prisão, alguns outros baniram para vários lugares, tanto que o acordo feito pudesse valer e vale até hoje [237] . Mas, sem dúvida, mais seguro teria sido o primeiro. Mas porque tais execuções devem atingir os grandes e os pródigos, uma república fraca não sabe fazê-las e as evita tanto que arrastam-se para o segundo remédio. E estes são os erros que eu disse no começo que os príncipes de nosso tempo cometem quando julgam as grandes questões, pois deveriam ouvir como se governaram aqueles que, antigamente, tiveram de julgar semelhantes casos. Mas a fraqueza dos homens presentes, causada pela sua débil educação e pelo pouco conhecimento das coisas, faz com que julguem os juízos antigos parte sobre-humanos, parte impossíveis. E têm certas opiniões modernas se afastado totalmente da verdade, como aquela repetida pelos sábios de nossa cidade um tempo atrás de que era necessário manter Pistoia com suas facções e Pisa com suas fortalezas e não se davam conta de quanto uma e outra dessas coisas é inútil.

Quero deixar de lado as fortalezas, porque já falamos largamente sobre isso [238] , e quero discorrer sobre a inutilidade que é manter divididas as terras que tens de governar. Em primeiro lugar, é impossível que mantenha amizade com ambos os partidos, quer governes uma república ou um principado. Porque é natural aos homens tomar parte em qualquer coisa dividida e agradar mais a uma parte que a outra. De modo que, estar uma parte daquela terra descontente faz com que, na primeira guerra que houver, a percas, porque é impossível vigiar uma cidade que tenha inimigos fora e dentro. Se for uma república que governas, não há mais bela maneira de produzir maus cidadãos e provocar sedições na tua cidade que governar uma cidade partida, pois cada partido busca obter favores e cada um conquista amigos com várias corrupções, de modo que surgem dois grandíssimos inconvenientes: o primeiro é que nunca conquistas aliados por não poderes controlá-los bem, variando frequentemente [tua] influência ora com um ora com outro humor; o outro é que esse método tendencioso divide necessariamente a tua república. E o Biondo, falando dos florentinos e dos pistoienses, confirma-o, dizendo: “Enquanto os florentinos planejavam unir Pistoia, dividiam a si mesmos”. Portanto, se pode facilmente considerar o mal que de tal divisão nasce.

Em 1502, quando se perdeu Arezzo e todo o Vale de Tevere e o Vale do Chiana, ocupados pelos Vitelli e pelo duque Valentino, veio um [certo] Monsenhor di Lant, enviado pelo rei da França para restituir aos florentinos todas aquelas terras perdidas, e, encontrando Lant em cada castelo homens que, ao visitá-lo, diziam que era do partido de Marzocco [239] , reprovou tal divisão, dizendo que, na França, se um dos súditos do rei dissesse ser do partido do rei, seria castigado, porque tal declaração não significava outra coisa que a existência de gente inimiga do rei naquela terra e o rei deseja que todas as terras sejam suas aliadas, unidas e sem divisões.

Mas todos esses procedimentos e divisões contrárias à verdade nascem da fraqueza dos governantes que, vendo que não podem manter os estados com força e com virtude, se voltam para tais táticas que, algumas vezes, nos tempos de paz, valem alguma coisa, mas, quando chegam as adversidades e os tempos duram, mostram-se falaciosas.

XXVIII

Que se deve vigiar as atitudes dos cidadãos, porque, muitas vezes, por trás de uma obra pia, se esconde um princípio de tirania.

Estando a cidade de Roma torturada pela fome e não bastando as provisões públicas para saciá-la, animou-se um [certo] Espúrio Mélio, que era bastante rico para aquela época, a fazer doações voluntárias de víveres e alimentar a plebe às suas custas. Devido a isso, concorreram tantas pessoas em favor dele que o Senado, pensando no inconveniente que pudesse nascer daquela sua liberalidade, oprimindo [a república] tão logo ganhasse mais forças, elegeu um ditador auxiliar e o fez morrer.

Aqui deve-se notar como muitas vezes as obras que parecem pias e, razoavelmente, incapazes de dano tornam-se cruéis quando não são corrigidas a tempo. E para discorrer sobre isso mais particularmente, digo que uma república sem cidadãos reputados não pode permanecer de pé nem pode governar-se bem. Por outro lado, a reputação dos cidadãos é causa das tiranias nas repúblicas. E, querendo se regular isto, faz-se necessário ordenar de modo que os cidadãos reputados o sejam por reputações que favoreçam e não que prejudiquem a liberdade da mesma. E, por isso, se deve examinar os modos como adquirem reputação, que são, de fato, dois: ou públicos ou privados.

Os modos públicos de conquistar reputação são o aconselhar bem ou atuar melhor para o benefício comum. Deve-se franquear esta honra aos

cidadãos e propor prêmios aos conselhos e às obras, de modo que eles se sintam honrados e satisfeitos. E quando as reputações obtidas por estas vias são modestas e simples não são jamais perigosas, mas quando são obtidas por vias privadas, o outro modo que é defendido, são perigosíssimas e totalmente nocivas.

As vias privadas são beneficiar a este ou àquele outro cidadão, emprestando-lhe dinheiro, casando-lhe as filhinhas, defendendo-o dos magistrados e fazendo-lhe semelhantes favores particulares, os quais tornam os homens partidários e dão ânimo a quem pretende corromper a república e violar as leis.

Deve, portanto, uma república bem ordenada, abrir caminhos, como foi dito, a quem buscar progredir pelas vias públicas e fechá-los a quem o busca por meios particulares, como se vê que fez Roma, pois, por prêmio para quem agia pelo bem público, instituiu os triunfos e todas as outras honras que dava a seus cidadãos e, em prejuízo de quem, sob vários pretextos, buscava engrandecer-se por vias particulares, instituiu [meios para] acusações e, quando estas não bastassem, por o povo se deixar cegar em troca de um falso bem, instituiu o ditador, o qual, com poder de rei, fizesse retornar para o rebanho quem se houvesse extraviado, como o fez punindo Espúrio Mélio. E uma dessas coisas que se deixe impune é capaz de destruir uma república porque, dificilmente, com o exemplo, pode-se conduzi-la depois ao caminho correto.

XXIX

Que os pecados dos povos nascem dos príncipes.
Não se lamentem os príncipes de pecado algum cometido pelos povos que eles governam porque tais pecados nascem ou por negligência ou por estar o governante manchado por erros similares. E quem descrever os povos que, em nossos tempos, transbordam de roubalheiras e de semelhantes pecados verá que tudo terá nascido daqueles que os governam, que são de igual natureza.

A Romanha, antes que dela fossem eliminados pelo papa Alexandre VI aqueles senhores que a comandavam, era um exemplo de vidas celeradíssimas, pois lá se via por qualquer coisinha surgirem homicídios e rapinas grandíssimas. Isto nascia da baixeza daqueles príncipes, não da natureza baixa daqueles homens, como diziam. Porque, sendo aqueles príncipes pobres e querendo viver como ricos, tinham de recorrer a muitas rapinas e faziam-nas de diferentes maneiras; e uma dentre as muitas vias

desonestas que trilhavam era fazerem leis que proibiam alguma coisa; depois, eram os primeiros que davam razão à sua inobservância e não puniam nunca os desobedientes senão quando viam que havia muitos envolvidos em tal falta, e então recorriam às punições, não porque zelassem pela lei, mas pela ganância de lucrarem com as penalidades [240] . Disso nasciam muitos inconvenientes e sobretudo este: os povos se empobreciam e não se corrigiam e aqueles empobrecidos se empenhavam em se prevalecerem contra o menos influente deles. Disto surgiam todos aqueles males que acima mencionamos dos quais era culpado o príncipe.

Tito Lívio mostra que isto é verdade quando narra que, levando os legados romanos os despojos dos veientes a Apolo, foram aprisionados por corsários de Lipari e levados para a Sicília. Tendo Timasiteo, seu líder, perguntado que dádiva era aquela, para onde ia e quem a mandava, se portou, embora nascido em Lipari, como romano e mostrou ao povo o quanto era ímpio apoderar-se de tal oferenda, tanto que, com o consenso de todos, libertou os legados com suas coisas. E as palavras do historiador são estas: “*Timasitheus multitudinem religiose implevit quae semper regenti est similis*” [241] . E Lorenzo de’ Medici, confirmando esta sentença, diz:

*E quel che fa ‘l signor fanno poi molti,
ché nel signor son tutti gli occhi volti* [242] .

XXX

É necessário a um cidadão que queira, em sua república, fazer algo bom, extinguir primeiro a inveja e, como, chegando o inimigo, se deve ordenar a defesa de uma cidade.

Sabendo o Senado que toda a Toscana tinha se amotinado para atacar Roma e que os latinos e os hérnicos, que, antes, tinham sido amigos do povo romano, tinham se aliado aos volscos, perpétuos inimigos de Roma, julgou que tal guerra deveria ser perigosa. E encontrando-se Camilo [como] tribuno com poderes consulares, pensou o que poderia ser feito sem que se elegeisse um ditador, quando os outros tribunos colegas seus quisessem ceder-lhe todos os poderes, o que os ditos tribunos fizeram voluntariamente: “*Nec quicquam – diz Tito Lívio – de maiestate sua detractum credebant, quod maiestati eius concessissent*” [243] . Então Camilo, tomando ao pé da letra essa determinação, ordenou que se alistassem exércitos. Do primeiro quis ser chefe ele próprio para ir contra os toscanos. Do segundo fez chefe Quinto Servílio e quis que ficasse próximo a Roma como obstáculo aos latinos e aos hérnicos, caso se movessem. Ao

terceiro exército, prepôs Lúcio Quíncio, ao qual confiou a guarda da cidade, a defesa das portas e a resolução de qualquer caso que surgisse. Além disso, ordenou que Horácio, um de seus colegas, providenciasse as armas e os víveres e outras coisas que os tempos da guerra requerem. Nomeou Cornélio, ainda seu colega no Senado, para que pudesse coordenar as ações que diariamente teriam de executar: deste modo aqueles tribunos foram, naquele momento, organizados para comandar e obedecer.

Nota-se, por este texto, o que deve fazer um homem bom e sábio e quanto bem pode promover e quantas coisas úteis pode fazer para sua pátria quando, mediante sua bondade e virtude, extinga a inveja, que é, muitas vezes, a razão pela qual os homens não podem fazer boas obras, não permitindo tal inveja que lhe deem tanta autoridade quanta é necessária nos assuntos importantes.

Extingue-se a inveja de dois modos: ou por algum incidente forte e difícil diante do qual, cada um, vendo-se a ponto de perecer, deponha toda a ambição e corra voluntariamente para obedecer àquele que, com sua virtude, possa livrá-lo, como aconteceu a Camilo, que, tendo dado de si tantas mostras de [ser] homem excelentíssimo, tendo sido três vezes ditador, tendo exercido sempre tal posição para o bem público e não para ganho próprio, fizera com que os homens não temessem seu crescimento e, por ser tão grande e tão respeitado, não consideravam vergonhoso serem submissos a ele (e por isso Tito Lívio disse sabiamente estas palavras: “*Nec quicquam*” etc.)

De outro modo, é extinta a inveja quando ou por violência ou por ordem natural morrem os que foram teus concorrentes na obtenção de qualquer honraria ou ascensão, os quais, vendo-te reputado mais que eles, é impossível que aquiesçam e fiquem quietos. E, quando são habituados a viverem numa cidade corrupta, onde a educação não tenha produzido bons frutos, é impossível que, por algum incidente, se redimam e, para obterem o que desejam e satisfazerem sua perversidade, contentar-se-iam em ver a ruína da pátria. Para vencer tal inveja, não há outro remédio que a morte daqueles que a cultivam e, quando a sorte for tão propícia ao homem virtuoso a ponto de morrerem naturalmente, torna-se ele, sem escândalo, glorioso, uma vez que, sem obstáculos nem ofensas, pode mostrar sua virtude. Mas, quando ele não goza tal ventura, convém-lhe pensar todas as vias para livrar-se deles o quanto antes e, antes, que lhe façam alguma coisa, precisa encontrar meios e vencer tal empecilho. E quem ler a Bíblia

sensatamente verá Moisés ter sido forçado, para que suas leis e suas providências fossem adiante, a eliminar inúmeros homens, os quais não se opunham a seus desígnios por outro motivo além da inveja.

Frei Girolamo Savonarola conhecia muito bem essa necessidade; conhecia-a também Piero Soderini, *gonfaloniere* de Florença. Um não podia superá-la por não ter autoridade para fazê-lo (que foi o frade) e por não ser bem compreendido pelos que o seguiam e lhe deram autoridade. Mesmo assim, não foi por culpa sua, pois as suas prédicas estão cheias de acusações contra os “sábios do mundo” e de invectivas contra eles, porque chamava assim os invejosos e os que se opunham às suas determinações. O outro acreditava que com o tempo, a bondade, a boa sorte e o beneficiar alguém extinguiria a inveja. Via a si mesmo tão jovem e com a muita simpatia que lhe arrecadavam os favores que fazia acreditava poder superar aqueles tantos que, por inveja, se opunham a ele, sem nenhum escândalo, violência ou tumulto. Não sabia que não se pode esperar o tempo, a bondade não basta e a maldade não encontra presente que a satisfaça. Tanto que ambos arruinaram-se e a causa dessa ruína foi não saber ou não poder derrotar tal inveja.

O outro [ponto] notável é a ordem que Camilo implantou dentro e fora para a salvação de Roma. E, realmente, não é sem razão que os bons historiadores, como este nosso [Tito Lívio], narram particularmente e distintamente certos casos para que os pósteros aprendam como devem em casos semelhantes defenderem-se. E deve-se, neste texto, notar que não há defesa mais perigosa e mais inútil que aquela feita tumultuariamente e sem ordem. E isto se mostra por aquele terceiro exército que Camilo alistou para deixá-lo em Roma guardando a cidade, porque muitos julgaram e julgariam esta parte supérflua, sendo aquele povo costumeiramente armado e belicoso e, por isso, não fosse preciso alistá-lo antes, mas que bastasse armá-lo quando a necessidade chegasse. Mas Camilo – e qualquer um que fosse sábio como ele o era – pensava diferente, pois não se permite nunca que uma multidão pegue em armas senão com certa ordem e de certa maneira. E, por isso, este é um exemplo de como alguém encarregado de proteger uma cidade deve evitar como um escolho [a estratégia de] armar os homens tumultuosamente, mas deve, antes, ter alistado e escolhidos aqueles que se armarão para que tenham a quem obedecer, onde ficar, aonde ir e ordene aos que não forem alistados que fiquem cada um em sua casa guardando-a. Aqueles que seguirem esta disposição em uma cidade assaltada facilmente

poderão se defender; quem fizer de outra forma não imitará Camilo e não se defenderá.

XXXI

As repúblicas fortes e os homens excelentes mantêm em qualquer situação o mesmíssimo ânimo e a mesmíssima dignidade.

Entre outras magníficas coisas que nosso historiador atribui a Camilo, entre ditos e ações, para mostrar como deve ser feito um homem excelente, põe em sua boca estas palavras: “*Nec mihi dictatura animos fecit, nec exilium ademit* [\[244\]](#) ”, pelas quais se vê como os grandes homens são sempre os mesmos com qualquer sorte; e, se ela varia, ora exaltando-os, ora oprimindo-os, eles não variam, mas mantêm sempre o ânimo firme e de tal modo coerente com o seu modo de vida que, facilmente, se reconhece que a sorte não tem poder sobre eles. De modo contrário se governam os homens fracos, porque se envaidecem e se inebriam na boa sorte, atribuindo todo o bem obtido à virtude que desconhecem. Razão pela qual tornam-se insuportáveis e odiosos a todos que os rodeiam dos quais depende a súbita variação da sorte e, quando esta lhes dá as costas, caem imediatamente no defeito oposto e tornam-se vis e abjetos. Por isso que os príncipes assim feitos pensam nas adversidades mais para evitá-las que para enfrentá-las, como aqueles que, por terem usado mal a boa sorte, estão despreparados para qualquer defesa.

Esta virtude e este vício que eu digo encontráveis em um só homem são encontrados também em uma república e exemplos disso são os romanos e os venezianos. Os primeiros nenhuma má sorte os tornou jamais abjetos, nem nenhuma boa sorte os fez nunca insolentes, como se vê claramente depois da derrota que tiveram em Canas e depois da vitória que tiveram contra Antíoco porque, por causa daquela derrota, ainda que gravíssima por ter sido a terceira, não se envileceram e enviaram exércitos; não queriam resgatar seus prisioneiros contra as suas tradições; não foram a Aníbal ou a Cartago pedir paz; mas, rejeitando todas essas coisas abjetas, pensaram sempre na guerra, armando, por carência de homens, os velhos e os escravos. Isto, chegando ao conhecimento do cartaginês Annon, como antes disse [\[245\]](#), mostrou àquele Senado que pouca importância se daria à derrota de Canas. E assim se viu como os tempos difíceis não os desanimavam nem os tornavam servis. Por outro lado, os tempos prósperos não os tornavam insolentes porque, enviando Antíoco diplomatas a Cipião para pedir um acordo antes que se desse a batalha e que ele a perdesse,

Cipião lhe propôs certas condições para a paz que eram: que se retirasse em direção à Síria e deixasse o resto sob o arbítrio do povo romano. Recusando Antíoco tal acordo e travando a batalha e perdendo-a, reenviou embaixadores a Cipião, com a missão de aceitarem todas aquelas condições que tinham sido propostas pelo vencedor, às quais não acrescentou nada além do que tinha sido oferecido antes de ter vencido, proclamando estas palavras: “*Quod Romani si vincuntur, non minuuntur animis; nec, si vincunt, insolescere solent* [246] ” .

O contrário disso vimos fazerem os venezianos que, na boa fortuna, parecendo-lhes tê-la conquistado com a virtude que não tinham, ficaram tão insolentes que chamavam o rei da França “filhinho de São Marcos [247] ”, não respeitavam a Igreja, não se contentavam com a Itália e estavam dispostos a instituir um império semelhante ao romano. Depois, como a boa sorte os abandonou e tiveram uma meia derrota em Vailà por parte do rei da França, perderam não apenas todos os seus domínios por rebeliões, mas boa parte deram ao papa e ao rei da Espanha por covardia e vileza de ânimo e tanto se rebaixaram que mandaram embaixadores ao imperador para se tornarem seus tributários, escreveram ao papa cartas cheias de covardia e submissão para movê-lo à compaixão. Tal infelicidade lhes sobreveio em quatro dias e depois de uma meia derrota porque, tendo o seu exército combatido, ao retirar-se, teve de combater e quase metade foi vencida, de modo que um dos *Provveditori* [comandantes] que se salvou chegou a Verona com mais de vinte e cinco mil soldados entre infantes e cavaleiros; de forma que, se em Veneza e em suas instituições tivesse existido algum tipo de virtude, facilmente poder-se-iam refazer e enfrentar de novo a fortuna e estariam aptos a vencer ou a perder mais gloriosamente ou a fazer um acordo mais honroso. Mas a vileza de ânimo deles, causada pela qualidade de suas instituições inúteis para a guerra, os fez de uma vez só perder a liberdade e o ânimo. E sempre acontecerá isso a qualquer um que se governe como eles. Porque este tornar-se insolente na boa sorte e abjeto no azar nasce de teu proceder e na educação na qual foste criado, a qual, quando é débil e vã, torna-te igual a ela; quando é de outra forma, te rende também uma outra sorte e, fazendo-te melhor conhecedor do mundo, te faz festejar menos o bem e lamentar menos o mal. E o que se diz de um só se diz de muitos que vivam em uma república assim, os quais refletem a perfeição que há no modo de viver dela.

E se bem que outra vez tenha dito que o fundamento de todos os Estados é a boa milícia e que, onde não houver esta, não pode haver nem boas leis nem coisa alguma boa, não me parece supérfluo replicar porque, em toda parte, ao ler esta História, se vê aparecer esta necessidade e se vê como a milícia não pode ser boa se não for exercitada e como não se pode exercitar se não for composta de teus súditos. Porque não é sempre que se está em guerra nem se pode estar, porém, convém poder exercitá-la em tempos de paz e com outros que não sejam súditos não se pode fazer tal exercício devido à despesa.

Tinha Camilo ido, como antes dissemos, com o exército contra os toscanos e, tendo seus soldados visto a grandeza do exército inimigo, ficaram todos temerosos, parecendo-lhes serem tão inferiores a ponto de não poderem sustentar o ímpeto daqueles. E, chegando tal indisposição aos ouvidos de Camilo, saiu e, andando pelo acampamento, falou a estes e àqueles soldados, tirou-lhes da cabeça aquela opinião e, por último, sem ordenar de outra forma a tropa, disse: “*Quod quisque didicit, aut consuevit, faciet*” [248]. E quem considerar bem estes termos e as palavras que disse para animá-los a irem contra os inimigos, verá que ele não podia dizer a um exército que antes não tivesse sido ordenado e exercitado na paz e na guerra nem fazer que fizessem alguma daquelas coisas – porque não pode um capitão confiar em soldados que não tenham aprendido a fazer alguma coisa nem crer que atuem bem – e se enfrentassem um novo Aníbal o venceriam. Porque, não podendo um capitão estar, durante uma batalha, em todas as partes, se não tiver primeiro providenciado em cada parte para que haja homens que tenham seu caráter e bem os ordene e proceda como ele, necessariamente arruinar-se-á.

Se, portanto, uma cidade for armada e ordenada como Roma e todos os dias experimentar seus cidadãos reservadamente e em público quanto à virtude e à sorte, acontecerá sempre que, em todas as condições, eles apresentarão o mesmíssimo ânimo e manterão a mesmíssima dignidade. Mas quando eles estiverem desarmados e se apoiarem tão só nos caprichos da fortuna e não na própria virtude, variarão com a variação dela e darão sempre de si mesmos exemplo como o dos venezianos.

XXXII

De que maneira alguns perturbam a paz.

Circei e Velitre rebelaram-se contra o povo romano na esperança de serem defendidos pelos latinos e, sendo depois os latinos vencidos e

faltando-lhes qualquer esperança, vários cidadãos aconselharam que se enviasse diplomatas a Roma para recomendá-los ao Senado, conselho este rejeitado por aqueles que tinham sido autores da rebelião, pois temiam que toda a pena recaísse sobre suas cabeças. E, para impedir todas as negociações de paz, incitaram a multidão a armar-se e atacar as fronteiras romanas. E, realmente, quando alguém quer que um povo ou um príncipe desista de um acordo, não há outro remédio mais certo nem mais seguro que fazê-lo usar qualquer grave iniquidade contra aquele com o qual não queres que o acordo se faça, porque sempre haverá o medo da punição que lhe parecerá justa pelo erro cometido.

Depois da primeira guerra que os cartagineses tiveram contra os romanos, os soldados que auxiliaram os cartagineses guerreando na Sicília e na Sardenha, feita a paz, foram à África de onde, insatisfeitos com seu estipêndio, moveram armas contra os cartagineses, e, escolhendo entre eles dois chefes, Mato e Spêndio, invadiram muitas cidades dos cartagineses e as saquearam. Os cartagineses, tentando todos as outras saídas antes da guerra, enviaram-lhes seu cidadão Asdrúbal como embaixador, pensando que tivesse alguma autoridade sobre eles, tendo sido antes seu capitão. Tendo ele chegado e querendo Spêndio e Mato obrigar todos aqueles soldados a não esperarem nunca a paz com os cartagineses e, deste modo, provocar a guerra, persuadiram-nos que era melhor eliminá-lo junto com todos os cidadãos cartagineses que tinham aprisionado. Não apenas os mataram, mas com mil suplícios os torturaram primeiro, acrescentando a essa perversidade um decreto segundo o qual todos os cartagineses que aprisionassem matariam do mesmo modo. Tal deliberação e seu cumprimento fizeram aquele exército cruel e obstinado contra os cartagineses.

XXXIII

É necessário, querendo vencer uma batalha, promover a confiança entre os soldados e entre estes e o capitão.

Para que um exército vença uma batalha é necessário torná-lo confiante, de modo que creia que vencerá de qualquer maneira. As coisas que o fazem confiante são estar bem armado e organizado e conhecerem-se uns aos outros. Não pode tal confiança e tal ordenamento nascer senão em soldados que tenham nascido e vivido juntos. Convém que o capitão seja estimado a ponto de confiarem na prudência sua e sempre confiarão vendo-o organizado, solícito e disposto e que mantenha bem e

respeitosamente a majestade de sua posição e sempre a manterá punindo seus erros e não fatigando-os em vão, observe as promessas que lhes fizer, mostre fácil o caminho para a vitória, oculte ou evite aquelas coisas que adiante mostrar-se-iam perigosas. Tais preceitos bem observados são razões grandes para que o exército confie nele e, confiando, vença.

Costumavam os romanos inculcar nos exércitos esta confiança pela via da religião, razão pela qual com os augúrios e os auspícios elegiam os cônsules, faziam a convocação, partiam com os exércitos e travavam o combate. E, sem ter feito alguma destas coisas, nunca um bom e sábio capitão tentaria alguma empreitada, temendo a possibilidade de perdê-la facilmente se os seus soldados não tivessem primeiramente se convencido de que os deuses estavam a seu lado. E quando algum cônsul ou capitão combatia contra os auspícios, puniam-nos, como puniram Cláudio Pulcro [249] . E embora esta parte seja conhecida em todas as Histórias romanas, mesmo assim provam-se mais corretas estas palavras que Lívio põe na boca de Ápio Cláudio que, lamentando-se ao povo da insolência dos tribunos da plebe, e mostrando que, por causa deles, os auspícios e as outras coisas pertencentes à religião se corrompiam, disse assim: *“Eludant nunc licet religiones. Quid enim interest, si pulli non pascentur, si ex cavea tardius exiverint, si occinuerit avis? Parva sunt haec; sed parva ista non contemnendo, maiores nostri maximam hanc rempublicam fecerunt”* [250] . Porque nestas pequenas coisas está a força para manter unidos e confiantes os soldados, o que é a primeira causa de toda vitória. Os prenestinos, indo com seu exército contra os romanos, alojaram-se junto ao rio Ália, o lugar onde os romanos foram vencidos pelos gauleses [251] . Fizeram-no para infundir confiança em seus soldados e desanimar os romanos pela [má] sorte do lugar. E se bem que essa decisão deles fosse razoável pelas razões que anteriormente expus, mesmo assim, o resultado mostrou que a verdadeira virtude não teme nenhum mínimo acidente. Isto disse muito bem o historiador com estas palavras na boca do ditador, que fala assim ao mestre da cavalaria: *“Vides tu, fortuna illos fretos ad Alliam consedis: at tu, fretus armis animisque, invade mediam aciem”* [252] . Porque uma verdadeira virtude, um bom ordenamento, uma segurança oriunda de muitas vitórias não se pode extinguir instantaneamente, nem uma coisa fútil lhe faz medo, nem uma desordem a prejudica, como se comprova que, estando os dois cônsules Mânlios contra os volscos, por terem enviado, temerariamente, parte do acampamento ao saque, aconteceu que, de

repente, tanto os que tinham ido quanto os que tinham ficado encontraram-se assediados. De tal perigo não a prudência dos cônsules, mas a virtude dos próprios soldados os livrou. Onde Tito Lívio diz estas palavras: “*Militum, etiam sine rectore stabilis, virtus tutata est*” [253] .

Não quero omitir um procedimento usado por Fábio: tão logo entrou com o exército na Toscana, para fazê-lo confiante, julgando que tal confiança fosse mais necessária por havê-lo conduzido a um território novo contra inimigos novos, falando antes da batalha aos soldados, tendo dito que havia muitas razões pelas quais podiam esperar a vitória, disse que poderia ainda dizer certas boas coisas pelas quais veriam a vitória certa, se não fosse perigoso revelá-las. Tal procedimento, como foi sabiamente usado, assim merece ser imitado.

XXXIV

Que fama, voz ou opinião faz com que o povo comece a favorecer um cidadão e se ele distribui os postos com maior prudência que um príncipe.

Em outro lugar, falamos como Tito Mânlio, depois chamado Torquato, salvou Lúcio Mânlio, seu pai, de uma acusação que lhe fizera Marco Pompônio, tribuno da plebe [254] . E embora o modo de salvá-lo fosse um tanto violento e extraordinário, mesmo assim, aquela piedade filial para com o pai foi tão bem vista pela coletividade que, não apenas não foi repreendido, mas, tendo-se de indicar os tribunos das legiões, foi eleito Tito Mânlio em segundo lugar. Por este sucesso, creio que valha a pena considerar o modo pelo qual o povo julga os homens aos delegar-lhes poderes e que por tal [exame] nós veremos se é verdadeiro o que se concluiu anteriormente: que o povo é melhor eleitor que um príncipe.

Digo, portanto, que o povo, ao distribuir [os poderes], segue o que se diz de alguém por pública voz e fama quando ele não tem obras notáveis que o façam conhecido de outra forma além da suposição ou opinião que se tenha dele. Estas duas coisas são causadas ou pelos pais dos tais [candidatos] que, por terem sido homens grandes e valentes na cidade, se crê que os filhotes devem ser semelhantes a eles até que pelas próprias obras não se entenda o contrário; ou é causada pelo procedimento daquele de quem se fala. Os melhores procedimentos que se pode ter são: andar em companhia de homens graves, de bons costumes e reputados como sábios por todos. E porque não se pode ter melhor indício de um homem que as companhias com as quais anda, mercedamente, alguém que anda com companhias honestas conquista bom nome, porque é impossível que não tenha alguma

semelhança com eles. Ou realmente se conquista esta pública fama por alguma ação extraordinária e notável, ainda que pessoal, que tenhas superado honrosamente. E, de todas estas três coisas que dão, no princípio, boa reputação a alguém, nenhuma a dá maior que esta última, porque aquela primeira dos parentes e dos pais é tão falaz que os homens têm um pé atrás [a respeito disso] e em pouco tempo se extingue, quando a virtude própria daquele que está para ser julgado não o acompanha. A segunda, que te faz conhecer por meio das amizades tuas é melhor que a primeira, mas é muito inferior à terceira porque até que se veja em ti alguma luz própria, estará a reputação tua fundada na opinião, que se apaga facilmente. Mas aquela terceira, principiada e fundada nos fatos e em tuas obras, te dá, a princípio, tanto nome que é preciso que faças muitas coisas contrárias a ela [tua fama] para que seja anulada. Devem, portanto, os homens que nascerem em uma república aprender esta lição e esforçar-se para, com alguma obra extraordinária, começarem a se destacar. O que muitos em Roma fizeram na juventude: ou com o promulgar uma lei que servisse ao bem comum, ou com acusar algum cidadão poderoso como transgressor da lei ou fazendo semelhantes coisas notáveis e novas que dessem o que falar. Não somente são necessárias semelhantes coisas para começar a adquirir reputação, mas são ainda necessárias para mantê-la e aumentá-la. E, desejando fazê-lo, é necessário renová-las, como, por todo o tempo da sua vida, fez Tito Mânlio, porque, tendo defendido seu pai tão virtuosa e extraordinariamente, e, por esta ação, obteve seu prestígio inicial, depois de certos anos, duelou com aquele gaulês e, morto [este], tirou-lhe aquele colar de ouro que rendeu-lhe o nome de Torquato. Não bastou isto, pois, já em idade madura, matou o [próprio] filho por ter ele combatido sem licença, mesmo tendo vencido o inimigo. Estas três ações deram-lhe tal nome e por todos os séculos o fazem mais célebre que qualquer triunfo e qualquer outra vitória, ornando-o mais que qualquer outro romano. E a razão é que naquelas vitórias Mânlio teve muitíssimos outros iguais [a ele] e nestas particulares ações [teve] ou pouquíssimos ou nenhum.

Os triunfos de Cipião, o Grande, não lhe arrecadaram tanta glória quanto lhe deu o ter, ainda jovem, defendido o pai em seu Tesino e o ter, depois da derrota de Canas, animosamente, com a espada desembainhada, feito jurarem muitos jovens romanos que não abandonariam a Itália, como já, entre eles, tinham deliberado; estas duas ações foram o princípio de sua reputação e abriram-lhe os caminhos para os triunfos da Espanha e da

África. Tal opinião sobre ele foi confirmada quando devolveu a filha ao pai e a esposa ao marido na Espanha [255] . Este modo de proceder não é necessário somente àqueles cidadãos que queiram conquistar fama para obter honras em sua república, mas é ainda necessário aos príncipes para manterem sua reputação em seus principados, porque nada os faz tão estimados quanto darem de si raros exemplos com algum fato ou pronunciamento raro conforme o bem comum, o qual mostre o senhor [como sendo] ou magnânimo, ou generoso ou justo e que seja tal a ponto de se tornar um provérbio entre os seus súditos.

Mas, para tornar ao ponto onde começamos este discurso, digo que o povo, quando começa a dar um posto a um cidadão fundando-se naquelas três razões sobrescritas, não fundamenta-se mal, porém quando os vários exemplos de bons procedimentos de alguém o faz mais notável, fundamenta-se melhor, porque, em tal caso, quase nunca se enganará. Eu falo somente daqueles postos que se dão aos homens no princípio, antes que, pela firme experiência, sejam conhecidos ou que passem de uma ação a outra contrária, pois, quanto à falsa opinião e quanto à corrupção, sempre os erros serão menores que os dos príncipes. E porque é possível que os povos se enganem pela fama, pela opinião e pelas obras de um homem, estimando-as mais do que valem – o que não aconteceria a um príncipe, porque lhe seria dito e quem o aconselhasse adverti-lo-ia –, para que os povos não errem nestas decisões, os bons legisladores das repúblicas providenciaram para que, tendo-se de eleger os supremos mandatários da cidade, [postos] para os quais é perigoso indicar homens incompetentes, e vendo-se a voga popular ser levada a eleger alguém incapaz, seja permitido a qualquer cidadão, (e se lhe reconheça tal glória), divulgar nas assembleias os seus defeitos, de modo que o povo, não deixando de conhecê-los, possa melhor julgar. E que isto se fizesse em Roma temos por testemunho a oração de Fábio Máximo, que ele dirigiu ao povo na Segunda Guerra Púnica, quando, na eleição dos cônsules, os favores voltavam-se para a escolha de Tito Otacílio e, julgando-o Fábio incapaz de governar naqueles tempos o consulado, falou contra ele, mostrando sua incompetência, tanto que o privou daquele posto e reverteu os favores para quem merecia mais que ele.

Julgam, portanto, os povos, ao eleger os mandatários, segundo os sinais mais verdadeiros que possam ter dos homens e, quando podem ser aconselhados como os príncipes, erram menos que eles e o cidadão que

quiser começar a ter os favores do povo deve, com algum fato notável, como fez Tito Mânlio, conquistá-los.

XXXV

Quanto perigo há em ser o primeiro a aconselhar algo e quanto mais extraordinário for mais perigoso é.

O quanto é perigoso encabeçar algo novo que diga respeito a muitos e o quanto é difícil tratá-lo e conduzi-lo e, conduzindo-o, mantê-lo, seria [assunto] muito longo e matéria muito alta para expor, porém, reservando-a para um lugar mais conveniente, falarei apenas daqueles perigos que correm os cidadãos ou aqueles que aconselham um príncipe encabeçando uma deliberação grave e importante, de modo que toda a responsabilidade por ela recaia sobre eles. Porque, julgando os homens as coisas pelo seu resultado, todo o mal que delas resulte é imputado ao autor do conselho e, se delas resultar o bem, é recompensado, mas nem de longe o prêmio compensa o dano.

O atual sultão Salim, dito Grão-Turco, tendo-se preparado (segundo o disseram alguns que vieram de suas terras) para fazer a campanha da Síria e do Egito, foi aconselhado por um de seus paxás, que ele mantinha nos confins da Pérsia, a ir contra o Sofí [\[256\]](#) ; movido por tal conselho, foi com um enorme exército a tal campanha e, chegando a um país larguíssimo, onde há muitos desertos e raros rios, encontrando aquelas dificuldades que causaram a ruína de muitos exércitos romanos, foi de tal modo oprimido por elas que lá perdeu, por fome e por peste, grande parte daquela gente, embora esta fosse superior na guerra; de modo que, irado contra o autor de tal conselho, matou-o.

Lê-se frequentemente sobre cidadãos que aconselharam uma empreitada e, por ter ela tido tal triste fim, foram exilados.

Tomaram a dianteira alguns cidadãos romanos que aconselharam a eleição de um cônsul plebeu. Ocorre que o primeiro que saiu com seu exército foi derrotado e isso teria causado algum dano àqueles que o aconselharam, se não tivesse sido tão forte o partido do qual originou-se tal deliberação.

É, portanto, certíssimo que tanto aqueles que aconselham uma república quanto os que aconselham um príncipe colocam-se entre duas angústias; [uma é] que se não aconselham sem temor as coisas que lhes pareçam úteis ou para a cidade ou para o príncipe faltam com sua tarefa; [a segunda é que] se as aconselham, correm perigo sua vida e sua posição, sendo todos os homens cegos ao julgarem os conselhos que, no final, serão bons ou maus.

E, pensando de que modo eles pudessem evitar tal infâmia ou tal perigo, não vejo outro caminho que não o de proporem as coisas moderadamente, e não as apresentarem como iniciativas suas e expressarem suas opiniões sem paixão e sem paixão e com modéstia defenderem-nas, de modo que, se a cidade ou o príncipe as seguir, que as siga voluntariamente e não pareça que o fez por causa de tua impertinência. Quando fazes assim não é provável que um príncipe ou um povo te queira mal por teu conselho, não sendo ele seguido contra a vontade de muitos, porque, neste caso, corre perigo quem contradisse a muitos, os quais, após o final infeliz, quererão arruinar-te. E se, neste caso, falta a glória que se conquista em estar só contra muitos ao dar um conselho, quando ele produz um bom resultado, obtém-se duas vantagens: a primeira, a ausência do perigo; a segunda é que, se aconselhares algo modestamente e, contraditoriamente, teu conselho não for seguido e pelo conselho de outro vier a ruína, isto resulta para ti glória grandíssima. E, embora a glória que se conquista dos males advindos à tua cidade e ao teu príncipe não possa ser festejada, mesmo assim não é de se jogar fora.

Outro conselho não creio que se possa dar nesta parte porque aconselhá-los a se calarem e a não dizerem suas opiniões seria inútil à república e ao príncipe e não evitariam o perigo, porque, em pouco tempo, tornar-se-iam suspeitos e ainda lhes poderia acontecer como àquele amigo de Perseu, rei da Macedônia que, tendo sido derrotado por Paulo Emílio, e fugindo com poucos aliados, sucedeu que, ao relembrar os acontecimentos, um deles começou a dizer a Perseu muitos erros que cometera, que tinham causado sua ruína, ao qual Perseu, revoltado, disse: “Traidor que decidistes dizer-me isto agora que não tenho mais remédio!” e, com estas palavras, matou-o com as próprias mãos. E, assim, ele sofreu a punição por ter estado quieto quando devia falar e de haver falado quando devia calar-se; não evitou o perigo por não ter dado o conselho. Por isso, creio que se deva guardar e observar os exemplos mencionados.

XXXVI

As razões pelas quais os gauleses eram e são ainda considerados mais que homens no início das batalhas e menos que mulheres no final.

A ferocidade daquele gaulês que desafiava qualquer romano junto ao rio Aniene a lutar com ele e o duelo entre ele e Tito Mânlio me fazem recordar o que Tito Lívio disse várias vezes: que os gauleses eram, no começo da luta, mais que homens e, no desenrolar do combate,

tornavam-se menos que mulheres. E, pensando sobre a razão disso, creem muitos que a natureza os fez assim. Creio eu que seja verdade, mas não é por isso que essa natureza deles, que os fazia ferozes no princípio, a arte não pudesse educar de modo que os mantivesse ferozes até o final.

E, para provar isso, digo que os exércitos são de três tipos: um, no qual há furor e ordem, porque da ordem nascem o furor e a virtude, tal como era o dos romanos, pois se vê em todos os livros de História que, naquele exército, havia uma boa ordem que lhes deu por longo tempo uma disciplina militar. Porque, em um exército bem ordenado, ninguém deve fazer nada que não esteja regulamentado e, quanto a isso, se verá que, no exército romano, cujo exemplo deve ser seguido por todos os outros, por ter ele vencido o mundo, não se comia, não se dormia, não se fornicava, não se fazia qualquer ação militar ou doméstica sem ordem do cônsul. Pois os exércitos que fazem de outra forma não são verdadeiros exércitos e, se fazem alguma conquista, fazem-no por furor e por ímpeto e não por virtude. Mas aquele no qual a virtude conduz o furor à sua maneira e em seu tempo, dificuldade alguma o envilece nem o faz perder o ânimo, porque a boa ordem lhe renova o ânimo e o furor, nutrindo-o na esperança de vencer, a qual não falta enquanto a ordem é mantida. O contrário acontece nos exércitos em que não há ordem mas furor, como o dos gauleses, furor este que, todavia, lhes faltava porque, não conseguindo eles, no primeiro ímpeto, vencer e não sendo [seu exército] sustentado por uma virtude ordenada, não havendo, além dele, algo no qual confiassem, quando tal furor, no qual punham suas esperanças, esfriava, fraquejavam. Ao contrário, os romanos, temendo menos os perigos por causa de sua boa ordem, não duvidando da vitória, combatiam firmes e obstinados com o mesmíssimo ânimo e com a mesmíssima virtude do princípio ao fim – assim, o ânimo de suas armas sempre se acendia.

A terceira qualidade de exércitos são aqueles nos quais não há furor natural nem ordem ocasional, como são os exércitos italianos dos nossos tempos, os quais são totalmente inúteis e não vencerão nunca, a menos que enfrentem um exército que por qualquer acidente fuja. E, sem acrescentar outros exemplos, todos veem como eles dão prova de não terem virtude.

E para que, com o testemunho de Tito Lívio, todos entendam como deve ser constituída a boa milícia e como é feita a reles, quero acrescentar as palavras de Papírio Cursor, quando queria punir Fábio, mestre da cavalaria, dizendo: *“Nemo hominum, nemo deorum verecundiam habeat;*

non edicta imperatorum, non auspicia observentur, sine commeatu vagi milites in pacato, in hostico errete, immemores sacramenti licentia sola se, ubi velint, exauctorent; infrequentia deserantur signa neque conveniatur ad edictum nec discernatur, interditu nocte, aequo iníquo loco, iussu iniussu imperatoris punnent; et non signa, non ordines servant; latrocinii modo, caeca et fortuista, pro sollemni et sacrata militia sit [257] ”. E pode-se, por este texto, portanto, facilmente, ver se a milícia dos nossos tempos é cega e fortuita ou devota e solene e quanto lhe falta para ser igual ao que se pode chamar exército e o quanto ela está longe de ser furiosa e ordenada como a romana ou somente furiosa como a gaulesa.

XXXVII

Se os pequenos combates antes da batalha são necessários e, querendo evitá-los, como se deve fazer para conhecer um inimigo novo.

Parece que nas ações humanas, como em outro lugar discutimos, acontece, além de outras dificuldades, quando se quer conduzir algo perfeitamente, que sempre junto do bem haja algum mal que nasce tão facilmente junto ao bem que parece impossível evitar-se um querendo o outro. E isto se vê em todas as coisas que os homens fazem. E, por isso, se conquista o bem com dificuldade quando não és ajudado pela sorte, de modo que ela, com sua força, vença este costumeiro e natural inconveniente. O que me faz recordar isto foi a luta de Mânlio contra o gaulês, da qual Tito Lívio fala: “*Tanto ea dimicatio ad universi belli eventum momenti fuit, ut Gallorum exercitus, relictis trepide castris, in Tiburtem agrum, mox in Campaniam transierit [258]* ”. Porque eu considero, por um lado, que um bom capitão deve evitar tudo que, sendo de pouca importância, possa produzir maus efeitos em seu exército, pois começar uma luta na qual não atuem todas as forças e nela se arrisque toda a sorte é coisa totalmente temerária, como eu disse, anteriormente, quando desaconselhei a guardar posições [259].

Por outro lado, considero que os capitães sábios, quando vão de encontro a um inimigo novo e reputado, precisam, antes da batalha, testar com breves lutas de seus soldados os inimigos, de modo que, começando a conhecê-los e enfrentá-los, percam o terror que a fama e a reputação lhes inculcaram. E esta atitude em um capitão é importantíssima, pois ela traz em si quase uma necessidade que te constrange a realizá-la, parecendo a ti que caminhas para uma derrota total caso não tenhas antes, com pequenas experiências, livrado

teus soldados do terror que a reputação do inimigo impingiu no ânimo deles.

Foi Valério Corvino enviado pelos romanos com o exército contra os sanitas, inimigos novos, não tendo antes um [exército] provado as armas do outro. Diz então Tito Lívio que Valério promoveu entre romanos e sanitas pequenos combates: “*Ne eos novum bellum, ne novus hostis terreret* [\[260\]](#).” Mesmo assim, há o perigo gravíssimo de, sendo os teus soldados em tais escaramuças vencidos, o medo e a covardia cresça entre eles e resultem em efeitos contrários aos teus desígnios, isto é, que tu os desanimes tendo desejado encorajá-los, tanto que esta é uma daquelas coisas que têm o mal tão próximo do bem e tão juntos estão um do outro que é fácil promover um pensando obter o outro. Sobre isto, eu digo que um bom capitão deve observar com toda diligência para que não surja algo que, por algum acaso, tire o ânimo de seu exército. O que lhe pode tolher o ânimo é começar a perder e, por isso, devem ser evitados os pequenos combates e não permiti-los senão com grandíssima vantagem e com esperança de vitória certa; não deve atrever-se a manter posições onde não possa manter todo o seu exército; não deve guardar terras senão aquelas que, perdendo-as, necessariamente seguir-se-ia a derrota, e aquelas que forem guardadas, que sejam ordenadas de modo que o sejam com sua [própria] guarda e com o exército, para que, ameaçando-se expugná-la, [o capitão] possa utilizar toda a sua força; as outras, pode deixar indefesas. Porque, todas as vezes que se perde uma coisa que se abandona e o exército permanece unido, não se perde a confiança na guerra nem a esperança de vencê-la; mas quando se perde uma coisa que decidiste defender e todos criam que a defenderias, então há o dano e a perda e terás quase perdido a guerra por uma pequena coisa, como os gauleses.

Felipe da Macedônia, pai de Perseu, guerreiro de grande reputação em sua época, sendo assaltado pelos romanos, muitas de suas terras que julgava não poder guardar abandonou e perdeu, como quem, para ser prudente, julga mais pernicioso perder a reputação por não poder defender o que se pretendia manter que, deixando-o como presa para o inimigo, perdê-lo como coisa negligenciada.

Os romanos, depois da derrota de Canas, estando as suas coisas em perigo, negaram a muitos de seus dominados e súditos ajuda, dizendo-lhes que se defendessem o melhor que pudessem. Tais partidos são bem melhores que

manter posição e depois não conseguir defendê-la, porque, deste modo, se perdem aliados e forças; do outro, só aliados.

Mas, voltando aos pequenos combates, digo que, se um capitão se vê forçado, por desconhecer o inimigo, a fazer alguma escaramuça, deve fazê-la com tanta vantagem que não haja algum perigo de perdê-la ou realmente fazer como Mário (o que é o melhor partido), que, indo contra os cimbros, povos ferocíssimos que vinham atacar a Itália, e vinham causando grande temor por sua ferocidade e por seu grande número, tendo já vencido um exército romano, julgou Mário ser necessário, antes que ocorresse a batalha, fazer alguma coisa pela qual o seu exército perdesse o medo que tinha do inimigo e, como prudentíssimo capitão, pôs o seu exército mais de uma vez em lugares por onde os cimbros deveriam passar. E assim, dentro da segurança de seu território, quis que os seus soldados vissem e acostumassem os olhos à visão daquele inimigo, de modo que, vendo uma multidão desordenada, cheia de defeitos, com armas inutilizadas e parcialmente desarmada, se encorajaram e ficaram ansiosos pela batalha. Tal partido, sabiamente seguido por Mário, assim pelos outros deve ser diligentemente imitado para não incorrerem nos perigos que referi anteriormente e não ter de fazer como os gauleses: *“Qui ob rem parvi ponderis trepidi, in Tiburtem agrum et in Campaniam transierunt”*. E, porque mencionamos, neste capítulo, Valério, quero, por meio de suas palavras, demonstrar, no capítulo seguinte, como deve formar-se um capitão.

XXXVIII

Como deve ser a formação de um líder no qual seu exército possa confiar.

Estava, como dissemos anteriormente, Valério Corvino com o exército contra os sanitas, novos inimigos do povo romano; por isso, para tranquilizar os seus soldados e para fazê-los conhecer os inimigos, promoveu alguns ligeiros confrontos e, não lhe bastando isto, quis, antes da batalha, falar a eles e mostrou, com toda convicção, o quão pouco tinham a temer de tais inimigos, alegando a virtude dos soldados e a sua própria. Neste ponto, pode-se notar, pelas palavras que Lívio o faz dizer, como deve ser formado um capitão no qual o exército possa confiar, palavras estas que são as seguintes: *“Tu metiam intueri, cuius ductu auspicioque ineunda pugna sit, utrum, qui, audiendus duntaxat, magnificus adhortator sit, verbis tantum ferox operum militarium experts; an qui et ipse tela tractare, procedere ante signa, versari media in mole pugnae sciat. Fact mea, non*

dicta vos, milites, sequi volo, nec disciplinam modo, sed exemplum etiam a me petere, qui hac dextra mihi trêns consulatus, summamque laudem peperî [261] ”. Tais palavras, consideradas bem, ensinam a qualquer um como deve proceder se quiser ter o posto de capitão e aquele que fizer de outro modo, tendo alcançado tal posição por sorte ou por ambição, terá como resultado que tal posto destruirá sua reputação, ao invés de aumentá-la, porque não são os títulos que ilustram os homens, mas os homens, os títulos.

Deve-se, ainda, considerar, desde o princípio deste capítulo, que os grandes capitães usaram termos extraordinários para firmar os ânimos de um exército veterano quando com inimigos inabituais devia confrontar-se; quanto mais se deve usar o talento quando se comanda um exército jovem. Por isso, se tem visto muitas vezes todas as dificuldades serem vencidas com suma prudência pelos bons capitães, como fizeram aquele romano Graco e o tebano Epaminondas, dos quais falei em outra parte [262] , que, com exércitos jovens, venceram exércitos veteranos e exercitadíssimos.

Os procedimentos que mantinham eram: exercitá-los por vários meses com batalhas simuladas e acostumá-los à obediência e à ordem e disso, com máxima prudência, tiravam proveito na luta verdadeira.

Não se deve, portanto, duvidar que algum militar seja capaz de organizar bons exércitos, desde que não lhe falem homens, porque o príncipe que tem abundância de homens e carência de soldados deve lamentar não a covardia dos homens, mas a preguiça e a indolência próprias.

XXXIX

Um capitão deve conhecer as terras.

Entre as outras coisas que são necessárias a um capitão de exércitos está o conhecimento de sítios e países, porque, sem esta cognição geral e particular, um capitão não pode fazer bem coisa alguma. E porque todas as ciências requerem prática para que se as possua perfeitamente, esta é uma que requer prática grandíssima. Esta prática, ou melhor, este conhecimento particular, se conquista mais mediante as caçadas que por qualquer outro exercício. Por isso, os antigos escritores dizem que os heróis que governaram o mundo nos tempos remotos cresceram nas selvas e nas caçadas, porque a caça, além deste conhecimento, nos ensina infinitas coisas que são necessárias na guerra. E Xenofonte, na *Ciropédia* , mostra que, indo Ciro assaltar o rei da Armênia,

ao dividir as tarefas, recordou aos seus que aquilo não era nada além de uma daquelas caçadas que muitas vezes tinham feito com ele. E recordava àqueles que enviava para fazerem uma emboscada no alto dos montes que eles eram iguais àqueles que iam segurar as redes nas caçadas; e àqueles que percorriam a planície que eram iguais aos que iam tirar de seu covil a fera, de modo que fosse capturada pelos que erguiam as redes.

Isto se diz para mostrar como as caçadas, segundo Xenofonte ensina, são uma representação da guerra e, por isso, para os grandes homens, tal exercício é honroso e necessário. Não se pode, ainda, obter este conhecimento das terras de uma maneira cômoda senão pela caça, porque a caça permite, a quem a pratica, saber como é particularmente aquela terra onde ele se exercita. E, uma vez que alguém conhece cada sítio e cada pedaço dele, com facilidade compreende depois todas as terras novas, porque cada sítio e cada pedaço dele têm em comum alguma conformidade, de modo que, do conhecimento de um se passa facilmente ao conhecimento de outro. Mas quem não se exercitou bem em um sítio, com dificuldade, ou melhor, nunca antes de um longo tempo, pode conhecer outro. E quem tem esta prática, em um voltar de olhos, sabe como se estende a planície, como emerge o monte, aonde leva o vale e todas as outras coisas semelhantes das quais ele anteriormente adquiriu uma ciência segura.

E que isto é verdade nos mostra Tito Lívio com o exemplo de Públio Décio que, sendo tribuno dos soldados no exército que o cônsul Cornélio conduzia contra os samnitas, e encontrando-se o cônsul recolhido em um vale onde o exército romano podia pelos samnitas ser cercado e, vendo-se em tal perigo, disse ao cônsul: “*Vides tu, Aule Corneli, cacumen illud supra hostem? arx illa est spei salutisque nostrae, si eam (quoniam coeci reliquere Samnites) impigre capimus* [263] ”. E, antes dessas palavras ditas por Décio, Tito Lívio diz: “*Publius Decius tribunus militum conspicit unum editum in saltu collem, imminem hostium castris, aditu arduum impedito agmini, expeditis haud difficilem* [264] ”. Tendo sido enviado para lá pelo cônsul com três mil soldados e tendo salvo o exército romano e desejando, ao cair da noite, sair ainda para salvar a si e aos seus soldados, lhe diz estas palavras: “*Ite mecum, ut dum lucis aliquid superest, quibus locis hostes praesidia ponant, qua pateat hinc exitus, exploremus. Haec omnia sagulo militari amictus ne ducem circumire hostes notarent, perlustravit* [265] ”.

Quem considerar, portanto, este texto, verá como é útil e necessário a um capitão conhecer a natureza dos sítios, porque, se Décio não os

conhecesse e soubesse, não teria podido julgar quanta vantagem havia para o exército romano na tomada daquela colina, nem teria podido saber à distância se aquela colina era acessível ou não e, tendo chegado ao seu topo, querendo sair para retornar até o cônsul, tendo os inimigos ao redor, não poderia de longe especular sobre as vias transitáveis e os lugares guardados pelos inimigos. Para tanto era necessário que Décio tivesse perfeito conhecimento disso, o que permitiu que, com a tomada da colina, salvasse o exército romano; depois soube, sendo assediado, encontrar o caminho para salvar a si e aos que estavam com ele.

XL

Como é glorioso usar a fraude ao atuar na guerra.

Embora praticar a fraude em todos os negócios seja algo detestável, mesmo assim, ao atuar na guerra, [a fraude] é coisa louvável e gloriosa e aquele que, com fraude, supera o inimigo é tão louvado quanto quem o supera pela força. E isto se vê pelo juízo que deles fazem aqueles que escrevem as vidas dos grandes homens, os quais louvam Aníbal e os outros que foram notabilíssimos em semelhantes empreendimentos. Porque se leem vários exemplos disto, não mencionarei nenhum. Direi apenas que não considero gloriosa a fraude que te faz romper a palavra dada e os pactos firmados porque esta, ainda que te renda algumas vezes *status* e poder, como antes dissemos, não te dará jamais a glória. Mas falo daquela fraude que se usa contra o inimigo que não confia em ti e que consiste na própria tática da guerra, como foi aquela [fraude] de Aníbal quando, junto ao lago de Perúgia, simulou a fuga para cercar o cônsul e o exército romano e quando, para fugir das mãos de Fábio Máximo, pôs tochas acesas nos chifres de seu rebanho [\[266\]](#).

Tal fraude foi similar àquela usada por Pôncio, capitão dos sanitas, para cercar os romanos dentro dos Vales Caudinos: tendo ele ocultado o seu exército no alto dos montes, enviou muitos soldados disfarçados de pastores com um grande rebanho para a planície; sendo eles capturados pelos romanos e interrogados sobre onde estava o exército sanita, declararam todos, conforme a ordem dada por Pôncio, que estava assediando Nocera. Acreditando os cônsules nisto, recolheram-se à Baixada Caudina onde, ao entrarem, foram rapidamente assediados pelos sanitas. E teria esta vitória, obtida pela fraude, sido gloriosíssima para Pôncio, se ele tivesse seguido os conselhos do pai para que liberasse ou eliminasse todos os romanos e não trilhasse o caminho do meio. “*Quae neque amicos parat, neque inimicos*

tollit [267] ” . Tal caminho foi sempre pernicioso nos assuntos de Estado, como já discurremos antes.

XLI

Deve-se defender a pátria com ignomínia ou com glória e, seja como for, será bem defendida.

Estavam, como disse anteriormente, o cônsul e o exército romano assediados pelos sanitas que, tendo imposto aos romanos condições ignominiosas (como colocá-los sob jugo e reenviá-los desarmados a Roma) e, por isto, estando os cônsules atônitos e todo o exército desesperado, Lúcio Lêntulo, legado romano, disse que não lhe parecia correto evitar decisão alguma para salvar a pátria porque, consistindo a vida de Roma na vida daquele exército, queria salvá-lo de qualquer modo, e que a pátria é bem defendida de qualquer forma que se a defenda, ou com ignomínia ou com glória, porque, salvando-se aquele exército, Roma teria tempo para cancelar a ignomínia; não salvando-o, ainda que se morresse gloriosamente, perder-se-iam Roma e sua liberdade. E assim foi seguido o conselho.

Tal fato merece ser notado e observado por qualquer cidadão que possa aconselhar a sua pátria, porque onde se pensa em tudo para a salvação da pátria não deve haver consideração alguma sobre o que é justo ou injusto, sobre o que é piedoso ou cruel, louvável ou ignominioso; antes, deixado de lado todo o resto, seguir integralmente o partido que lhe salve a vida e lhe mantenha a liberdade.

Tal procedimento é imitado com palavras e ações pelos franceses ao defenderem a majestade do seu rei e a potência de seu reino, pois nenhuma voz ouviriam mais impacientemente que aquela que dissesse: “Tal decisão é ignominiosa para o rei”, porque dizem que seu rei não pode sofrer vergonha por nenhuma decisão que tomar, na boa ou na má sorte, porque, se perde ou se vence, todos dizem que são decisões reais.

XLII

Que as promessas feitas pela força não se devem observar.

Tornados a Roma os cônsules com o exército desarmado e com a ignomínia recebida, o primeiro que, no Senado, disse que a paz feita em Cáudio não se devia observar foi o cônsul Spúrio Postúmio, dizendo que o povo romano não era obrigado [a isso], mas que ele o era assim como os outros que haviam negociado a paz e, por isso, o povo, querendo-se livre de qualquer obrigação, devia entregar como prisioneiros

nas mãos dos sanitas a ele e a todos os outros que tinham feito a promessa. E com tanta firmeza sustentou esta conclusão que o Senado ficou convencido e, enviando como prisioneiros a ele e aos outros a Sânio, protestaram junto aos sanitas que a paz não valia. E a sorte, neste caso, foi tão favorável a Postúmio que os sanitas não os retiveram e, de volta a Roma, foi Postúmio recebido pelos romanos mais gloriosamente por ter perdido que Pôncio pelos sanitas por haver vencido.

Disto podem-se notar duas coisas: uma, que em qualquer ação se pode conquistar a glória, porque, na vitória, é conquistada ordinariamente; na derrota, se conquista ou mostrando que tal perda não aconteceu por culpa tua ou fazendo alguma ação virtuosa que a cancele; a outra é que não é vergonhosa a ruptura daquelas promessas que te foram arrancadas à força e sempre os pactos forçados que dizem respeito à coletividade, quando faltou-lhes a força, foram rompidos e sem desonra para quem os descumpriu. Disto vários exemplos se leem nas historiografias e todos os dias se veem nos presentes tempos. E não apenas não se observam entre os príncipes as promessas forçadas, quando falta quem force, mas não se observam ainda as outras promessas quando faltam as razões que as motivaram. Se isto é louvável ou não, ou se um príncipe deve observar semelhantes procedimentos ou não, no nosso tratado d' *O Príncipe* [268] é largamente discutido, porém, agora, nos calaremos.

XLIII

Os homens que nascem em uma província apresentam por todos os tempos quase a mesma natureza.

Costumam dizer os homens prudentes, não por acaso nem sem motivo, que quem quiser saber o futuro deve considerar o passado porque todas as coisas do mundo, em todas as épocas, tiveram seu próprio reencontro com os tempos antigos. Isto se dá porque, sendo elas obras de homens que têm e sempre tiveram as mesmas paixões, convém necessariamente que resultem no mesmo efeito. Verdade é que suas obras ora são mais virtuosas nesta província que naquela, ora mais naquela que nesta, segundo a forma da educação na qual tais povos têm conduzido seu modo de vida. Ver uma nação por longo tempo manter costumes torna, ainda, fácil conhecer as coisas futuras pelas passadas, sendo [ela] ou continuamente avara ou continuamente fraudulenta, ou ter algum outro vício ou virtude semelhante.

E quem ler as coisas passadas de nossa cidade de Florença e considerar aquelas que ainda são próximas dos nossos tempos, achará os povos alemães e franceses cheios de avareza, soberba, ferocidade e infidelidade, porque todas estas quatro coisas, em tempos diversos, prejudicaram nossa cidade.

E, quanto à pouca fé, todos sabem quantas vezes se dava dinheiro ao rei Carlos VIII e ele prometia [nos] entregar as fortalezas de Pisa e nunca o fez. Nisto, tal rei mostrou sua infidelidade e sua enorme avareza. Mas deixemos de lado estas coisas recentes. Todos puderam entender o que sucedeu na guerra que o povo florentino fez contra os Visconti, duques de Milão e, estando Florença privada de outros expedientes, pensou em trazer o imperador à Itália para que, com sua reputação e suas forças, assaltasse a Lombardia. Prometera o imperador vir com bastante gente e fazer guerra contra os Visconti e defender Florença do poder deles desde que os florentinos lhe dessem cem mil ducados para que viesse e mil depois que chegasse à Itália. Em tais pautas consentiram os florentinos e, pagas as primeiras somas e, depois, as segundas, próximo que estava de Verona, voltou atrás sem fazer coisa alguma, dizendo ir embora por culpa dos [florentinos] que não tinham cumprido as cláusulas do acordo.

De modo que, se Florença não tivesse sido forçada pela necessidade ou vencida pela paixão e tivesse lido e conhecido os antigos costumes dos bárbaros, não teria sido enganada desta e de outras tantas vezes, tendo eles tendo agido sempre do mesmo jeito e em toda parte, como se viu o que fizeram antigamente os toscanos que, sendo oprimidos por Roma, tendo sido muitas vezes postos em fuga e derrotados, e vendo não poderem resistir ao ímpeto romano mediante as próprias forças, combinaram com os gauleses que, do lado de cá dos Alpes, habitavam a Itália, dar-lhes uma soma em dinheiro para que somassem seus exércitos aos deles para que investissem contra os romanos. Sucedeu que os gauleses, de posse do dinheiro, não quiseram depois guerrear por eles, dizendo que tinham sido pagos não para fazerem guerra aos seus inimigos, mas para que se abstivessem de atacar o país toscano. E assim os povos toscanos, por avareza e infidelidade, dos gauleses, ficaram, de uma só vez, privados de seu dinheiro e da ajuda que esperavam deles. De modo que se vê, pelo exemplo dos toscanos antigos e pelo dos florentinos que os franceses [descendentes dos gauleses] agiram da mesma forma e, por isso, se pode facilmente conjecturar o quanto os príncipes podem confiar neles.

XLIV

Muitas vezes, obtém-se com audácia e com ímpeto o que por meios ordinários não se obteria jamais.

Sendo os sanitas assaltados pelo exército de Roma e não podendo, com seu exército, fazer frente aos romanos nos campos de batalha, deliberaram abrir mão de guardar as terras em Sânio e passarem com todo o seu exército à Toscana, que fizera uma trégua com os romanos e verem, com tal invasão, se podiam, com a presença de seu exército, induzir os toscanos a retomar as armas, o que haviam negado a seus embaixadores. E, ao falarem os sanitas aos toscanos, ao mostrar-lhes que razões os haviam induzido a tomar armas, usaram uma sentença notável que dizia: “*Rebellasse, quod pax servientibus gravior, quam liberis bellum esset* [269]”. E, assim, parte com argumentos, parte com a presença de seu exército, induziram-nos a retomar as armas. A partir disto, deve-se notar que, quando um príncipe deseja obter algo de um outro, deve, se a ocasião o oprime, não dar espaço para deliberações, e fazer de modo que veja a necessidade de uma decisão rápida, a qual se dá quando aquele que é chamado vê que do negar-se ou do diferir resultar-lhe-á uma súbita e perigosa indignação.

Este método vimos ser bem usado em nossos tempos pelo papa Júlio II com os franceses e por Monsenhor de Foix, capitão do rei da França, com o marquês de Mântua, porque o papa Júlio, querendo expulsar os Bentivogli de Bolonha e julgando precisar para isso das forças francesas e da neutralidade dos venezianos, e, tendo procurado uns e outros, e tendo obtido deles respostas duvidosas e incertas, decidiu, não dando-lhes tempo, fazê-los atender sua vontade e, tendo saído de Roma com toda aquela gente que pôde recrutar, foi em direção a Bolonha e mandou dizer aos venezianos que ficassem neutros e ao rei da França que lhe enviasse as forças. De modo que, ficando todos eles constrangidos pelo pouco espaço de tempo e, vendo como haveria, por parte do papa, uma clara indignação, caso negassem ou diferissem, cederam às suas vontades e o rei lhes mandou auxílio e os venezianos ficaram neutros.

Monsenhor de Foix, ainda, estando com o exército em Bolonha, e, tendo sabido da rebelião de Bréscia e, querendo recuperá-la, tinha duas vias: uma, pelo território do rei, longa e exaustiva; a outra, breve, pelo território de Mântua, e não somente precisava passar pelo domínio de tal marquês como também lhe convinha entrar por certas vias, entre pântanos e lagos, dos quais está cheia aquela região, as quais, com fortalezas e outros meios,

estavam fechadas e guardadas por ele. Então, Fois, decidido a seguir pela via mais curta, e, para vencer todas as dificuldades e não dar tempo ao marquês para deliberar, conduziu de uma vez todos os seus homens por aquela via e disse ao marquês que lhe mandasse as chaves do lugar. De modo que o marquês, surpreso por essa súbita decisão, lhe enviou as chaves, que não lhe mandaria nunca se Fois mais timidamente agisse, estando o marquês em aliança com o papa e os venezianos e tendo um filho junto do papa, coisas que lhe davam muitas desculpas honestas para negá-las. Mas, constrangido por tal decisão repentina, pelas razões acima ditas, as concedeu.

Assim fizeram os toscanos com os sanitas, pela presença do exército de Sânio, pegando aquelas armas que lhes tinham recusado em outros tempos.

XLV

Qual é o melhor partido nas batalhas: suster o ímpeto dos inimigos e, sustido, atacá-los ou assaltá-los com fúria logo de início.

Foram Décio e Fábio, cônsules romanos, com dois exércitos, de encontro aos sanitas e, chegando eles às vias de fato, deve-se notar, neste confronto, qual dos dois diferentes procedimentos seguidos é melhor. Porque Décio, com todo ímpeto e com todo esforço, assaltou o inimigo; Fábio somente o susteve, julgando que o assalto lento fosse mais útil, reservando o seu ímpeto para o final, quando o inimigo tivesse perdido o primeiro ardor de combater e, como dizemos, a sua fúria.

O resultado disso mostrou que Fábio obteve melhor sucesso que Décio, que exauriu-se nos primeiros ímpetos, de modo que, vendo a sua tropa ser posta em fuga, para conquistar com a morte a glória que não pôde conquistar com a vitória, sacrificou-se a si mesmo, imitando seu pai, pelas legiões romanas.

Fábio, ao saber disso, para não conquistar vivendo menos honra que o seu colega conquistara morrendo, avançou com todas as forças que reservara para tal necessidade; disso, resultou-lhe uma vitória felicíssima. Disto se vê que o procedimento de Fábio é mais seguro e mais imitável.

XLVI

Por que uma família, em uma cidade, mantém os mesmíssimos costumes.

Parece que não somente as cidades diferem em certos costumes e instituições umas das outras e geram homens ou mais duros ou mais afeminados, mas na mesmíssima se vê que diferem as famílias umas

das outras. Que isso seja verdade se vê em todas as cidades e se leem vários exemplos disso na cidade de Roma, porque se vê os Mânlios terem sido duros e obstinados; os Publícolos, homens benignos e amigos do povo; os Ápios, ambiciosos e inimigos da plebe e, assim, muitas outras famílias terem cada uma suas qualidades contrárias às das outras.

Tal coisa não pode nascer apenas do sangue, porque conviria que variasse com a diversidade dos matrimônios, mas é evidente que vem da educação que diferencia uma família da outra. Porque faz muita diferença que um juvenzinho de tenros anos comece a ouvir falar bem ou mal de uma coisa, de modo que, naturalmente, isso o impressionará e por essa impressão regulará o seu modo de proceder em todos os tempos de sua vida.

E, se assim não fosse, seria impossível que todos os Ápios tivessem tido a mesmíssima vontade e tivessem sido movidos pelas mesmíssimas paixões, como nota Tito Lívio em muitos deles e, por último, sendo um deles eleito censor e, tendo o seu colega, ao fim de dezoito meses, como dispunha a lei, deixado o cargo, Ápio não o quis deixar, dizendo que podia mantê-lo por cinco anos, conforme a primeira lei feita pelos censores. E embora por causa disso se fizessem muitas confusões e se gerassem muitos tumultos, nem por isso houve jeito para que o deixasse, contrariando assim a vontade do povo e da maior parte do Senado. E quem ler o discurso que Públio Semprônio fez contra ele notará todas as insolências apianas e toda a bondade e a humanidade praticadas por incontáveis cidadãos para obedecer às leis e aos desígnios de sua pátria.

XLVII

Um bom cidadão, por amor à pátria, deve esquecer as injúrias particulares.

Estava o cônsul Márcio com o exército contra os sanitas e, tendo sido ferido em uma luta, e, por isso, estando seus homens em perigo, julgou o Senado ser necessário enviar-lhe o ditador Papírio Cursor para suprir a ausência do cônsul. E, sendo necessário que o ditador fosse nomeado por Fábio, que era cônsul e estava com o exército na Toscana, e, duvidando que o nomeasse por ser seu inimigo, os senadores lhe enviaram dois embaixadores para pedirem-lhe que, pondo de lado os ódios pessoais, o nomeasse para o benefício público. O que Fábio fez, movido pelo amor à pátria, ainda que com o silêncio e com outros modos desse mostras de que

tal nomeação o desagradava. Que sirva o exemplo para todos aqueles que buscam ser bons cidadãos.

XLVIII

Quando se vê um inimigo cometer um grande erro, deve-se crer que haja alguma fraude.

Tendo o cônsul ido a Roma por causa de umas cerimônias e, tendo deixado Fúlvio com o exército romano na Toscana, os toscanos, para ver se podiam capturá-lo, havendo uma fonte próxima ao acampamento romano, enviaram para lá alguns soldados à vista do exército, com vestes de pastores e muitos animais. [Os soldados] assim disfarçados se aproximaram da paliçada do acampamento de modo que o legado [Fúlvio], espantando-se com tanta confiança, não lhe parecendo razoável, percebeu assim a fraude e, desse modo, fracassou o plano dos toscanos. Disto se pode notar facilmente que um capitão de exércitos não deve confiar em erros evidentes que veja o inimigo cometer, porque sempre esconderão uma armadilha, não sendo razoável que os homens sejam tão incautos. Mas frequentemente o desejo de vencer cega os espíritos dos homens, que não veem mais que aquilo que lhes parece fácil.

Os gauleses, tendo vencido os romanos em Ália, chegando a Roma e encontrando as portas abetas e sem guardas, passaram aquele dia inteiro e a noite sem entrarem lá, temendo uma cilada e não podendo acreditar que houvesse tanta covardia e tão pouco juízo nos corações humanos a ponto de abandonarem a pátria.

Quando, em 1508, estando os florentinos combatendo Pisa, Alfonso del Mutolo, cidadão pisano, encontrando-se prisioneiro dos florentinos, prometeu que, se o libertassem, daria uma porta de Pisa ao exército florentino. Foi libertado; depois, para pôr a coisa em prática, veio muitas vezes falar com os legados dos comissários e vinha não escondido, mas publicamente e acompanhado de pisanos, os quais deixava de lado quando falava com os florentinos. De modo que se podia duvidar de sua atitude dúbia porque não era razoável, se fosse verdade, que ele tivesse tratado disso tão publicamente. Mas o desejo que tinham de tomar Pisa cegou de tal modo os florentinos que, conduzidos por ordem dele à porta de Lucca, deixaram lá muitos de seus chefes e outras tantas pessoas para sua desonra, graças à dupla traição de tal Alfonso.

XLIX

Uma república que se quer manter livre tem necessidades, todos os dias, de novos provimentos e por quais méritos Quinto Fábio foi chamado Máximo.

Enecessário, como outras vezes foi dito, que todos os dias, em uma cidade grande, nasçam acidentes que necessitem de médico e quanto mais necessitem mais sábio o médico que convém encontrar. E, se em alguma cidade surgiram já semelhantes acidentes, foi em Roma, onde eram estranhos e inesperados, como o foi aquele quando pareceu que todas as mulheres romanas tinham conjurado contra seus maridos para eliminá-los, tantas que foram encontradas tendo-os envenenado e tantas que haviam preparado o veneno para fazê-lo. Como foi ainda aquela conjura das bacanais, que se descobriu no tempo da guerra macedônica, na qual estavam envolvidos milhares de homens e mulheres, e teria sido perigosa para a cidade se não a descobrissem ou se os romanos não estivessem dispostos a castigar a multidão dos culpados porque, se não se visse por outros inúmeros sinais a grandeza daquela república e o poder de seus feitos, se veria pela qualidade da pena que impunha a quem errava. Nem duvidou fazer morrer uma legião inteira e uma cidade e de confinar oito ou dez mil homens com condições difíceis de serem cumpridas não por um só mas por muitos, como aconteceu àqueles soldados que desgraçadamente tinham combatido em Canas, os quais confinou na Sicília e impôs que não se abrigassem no lugar e comessem de pé.

Mas de todas as outras execuções era terrível o dizimar os exércitos, na qual de todo um exército era morto aleatoriamente um a cada dez. Para castigar uma multidão, não se podia encontrar punição mais espantosa que esta porque, quando uma multidão erra e não se pode saber ao certo o autor [do erro], não é possível castigar todos por serem demais; punir uma parte e parte deixar impune seria injusto com aqueles que fossem punidos e os impunes teriam ânimo para errar outra vez. Mas, eliminando a décima parte aleatoriamente, quando todos o merecem, quem é punido lamenta sua sorte; quem não é tem medo que de outra vez caiba a ele e evita errar.

Foram, portanto, punidos as envenenadoras e os [conspiradores] das bacanais, conforme mereciam os seus pecados. E, se bem que estes males em uma república produzam tristes efeitos, não são mortais porque quase sempre se tem tempo para corrigi-los, mas já não se tem tempo quanto àqueles que dizem respeito ao Estado, os quais, se não são corrigidos por um prudente, arruínam a cidade.

Havia em Roma, pela liberalidade com que os romanos concediam a cidadania aos forasteiros, nascido tanta gente nova e que começava a ter tanta parte nos sufrágios que o governo começava a mudar e distanciava-se daquelas coisas e daqueles homens tradicionais. Quinto Fábio, que era censor, percebendo isso, agrupou todos esses povos novos, responsáveis por essa desordem, em quatro tribos, de modo que não pudessem, limitados em tão pequenos espaços, corromper toda a Roma. Fábio entendeu bem a questão e deu-lhe conveniente remédio sem alteração, o qual foi tão bem aceito por aquela cidade que ele mereceu ser chamado de Máximo.

(Tradução iniciada em 2001 ou 2002, quando o tradutor estudava na Universidade Federal Fluminense, e terminada no sábado, 12 de dezembro de 2009 às zero horas e trinta e cinco minutos, quando ele já era professor da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro, tinha defendido sua Especialização em Estudos Literários na Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, se demitido da rede municipal de Araruama e sido eleito diretor da Regional São Gonçalo do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação. A todos os que duvidaram dele dedica esta obra.)

[1] Tito Lívio (c. 59 a. C. a 17 d. C.) Escreveu uma *História de Roma* (*Ab Urbe Condita Libri Historiae Romanae*) composta de 142 livros, dos quais o tempo preservou somente 35.

[2] Moisés (c. séc. XIII a C.) Personagem do Antigo Testamento, considerado por judeus, cristãos e muçulmanos o fundador do Judaísmo e autor dos cinco primeiros livros da Bíblia.

[3] Protagonista da *Eneida*, epopeia inacabada escrita por Virgílio (70 a. C. – 19 d. C.) que conta como os sobreviventes do incêndio que destruiu Troia, após passarem por Cartago, chegam à Itália e fundam Lavinium, cidade que daria origem a Roma.

[4] Para maiores informações sobre Alexandre Magno, recomendo a leitura de *Alexandre e César – Vidas Comparadas*, de Plutarco (c. de 46 a 120 depois de Cristo.)

[5] Alexandria: cidade situada a 200 km do Cairo, fundada por Alexandre em 331 a.C.

[6] A rebelião de Arezzo foi dominada com o auxílio das tropas francesas em 1502. Prato foi saqueada pelos espanhóis em 29 de agosto de 1512; sua queda assinalou o fim da República capitaneada por Soderini e a volta dos Medici.

[7] Irmãos Gracos, estadistas e reformadores romanos. Tibério Semprônio Graco (163 - 133 antes de Cristo) foi eleito tribuno do povo em 133 e propôs a reforma agrária no intuito de limitar a aquisição de ainda mais terras por parte dos já latifundiários e favorecer os pequenos proprietários. Tentou reeleger-se inconstitucionalmente e foi morto numa revolta que se seguiu a tal tentativa. Caio Semprônio Graco (154 - 121 antes de Cristo) foi eleito tribuno em 123 e 122. Como o irmão, procurou favorecer os estratos mais desfavorecidos da sociedade romana. Para tanto, procurou reduzir os poderes dos cônsules e do Senado, revogando este último as medidas por ele tomadas. Tal como o irmão, foi morto numa revolta popular.

[8] Sobre essa determinação nos diz o professor GALASSO: “A base aristocrática do estado veneziano é fisicamente expressa pelo Conselho Maior, a assembleia do patriciado formada pelas famílias registradas como nobres em 1297, às quais é exclusivamente reservada a plenitude dos direitos políticos. O Conselho Maior é, do ponto de vista do direito, o verdadeiro soberano da república”. (GALASSO, Giuseppe. *Poder e Instituições em Itália – Desde a queda do Império Romano aos dias de hoje*. Tradução e notas de Fernando Martins Barata. Lisboa: Livraria Bertrand/Instituto Italiano de Cultura em Portugal, 1984, pág. 183.)

[9] Na batalha de Agnadello em 1509.

[10] Coriolano (séc. V antes de Cristo.) Personagem lendária que teria conquistado Corioli, capital dos volscos. Inspirou uma tragédia de Shakespeare que leva o seu nome.

[11] Entre os anos de 1494 e 1498.

[12] Fato que se deu em 389 antes de Cristo.

[13] Plural de “loggia”. Segundo o dicionário *Zingarelli* (ed. Zanichelli): “Edifício aberto em um ou mais lados com pilastras ou com colunas, destinado a acolher pessoas reunidas por objetivos comerciais ou similares e nivelado com a rua ou levemente elevado.”

[14] Neste capítulo, Maquiavel continua a falar da utilidade das denúncias, mas se preocupa agora com a nocividade das calúnias, um mal que poderia ferir qualquer cidadão florentino, conforme nos relata o professor MASTERS: “Sob o sistema florentino de denúncia anônima, uma pessoa podia acusar outra de comportamento ilegal ou imoral depositando a acusação num papel não assinado em caixas dispostas para esse propósito.” (MASTERS, Roger D. *Da Vinci & Maquiavel: um sonho renascentista: de como o curso de um rio mudaria o destino de Florença* ; tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, pág. 34.)

[15] ÉFORO: s.m. (gr. *éphoros* , lat. *ephoru*) “Cada um dos cinco magistrados espartanos que se renovavam anualmente e que contrabalançavam o poder dos reis e do Senado”. (*Dicionário Prático Ilustrado* . Porto: Lello & Irmão Editores, 1963).

[16] Sobre o imperador Adriano (Publius Aelius Hadrianus (76-138 d. C.) recomendo ao leitor o magnífico romance histórico *Memórias de Adriano* , de Marguerite Yourcenar.

[17] Antonio Pio (86-161) foi escolhido pelo imperador Adriano para sucedê-lo, desde que nomeasse Marco Aurélio como seu sucessor.

[18] Calígula (14-21 a.C.), sucedeu seu tio Tibério no ano de 37, fez-se adorar como deus e nomeou seu cavalo Incitatus cônsul.

[19] Nero (Nero Cláudio César Augusto Germânico) (15 de dezembro de 37 – 9 de junho de 68), filho de Cneu Domício Enobarbo (que era neto de Marco Antônio e Otávia, a Menor) e de Agripina, a Jovem, neta de César Augusto e irmã de Calígula. Foi adotado pelo imperador Cláudio, que cunhou moedas proclamando-o seu sucessor. Foi proclamado adulto aos 14 e começou a reinar aos 16. Indispôs-se com o Senado prometendo-lhe restituir o poder que tivera no período republicano e não cumprindo a promessa, o que gerou a conspiração de Caio Pisão. A redução dos impostos sobre os alimentos importados e os gastos com a reconstrução de Roma, após o incêndio, bem como os espetáculos públicos em que os cristãos, acusados pelo incêndio, eram martirizados, embora o tenham tornado popular, feriram gravemente os cofres da administração, juntamente com a guerra contra os partos. Sua política fiscal provocou uma revolta liderada por Víndice, governador da Gália Lugdunensis, que solicitou apoio a Galba, mas suicidou-se antes que este aliado o socorresse. Galba foi declarado imperador pelo Senado e declarou Nero inimigo de Roma. Acuado por Ninfídio Sabino, chefe da Guarda Pretoriana, suicidou-se.

[20] Sérvio Sulpício Galba nasceu em 5 antes de Cristo e morreu em 69 d. C. Tornou-se imperador em 68, após o suicídio de Nero e reinou por apenas 7 meses em 69, o ano turbulento no qual Roma teve quatro imperadores. Em 45 e 46, foi governador da Germânia por ordem do imperador Calígula, detendo ali as invasões bárbaras que tinham chegado até a Gália. Tendo se recusado a tomar o império após a morte de Calígula, ganhou a confiança de Cláudio e tornou-se governador da África, reprimindo também ali as invasões bárbaras e as lutas internas. Nero nomeou-o governador da Hispânia Tarraconsense, de onde, mais tarde, ele iniciou uma rebelião e, marchando sobre Roma com o apoio dos descontentes, tornou-se imperador. Tinha fama de avaro, pois, para sanear as finanças do Império, gastas com as campanhas militares na Armênia e na Judeia, recusara pagamento aos pretorianos, dizendo: “Alisto soldados, não os compro”. Otão, que tinha sido seu aliado, descontente por não ter sido indicado por ele como seu sucessor, voltou-se contra ele, que foi assassinado no Fórum romano em 15 de janeiro de 69. Segundo Plutarco, teria dito aos seus assassinos: “Matai-me, se disso depende o bem de Roma”.

[21] Pertinax (Públio Hélius Pertinax) (126 – 193) era filho de um escravo liberto e, inicialmente, ensinou Gramática. Distinguindo-se na guerra contra os partos, recebeu distinções. Foi tribuno militar na Britânia e procurador na Dácia. Durante o reinado de Marco Aurélio, afastou-se da corte devido a intrigas contra ele. Tornou-se cônsul suplente em 175. Foi senador, governador da Britânia e era Prefeito do Pretório quando Cômodo foi morto por um gladiador. Sabendo dos riscos que corria ao tornar-se imperador, negou títulos imperiais à esposa e ao filho para protegê-los. Seu reinado durou apenas 86 dias, nos quais tentou obter dinheiro vendendo os bens e os escravos de Cômodo a fim de angariar o dinheiro exigido pelos militares insatisfeitos. Foi assassinado por soldados descontentes em 28 de março de 193. Sétimo Severo, tornando-se imperador após ter vencido a guerra civil resultante desse assassinato, reconheceu-o como imperador legítimo e concedeu-lhe honras fúnebres.

[22] Cipião, o Africano, alcinha de Públio Cornélio Cipião (235 a 183 a. C.), general que se destacou na campanha da Espanha contra os cartagineses, foi eleito cônsul em 205 a. C. e decidiu combater aqueles em seu próprio território, vencendo-os na Batalha de Zama (202 a. C.). Foi reeleito cônsul em 194 a. C.

[23] Aníbal (247 a 183 antes de Cristo), general e estadista cartaginês, assegurou o domínio de Cartago sobre a Península Ibérica e, ao tomar Sagunto, cidade aliada aos romanos, provocou a Segunda Guerra Púnica em 219 a. C.

[24] Tal derrota se deu em 216 antes de Cristo.

[25] Mui raras vezes pelos ramos herdada

A humana probidade é, assim o quer

Quem a dá para que lhe seja rogada.

(Dante, *A Divina Comédia*, *Purgatório*, Canto VII, versos 121-123)

[26] Savonarola (1452-1498), frei dominicano que, após a queda dos Medici, seus inimigos, instituiu uma república democrática em Florença, em 1494. É célebre entre os historiadores o episódio da *fogueira das vaidades*, na qual instava os seus seguidores a queimarem em praça pública seus objetos de luxo, a fim de adotarem uma vida simples. O papa Alexandre VI o excomungou em 1495 e seus inimigos, entre os quais estavam os franciscanos, enforcaram-no e o queimaram como herege. Orador e poeta, escreveu: *Tratado Sobre o Regime e Governo da Cidade de Florença*; *Sobre a Simplicidade da Vida Cristã* e *Compêndio de Revelação*. Entre seus admiradores, estava Rafael Sanzio, que pintou o seu retrato e a cena de sua execução.

[27] Ao traduzir esse parágrafo, não consegui pensar numa expressão da nossa língua que transplantasse de maneira tão realista o pensamento de Maquiavel que, ao mesmo tempo em que

delimita as possibilidades dos homens, revela confiança nessa mesma humanidade limitada. Quer ele dizer que não se deve desanimar quando não se consegue realizar obras tão grandes quanto as desses homens ilustres, nem se sentir inferiorizado, pois os homens que o conseguiram eram tão humanos e mortais quanto nós todos. Para dizer a mesma coisa que o ex-diplomata florentino, um homem de religião citaria S. Lucas XIII: 19, dizendo que esses homens eram como pequenos grãos de mostarda que cresceram e tornaram-se árvores, capazes de abrigar as aves do céu.

[28] Que isto era algo que preocupasse Maquiavel está patente a quem leu a comédia *A Mandrágora*, onde ele critica, na figura de Frei Timóteo, a corrupção do clero e o desleixo para com as imagens do culto católico. Também em *A Arte da Guerra*, Maquiavel propõe a pergunta, através do personagem Fabrício Colonna: “Como podem ter reverência para com os homens aqueles que desprezam o próprio Deus?” (MAQUIAVEL, *Escritos Políticos – A Arte da Guerra*, tradução de Jean Melville, São Paulo: Martin Claret, 2004, pág. 131)

[29] “Quereis ir para Roma?”

[30] A Itália.

[31] Carlos Magno (c. 742 - 814). Tornou-se rei dos francos em 771. Após ter anexado a Baviera em 788, vencido e cristianizado ávaros e saxões, depois de trinta anos de guerra, foi coroado imperador pelo papa Leão III em 800.

[32] Os lombardos invadiram a Itália entre 568 e 572, fixando-se na Itália Setentrional, salvo Veneza, a costa da Ligúria e o Esarcato) e nos ducados de Spoleto e Benevento. O papa Adriano I pediu a ajuda dos franceses contra eles em 754. O combate decisivo foi liderado por Carlos Magno em 774.

[33] A vitória contra Veneza se deu com a Aliança de Cambrai e a vitória contra os franceses com a Santa Aliança.

[34] Os équos viviam no Lácio, nas margens do Ânio e foram subjugados por Camilo.

[35] Os volscos viviam ao Sul do Lácio, tinham por capital *Suessa Pometia* e foram subjugados pelos romanos em 338 a.C.

[36] “Não havia sobrevivendo ainda este desinteresse pelos Deuses, próprio do presente século, nem ninguém interpretava a seu favor leis e juramentos”.

[37] A primeira das três Guerras Púnicas deu-se entre 264 e 241 antes de Cristo, quando Roma e Cartago disputaram a posse da Sicília, ilha que tinha, para ambas as cidades, uma posição estratégica. Embora os cartagineses, liderados por Xantipo e Amílcar, levassem vantagem nos confrontos em terra, Roma lhes era superior no mar. A batalha das ilhas Egates em 241 marcou a derrota de Cartago.

[38] “esses não podiam mais resistir nem combater com suas próprias forças nem com auxílios externos; todavia não fugiam à luta; a tal ponto o coração deles era afeito à liberdade, mesmo que defendida a duras penas, que preferiam ser vencidos – antes isso que abandonar qualquer probabilidade de vitória”.

[39] “As cristas não ferem, enquanto as lanças dos romanos atravessam os escudos, mesmo que pintados e dourados”.

[40] Maquiavel defende a mesma tese no Cap. VI de *O Príncipe*, dizendo ser mais fácil dominar povos que não conheciam a liberdade que subjugar os que viviam antes sob uma república.

[41] Um desses raros exemplos, citado por Maquiavel no cap. VIII de *O Príncipe*, é Agátocles de Siracusa que, para o autor, regenerou-se após conquistar o poder por meios criminosos, pois o bem que fez à sua cidade teria compensado todos os seus crimes anteriores.

[42] No cap. IX desta obra.

[43] Neste ponto, como não lembrar Camões? “(...) um fraco rei faz fraca a forte gente”. (*Os Lusíadas* , canto III, estrofe 138.)

[44] Davi, rei de Israel e ancestral de Cristo, teria vivido 900 anos antes deste. Sua história é contada no Velho Testamento, nos livros I e II de *Samuel* e no Primeiro Livro das *Crônicas* .

[45] Filho do rei Davi e de Betsabé, teria reinado em Israel entre os anos de 970 e 933 antes de Cristo. Sua história está contada nos capítulos iniciais do Primeiro Livro dos *Reis* e no Segundo das *Crônicas* , no Velho Testamento.

[46] A história da Cisma que dividiu o povo judeu em dois reinos, Israel, cuja capital era a Samaria, e Judá, cuja capital era Jerusalém, está em *I Reis* , cap. XII.

[47] Também nos capítulos XII e XIII de *O Príncipe* , Maquiavel fala de como eram nocivas aos príncipes da Itália o uso de tropas mercenárias e exorta os governantes a terem seus próprios exércitos.

[48] Julho a outubro de 1513.

[49] Henrique VIII (1491-1547).

[50] “Os ociosos impelirá
Túlio às amas.”

(*Eneida* , VI, 813-814)

[51] É interessante notar que o filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592), leitor de Maquiavel, escreveu sobre este mesmo tema no cap. XV do Livro Primeiro dos seus *Ensaaios* , intitulado “Merecedor de punição é quem defende uma praça forte além do razoável” (Tradução de Sérgio Milliet para a coleção *Os Pensadores*).

[52] A França havia perdido a Lombardia na batalha de Novara em 1513.

[53] Maquiavel já nos relatou este caso no Cap. VIII desta obra.

[54] LICTOR (ô). *S. m.* (lat. *Lictore*). Oficial que ia adiante dos principais magistrados da antiga Roma, levando uma machadinha rodeada de um feixe de varas: *o ditador era precedido por vinte e quatro lictores.* (*Dicionário Prático Ilustrado* . Porto: Lello & Irmão Editores, 1963).

[55] “aos famintos encheu de bens e despediu os ricos de mãos vazias” (*S. Lucas* , I, 53.)

[56] Júlio II (1443-1513), nome pontifício do cardeal Giuliano della Rovere, que sucedeu Pio III no trono de Pedro em 1503. De origem humilde, enriqueceu quando bispo e fez-se adversário dos Bórgia, família à qual pertencia o papa Alexandre VI, embora tenha feito uma aliança com o filho deste, César Bórgia, para chegar ao pontificado, prometendo-lhe deixar em suas mãos o governo da Romanha. Em seu reinado, a Igreja reconquistou os Estados Pontifícios e, em 1511, aliando-se à Espanha, Veneza e Inglaterra, liderou a Santa Liga contra a França. Mais tarde, aliado à Espanha e a Milão, voltou-se contra Veneza, derrotando-a em Vicenza. Patrocinou artistas como Rafael, Bramante e Michelangelo Buonarroti – este último, a seu serviço, pintou o teto e o altar da Capela Sistina e é também o autor de seu magnífico túmulo em forma de arco triunfal, contendo ao centro sua famosa estátua de *Moisés* . Sobre as conflituosas relações entre os dois, Irving Stone escreveu o belíssimo romance histórico *Agonia e Êxtase* , que deu origem ao filme americano homônimo, tendo Charlton Heston no papel do brilhante artista florentino e Rex Harrison como o papa mecenas.

[57] “É mais fácil vingar uma injúria que recompensar um benefício, porque a gratidão é considerada uma despesa e a vingança, um ganho”.

[58] Catão, o Velho, é como ficou conhecido Marco Pórcio Catão (234 a 149 antes de Cristo), estadista romano lembrado como símbolo de austeridade. Em 184 a.C. foi eleito censor e, como tal, combateu a influência dos costumes gregos e o luxo das mulheres. Escreveu um tratado sobre agricultura chamado *De Re Rustica (Das Coisas Rústicas)*. Outro fato lembrado a seu respeito é que todos os seus pronunciamentos públicos terminavam com a frase *Delenda Carthago!* (Destruam Cartago.) Na *Divina Comédia* de Dante, é ele quem recebe o poeta florentino e seu guia, Virgílio, na ilha do Purgatório.

[59] Cosimo de Medici (1389-1464), filho de Giovanni di Bicci de Medici (1360-1429), fundador da dinastia de banqueiros e estadistas. Em 1434, foi eleito governante efetivo de Florença. Fundou a Biblioteca Laurentina e teve a seu serviço artistas como Donatelo e Ghiberti.

[60] Cícero, nome pelo qual é conhecido Marco Túlio Cícero (106-43 a. C.) Influente político romano, autor dos livros *Da República*, *Saber Envelhecer*, *A Amizade* etc. Brilhante orador, suas defesas renderam-lhe um prestígio que lhe possibilitou galgar altos postos na política romana. Seu maior triunfo, quando cônsul, foi a denúncia da conspiração de Catilina numa série de pronunciamentos conhecidos como *Catilinárias* e a execução dos envolvidos. Durante a Guerra Civil, tomou, a princípio, o partido de Pompeu e, depois, instado por Catão, o de César. Tendo este concentrado o poder nas mãos, retirou-se da vida pública e, embora amigo de Brutus, não participou da conspiração que visava restaurar o poder do Senado e salvar a República. Após a morte de Júlio César, tentou instigar Otávio, seu sucessor, contra Marco Antônio, pronunciando as *Filípicas*, mas aquele o traiu, partilhando o poder com Antônio e Lépido sob a forma de um triunvirato. Cícero, já exilado em Túsculo, pensou então em deixar a Itália mas a meio caminho da fuga, decidiu voltar a Roma esperando obter a benevolência de Otávio. Acabou sendo executado por ordem deste. Suas últimas palavras foram: *“Moriar in patria saepe servata!”* (“Que eu morra na pátria que tantas vezes salvei!”)

[61] Ou seja, é preciso evitar que se crie a possibilidade de cumprir-se a lei de Murphy que diz que, se algo pode dar errado, dará. Os precedentes precisam sempre ser encarados com o mais salutar pessimismo.

[62] “Providencie o cônsul, para que não haja danos para a República”.

[63] Gnaeus Pompeius Magnus (106 a. C – 48 a. C), general e político romano. Em 76 a. C, reprimiu uma revolta na Espanha, derrotou o exército de escravos liderado por Espártaco em 72 a. C e o rei Mitridates VI em 63 a.C. Em 61 a. C, formou o Primeiro Triunvirato, dividindo o poder com seu genro, Júlio César, e Crasso. Após a morte de Crasso, seguiu-se uma guerra civil e César o derrotou na Batalha de Farsália (Macedônia, 48 a.C.). Foi morto no Egito para onde fugira.

[64] Cap. XXXIII.

[65] Nome pelo qual ficou conhecido César Bórgia (1475-1507), filho do cardeal Rodrigo Bórgia e sua amante Vannozza de Cattanei. Quando seu pai, em 1492, tornou-se o papa Alexandre VI, César, então bispo da cidade espanhola de Valência, foi por ele nomeado arcebispo e, no mesmo ano, cardeal. Suspeitam os historiadores que, para conquistar as graças de filho preferido, tenha ordenado a morte do seu irmão, Giovanni. Em 1498, renunciou ao cardinalato com o intuito de fazer um casamento politicamente vantajoso, o que se deu no ano seguinte, quando, já nomeado Duque de Valentinois e Dios por Luís XII, da França, desposou Carlota d’Albret, irmã de João d’Albret, rei de Navarra. Nomeado capitão-general da Igreja, empreende duas campanhas bélicas a fim de reconquistar para os Estados Pontifícios o território da Romanha, o que, já no final da primeira delas, lhe vale o título de Duque da Romanha. Após a morte de seu pai, vítima da malária, em 1503, seu sucessor, Pio III, confirma-lhe o posto de capitão-general da Igreja. Já o pontífice seguinte, Júlio II

(ver nota 48) apesar de ter contado com o seu apoio para eleger-se, aprisiona-o e o confia aos reis da Espanha, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, que o confinam na fortaleza de La Mota, de onde fugiu para Navarra, no intuito de se juntar a seu cunhado João d'Albret, em luta contra Fernando de Espanha. Tombou combatendo em Viana, no dia 12 de março de 1507. João d'Albret ordenou que o sepultassem na igreja de Santa Maria e em seu mausoléu o povo de Navarra escreveu depois: "Aqui jaz aquele que o mundo inteiro temeu". Muito se comenta sobre a paixão entre César e sua irmã Lucrecia, cujo marido, Alfonso Bisceglie, foi morto sob suas ordens. O cinema brasileiro produziu uma comédia sobre o tema, *Essa tal Lucrecia Borgia*, com a irreverente Dercy Gonçalves no papel principal. Na literatura, encontra-se sobre tais fatos o romance *Os Borgia*, escrito pelo ítalo-americano Mario Puzo. Em *O Príncipe*, capítulo VII, Maquiavel coloca-o como modelo para aqueles que se tornam conquistadores valendo-se das armas de outros.

[66] Maquiavel fez parte deste conselho de 1498 a 1512, ano em que Piero Soderini, que governava Florença, caiu e os Medici voltaram ao poder.

[67] "suspeitavam, de fato, que, depois de tanta soberba, aquela afabilidade não fosse desinteressada".

[68] "Mas ele viu nisso a ocasião propícia para infringir a proibição".

[69] "Ápio deixou, então, cair a máscara".

[70] "e então esperar um sopro de liberdade justamente de quem temiam que pudesse escravizá-los de modo a reduzir ao presente estado".

[71] Assim Cícero fala desse período: "Passaram-se três anos sem que os decênviros quisessem sub-rogar a outros a sua autoridade. Com a república nesse estado, o qual como se disse muitas vezes, não podia ser duradouro, por não ser igual para todas as classes da cidade, todo o poder e toda a influência ficaram nas mãos dos aristocratas, sendo os nobres decênviros nomeados sem oposição dos tribunos da plebe, sem adição de outra magistratura e sem apelação para o povo contra o machado e o chicote. Tãmanha foi, pois, a sua injustiça, que se produziu um terrível transtorno, uma completa revolução, publicaram duas novas tábuas com iníquas leis, uma das quais proibia toda aliança entre plebeus e patrícios, aliança concedida pelo matrimônio até aos estrangeiros; essa lei foi, mais tarde, derogada pelo plebiscito Canuleio. Abusaram, enfim, do povo, em benefício de sua concupiscência e avareza." (CÍCERO, *Da República*, Tradução de Amador Cisneiros. São Paulo, Editora Escala, sem data (Coleção *Mestres Pensadores*), pág. 58.)

[72] "Com tais presentes, a juventude era corrompida, preferindo a licenciosidade consensual à liberdade do Estado."

[73] Cap. XXXIV.

[74] "Vós, que condenais a crueldade, abstenhai-vos dela".

[75] Eis o que Cícero expõe sobre o direito de apelação na Roma antiga: "O direito de apelação existia sob os reis, conforme demonstram os livros dos Pontífices e significam os nossos arquivos augurais; as próprias Doze Tábuas indicam, em muitas passagens, que era permitido apelar de toda sentença e de todo castigo; a eleição dos decênviros legisladores, que escreveram as leis sem apelação, demonstra suficientemente que existia contra eles esse direito. Lúcio Valério, Potício e Horácio Barbado, homens conhecidos pela sua popular prudência, estabeleceram, numa lei do seu consulado, que os magistrados não poderiam julgar sem apelação; enfim, as três leis Pórcias devidas, como é sabido, aos três Pórcios, não alteraram as anteriores senão no que se referia à sanção penal. Assim, Públicola, tendo feito adotar essa lei lata de apelação, mandou tirar as machadinhas dos feixes consulares, e, no dia seguinte, nomeou Lucrécio para participar da mesma forma de suas atribuições; e, como o novo cônsul fosse mais velho, enviou-lhe seus litores, estabelecendo-se o hábito de que

cada mês precedessem os litores a um povo mais livre do que numa monarquia. Não tendo dado ao povo uma liberdade moderada, manteve integérrimo o princípio de autoridade e o conservou em mãos dos grandes.” (CÍCERO, *Da República* . Tradução de Amador Cisneiros. São Paulo: Editora Escala, sem data (Coleção *Mestres Pensadores*), págs. 55-56.)

[76] Em *O Príncipe* , cap. VIII , Maquiavel dá conselho semelhante, ao dizer que as injúrias devem ser feitas de um só golpe para que sejam menos sentidas, enquanto os benefícios devem ser prestados aos poucos, a fim de que os beneficiados os saboreiem melhor.

[77] “Todos os bons exemplos nascem dos bons princípios”.

[78] Cap. XXXIII.

[79] “O resultado daquelas eleições mostrou que os ânimos, no momento da contenda pela liberdade e pela honra, são diversos daqueles quando, cessados os conflitos, o juízo se manifesta”.

[80] “Uma tal modéstia, equidade, elevação de espírito, onde a encontrareis hoje em um só homem, embora tenha sido então encontrada em todo um povo?”

[81] Ver nota 14, Livro Primeiro, Cap. VIII.

[82] Piero Soderini (1452-1522), *gonfaloniere* vitalício de Florença, exilado quando da queda da república, obteve o favor de Leão X e pôde viver em Roma até sua morte.

[83] A frase do poeta Dante Alighieri que Maquiavel cita não se encontra no livro *Da Monarquia* , mas nos versos do *Convívio* (I, 11, 54.)

[84] Maquiavel refere-se à Liga ou Aliança de Cambrai (Ver nota 27).

[85] Refere-se Maquiavel à Torre de S. Vincenzo, próximo a Campiglia. O combate deu-se em 17 de agosto de 1505.

[86] “Mas se, por acaso, se encontram diante de um homem insigne por piedade e mérito, Calam-se e ouvem-no com ouvidos atentos”.

(*Eneida*, Canto I, versos 151-152)

[87] Os Fradescos eram os seguidores do frade Savonarola e os Indignados, os seus opositores.

[88] Ver cap. IV.

[89] A entrada de Carlos VIII na Itália deu-se em 3 de setembro de 1494, motivada pelo desejo da França de conquistar o reino de Nápoles, cujo rei, Ferrante, era avô de Isabel de Castela, que buscava sempre estreitar as relações de seu reino com o Ducado de Milão, sob domínio espanhol. Os soberanos de Espanha tendiam, portanto, a apoiar Ferrante e ainda ofereciam a mão de Maria Enríquez, sobrinha do rei Fernando de Castela, a um filho do papa, Giovanni, caso o Vaticano aprovasse as pretensões espanholas sobre a recém-descoberta América. Após a morte de Ferrante, substituído por Alfonso, Carlos VIII invadiu a Itália e, tendo de passar pelos Estados Pontifícios até chegar ao seu destino, as forças da Igreja, obviamente aliada à Espanha, pelas razões já mencionadas, foram insuficientes para conter o exército francês, sendo este recebido festivamente em várias cidades cujos habitantes estavam desapontados com os dirigentes italianos, como em Florença, onde a classe dos mercadores tinha deposto a oligarquia Medici pelo fato de Piero de Medici ter entregado as fortalezas da república sem luta. Em 31 de dezembro, enquanto Roma era saqueada pelos invasores, o papa Alexandre VI e seu filho, César Bórgia fugiram por um túnel que ligava o Vaticano ao Castelo de Sant’Angelo. O Sumo Pontífice rendeu-se e, dizendo aceitar as exigências de Carlos VIII, entregou-lhe um refém que pretendia ser César, enquanto o verdadeiro Duque Valentino escapou disfarçado de pajem. Quando Carlos VIII finalmente chegou a Nápoles, quando Alfonso já tinha abdicado e deixado o trono ao seu filho Ferrantino, Alexandre VI já preparava uma aliança entre Veneza, Milão, Espanha, o Sacro Império e o papado contra o exército invasor, cuja disciplina

foi corrompida pelas orgias e excessos que os franceses praticavam em Nápoles. Frente a esse quadro, começaram o caminho de volta, esperando obter do papa a aprovação de seu domínio sobre Nápoles, mas tiveram de enfrentar a Santa Liga nas proximidades de Fornovo, em 5 de julho de 1495, onde os italianos puderam recuperar muito do que lhes fora saqueado mas não deter a marcha vitoriosa de Carlos VIII de volta para a França. (Fonte: HANEY, John. *César Bórgia*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção *Os Grandes Líderes*))

[90] Para explicar o significado do cargo de *gonfaloniere*, reproduzo um parágrafo do professor Roger MASTERS: “As decisões de vulto na Florença do Renascimento eram tomadas por um comitê executivo chamado Signoria. Dois membros da Signoria eram escolhidos de cada um dos quatro distritos em que a cidade estava dividida, sendo o nono membro o chefe do governo ou porta-estandarte (*gonfaloniere*), representando a cidade como um todo. Os oito membros da Signoria que representavam os distritos da cidade (chamados priores) eram escolhidos por sorteio; nomes eram tirados de um saco que continha os nomes dos cidadãos do sexo masculino elegíveis e quites com seus impostos. Seu mandato tinha apenas dois meses de duração.” (MASTERS, Roger D., obra citada, págs. 23 e 24.))

[91] “Unidos eram belicosos, mas, isolados, o medo de cada um os conduziu à obediência”.

[92] Cap. XLIV.

[93] “Tão logo ele deixou de representar um perigo, imediatamente, o povo foi tomado pelo arrependimento”.

[94] “Tal é a natureza da multidão: ou serve humildemente, ou domina soberbamente”.

[95] Não se trata de um daqueles Herodes que aparecem nos *Evangelhos*, mas do fundador dessa dinastia. Aliado dos romanos, foi declarado rei da Judeia por Marco Antônio, com o auxílio de Augusto. Essa história é contada por Flávio Josefo nos Livros Décimo Quarto e Décimo Quinto da *História dos Hebreus*. Herodes sentia uma paixão intensa e possessiva por Mariana, a quem sua mãe e sua irmã odiavam. Estas convenceram Herodes de que sua esposa, que nunca lhe perdoara ter matado o pai e o irmão dela, teria tentado envenená-lo. A própria mãe de Mariana, Alexandra, com medo do genro, reforçou as acusações ao invés de defender a filha. O historiador termina por dizer que Herodes “não a amava como os outros maridos amam a suas esposas, mas chegava quase à loucura” e que sofreu tanto que “abandonou o cuidado do reino. E ordenava que fossem buscar Mariana como se ainda estivesse viva.” (JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus*, Tradução de Vicente Pedroso. 10ª edição. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2007, pág. 715)

[96] Caps. XXIX e XXX.

[97] Cap. LIII.

[98] Sobre a vida e a morte de Pompeu, já havíamos falado na nota 57.

[99] Com a chegada de Carlos VIII à Itália, a nobreza de Nápoles dividiu-se entre os partidários dos espanhóis, que apoiavam o rei Alfonso e os partidários dos franceses. Tal luta interna resultou na divisão do reino após o tratado de Granada.

[100] “a premiação da virtude e não do sangue”.

[101] Cap. VI.

[102] Entre 325 e 314 antes de Cristo.

[103] Pirro II (319 a 272 antes de Cristo), rei do Epiro, no Noroeste da Grécia, enfrentou os romanos em 279 a.C. Graças à surpresa dos romanos diante de seus elefantes, ele os venceu em Heracleia (280) e em Ásculo (279). Após esta última e tão dura vitória, respondeu aos que o

felicitavam: “Mais uma vitória desta e estarei perdido”. Por fim, os romanos o venceram em Benavente no ano 275 a.C. De volta à Grécia, cercando a cidade de Argos, foi morto por uma velha que, de cima de uma casa, atirou uma telha em sua cabeça.

[104] Maquiavel deve referir-se a Antíoco III, o Grande (222 a 186 a.C.), que declarou guerra aos romanos aconselhado por Aníbal.

[105] Vale a pena ler os capítulos III e V de *O Príncipe* .

[106] Maquiavel refere-se à Alemanha., a qual muito elogiou no capítulo LV do Livro Primeiro desta obra.

[107] Vimos, nos capítulos de XI a XV do Livro Primeiro, o quanto é importante, na visão de Maquiavel, o papel da religião na vida política de uma cidade ou país. Compreende-se então que ele tenha se preocupado em fazer, neste capítulo, a sua própria interpretação do Cristianismo, religião pacífica a qual ele, não podendo combater, prefere dar um novo significado, de acordo com os interesses das repúblicas e da liberdade. O repensar os valores consagrados até então era uma característica dos filósofos dessa época, como mais tarde comentou um dos maiores inimigos da democracia, tão cara a Maquiavel, Nietzsche, em *O Anticristo* : “Será que alguém compreende finalmente, que alguém quer compreender o que foi a Renascença? A transvaloração dos valores cristãos, a tentativa empreendida com todos os meios, instintos e gênio, de fazer vencer os valores nobres, os anti-valores...” (NIETZSCHE, *O Anticristo* . Tradução de Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Newton Compton Brasil Ltda., 1996, pág. 91.)

[108] Durante muito tempo ainda os filósofos pensarão que o aumento da população seria o melhor indício de um bom governo. Rousseau (1712-1778), por exemplo, em *O Contrato Social* , Livro Terceiro, Capítulo IX, dirá: “De minha parte, sempre me espanto por não reconhecerem um indício tão simples ou que tenham a má-fé de não concordar a seu respeito. Qual o fim da associação política? _ a conservação e a prosperidade de seus membros. E qual o sinal mais seguro de que se conservam e prosperam? _ o seu número e a sua povoação. Não ide, pois, procurar alhures esse indício tão discutido. Em condições iguais, o Governo sob o qual, sem meios estranhos, sem naturalizações, sem colônias, os cidadãos mais povoam e mais se multiplicam, é infalivelmente o melhor. Aquele sob o qual o povo diminui e perece é o pior. Calculadores, agora a tarefa é vossa: contai, medi e comparai”. (Tradução de Lourdes Santos Machado para a coleção *Os Pensadores* , São Paulo, Nova Cultural, 1999, págs. 171 e 172.) Hoje vemos diferente: quando um país progride economicamente e há distribuição de renda, a taxa da natalidade cai em poucos anos, pois os cônjuges podem planejar melhor o tamanho de sua família de modo a dar conforto e segurança a eles mesmos e a seus filhos. Só o Vaticano, pátria de dinossauros, recusa-se em ver a utilidade disto.

[109] “Roma, entrementes, cresce sobre as ruínas de Alba”.

[110] Maquiavel usa sempre o termo *franciosi* para se referir aos habitantes da região que hoje é a França, seja quando fala da época em que eles combatiam a primitiva república romana, seja quando invadem a Itália sob Carlos VIII em 1494. No primeiro caso, optei por traduzir *franciosi* por gauleses porque é assim que Júlio César se refere a eles e para não confundir o leitor, uma vez que a cada época os habitantes dessa região têm um nome diverso. Atualmente, a Lombardia não faz fronteira com a França, mas apenas com a Suíça. Assim sendo, ou a Lombardia à qual refere-se Maquiavel compreendia o atual Piemonte ou era a antiga Gália bem maior que a França atual e se estendia por essa região.

[111] São Gregório I, dito Magno, foi papa de 590 a 604. Era um simples monge que, eleito por unanimidade, escreveu ao imperador para que não aprovasse a sua eleição. Insistindo o imperador, foi sagrado papa sob protesto e dedicou-se a evangelizar territórios pagãos, especialmente na atual Inglaterra. No seu pontificado, foram reorganizados os territórios papais e os seus administradores

foram exortados a cuidar dos pobres e abrir mãos de seus interesses mundanos. Para assegurar a paz, Gregório negociou-a com os lombardos e, quando eles voltaram a ameaçar Roma, subornou o rei deles prometendo-lhe tributos anuais. Deixou vasta obra teológica e é festejado em 12 de março.

[112] Não precisamos ir tão longe para sabermos de que modo o Cristianismo apagou a memória das culturas dos povos aos quais chegavam seus apóstolos. Basta que leiamos o livro dos *Atos dos Apóstolos*, cap. XIX, versículos 13 a 20, para vermos como, em Éfeso, deu-se uma grande queima de livros em praça pública.

[113] O esquecimento do passado é um tema caro a Maquiavel, como se vê nas suas considerações no cap. I do Livro Primeiro desta obra, quando fala do reino do Sudão e dos mamelucos.

[114] “Para preservar uma república, então, o melhor caminho é destruí-la ou habitá-la pessoalmente”, ensina Maquiavel no cap. V de *O Príncipe* (tradução de Olívia Bauduh para a coleção *Os Pensadores*), mostrando também aí a utilidade das colônias.

[115] Maquiavel já falou sobre essa decisão do Senado romano no Cap. LI do Livro Primeiro desta obra.

[116] Nos anos 102 e 101 antes de Cristo.

[117] “Nós, mauritanos, que fugimos em face do ladrão Josué”.

[118] No Livro Primeiro da *Eneida*, de Virgílio, a deusa Vênus conta aos sobreviventes de Troia a saga da rainha Dido, em cujas terras se encontravam: princesa de Tiro, fora dada como esposa a Siqueu. Porém, o irmão de Dido, Pigmalião, ambicionando o trono da cidade, mata o cunhado e esconde o seu corpo. O espírito de Siqueu aparece a Dido e revela-lhe toda a verdade. Ela, então, prepara-se para a fuga, reunindo em torno de si todos os insatisfeitos com a tirania de Pigmalião. Com os tesouros que roubaram dele, compram o território onde erguem a cidade de Cartago e onde serão recebidos, mais tarde, Enéas e seus companheiros. Dido torna-se amante do príncipe troiano, mas, tendo ele a missão imposta pelos deuses de fundar Roma, abandona-a, e, no Livro Terceiro, ela, inconformada, suicida-se. É este, segundo a poesia de Virgílio, o início da inimizade entre Roma e Cartago.

[119] Roberto d’Angió, a quem os florentinos recorreram em 1311 contra Henrique VII e os gibelinos. Teve a Senhoria de Florença de 1316 a 1322.

[120] Castruccio Castracani venceu os florentinos em Altopascio em 1325 e estes recorreram ao rei de Nápoles, submetendo-se ao seu filho, o Duque da Calábria, de 1325 a 1328. Maquiavel escreveu uma pequena obra sobre ele: *A Vida de Castruccio Castracani* que, no século XIX, inspirou o romance *Valperga*, de Mary Shelley. Há uma tradução no Brasil, feita por mim e publicada pela editora Buriti.

[121] Leão X.

[122] Francesco Maria della Rovere, duque de Urbino, reconquistou o ducado que lhe fora tirado por Leão X, enfrentando as forças contrárias de fevereiro a setembro de 1517.

[123] Em 1509.

[124] Em *A Arte da Guerra*, ensina-nos Maquiavel, por meio da personagem Fabrício Colonna: “Os homens, o ferro, o dinheiro e o pão constituem os pontos nevrálgicos da guerra, destes, os mais importantes são os dois primeiros, porque os homens e o ferro produzem pão e dinheiro, mas pão e dinheiro não fazem os homens e o ferro”. (MAQUIAVEL, *Escritos Políticos – A Arte da Guerra*, tradução de Jean Melville, São Paulo: Martin Claret, 2004, pág. 129.)

[125] “Os câmpânios ofereceram, como ajuda aos sidicinos, mais o seu nome que as suas forças em defesa deles”.

[126] Sisto IV, papa de 1471 a 1484, foi o pontífice que construiu a Capela Sistina, depois decorada por Michelangelo sob as ordens de seu sobrinho, Júlio II. O fato a que Maquiavel refere-se se deu após o fracasso da conjura dos Pazzi contra os Medici, cujos aliados governavam Florença.

[127] Ferrante de Aragão.

[128] Maximiliano de Habsburgo (1493-1519), imperador do Sacro Império Romano Germânico. Graças aos vários casamentos dinásticos que fez, os Habsburgo obtiveram parte da Burgúndia, dos Países Baixos, a Hungria, a Boêmia e a Espanha, mas foi constrangido a reconhecer, em 1499, a independência da Suécia e fracassou na tentativa de tomar Milão. Tanta ambição arruinou a economia do Império.

[129] Fernando I, de Aragão.

[130] Este conselho está no título do capítulo XXIII do Livro Primeiro desta obra.

[131] Isto faz lembrar a maneira como o povo russo, séculos depois de Maquiavel, enfrentou a invasão de Napoleão e, depois, a invasão nazista: fugiam do inimigo e destruíam tudo atrás de si, de modo que o inimigo avançava no território e cansava-se, não encontrando nada que lhe pudesse ser útil na terra arrasada, de modo que, para Napoleão, as vitórias não tinham glória alguma e, no caso dos nazistas, essa estratégia foi abandonada junto a Stalingrado, importante pólo industrial da URSS, onde travou-se feroz batalha na qual cada edifício e cada rua foi objeto de sangrentas disputas. A dura vitória soviética contra as forças de Hitler foi celebrada pelo poeta Carlos Drummond de Andrade no poema *Carta a Stalingrado*, publicado no livro *A Rosa do Povo* e na *Antologia Poética* por ele mesmo organizada. Nele, o bardo de Itabira mostra Stalingrado orgulhosa de suas ruínas. A vitória sobre Napoleão foi celebrada por Tolstói no romance *Guerra e Paz*, que, em 1956, Hollywood transformou em um magnífico épico protagonizado por Audrey Hepburn, Henry Fonda e Mel Ferrer.

[132] Não foram três derrotas, mas quatro: em Ticino, sobre o Trebbia, em Trasimeno e em Canas.

[133] CIMBROS, um dos povos bárbaros que, com os Teutões, invadiram a Gália no séc. II a.C. Mário alcançou sobre eles assinalada vitória em Vercelli, 101 a .C. (*Dicionário Prático Ilustrado* . Porto: Lello & Irmão Editores, 1963).

[134] Ver capítulo IV deste Livro Segundo.

[135] Ver capítulo IX deste Livro segundo.

[136] “De fato, se ainda pudéssemos suportar a servidão sob o engodo de aliança justa”.

[137] “Submetestes a dura prova a paciência deles, negando-lhes os soldados: como não esperar que estejam exasperados? Todavia, suportam a afronta. Souberam que arregimentamos um exército contra os sanitas, seus aliados, mas não se moveram da cidade. De onde vem tanta moderação, se não da consciência das forças, nossas e deles?”

[138] “Julgo que deva ser da máxima importância para os nossos negócios que vós considereis muito mais o que se deva fazer, ao invés do que se deva dizer. Será fácil, clareadas as intenções, acomodar as palavras às ações.”

[139] Ludovico Sforza, irmão do duque de Milão assassinado em 1476, Galeazzo Maria Sforza, embora já fosse duque de Bari, fez-se tutor do sobrinho, Giovan Galeazzo, e usurpou-lhe o ducado. Tornou-se então o senhor de fato de Milão, mas não de direito, pois sempre lhe foi negada a investidura como duque. Teve a seu serviço Leonardo da Vinci, que organizava grandes festas em seu

castelo e a quem encomendou a pintura da *Santa Ceia* , e o projeto da maior estátua equestre já feita em bronze até então, em homenagem a seu pai.

[140] Em 1512.

[141] Livro Primeiro, capítulo XXXVIII.

[142] “alas”.

[143] Provavelmente Maquiavel escrevia esta obra em 1517; então, referir-se-ia ao período entre 1494 e aquela data.

[144] Em dezembro de 1509.

[145] Refere-se Maquiavel às vitórias que Selim I teve contra o xá da Pérsia e o sultão do Egito nos anos de 1514 e entre 1516 e 1517.

[146] Livro Primeiro, capítulo VI.

[147] “Já então muito pouco propícia à disciplina militar, Cápuia, instrumento de todos os prazeres, desviou o caráter fraco dos soldados do pensamento da pátria.” Lívio, VII, 38, 5.

[148] “a gula e a luxúria se difundiram, vingando o mundo submetido”. Juvenal, VI, 291-292.

[149] Cap. XII de *O Príncipe* .

[150] Livro Terceiro, cap. VI.

[151] “Não apenas as armas, mas também as leis romanas largamente prevaleciam”.

[152] Livro Terceiro, cap. XVI.

[153] Nome papal adotado pelo cardeal Giovanni de Medici, que reinou de 1513 a 1521, eleito mediante acordo entre a cúpula da igreja e as lideranças florentinas. No plano artístico, deu continuidade às obras da Basílica de São Pedro e ampliou a biblioteca do Vaticano, de modo que Roma voltou a ser o centro cultural do mundo cristão. Em seu papado, encerrou-se o Concílio de Latrão, iniciado na época de Júlio II, seu antecessor, concílio este que não fez as reformas necessárias para evitar o crescimento do movimento protestante.

[154] “A tal ponto havia chegado a situação do Lácio que não podiam mais suportar nem a paz nem a guerra”.

[155] “Os deuses imortais vos tornaram tão poderosos para que confiassem às vossas mãos o destino do Lácio, se deve ou não viver. Porque vós podeis obter uma paz perpétua no que se refere aos latinos, tanto punindo-os quando perdoando-os. Quereis ser ainda mais cruéis contra quem foi arrasado e vencido? Neste caso, podeis destruir todo o Lácio. Quereis, seguindo o exemplo dos antepassados, aumentar o poder romano, concedendo cidadania aos vencidos? Isto é razão para que cresçais em suma glória. Certamente, é mais estável aquele governo cuja obediência contenta os súditos. Acima de tudo, é necessário subjugar o ânimo deles, com a pena ou o benefício, enquanto eles estão ainda atônitos de temor”.

[156] “Que pena achais que os privernenses merecem?”

[157] “Aquele que merecem os que se consideram dignos da liberdade”.

[158] “Mas, se vos pouparmos do castigo, que espécie de paz podemos esperar ter convosco?”

[159] “Se no-la concederdes boa, fiel e perpétua; se má, não duradoura”.

[160] “terem ouvido palavras dignas de um homem livre e corajoso e não podiam crer que povo algum ou homem algum poderia resistir mais longo tempo na condição que ele lamentava. A paz, portanto, seria segura, desde que a aceitassem pacificamente, enquanto não poderiam eles esperar lealdade de quem eles tivessem querido escravizar”.

[161] “Enfim, aqueles que não pensam em nada mais que na própria liberdade são dignos de se tornarem romanos”.

[162] Maquiavel comenta mais detalhadamente este caso no Livro Terceiro, capítulos XL, XLI e XLII desta obra.

[163] Este é um assunto tão caro a Maquiavel que ele também dissertou a respeito no capítulo XX de *O Príncipe*.

[164] “aos espoliados, restam as armas” (Juvenal)

[165] “o furor provê as armas” (Virgílio, *Eneida*, I, 150).

[166] Livro Segundo, capítulo XVII.

[167] Em 1517.

[168] Cap. XXI deste mesmo Livro Segundo.

[169] “De fato, as ásperas facécias, quando se distanciam demais da verdade, deixam atrás de si uma memória acre”..

[170] “o direito das gentes”

[171] “A tal ponto o fado cega as mentes quando não quer que a força do seu curso seja desprezada”.

[172] “para que os romanos não devessem ao ouro sua salvação”.

[173] “também”

[174] Antiga Neápolis, hoje Nápolis.

[175] “Todos os dias se absorve algo que a seu tempo requererá um remédio”.

[176] Livro Segundo, capítulo XXIX.

[177] Sobre a morte de Espúrio Mélio, ver o capítulo XXVIII deste livro.

[178] Ver capítulo XXXI do Livro Primeiro desta obra.

[179] Aqui Maquiavel refere-se aos Médici, que chegaram ao poder na época de Cosimo, o Velho, e perderam o comando da cidade com a ascensão de Piero Soderini em 1494.

[180] Régulo foi um general romano eleito cônsul em 267 e 256 a. C. Tendo sido capturado pelos cartagineses, estes o enviaram a Roma para propor ao Senado uma troca de prisioneiros. Ao contrário do que se esperava, ele convenceu o Senado a não aceitar a proposta, apesar das lágrimas de sua esposa Márcia e de seus filhos. Voltou, então, para Cartago, onde os cartagineses o eliminaram.

[181] Sobre Catão, o Velho, ver a nota 56, no capítulo XXIX do Livro Primeiro desta obra. O outro Catão, chamado o Moço, viveu de 95 a 46 antes de Cristo. Adepto do Estoicismo, opôs-se a Júlio César e apoiou Pompeu. Uma vez derrotado por César o exército republicano em Tapso, suicidou-se. Bem, entre a morte do primeiro Catão e o nascimento do segundo passaram-se 54 anos, o que Maquiavel considera um tempo enorme.

[182] São Francisco de Assis (1182-1226) é, junto com Santa Catarina de Siena, considerado o protetor da Itália e é o santo mais popular da Igreja Católica em todo o mundo. Filho de um mercador da cidade de Assis, após uma traumática experiência na guerra contra Perúgia, de onde voltara ferido, foi expulso de casa pelo pai por ter distribuído aos pobres o lucro que obtivera nos negócios. Fez voto de extrema pobreza e foi viver como eremita, em 1206, e, aproximadamente dois anos depois, cercou-se de admiradores que decidiram fazer o mesmo voto de extrema pobreza que ele fizera. A regra da ordem franciscana foi aprovada pelo papa Inocêncio III em 1210, após ter o pontífice, segundo narra a tradição e Giotto retratou num dos mais belos afrescos sobre a vida do frei em sua

igreja em Assis, sonhado que era São Francisco que sustinha a Igreja para que esta não desabasse. Em 1212, junto com Santa Clara, fundou a ordem das Clarissas. Em 1212, fundou a Ordem Terceira Franciscana, demitindo-se ao mesmo tempo da direção geral desta. Compôs o poema *Cântico ao Sol*, uma das primeiras produções literárias numa língua popular da península itálica. Antes de sua morte, enquanto orava, ainda segundo a tradição católica, teve uma visão do Cristo com três pares de asas, tal como os serafins, e recebeu os estigmas, ou marcas iguais às da crucificação, que duraram dois anos em seu corpo. Foi canonizado em 1228 e é celebrado em 4 de outubro. Vale a pena ler o Canto XI do *Paraíso*, terceiro livro da *Divina Comédia*, onde Dante narra a vida deste santo.

[183] São Domingos (1170-1221) foi o fundador da ordem dominicana ou dos Pregadores. Nascido na Espanha, em 1207, foi líder de uma missão contra os hereges albigenses da França meridional. Seus ideais de pobreza e estudo foram aprovados pelo papa Honório III em 1216, fundando, assim, a ordem dominicana. Foi canonizado em 1234 e é celebrado no dia 4 de agosto. É bem interessante como Nikos Kazantzákis, no romance *O Pobre de Deus*, narra um encontro entre São Francisco e São Domingos em Roma, em um diálogo no qual expõem suas concepções totalmente contrárias do que pudesse ser o serviço a Deus. Não sei se tal encontro realmente se deu ou foi uma licença poética do romancista grego.

[184] É interessante como Maquiavel, conhecedor da *Bíblia*, esqueceu-se de mencionar aqui um caso semelhante: Davi fingindo-se de louco perante Aquis, rei de Gat. (*I Samuel XXI: 11-16.*)

[185] Vê-se então que, em 1917, os maquiavélicos bolcheviques não tiveram escolha: era preciso eliminar toda a família real russa pois, pensaram eles, se a revolução naufragasse, a república, instaurada pouco tempo antes, não sucumbiria depois aos pés dos monarcas.

[186] Livro Segundo, capítulo XXXII.

[187] Livro Segundo, capítulo XXVIII.

[188] “À morada do genro de Cerere são poucos
Os reis que descem sem feridas mortais ou tiranos por morte incruenta”.

[189] Eis aqui uma amostra do humor maquiaveliano: o descontente pode denunciar o conspirador e, em troca, o príncipe torná-lo-á contente.

[190] Caracala é o nome com que ficou conhecido Marco Aurélio Antonino Bassiano (188-217), imperador romano que, em 216, derrotou os partas e concedeu a cidadania romana a todos que habitavam nos limites do Império Romano. Há, ainda, em Roma, as ruínas de um magnífico balneário erigido por ele e que, em 7 de julho de 1990, foi palco de um espetáculo histórico para os amantes da ópera: um show que reuniu, sob a regência do maestro Zubin Mehta, os grandes tenores Luciano Pavarotti, Plácido Domingo e José Carreras.

[191] Caio Mário.

[192] “Também ele deveria retomar o ânimo, tão perturbado estava o pensamento por tão graves ações”.

[193] O assassino de Giuliano agiu com tanta fúria que, ao atacá-lo, cravou o punhal na própria perna, o que o impediu de dar prosseguimento ao plano, enquanto Lorenzo pôde defender-se dos outros atacantes com a ajuda do seu protegido, o poeta Poliziano. Segundo o professor STRATHERN (*Maquiavel em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, págs. 19 a 21), o arcebispo de Pisa, juntamente com outros conspiradores, seguiram para o Palazzo Vecchio e foram interceptados pelo *gonfaloniere* e seus guardas que, ao saber do que se passava, ordenou que o clérigo fosse imediatamente enforcado com todos os seus paramentos eclesiásticos.

[194] Galeazzo Maria Sforza, no Natal de 1476.

[195] Girolamo Riario.

[196] É interessante que a vitória da condessa contra os conjurados depõe contra tudo que Maquiavel escreve em outras páginas de suas obras sobre as fortalezas, julgando-as não só inúteis durante a paz como prejudiciais aos governantes, como no capítulo XX de *O Príncipe*. Veja também o cap. XXIV do Livro Segundo desta obra.

[197] Livro Segundo, cap. XX.

[198] Gualtiero di Brienne.

[199] “Tal fim teve um homem que, se não tivesse nascido em uma cidade livre, continuaria digno de memória”.

[200] Livro Primeiro, Cap. I.

[201] Livro Primeiro, Caps. VII, LII, LVI e Livro Terceiro, Cap. III

[202] Livro Terceiro, Cap. I.

[203] “Gneo Sulpício, ditador, arrastava longamente a guerra contra os gauleses, não querendo tentar a sorte contra um inimigo que o tempo e a região hostil enfraqueciam dia a dia”.

[204] Em 1477.

[205] Em 1513, como Maquiavel comentou no *Livro Segundo*, Caps. XVII e XVIII.

[206] Livro Segundo, Caps. XVII e XVIII.

[207] O mesmo conselho nos dá Sun Tzu: “Aproveita a dissensão entre os inimigos para atrair os descontentes para o teu campo, não regateando promessas, oferendas ou recompensas”. (SUN TZU. *A Arte da Guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L & PM, 2000, pág. 24)

[208] Ludovico, o Mouro.

[209] 1495.

[210] A guerra terminou em 25 de fevereiro de 1497.

[211] Em 1512, quando Florença fez um acordo de paz com a Espanha, aliada dos Medici.

[212] “Justa é a guerra quando necessária e pias as armas quando nelas está a única esperança”.

[213] Outro ponto de acordo entre Maquiavel e Sun Tzu: “Se, reduzidos ao desespero, os inimigos vêm dispostos a vencer ou a morrer, evita o embate.

Deixa uma saída a um inimigo acossado; caso contrário, ele lutará até a morte.” (SUN Tzu. *A Arte da Guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L & PM, 2000, pág. 75.)

[214] “Segui-me. Aqui não há muralha nem fosso, mas homens armados contra homens armados. Iguais a eles em valor, sereis superiores porque movidos pela necessidade, que é a última e a mais forte das armas”.

[215] “A última e a mais forte arma”.

[216] “Ia contra um exército sem chefe”.

[217] “Vou contra um líder sem exército”.

[218] Livro Primeiro, VI, XXI; Livro Segundo: III.

[219] Novamente a crítica de Maquiavel aos estados italianos que preferiam contratar mercenários a formar seus próprios exércitos, menosprezando a ciência da guerra e os que defendiam essa mesma opinião.

[220] “Com suas chamas se apague Fidenas, já que não pudeste aplacá-la com vossos favores”.

[221] “Três tribunos com poderes de cônsules foram a prova de quanto é inútil na guerra um comando plural: agindo cada um deles pela própria opinião, discordando dos outros, favoreceram o inimigo”.

[222] “É saudabilíssimo que, na direção de empreendimentos de grande monta, esteja uma só pessoa.”

[223] Livro Segundo, cap. I

[224] “Com a multidão, mais vale a penalidade que o obséquio”.

[225] *O Príncipe*, cap. XVII.

[226] “Sem tua ordem, jamais combaterei contra o inimigo, mesmo que visse a vitória como certa.”

[227] Livro Terceiro, Cap. I.

[228] No capítulo anterior.

[229] “Não houve jamais comandante mais apto com os soldados, ele não hesitava em compartilhar as fadigas com os soldados mais modestos, sem rebaixar-se. Além disso, nos jogos militares, quando eles competiam aos pares em velocidade e em provas de força, fraternalmente, com o mesmo semblante vencia ou era vencido e não desprezava quem se gabasse de ser igual a ele; benigno nas ações quando as circunstâncias o permitiam, na conversação não tinha menos consideração pela liberdade alheia que pela própria dignidade, exercitava o comando (ninguém sendo mais popular que ele) com as mesmas artes com as quais o conquistara.”

[230] “A sua virtude os soldados odiavam e admiravam”.

[231] Livro Primeiro, Cap. LV

[232] Livro Primeiro, cap. XXXVII

[233] “Que escutem aqueles que desprezam tudo de humano que não seja a riqueza, nem estimam alcançar grandeza ou mérito a não ser onde aflua abundantemente a riqueza”.

[234] Livro Terceiro, Cap. II.

[235] Livro Primeiro, Cap. XL.

[236] Livro Terceiro, Cap. VI.

[237] Maquiavel escreveu esta obra entre 1516 e 1517, ou seja, dez anos antes de sua morte. Os tumultos em Pistoia a que ele se refere devem ter acontecido, então, nos primeiros anos do século XVI.

[238] Livro Segundo, Cap. XXIV.

[239] Isto é, aliados dos florentinos.

[240] Quem lê tais linhas vê alguma semelhança com a brasileiríssima indústria das multas?

[241] “Timasiteo inculcou respeito religioso na multidão, que sempre iguala-se a quem a rege”.

[242] “Os feitos do senhor são imitados
Pois nele estão mil olhos fixados.”

[243] “Nem pensavam – diz Tito Lívio – que diminuísse a autoridade deles o que concediam para a grandeza dele.”

[244] “Nem a ditadura jamais aumentou meu ânimo nem o exílio o diminuiu nunca”.

[245] Livro Segundo, cap. XXX.

[246] “Os romanos, se vencidos, não perdem o ânimo; se vencem, não se tornam insolentes”.

[247] O evangelista São Marcos é o padroeiro de Veneza, em cuja catedral, na Piazza San Marco, está sepultado.

[248] “Que cada um faça o que sabe ou costuma fazer”.

[249] Livro Primeiro, capítulo XIV.

[250] “Hoje menosprezam-se até os ritos sagrados. Que importa, de fato, se os galos não bicam, se desceram mais tarde do poleiro, se o pássaro cantou mal? Isto são ninharias mas não desprezando essas pequenas coisas foi que nossos antepassados fizeram grandiosa a república.”

[251] Tal derrota está detalhada no Livro Segundo, capítulo XXIX.

[252] “Tu vês como eles, confiando na sorte, se entrincheiraram junto ao Ália mas tu, confiante nas armas e na coragem, assalta-os no centro de seu acampamento”.

[253] “O usual valor dos soldados se mantém estável, mesmo quando falta-lhes um guia”.

[254] Livro Primeiro, cap. XI.

[255] Livro Terceiro, Cap. XX.

[256] Soberano da Pérsia, descendente de Safi al-Din, cuja dinastia reinou de 1502 a 1736, segundo o dicionário *Zingarelli* .

[257] “Ninguém tenha respeito aos homens nem aos deuses; não se obedeça aos editos militares, não se respeitem os oráculos; errem os soldados sem mantimentos em território aliado ou inimigo; esquecidos do juramento de fidelidade, fiquem livres, quando quiserem, para se governarem como melhor acharem; desertem, não aceitem mais o comando, não saiam para explorar [o território], especialmente à noite; combatam em boa ou má posição; com ou sem a ordem do seu comandante; não observem a ordem e as regras; confiem os soldados cegamente no acaso como ladrões e não como uma milícia disciplinada e austera”.

[258] “Aquele duelo foi de tanta importância para a sorte da inteira guerra que o exército dos gauleses, abandonando , trépido, os acampamentos, dirigiu-se às terras tiburtinas e de lá para a Campanha”.

[259] Livro Primeiro, cap. XXIII.

[260] “A fim de que não fossem impressionados pela novidade da guerra nem das hostes.”

[261] “Observai, portanto, sob o comando de quem e com que augúrios se deve travar batalhas – se sob quem, sendo ouvido, parece somente um magnífico exortador, valente nas palavras, mas inexperiente em assuntos bélicos ou sob o comando de quem sabe lançar um dardo, marchar diante das insígnias, entrar no meio do combate. As minhas ações, soldados, não as minhas palavras, quero que sigais, que tenhais de mim não apenas as ordens, mas o exemplo: eu, que, com esta destra, fiz por merecer três consulados e grande fama”.

[262] Livro Segundo, cap. XXVI.

[263] “Vês, Áulo Cornélio, aquela colina que se sobrepõe ao inimigo? Ela é nossa esperança e será nossa salvação se nós (desde que os sanitas cegamente a tenham ignorado) rapidamente a ocupemos.”

[264] “Públio Décio, tribuno dos soldados, viu uma colina alta sobre o vale, insurgente sobre o campo inimigo, e de acesso impossível a um exército com carregamentos, mas não difícil para um exército com armas leves”.

[265] “– Vinde comigo, a fim de que se possa explorar, já que resta um pouco de luz, onde se localizam as tropas e se há uma via de fuga. – E todas estas coisas pôde observar, coberto por um capuz militar, para que os inimigos não descobrissem o comandante que espionava”.

[266] Aníbal amarrou tochas nos chifres de dois mil bois e as acendeu, lançando o rebanho contra o acampamento dos romanos. Parece que os povos antigos tinham o costume de usar animais para causar incêndios contra os adversários, pois a *Bíblia* fala de uma tática similar com raposas, usadas para incendiar plantações. *Juízes* , cap. XV: 4 e 5.

[267] “Que nem aliados procura nem inimigos livra”.

[268] *O Príncipe* , cap. XVIII.

[269] “Rebelaram-se porque a paz em servidão era mais grave que a guerra em liberdade”.